

UMA DÉCADA DE EXPANSÃO UNIVERSITÁRIA: ESTUDOS SOBRE O VALE DE MAMANGUAPE

Organizadores

Aline Cleide Batista

Ayla Dantas Rebouças

Aline Gisele Azevedo Lima

Carla Alecssandra de Melo Bonifácio

Cristiane Borges Angelo

Elaine Cristina Cintra

Estevão Martins Palitot

José Jassuípe da Silva Moraes

Laurência Souto Sales

Marco Aurélio Paz Tella

Maika Bueque Zampier

Maria Angeluce Soares Perônico Barbotin

Marivaldo Wagner Sousa Silva

Michelle Bianca Santos Dantas

Paulo Roberto Palhano Silva

Walquíria Nascimento da Silva

Williame Ribeiro

VOLUME III

EDITORA DO CCTA
JOÃO PESSOA
2017



**UMA DÉCADA DE EXPANSÃO UNIVERSITÁRIA:
ESTUDOS SOBRE O VALE DE MAMANGUAPE**

Volume III

UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
CENTRO DE CIÊNCIAS APLICADAS E EDUCAÇÃO
REITORA

Margareth de Fátima Formiga Melo Diniz

VICE-REITORA

Bernardina Maria Juvenal Freire de Oliveira

DIRETORA DO CENTRO

Maria Angeluce Soares Perônico Barbotin

VICE-DIRETOR DO CENTRO

Alexandre Scaico

ASSESSORIA DE PESQUISA

Elaine Cristina Cintra

COMISSÃO ORGANIZADORA

Aline Cleide Batista

Ayla Dantas Rebouças

Aline Gisele Azevedo Lima

Carla Alecssandra de Melo Bonifácio

Cristiane Borges Angelo

Elaine Cristina Cintra

Estevão Martins Palitot

José Jassuípe da Silva Morais

Laurênia Souto Sales

Marco Aurélio Paz Tella

Maika Bueque Zampier

Maria Angeluce Soares Perônico Barbortin

Marivaldo Wagner Sousa Silva

Michelle Bianca Santos Dantas

Paulo Roberto Palhano Silva

Walquíria Nascimento da Silva

Williame Ribeiro

CORPO TÉCNICO ADMINISTRATIVO

Adriana Santos de Lima

**UMA DÉCADA DE EXPANSÃO
UNIVERSITÁRIA: ESTUDOS SOBRE O VALE DE
MAMANGUAPE**

Volume III

Organizadores

Aline Cleide Batista
Ayla Dantas Rebouças
Aline Gisele Azevedo Lima
Carla Alecssandra de Melo Bonifácio
Cristiane Borges Angelo
Elaine Cristina Cintra
Estevão Martins Palitot
José Jassuípe da Silva Moraes
Paulo Roberto Palhano Silva
Marco Aurélio Paz Tella
Maika Bueque Zampier
Maria Angeluce Soares Perônico Barbotin
Marivaldo Wagner Sousa Silva
Michelle Bianca Santos Dantas
Walquíria Nascimento da Silva
Williame Ribeiro

**EDITORA DO CCTA
JOÃO PESSOA
2017**

Editoração: Maria Angeluce Soares Perônico Barbotin
Luiz Alberto

Capa: Marivaldo Wagner Sousa Silva

O conteúdo e a revisão dos textos são de responsabilidade dos autores de cada capítulo

Ficha catalográfica elaborada pela Biblioteca Setorial do CCAE (Centro de Ciências Aplicadas e Educação) da Universidade Federal da Paraíba — Campus IV

D291 Uma década de expansão universitária: estudos sobre o Vale de Mamanguape: volume III / Aline Cleide Batista et al.

(Orgs.). – João Pessoa: Editora do CCTA, 2017.

318p. : Il. -

Editoração: Maria Angeluce Soares Perônico Barbotin.

Capa: Marivaldo Vagner Sousa Silva.

ISBN: 978-85-9559-011-3

1. Ensino superior - expansão. 2. UFPB – Campus IV. 3. Vale do Mamanguape - Paraíba. I. Batista, Aline Cleide et al.

(Orgs.). II. Título.

UFPB/BS-CCAE

CDU: 378(813.3)

SUMÁRIO

PREFÁCIO.....	7
Elaine Cristina Cintra	
APROPRIAÇÃO DA CULTURA UNIVERSITÁRIA NOS 10 ANOS DO CCAE: CONTRIBUIÇÕES DO PET INDÍGENA E CURSINHO PRÉ-VESTIBULAR JUNTO AO POVO POTIGUARA.....	11
Paulo Roberto Palhano Silva	
Maika Bueque Zampier	
Antônio Pessoa Gomes “Caboquinho”	
Leonardo Cinésio Gomes	
Iracilda Cinésio Gomes	
Iranilza Cinésio Gomes Felix	
Vagner Santos da Silva	
NARRATIVAS INSÓLITAS NA SALA DE AULA: FORMAÇÃO DE LEITORES NO VALE DO MAMANGUAPE.....	33
Luciane Alves Santos	
Michelle Bianca Santos Dantas	
Tháise Gomes Lira	
EDUCAÇÃO AMBIENTAL E SUSTENTABILIDADE NO VALE DO MAMANGUAPE \PB: ESTUDO DE CASO NA ESCOLA ESTADUAL DE ENSINO FUNDAMENTAL E MÉDIO PROF. LUIZ GONZAGA BURITY \PB.....	55
Joel Silva dos Santos	
Carla Soraia Soares de Castro	
Frederico Gustavo Rodrigues França	
Haymée Nascimento de Alencar	
Henrique Santos	
Mayara Soares	
Samara Alexandre de Souza	
A CONTRIBUIÇÃO DOS EVENTOS PARA A EXTERNALIZAÇÃO E PROMOÇÃO DO CURSO DE SECRETARIADO EXECUTIVO BILÍNGUE DA UFPB, CAMPUS IV - LITORAL NORTE.....	77
Cibelle da Silva Santiago	
Marineide Maria da Silva	
INICIAÇÃO CIENTÍFICA E EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA: UM ESTUDO SOBRE A IMPORTÂNCIA DE PARTICIPAÇÃO PARA OS ALUNOS DE GRADUAÇÃO DO CURSO DE CIÊNCIAS CONTÁBEIS DA UFPB - CAMPUS IV.....	109
Marleide Maria Macêdo Pederneiras	
Jenifer Marques de Almeida	
Daniela Cintia de Carvalho Leite Menezes	
Luiz Gustavo de Sena Brandão-Pessoa	
Jorge Lopes	

PROFISSÃO CONTÁBIL EM RIO TINTO E MAMANGUAPE/PB: A INFLUÊNCIA DO CURSO TÉCNICO EM CONTABILIDADE NA FORMAÇÃO PROFISSIONAL.....	135
José Jassuipe da Silva Morais	
Maria Gerusa Silva Pontes	
Yara Magaly Albano Soares	
Luiz Gustavo de Sena Brandão Pessoa	
DIÁLOGO E CONHECIMENTO DAS IMAGENS EM RIO TINTO – PB.....	161
João Martinho Braga de Mendonça	
O POTENCIAL TURÍSTICO DA CIDADE HISTÓRICA DA TECELAGEM: UM ESTUDO COM MORADORES DE RIO TINTO – PB.....	181
Jammilly Mikaela Fagundes Brandão	
Priscilla Germano da Silva ¹	
Joelma Abrantes Guedes Temoteo	
TURISMO DE SOL E PRAIA: A PERCEPÇÃO DE PROFISSIONAIS DA HOTELARIA LOCAL SOBRE A SAZONALIDADE TURÍSTICA NA CIDADE DA BAÍA DA TRAIÇÃO-PB.....	213
Joelma Abrantes Guedes Temoteo	
Jammilly Mikaela Fagundes Brandão	
Herlane De Alcântara Wanderley	
DESIGN, INOVAÇÃO SOCIAL E DESENVOLVIMENTO LOCAL INTEGRADOS EM PROL DO ARTESANATO SUSTENTÁVEL DO MUNICÍPIO DE RIO TINTO/PB.....	249
João Inácio dos Santos Neto	
Marivaldo Wagner Sousa Silva	
MULHERES DO COMPLEXO SERTÃOZINHO: UM OLHAR A PARTIR DAS DIMENSÕES TERRITORIAIS E DAS PRÁTICAS TEÓRICO-VIVENCIAIS NA EXTENSÃO-PESQUISA.....	279
Maria Luzitana Conceição dos Santos	
Aldo Silva de Mendonça	
OS AUTORES E AUTORAS.....	309
COMITÊ CIENTÍFICO.....	317

PREFÁCIO

Elaine Cristina Cintra

Como parte das ações comemorativas dos 10 anos do CCAE-UFPB, a direção deste campus, na pessoa da Profa. Maria Angeluce Soares Perônico Barbotin, solicitou à Assessoria de Pesquisa (AP), em maio de 2016, a organização de um livro que oferecesse à comunidade um espectro amplo das pesquisas realizadas nessa instituição desde o momento de sua criação. Para atender a esta demanda, a AP compôs uma comissão organizadora com um membro de cada curso do Centro, garantindo que o projeto fosse elaborado com a representação de todas as áreas de pesquisa desenvolvidas neste campus. Em 25 de junho de 2016, foi publicado o Edital de Chamada Pública 001/2016, redigido por essa comissão, em que era apresentada a seguinte proposta de tema para a submissão dos artigos: a “História e ações do CCAE-UFPB na região do Vale do Mamanguape”. A necessidade de se discutir o impacto das pesquisas dessa instituição na região que a acolheu, fica claro na descrição de sua proposta:

a proposta é disponibilizar para a comunidade os resultados das ações e produções científicas desenvolvidas ao longo dos dez anos da instalação do CCAE na região do Vale do Mamanguape, com o objetivo de subsidiar um melhor entendimento da citada região no que se refere a seus aspectos culturais, geográficos, sociais, políticos, educacionais, entre outros.

Disponibilizar os resultados das pesquisas desenvolvidas em 10 anos da presença de uma instituição representava mais do que dar visibilidade aos trabalhos que os pesquisadores docentes,

discentes e técnicos da universidade realizaram, dentro de seu escopo de formação, com ou sem apoio financeiro, mas de maneira bastante assídua durante esse período; significava também mostrar como a pesquisa séria, comprometida com o desenvolvimento social, político e econômico da região, saíra dos muros da universidade e impactara uma região com demandas urgentes em todas as áreas. A história desses esforços precisava ser registrada uma vez mais, e para atender a essa chamada, os pesquisadores do CCAE se propuseram a documentar seus projetos, seus resultados, os desdobramentos da formação acadêmica que, durante dez anos, se propuseram a construir.

A comissão organizadora recebeu uma quantidade considerável de artigos, que ia bem além do esperado, tendo em vista o escassíssimo tempo de divulgação. Ao todo, foram enviados 23 textos de áreas diversas. Todos os artigos foram, então, enviados a pareceristas internos e externos da área de conhecimento do artigo, em um processo interinstitucional, pelo sistema *double blind review*. Ao final, tivemos o grato prazer de ter como resultado a aprovação de todos os artigos. Como não havia possibilidade de publicar mais do que as 200 páginas empenhadas no pregão público, a direção entendeu que um segundo volume deveria ser providenciado para que nenhum desses textos que já havia sido avaliado e aprovado ficasse fora do projeto. Eis então como surgiram e se consolidaram os 3 volumes de um único livro.

Foi necessário redistribuir, com a possibilidade de dois volume a mais, os artigos entre os três livros. Assim, optamos por organizá-los por áreas, para facilitar o acesso do leitor, que em geral, busca textos dentro de um interesse específico. No entanto, são vários os artigos que dialogam com outras áreas, sendo assim,

esta distribuição é, de uma certa maneira e como quase todas, frágil, o que consideramos mais positivo do que na verdade negativo, pois propicia a relação de vários saberes e especificidades.

Para manter a unidade com o volume I, apresentamos no início de cada um dos livros artigos que documentem a história do campus de maneira mais geral e específica. Compreendemos a importância de se resguardar esses testemunhos e estudos para que, nesses tempos tão ciosos e volúveis, não se percam esses registros.

Como um livro que desde sua gênese se mostrou coletivo e múltiplo, entendemos, por fim, que os prefácios deveriam ser feitos por estudiosos que não faziam parte da comissão organizadora, e que não faziam parte da lista de autores dos volumes, mas que, por outro lado, foram profissionais integrantes da trajetória desse campus e deixaram sua valiosa parcela de contribuição para a construção desses 10 anos. Tivemos, assim, o privilégio de contar, no volume I, com o prefácio do Prof. Lusival Antônio Barcellos. Para este segundo volume, a Prof^a. Chussy Karlla Souza Antunes nos deu a honra de prefaciar o livro.

E assim, apresentamos o terceiro e último volume deste projeto, ao mesmo tempo em que tentamos dar uma versão da história dessa obra. O que é certo é que este é um livro coletivo e multidisciplinar que, dentro de várias propostas e metodologias, atende a um propósito único: documentar a história da pesquisa no CCAE, desdobrada em ações de ensino e extensão, nesses seus primeiros 10 anos. Ficamos na expectativa que venham mais anos profícuos como esses, e com eles, mais histórias e mais livros!

Mamanguape, dezembro de 2016.

APROPRIAÇÃO DA CULTURA UNIVERSITÁRIA NOS 10 ANOS DO CCAE: CONTRIBUIÇÕES DO PET INDÍGENA E CURSINHO PRÉ-VESTIBULAR JUNTO AO POVO POTIGUARA

Paulo Roberto Palhano Silva
Maika Bueque Zampier
Antônio Pessoa Gomes “Caboquinho”
Leonardo Cinésio Gomes
Iracilda Cinésio Gomes
Iranilza Cinésio Gomes Felix
Vagner Santos da Silva

1 A Educação Superior

Este artigo tem como finalidade registrar e socializar para a comunidade acadêmica a importância do Curso Pré-Vestibular litoral norte e o Curso do Programa de Educação Tutorial (PET) Indígena como pagina da história do Centro de Ciências Aplicadas e Educação - CCAE-UFPB.

Atualmente, a educação é considerada um dos fatores mais importantes para o crescimento de uma nação. É através da produção de conhecimentos que um país se desenvolve, aumentando sua renda e a qualidade de vida das pessoas. Investir em Educação é primordial para o desenvolvimento da sociedade. Embora o Brasil tenha avançado neste campo, nas últimas décadas, ainda há muito para ser feito.

O Plano Nacional da Educação (PNE) indica a responsabilidade das instituições universitárias, manifesta a necessidade da formação de jovens com ensino superior para atuar junto às carências da Educação Básica no Brasil. A escola, nível básico, e as universidades tornaram-se locais de grande importância para a ascensão e inclusão social, pois com a cultura universitária os espaços escolares nas comunidades podem ser visitados por novo capital cultural, capaz de articular ciência com tradição, dentre outros aspectos.

Compreende-se como cultural universitária todo o processo de formação acadêmica que envolve a juventude no ensino superior. Atualmente, o grande desafio é encontrar políticas não apenas de acesso, mas que possibilite a permanência e conclusão da graduação por essa juventude advinda de grupos étnicos. As ações com a finalidade de proporcionar a entrada de mais jovens na Graduação, não foram suficientes para que o país atingisse tal objetivo, pois alguns problemas centrais, tais como vencer a evasão dos alunos no Ensino Médio e melhorar a qualidade da formação básica, ainda não foram devidamente equacionados. Nos parece que o principal gargalo que impede de muitos jovens ingressarem nas universidades não está no Ensino Superior, mas sim na Educação Básica.

Deve-se registrar que na década de 2000, no Brasil, emerge a discussão das políticas de inclusão diferenciada, que ganhou a notoriedade como “debate das cotas”. Nesse viés se situam muitas opiniões que se cristalizam nos favoráveis e dos contrários às cotas, dentre as quais as populações indígenas brasileira. A esse respeito pode-se averiguar as produções teóricas de BANIWA (2009), GRUPIONI (2006), LIMA (2007), dentre outros que manifesta as

trajetórias e desafios do acesso e permanência dos indígenas no ensino superior.

Segundo Lobo (2014) cálculos recentes do Ministério da Educação (MEC) estimam que 17% dos jovens são estudantes universitários. Esse número está distante da meta do Plano Nacional de Educação (PNE), que previa a inclusão de 30% dos jovens no Ensino Superior. Idem menciona que, “mantido o quadro atual, é difícil imaginar que se atingirá 50% de taxa bruta das matrículas no Ensino Superior em relação à população de 18 a 24 anos como pretende o novo PNE de 2012.” (LOBO, 2014, p. 646)

Dentre as 20 metas do novo PNE, em tramitação no Congresso Nacional, destacamos o aumento do número de matrículas no Ensino Superior é uma das mais emblemáticas. O texto do projeto elaborado pelo Executivo deixa claro que, em 2020, o país deverá ter 50% dos jovens de 18 a 24 anos matriculados nas instituições de Ensino Superior. Muitos questionamentos surgem para a efetivação dessas políticas públicas na educação. Uma das questões centrais para melhorar a qualidade do ensino no país é a valorização do professor. Nesse aspecto, o Ensino Superior tem um papel fundamental a desempenhar formando bem os docentes, que estarão à frente das salas de aula no Ensino Fundamental e Médio.

A história, porém, revela que será necessário um grande esforço e, talvez, um novo desenho das políticas educacionais como um todo para que o país atinja tal objetivo. Segundo FREIRE (1992, p. 54) “Não há transição que não implique um ponto de partida, um processo e um ponto de chegada. Todo amanhã se cria num ontem, através de um hoje”.

Para Nascimento (2009, p. 96), não há como solucionar os problemas de acesso ao Ensino Superior sem enfrentar o desafio de melhorar a qualidade da formação na Educação Básica. Entre as principais causas do significativo abandono dos estudos durante o Ensino Médio está a deficiência de aprendizagem que muitos carregam do Ensino Fundamental, somada a um currículo desconectado das demandas sociais, dos interesses dos jovens e do mundo do trabalho, que desestimulam e afastam os alunos dos bancos escolares.

A falta de base que os estudantes apresentam quando fazem o vestibular é uma realidade enfrentada em muitas instituições públicas e particulares na Paraíba e no Brasil. Diante de uma numerosa demanda dessa formação ‘capenga’ para galgar o nível superior, muitas delas, são instigadas a equacionarem essa deficiência educacional. Diante de situações como essas, a Universidade Federal da Paraíba (UFPB), Campus IV, Litoral Norte, vendo as necessidades dos estudantes da rede pública, passou a oferecer, a partir de 2007, um Curso Pré-Universitário para estudantes indígenas, tendo como objetivo a aprovação no Ensino Superior.

No Brasil a educação Escolar Indígena já faz parte do cotidiano da maioria das comunidades (NASCIMENTO 2009; BRASIL, 2004). Tal realidade assume características desafiantes, especialmente se considerada a multiplicidade étnica e a baixa concentração demográfica, ingredientes historicamente utilizados para justificar a não implementação de políticas específicas e diferenciadas para as comunidades indígenas.

A escola entrou na comunidade indígena como um corpo estranho, que ninguém conhecia. Quem a estava colocando

sabia o que queria, mas os índios não sabiam, hoje os índios ainda não sabem para que serve a escola. E esse é o problema. A escola entra na comunidade, e se apossa dela, tornando-se dona da comunidade, e não a comunidade dona da escola. Agora, nós índios, estamos começando a discutir a questão (KAINGANG apud FREIRE, 2004, p. 28).

O desempenho dos estudantes brasileiros aferidos por meio dos exames de avaliação do Ministério da Educação, demonstra que a aprendizagem dos discentes ainda está abaixo de padrões adequados. Esse baixo desempenho dos educandos possui várias causas internas e externas à escola. Nesse cenário, aliado às questões sociais e econômicas estruturais em um país continental como o Brasil, é necessário ressaltar os processos de organização e de gestão pedagógicas que interferem na produção do fracasso escolar, tais como: deficiência do processo ensino-aprendizagem, estrutura inadequada de parte dos sistemas educacionais para dar conta do aumento de demanda dos últimos anos, carência de professores qualificados, especialmente no Ensino Médio, oferta de recursos pedagógicos e bibliotecas adequadas aos processos formativos emancipatórios.

Todas essas questões se articulam às condições objetivas da população, em um país historicamente demarcado por forte desigualdade social, que se caracteriza pela apresentação de indicadores sociais preocupantes e, que nesse sentido, carece de amplas políticas públicas incluindo, nesse processo, a garantia de otimização nas políticas de acesso, permanência e gestão com qualidade social na educação básica. (PNE, 2012).

Na tentativa de superar as desigualdades socioeconômicas e alcançar uma maior equidade social, o Brasil através do Projeto de Lei 3627/2004, adotou o “Sistema Especial de reserva de Vagas

para estudantes egressos de escolas públicas, em especial, negros e indígenas, nas instituições públicas federais de Educação Superior.” (GARLET, GUIMARAES, BELLINI, 2010, p. 65, grifo nosso). Estudantes de qualquer raça, nível de renda e gênero são reprovados ou aprovados exclusivamente em função de seu desempenho. Isso significa que os nativos não são barrados no acesso ao Ensino Superior por serem indígenas, mas por deficiências de sua formação escolar anterior.

De certa forma, é estranho que a primeira grande iniciativa de ação afirmativa no campo educacional, incida justamente sobre o vestibular, sem propor medidas de correção das deficiências de formação que constituem a causa real da exclusão dos pobres, dos negros e dos indígenas. Segundo MAGALHÃES, (2005, p. 548), falta a “[...] valorização plena das culturas dos povos indígenas e a afirmação e manutenção de sua diversidade étnica.”

De fato, isso é verdade na medida em que aquela população enfrenta obstáculos sociais muito sérios na sua trajetória escolar que dificultam o acesso ao Ensino Superior.

A solução das cotas não se encaminha no sentido de propor uma ação afirmativa que permita aos brasileiros com ascendência indígena superar deficiências do seu processo de escolarização e o estigma da discriminação, mas a de reivindicar que, para os *indígenas*, os critérios de admissão ofereçam possibilidades de terem as condições mínimas para fazer um vestibular em pé de igualdade com os demais estudantes.

Com a implantação do CCAE, da UFPB, Campus IV - Litoral Norte, todas as iniciativas de melhoria da qualidade de vida dos povos indígenas foram também exacerbadas, gerando muitas expectativas de realizarem seus sonhos em entra no ensino

superior fazendo um curso universitário de excelência, sem sair da aldeia.

Sob o ponto de vista metodológico optou-se por uma abordagem qualitativa, baseado em pesquisas bibliográficas destacando os principais aspectos citados por teóricos da área como: BARCELLOS, NASCIMENTO, PALHANO SILVA, BRASIL, GARLET, GUIMARÃES, BELLINI, FREIRE, MAGALHÃES entre outros.

A análise dos dados feita por meio deste estudo vem com um anseio de confirmar a contribuição do CCAE na entrada dos indígenas Potiguara no Ensino Superior destacando as ações realizadas pelo PET Indígena e pelo próprio Campus IV.

2 O Povo Potiguara da Paraíba

Segundo Nascimento e Barcellos (2012), a palavra Potiguara significa “povo comedor de camarão”, aquele que habita as terras de Akajutibiró (caju azedo ou bravo) na Baía da Traição-PB. As comunidades habitadas possuem vida, autonomia e convenções próprias e são lideradas por um cacique local, que é o representante da aldeia. Ele permanece no cargo durante os anos em que for reconhecido pela comunidade que o elegeu como representante diante das outras aldeias e da sociedade em geral. Na Paraíba os Potiguaras estão encravados historicamente no Litoral Norte.

A Terra Indígena (TI) Potiguara situa-se nos três municípios e possui 21.238 ha, que foram demarcados em 1983 e homologados em 1991. A TI Jacaré de São Domingos tem 5.032ha nos municípios de Marcação e Rio Tinto, cuja homologação se deu em 1993. Por fim, a TI Potiguara de Monte- Mór, com 7.487 ha, em Marcação e Rio Tinto. (PALITOT, 2005, p. 54).

O povo Potiguara atua como pequenos agricultores e utilizam suas terras para o plantio de macaxeira, feijão, inhame, batata, melancia, maracujá, mamão, mandioca, milho entre outros. (BARCELLOS, 2012, p. 19). Estes roçados são feitos pelas famílias indígenas sendo definidos pelos chefes da família tendo o cultivo com a participação dos seus filhos. A colheita dos alimentos destina-se ao sustento da família. Parte pode ser utilizado para troca entre parentes. Em tendo excedente os produtos são comercializados em feiras livres ou para atravessadores da região.

Habitam em um espaço de natureza agradável, com um ecossistema bem diversificado, com fauna e flora peculiares, onde são encontrados rios, praias, recifes de corais, cachoeiras e lagoas envoltas em biomas com Mata Atlântica e manguezais banhados por baías que dão contornos que só a natureza é capaz de lapidar.

Os indígenas trazem consigo durante toda a sua história conflitos, perseguição e muitas lutas desde a chegada dos portugueses no Período Colonial. Na contemporaneidade, não é diferente, pois registram-se conflitos sociais diversos: questões trabalhistas com Fábrica de Tecido Rio Tinto; questões com a posse da terra com 'usineiros', 'turismo' e outros; questões de meio ambiente alusivas degradação ambiental. Registra-se a ebulição de processos judiciais e ocorrências de mortes de lideranças indígenas.

Ainda, segundo Barcellos (2005), o Povo Potiguara possui hoje população de aproximadamente, 20.000 mil indígenas, e habitam um território de 33.757 hectares, distribuídos em três áreas contíguas nos municípios de Marcação, Baía da Traição e Rio Tinto, no Litoral Norte do Estado da Paraíba.

Os Potiguara atualmente, contam com 32 aldeias presentes nos 3 municípios citados, Galego, Forte, Cumaru, São Francisco, Vila São Miguel, Laranjeiras, Santa Rita, Tracoeira, Bento, Silva, Mata Escura, Akajutibiró, Jaraguá, Silva de Belém, Vila Monte-Mór, Jacaré de São Domingos, Jacaré de César, Carneira, Estiva Velha, Lagoa Grande, Grupiúna, Brejinho, Tramataia, Camurupim, Caieira, Três Rios, Ybykuara, Grupiúna dos Cândidos, Coqueirinho, Val, Lagoa do Mato e Bem Fica. Cada uma das aldeias possui um líder que é chamado de Cacique.

Diante disso, destacamos que o papel do cacique é organizar e representar o povo dentro e fora da aldeia, levando em consideração os anseios e almejos dos parentes indígenas e suas respectivas aldeias, praticando sempre que possível o incentivo à cultura, a políticas públicas e a valorização do seu povo em um contexto social.

Segundo Nascimento, Barcellos et al, (2012), apenas a terra indígena de Monte-Mor, com 7.487 hectares, passa por processo de homologação no Ministério da Justiça. Nas três últimas décadas, houve um relevante desmatamento, sobretudo praticado pelos usineiros, para a utilização da monocultura da cana-de-açúcar. Seu território está localizado numa planície, no Litoral Norte da Paraíba e possui suas fronteiras ao norte, com rio Camaratuba; ao sul, com o rio Mamanguape; ao leste, com o Oceano Atlântico”.

Com relação ao cultivo da cultura indígena Potiguara NASCIMENTO e BARCELLOS (2012) definem que:

[...]nos últimos séculos o povo Potiguara vem sofrendo influência de outros povos, desde a chegada dos portugueses, porém não perderam suas características e suas tradições e ainda hoje cultivam seus costumes e seus valores de origens,

como as pinturas feitas em seus corpos, além de outras expressões culturais como o ritual do *toré*.



Foto1: Universitários Potiguara após realização do ritual do *toré* na aldeia Brejinho, município de Marcação-PB. Ano: 2015

As religiões seguidas pelos potiguaras são o Cristianismo (Catolicismo, Batista, Assembleia de Deus, Beteis e entre outros), introduzido no período colonial pelos portugueses e praticado pela maioria dos Potiguara; e religiões de práticas espirituais ancestrais ligados aos “encantados” e a jurema. Mas, a partir da emergência étnica, instalada na década de 1980 (ARRUTI, 1995), um grande movimento revoluciona o Povo Potiguara, pois esse passa a desenvolver publicamente suas manifestações religiosas, expor sua identidade e tradições. O pesquisador PALHANO SILVA (2013) explicitar os resultados de pesquisa em artigo denominado “Educação e movimentos sociais: registro do TORÉ POTIGUARA - a força da espiritualidade”, onde manifesta que que “Os registros históricos indicam a existência do Povo Indígena Potiguara desde 1500, resistência étnica que atravessa séculos, alimentando-se do cultivo de práticas ritualísticas espirituais, culturais e das tradições”. (PALHANO SILVA, 2013, p. 216).

3 O Curso Pré-Vestibular do CCAE

A UFPB, através do Programa Expandir, elaborou o projeto de criação do Campus IV no coração do Vale do Mamanguape,

Litoral Norte, no ano de 2005. No início de 2006, o MEC aprovou o projeto da UFPB, e foi então criado o Campus IV pelo Conselho Universitário (CONSUNI).

Já a iniciativa do Curso Pré-Vestibular do Litoral Norte no campus foi idealizada pelo Professor Dr. Lusival Antônio Barcellos (Departamento de Educação/CCAIE/UFPB) que teve início em 2007, beneficiando 11 municípios, atuando com cerca de 1.250 estudantes que receberam “ajuda” para vencer um grande desafio: ser aprovado em uma universidade. Entre os 11 municípios destacamos Rio Tinto, Marcação e Baía da Traição, localizado no território Potiguara, que também foi contemplado pelo Curso Pré-Vestibular, dando vez e voz aos jovens indígenas.

O Curso Pré-Vestibular da Baía da Traição, precisamente ministrado na aldeia São Francisco, por exemplo, foi de suma importância, uma vez que havia dificuldades destes realizarem a sua locomoção da aldeia até o centro urbano, na cidade.

O Curso Pré-Vestibular foi então estruturado com a seguinte composição: uma comissão de professores graduados e universitários do Campus UFPB/Litoral Norte que coordenava a iniciativa; um coletivo de quatro coordenadores gerais e 11 coordenadores locais responsáveis por viabilizar a efetivação do projeto. Além das aulas, eram realizados simulados e bisuradas objetivando estimular a juventude a participar do vestibular visando aprovação dos estudantes no ensino superior. Esta ação se estendeu até o ano de 2012, atingiu além do Vale do Mamanguape 22 municípios da Paraíba, incluindo uma cidade do Rio Grande do Norte.

Para materializar o Curso Pré-Vestibular do Litoral Norte a coordenação reuniu o apoio do CCAIE, da Reitoria da

UFPB, mas sem dúvida foi fundamental as parcerias realizadas com as Secretarias de Educação dos municípios beneficiados, com a Fundação Nacional do Índio (FUNAI) e movimentos sociais, indígena. Os municípios, disponibilizavam transporte, alimentação e material de expediente aos alunos. Grupos internos ao CCAE, como o Grupo de Estudos e Pesquisa e Educação, Etnias e Economia Solidária (GEPees) também compunha essa rede de apoio. O movimento indígena tratou o assunto em suas pautas.

O primeiro resultado alcançado em 2007 com a atuação do “cursinho” na aldeia São Francisco, foi a conquista de uma aprovação do primeiro Potiguara na Universidade de Brasília (UnB). No ano seguinte, uma versão mais aperfeiçoada do projeto resultou em um índice bem mais eficiente: a aprovação de 12 indígenas em universidades públicas. Ao longo desse trajeto também pode-se constatar outros resultados. Esse, sem dúvida é um registro que contém a proeza acadêmica do CCAE/UFPB no Litoral Norte: a de possibilitar condição para o acesso de indígenas Potiguara no espaço acadêmico.

4 O Curso Pré-Vestibular do PET Indígena

A segunda iniciativa abordada diz respeito ao PET Indígena. Trata-se de um Programa do Governo Federal, aprovado em dezembro de 2010, que teve como primeiro Tutor o seu criador, Prof. Dr. Lusival Antonio Barcellos. O projeto inicial teve como tema central foi *o acesso e a permanência do universitário indígena na academia*. Em sua justificativa foi mencionado que tratava de um programa composto por indígenas que, incondicionalmente, lutam contra a discriminação e preconceito de sua cultura e tradição. Argumentava que a relevância da ação acadêmica estava em uma

singularidade: o trabalho do PET estrategicamente pauta-se por acompanhar os indígenas na vida acadêmica, e especialmente propiciar que os indígenas sejam reconhecidos no interior da universidade.

Ao longo da trajetória, o acompanhamento pedagógico propiciou que os integrantes do PET Indígena pudessem além das atividades vinculada as disciplinas, organizar um conjunto de atividades explicitadas nos espaços da universidade, objetivando mostrar para os não indígenas sua arte, sua dança, sua culinária e sua tradição. Eventos esses organizados pelos próprios indígenas ou por segmentos da UFPB, como os coordenados pelo GEPEeS, como: Seminário Internacional de Práticas Educativas, Exposição dos Expoentes da Educação: Educadores Escolas e dos Movimentos Sociais.

Outros marcos que ficaram cravados na história dos indígenas na universidade foi a auto-dedicação de dez universitários Potiguara de ministrarem aulas no Curso Pré-Universitário aldeia Grupúna, a partir do ano de 2011, objetivando ampliar o capital cultural dos seus parentes indígenas. Essa atividade tinha como finalidade rever os conteúdos específicos das provas do Processo Seletivo Seriado (PSS) da UFPB e do Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM).

Ao decidirem por atuar na aldeia Grupiúna, situada no município de Marcação, que conta com uma população de 300 habitantes, aproximadamente, os universitários do PET Indígena enfrentam dois grandes obstáculos: primeiro, de ordem geográfica: a aldeia estava localizada numa área de difícil acesso por possuir estradas de barro e ladeiras perigosas; segundo, de ordem estrutural: não havia traslado pelos “ônibus

amarelinhos” aos sábados. A Direção do CCAE em conjunto com as Secretarias Municipais, montaram um circuito de deslocamento dos universitários com transportes de médio porte. Registra-se que a ação em 2012, atingia 22 cidades da região, sendo os universitários do PET Indígena responsáveis pelas aulas na aldeia dos municípios de Marcação, Rio Tinto e Baía da Traição. Na área indígena também houve o apoio da FUNAI.

Diante dessa realidade, houve uma inversão de trajeto, isto é, ao invés dos estudantes irem até a sede do município, os bolsistas do PET é que iam até eles, na aldeia Grupiúna. Isso facilitou até mesmo para os moradores das aldeias vizinhas, dentre as quais: Estiva Velha, Bento e Silva. A aldeia Grupiúna se tornou o polo da região. Até a implantação do PET, em 11 de junho de 2011, a aldeia Grupiúna, situada distante da cidade de Marcação, era vista como uma aldeia esquecida, sem perspectiva de maior atenção pelas autoridades. Se os indígenas desejassem estudar para além das séries iniciais teria de fazer o seu deslocamento para outras escolas. E, aqueles que almejavam o ensino superior, o sonho era sempre adiado. Mas, a entrada no Cursinho e do PET Indígena revolucionou a aldeia: essa visão foi totalmente mudada. Um novo cenário foi instalado, pois estudantes que pensavam em ‘parar’ de estudar, renovaram suas esperanças: “cursinho” chegou e mudou essa história.

O Curso Pré-Vestibular do PET durante três anos de duração foi composto por um grupo de 12 graduandos indígenas Potiguara bolsistas, sendo 10 deles voltados para o Curso Pré-Universitário. Os outros dois bolsistas ficaram encarregados com os focados na pesquisa foram: Iracilda Cinésio Gomes – graduanda em Bel. em Ecologia – e Gessé Viana da Silva – graduando no Curso de Licenciatura Ciência da Computação. Destacam-se nessa ação universitária: Rayssa da Costa Ciríaco, Isac Faustino

Gomes, Jessica da Silva Ferreira, Jessica Nascimento da Silva, Antônio Isidoro Pascoal Neto, dentre outros. Segue, o quadro com indígenas professores(as):

Quadro1: universitários do PET Indígena que assumiram ações educativas no Cursinho Pré-Vestibular no CCAE-UFPB. 2011 a 2013.

Estudantes	Curso	Disciplina que ministra
Danieide Silva Cândido	Ecologia - P4	LITERATURA
Maicon Babosa	Ecologia - P4	HISTÓRIA
Iranilza Cinésio Gomes	Secretariado Executivo Bilíngue- P5	ESPANHOL
Juracy Deyse Delfino Soares	Secretariado Executivo Bilíngue- P3	INGLÊS
Eva Tânia Viana	Pedagogia - P4	BIOLOGIA
Gilvania Hilário	Pedagogia - P4	L Í N G U A PORTUGUESA
Elizabete Maximo de Lima	Pedagogia - P6	GEOGRAFIA
Leonardo Cinésio Gomes	Matemática - P1	FÍSICA
Jussara Clementino	Matemática - P9	MATEMÁTICA
Jacquiele da Silva Ferreira	Matemática - P5	QUÍMICA

Fonte: informações coletadas junto aos estudantes universitários indicados no presente quadro.
(Rio Tinto-PB, CCAE, 2016)

Nos anos de 2011 e 2012, cerca de 60 estudantes indígenas participaram do Cursinho orientado pelo PET Indígena. Muitos deles moram distante do Polo Grupiúna. As aulas ocorriam aos sábados, pois os estudantes tinham disponibilidade, mas tal definição ocorreu após vasto diálogo com estudantes nas aldeias. Um aspecto que favoreceu a presença dos indígenas foi o fornecimento de alimentação gratuita. A pausa para a alimentação do corpo, alimentava também a esperança dos indígenas chegarem ao espaço universitário, pois esse espaço passou a ser marcado pelos diálogos sobre a vida gerando sociabilidade, onde as histórias e sonhos eram compartilhados.

Dois anos depois da implantação do cursinho pré-vestibular do PET na aldeia Grupiúna, com a aprovação de mais de cinco

alunos do cursinho, e com a realidade de prestar os vestibulares mudada, uma vez que antes da chegada do PET na região os estudantes que concluíam o Ensino Médio, não prestavam o vestibular. O PET implanta seu cursinho na aldeia Camurupim em Marcação – PB. Uma a aldeia posicionamento estratégico que foi definida como polo para a região, pois fica próximo das aldeias Tramataia, Val e Caieira.

O Cursinho, a exemplo das ações na aldeia Camurupim, cumpre papel de relevância cultural para a comunidade Potiguara. NASCIMENTO & PALHANO SILVA (2013, p. 78-79) manifestam haver entre os Potiguara o fenômeno “saberes da sobrevivência” algo indispensáveis à vida. Os saberes, compartilhados de geração à geração, fortalecem a perpetuação das tradições, o cultivo dos valores étnicos, ampliam a união dos universitários indígenas aos ‘trancos velhos’ e lideranças do povo Potiguara.

Na verdade esse é um caminho de mão dupla, pois instala-se uma convivência com as culturas indígena e acadêmica. Os universitários indígenas e não indígena passam a vivenciam por meio de um conjunto de práticas pedagógicas, como oficinas de plantas medicinais, cultura, novas tecnologias, confecção de saiotos, feitura de maracas, tintas e pinturas reafirmando a identidade étnica Potiguara. As rodas de conversas e caminhadas nas aldeias, o contatos com Trancos Velhos e ambiente de produção, com a musicalidade e Toré, dentre outros elementos que vão gerando nova visão de mundo sobre o mundo étnico Potiguara.

5 Resultados e Discussões

Um dos maiores resultados foi mudar o imaginário de indígenas que achavam impossível o acesso ao Ensino Superior.

Os depoimentos dos professores indígenas, da mesma idade, de aldeias próximas, que tem a mesma realidade de muitos deles, contribuiu, sensivelmente, para eles acreditarem que o sonho era possível: a aprovação na universidade. O conhecimento adquirido, a troca e a partilha de saberes, marcou a vida de quem era discente e docente, além de fomentar entre eles, o exercício para a cidadania. O cuidado e o carinho, as conversas e as orientações, as oportunidades e as esperanças mudaram a histórias de todos os envolvidos nesse projeto.

Os indígenas carregam consigo os saberes milenares dos ancestrais e bebem também dos saberes sistematizados na academia. A junção dessas duas fontes proporciona aos “petianos”, não só um apoio econômico, como também crescimento pessoal/acadêmico. O grupo é um *ninho* de partilha da vida e dos sonhos individuais e coletivos. São muitas as descobertas que estudantes e professores edificam nessa grande teia das relações.

O Curso Pré-Vestibular oferecido pelo PET Indígena, além de contribuir com a entrada dos Potiguara no Ensino Superior, também acaba proporcionando muitas lições e ensinamentos para a vida de quem um dia conviveu com esses aguerridos Potiguara. Um destaque é o fato dos universitários indígenas ter ministrado aulas para os parentes indígenas, algo jamais visto na história de seu povo, legado que ficará para sempre nos anais do CCAE/UFPB. A vitória de cada Potiguara, aprovado no Ensino Superior, é também vitória de toda equipe do PET. Ensino, pesquisa e extensão vai sendo gestado paulatinamente, rompendo desafios e proporcionando a materialização que o sonho pode ser realidade.

Depois da instalação do “cursinho” nas aldeias a realidade do Povo Potiguara foi visivelmente modificada. A entrada dos

Potiguara nos cursos de Ensino Superior da UFPB, em especial no campus IV, já não é mais novidade. De acordo com dados da Associação dos Universitários Potiguara (AUP) hoje a UFPB possui cerca de 180 Universitários Indígenas cursando uma graduação em todos os seus campus espalhados pela Paraíba. Registra-se a presença de Potiguara em outras universidades como, a UnB, UFRN.

Este fato traz impacto para a sociedade acadêmica, para a realidade das aldeias e para a sociedade como todos, pois ter o acesso ao conhecimento acadêmico não é mais um privilégio para poucos, para a classe mais favorecida, com o “cursinho” e com a vinda do Campus IV para a vizinhança do Povo Potiguara toda a realidade foi modificada trazendo mudança no sistema educacional brasileiro.

A iniciativa do Curso Pré-Vestibular no vale do Mamanguape no território Potiguara, trouxe resultados concretos para o Povo Potiguara. Percebe-se que foram desencadeadas um conjunto de práticas educativas mediatas pelos diálogos sistemáticos, tematizando questões do vivido nas aldeias e do vivido na universidade favorecendo a formação intelectual, estimulando a permanência no espaço universitário e ampliando vínculos dos saberes acadêmicos e tradicionais. Guardadas as devidas proporções, foram práticas que propiciam que novos coletivos de jovens indígenas tomassem conhecimento sobre a universidade, bem como, que jovens universitários mantivesse contatos com a cultura indígena Potiguara. Pode-se dizer, que um capital cultural vai sendo paulatinamente constituído, marcadas pelos valores e saberes interiorizados e externalizados em coletivo (PALHANO SILVA, 2016).

O CCAE com seus Cursos, Bases de Pesquisas e Extensão, inserido no coração do Vale do Mamanguape Paraibano, ao completar 10 anos de trajetória educativa, começa a ser um espaço acadêmico, onde estudantes indígenas realizam seu ‘sonho’ de ingressar no ensino superior, vivenciando do ensino, a extensão e pesquisa. Mesmo reconhecendo que há muito por fazer, acreditamos que os esforços reunidos e praticados vem gerando paulatinamente o acesso dos indígenas Potiguara nos registros de concluintes nos diversos cursos do CCAE. É de se realçar, a ampliar da sociabilidade entre os segmentos indígenas e não indígenas, exercitado na disputa e troca de cultural. Um novo capital cultural vai sendo gestado pela articulação dos saberes da ciência e da tradição étnica, onde universitários indígenas realizam a mediação no cotidiano da aldeia, ao mesmo tempo que identificam novas demandas para atualizar a agenda da UFPB, mas especialmente, nesse movimento emerge a esperança que fortalece a busca de novos horizontes nas terras potiguara.

Referências

BANIWA, Gersen Luciano. (2009), **“Indígenas no Ensino Superior: novo desafio para as organizações indígenas e indigenistas no Brasil”**. In: SMILJANIC, M. I. (org.); PIMENTA, J. (org.); BAINES, S. T. (org.). *Faces da Indianidade*. UNB. Curitiba-PR. p 187-202.

BARCELLOS, Lusival Antônio. **Práticas educativo-religiosas dos indígenas Potiguara da Paraíba**. 2005. 310 f. il. Tese (Doutorado em Educação) - Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2005.

_____; NASCIMENTO, José Mateus do. **O povo Potiguara e a luta pela etnicidade**. In: NASCIMENTO, José Mateus do (Org.). *Etnoeducação Potiguara Pedagogia da Existência e das Tradições*.

João Pessoa: Ideia, p. 11-25, 2012.

BRASIL, Conselho Nacional de Educação – Câmara da Educação Básica. **Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Escolar Indígena -n. 3**, João Pessoa: DPG/SEC/PB, 2004.

_____. Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade. **Referencial Curricular Nacional para as Escolas Indígenas (RCNEI)**. Brasília: MEC/SECAD, 2005.

FREIRE, Paulo. **Educação e atualidade brasileira**. Recife: Universidade Federal do Recife, 1992.

_____. Paulo. **Educação como prática da liberdade**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, p. 28, 2004.

GRUPIONI, L. D. B. “**Contextualizando o campo da formação de professores indígenas no Brasil**”. In: GRUPIONI, L. D. B. (org.), *Formação de professores indígenas: repensando trajetórias*. Coleção Educação para Todos. Edição MEC/UNESCO. Brasília, fevereiro, 2006.

LOBO, Roberto; HIPOLITO, O.; MOTEJUNAS, P. R.; LOBO, M. B. C. M.. **A Evasão no Ensino Superior Brasileiro. Cadernos de Pesquisa** (Fundação Carlos Chagas. Impresso), v. 37, p. 641-659, 2014.

LIMA, Antonio Carlos de Souza & HOFFMAN, M. B. (orgs.). **Seminário Desafios para uma educação superior para os povos indígenas no Brasil**. 2007. Disponível em: <http://www.trilhasdeconhecimentos.etc.br/livros/index.htm>.

MAGALHÃES, Edvard Dias. (Org.). **Legislação Indigenista Brasileira e normas correlatas**. 3. ed. Brasília: FUNAI/CGDOC, 2005.

MEC. Disponível em: <www.revistaensinosuperior.uol.com.br>. Acesso em: 10 de abril 2012.

NASCIMENTO, José Mateus e PALHANO SILVA, Paulo Roberto. **Educação escolar Indígena Potiguara**. In: *Etnoeducação Potiguara*.

Pedagogia da Existência e das Tradições. João Pessoa, Editora Ideia, 2013.

NASCIMENTO, Rita Gomes. **Rituais de resistência: experiências pedagógicas Tapebas**. 2009. 209 f., principalmente il. collor. Tese (Doutorado em Educação) - Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, p. 96, 2009.

PALITOT, Estêvão Martins. **Os Potiguara da Baía da Traição e Monte-Mór: história, etnicidade e cultura**. Dissertação apresentada à Coordenação do Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Federal da Paraíba e Universidade Federal de Campina Grande. João Pessoa PB, p. 54, 2005.

PNE. Disponível em:www.revistaensinosuperior.uol.com.br. Acesso em: 10 de abril 2012.

UFPB. Disponível em:<www.ccae.ufpb.br > Acesso em: 25 de julho 2016.

NARRATIVAS INSÓLITAS NA SALA DE AULA: FORMAÇÃO DE LEITORES NO VALE DO MAMANGUAPE

Luciane Alves Santos
Michelle Bianca Santos Dantas
Tháise Gomes Lira

1 Introdução

O trabalho em questão justifica-se pela necessidade de reflexão acerca da articulação entre o ensino e a formação contínua, elementos fundamentais para os estudantes de licenciatura das Universidades. Ações dessa natureza se tornam possíveis por meio de atividades como as dos projetos do Programa de incentivo à licenciatura - Prolicen: “Literatura greco-romana em sala de aula” e “Ficção Distópica: novas fórmulas para jovens leitores”, que propiciam o entrelaçamento da teoria e da prática pedagógica, movimento essencial tanto à formação profissional quanto à cidadania.

Ao mesmo tempo, destacamos que o presente trabalho é fruto de uma discussão mais ampla, vinculada às produções, estudos de professores e alunos do Curso de Letras CCAE/UFPB, compartilhadas e aprofundadas no grupo de pesquisa “Variações do insólito: do mito clássico à modernidade” (CNPq/UFPB).

As motivações para as pesquisas e ações voltadas para o ensino de literatura envolvem mitos sobre os parcos hábitos de leitura do povo brasileiro, e o que se pode afirmar sobre o tema

tem fundamentos históricos e econômicos, que consideram: o grau de escolaridade; a influência de pais e professores na iniciação à leitura literária; o acesso a bibliotecas dentro e fora das escolas; o alto preço do livro no Brasil; e o ritmo de vida adotado no século XXI, que inclui o período diário de estudos, o de trabalho e ainda o tempo dedicado às redes sociais, particularmente, pelos jovens.

Nesse sentido, torna-se pertinente a reflexão sobre a elaboração de alternativas para contribuir na formação de leitores a partir dos primeiros anos da vida escolar. Portanto, as ações de leitura, aqui discutidas, podem ser aplicadas considerando as categorias do insólito que se manifestam em diferentes linguagens, como a literatura, a música e o cinema.

Percebemos, diariamente e em todos os lugares, o relevante interesse dos jovens pelas narrativas do Maravilhoso, como a mitologia greco-romana, presentes nos livros, filmes, games, séries, todos de grande respaldo do público infantil e juvenil. Para que possamos ter ideia desse interesse, as duas séries do autor norte-americano Rick Riordan, *Percy Jackson & os olímpianos*¹ e *Os Heróis do Olimpo*², venderam milhares de cópias em todo o mundo, sendo traduzidas para diversos países. Jovens de todo o mundo acompanham a saga do semideus *Percy*, e, no Brasil, como não é diferente, seus fãs chamam-se de os “de sangue puro”, “os olímpianos”, e interagem através de grupos e blogs nas redes sociais. Inclusive, esse sucesso de público é verificado tanto por jovens da classe média-alta, como também pelos menos

¹Essa primeira série dedica-se a temática da mitologia grega e é composta pelas obras *O Ladrão de Raios*, *O Mar de Monstros*, *A Maldição do Titã*, *A Batalha do Labirinto* e *O Último Olímpiano*. Inclusive, os dois primeiros tornaram-se os filmes *Percy Jackson e o Ladrão de Raios* (2010), dirigido por Chris Columbus, e *Percy Jackson e o Mar de Monstros* (2013), dirigido por Thor Freudenthal, ambos produzidos pelo estúdio Century Fox. Também essa série já rendeu a adaptação para os quadrinhos *O Ladrão de Raios* (2011) e *A Maldição do Titã* (2014).

²Essa série tem como tema norteador a mitologia romana e é composta pelas obras *O Herói Perdido*, *O Filho de Netuno*, *A Marca de Atena*, *A Casa de Hades* e *O Sangue do Olimpo*.

favorecidos socialmente. Esse público é fascinado pelas aventuras e pelos poderes de um jovem comum que, em pleno século XXI, descobre ser filho de *Poseidon* e, também, que os deuses continuam vivos, habitando o Monte Olimpo, localizado em Nova York, no *Empire State Building*. Pela dimensão do público, estima-se que a série está entre as mais vendidas e de maior sucesso da história. Tal encanto da juventude pela mitologia fez com que o autor lançasse uma trilogia baseada na mitologia egípcia, *As Crônicas dos Kane* (2012), e vem preparando outra sobre a mitologia nórdica, ainda não publicada.

Ao mesmo tempo, acompanhamos também a tendência da invasão de romances de vertentes insólitas, como o incontestável sucesso alcançado pela geração *Harry Potter*, da britânica J. K. Rowling (1997) ou a bem recebida distopia de Suzanne Collins, *Jogos Vorazes* (2010). Essa nova combinação literária ganhou enorme adesão entre os jovens leitores. Acreditamos que são textos dessa natureza importantes dispositivos para atrair novos leitores, cada vez mais “é preciso buscar a expansão dos horizontes e não apenas reafirmá-los; desafiar o educando para conhecer o outro, o novo, o diferente; estabelecer metas ambiciosas e fixar patamares elevados de leitura a serem gradativamente conquistados” (CECCANTINI, 2004, p.134).

É evidente que do mito clássico às distopias contemporâneas, as manifestações insólitas, em seu caráter híbrido, estão presentes na literatura, no cinema, na pintura e em diferentes formas de representação. Trata-se de uma modalidade rica e expressiva que nos remete a uma gama simbólica de temas, situações e cenários que se desdobram em uma enorme experiência estética. Por sua via direta com o imaginário, pela presença de acontecimentos

singulares e inquietantes, apresenta considerável abertura pedagógica para que diferentes linguagens sejam exploradas na Educação Básica.

2 Nas trilhas do insólito

Para melhor delinear os caminhos percorridos em nossa abordagem teórica, apresentaremos alguns pontos importantes em relação à conceituação das categorias ficcionais aqui analisadas.

A palavra “insólito”, do latim *insolitus*, é reconhecida como um fenômeno que transgride as leis naturais e que abala a ordem de uma situação conhecida para causar estranheza. Em todas as épocas da criação literária, os fenômenos extraordinários estão associados a uma multiplicidade de mundos imaginários, uma vez que geram a ruptura da ordem cotidiana. Como categoria ficcional, é a modalidade expressiva que nos remete a um arsenal simbólico de temas, situações e cenários, que se desdobra em uma enorme experiência estética.

Atuando em diferentes formas, o insólito apresenta-se como demonstração de liberdade, como exteriorização de questionamentos ao improvável que rodeia o pensamento individual e social, é a arte que desestrutura a capacidade de compreensão do mundo real e que engendra uma nova forma de apreensão da realidade.

Do ponto de vista histórico, o século XIX foi dominado pelo Positivismo que refutou o obscurantismo, a religião e a imaginação, concentrando-se na passagem de uma visão mística de mundo para uma visão fundada apenas em princípios científicos. Em meio a esse movimento cientificista, surgiram novas práticas experimentais que procuraram compreender a vida de outras

formas, repelindo teorias excessivamente reducionistas e racionais para integrar o mistério e a incerteza às esferas do real. Uma nova intenção exploratória dirige seu olhar para os territórios obscuros e insondáveis do espírito humano, assiste-se ao renascimento do “irracional”. Este foi o século por excelência das utopias, das viagens extraordinárias, dos experimentos científicos e de toda forma de transgressão com o real. Cada vez mais a literatura que expressa o inconcebível passou a traduzir as angústias do homem moderno, aquele que passou pelas guerras, que conheceu o avanço tecnológico e científico, que entrou em crise com a religião e não encontrou conforto espiritual.

Na entrada do século XX, inúmeros contistas e romancistas apropriaram-se do insólito nas formas do Fantástico, do Maravilhoso, do Estranho entre outras, para produzir um tipo de literatura mais afinada ao imaginário do leitor contemporâneo. Em novos tempos, notadamente a partir da segunda metade do século XX, as narrativas que abordam as rupturas da ordem cotidiana constituem as mais importantes tentativas de renovar o insólito ficcional.

Nas literaturas de língua portuguesa, esse movimento de recuperação e renovação do imaginário se fez presente de forma inequívoca nas obras de escritores consagrados como Murilo Rubião, José Jacinto Veiga, Lygia Fagundes Teles, Mia Couto, José Saramago, Pepetela e toda uma geração que promoveu, por meio da ficção, a revisão crítica da condição humana.

Dadas as especificidades dos estudos acerca do insólito ficcional, é inevitável a divisão e a classificação das categorias que compõem essa área de estudos. Apresentaremos as duas

mais significativas que envolvem nossos objetos de trabalho: o Maravilhoso e a Distopia.

2.1 O Maravilhoso

A palavra “maravilhoso” deriva do latim *mirabilia* e tem como definição as coisas admiráveis que causam espanto ou admiração. O termo, uma vez incorporado à literatura, representa ações que transgridem as leis naturais que regem o mundo. Para Irleamar Chiampi (1980, p.48) “Maravilhoso é o “extraordinário”, o “insólito”, o que escapa ao curso ordinário das coisas e do humano”. Partindo dessas definições, pode-se inferir que o universo literário engendrado pelo maravilhoso permite o mergulho em uma realidade paralela que não rivaliza com o mundo natural; ao contrário, trata-se da suspensão do mundo cotidiano, ordinário e banal, para a aceitação de elementos sobrenaturais, intrigantes e fabulosos que intervêm sem explicações num mundo já concebido como irreal.

As primeiras manifestações do maravilhoso remontam séculos e se confundem com a própria origem da literatura, através dos mitos, epopeias, tragédias e outros textos greco-romanos. Trata-se de um gênero que “tem servido para designar a forma primordial do imaginário de obras de todas as latitudes culturais” (CHIAMPI, 1980, p.49). Se assim o entendemos, é fato que, ao longo da história da humanidade, a mente humana tem sido alimentada por histórias maravilhosas que envolvem magias, elementos sobrenaturais e situações estranhas. No século VIII a.C., *A Odisseia*, de Homero, representou fonte inesgotável do poder de criação e enfrentamento com situações de caráter absolutamente fantásticos. Na obra de Homero, todas as intervenções fantásticas

são concebidas como naturais; a presença das divindades greco-romanas é encarada como elemento comum à trajetória dos personagens. O célebre protagonista Ulisses não se surpreende – nem aqueles que estão à sua volta – com os vários obstáculos maravilhosos: a presença do Ciclope, o encontro com Cila e Caríbdis, os conselhos da deusa Atena, a visita ao Hades, a fúria dos deuses entre outros, que se opõem ao seu retorno a Ítaca.

Não apenas na literatura pagã encontram-se fortes traços desse universo transgressor, eles também são largamente reconhecidos na Literatura Novelística Popular Medieval fortemente influenciada por aspectos cristãos. Na Idade Média, o termo “maravilhoso” constitui um amálgama de questões ligadas às divindades religiosas e pagãs: a conhecida história do mago Merlin, de Robert de Boron, representa as raízes do paganismo celta e as lendas em torno do Rei Arthur se tornaram um autêntico porta-voz da cultura e da imaginação cristã. Também as peripécias de Perceval, em *A demanda do Santo Graal*, de Chrétien de Troyes, confirmam a presença da religiosidade cristã aliada a acontecimentos que rompem as fronteiras entre o natural e sobrenatural.

2.2 A Distopia

O termo *Distopia* resulta da união do prefixo grego *DIS* – que, segundo Faraco e Moura (1976), citado por Schneider (2010, p. 3), pode significar “dificuldade” e “negação” – ao radical *TOPOS*, que significa “lugar”. O termo quer dizer, então, “Lugar Ruim” ou “Lugar Difícil”. Dessa união constata-se a oposição às Utopias, que Figueiredo define como “*locus* da ação humana, perfeitas não por serem atribuídas a um regimento metafísico qualquer, mas

por serem produzidas pelos homens e para os homens” (2009, p. 325).

Dessa forma, as utopias podem representar a melhor forma de organização social, enquanto as distopias representam um lugar não-ideal para viver. Porém, segundo reflexão da referida autora, o próprio sistema utópico oferece bases à distopia, ao passo em que também estabelece um limite sutil, não declarado abertamente, à liberdade da população submetida a tal sistema.

Com efeito, os textos literários definidos como distópicos descrevem uma sociedade imaginária, controlada por regimes totalitários em que impera a negação da liberdade individual. A distopia é a consequência do exercício de uma ideologia dominante, alicerçada em um mundo organizado, obviamente, do ponto de vista do discurso oficial.

Sob essa aparente organização social, impera a uniformização do pensamento a que os habitantes desse *topus* idealizado são submetidos. Nesse sentido, as distopias apresentam uma hierarquia social rígida: quem se encontra em situação de poder, oprime, e a maioria é oprimida, relegada a péssimas condições de vida. Figueiredo (2009, p. 355-356) aponta oito principais características de um sistema distópico: totalitarismo; centralização do poder; opressão de uma minoria em posição de poder sobre grupos inferiorizados; tecnologia avançada, aproximando-se do surreal; críticas à sociedade vigente; ausência de harmonia; população com liberdade delimitada; protagonistas ou heróis, uma vez identificados pelo poder central, são exilados ou eliminados.

As distopias, também chamadas antiutopias ou contra-utopias, descrevem a sociedade humana do futuro em um estado

de crise que é a hipérbole do presente; assim, nessas narrativas, o distanciamento temporal é pouco marcado. Mais recentemente, as distopias são construídas de ecos dos gritos dos protagonistas de catástrofes atômicas ou ecológicas. Para Gouanvic (1994, p. 34), as distopias são particularmente reveladoras de fantasmas e angústias coletivas que atravessam as sociedades ocidentais em determinadas épocas.

As categorias brevemente apresentadas, a Distopia e o Maravilhoso, têm em comum a presença de elementos extraordinários, não compatíveis com a realidade ordinária e banal. Por transitarem com observável aceitação entre os jovens leitores brasileiros, elas foram escolhidas para o desenvolvimento de nosso projeto.

3 Propostas de intervenção na Educação Básica: o mundo maravilhoso dos mitos greco-romanos e as narrativas distópicas

Iniciando a descrição das ações conjuntas entre professores e alunos da UFPB, em constante diálogo com docentes das escolas públicas do Vale do Mamanguape, apresentaremos algumas reflexões sobre novas estratégias didáticas para o desenvolvimento de atividades voltadas para o Ensino de Literatura.

Um dos projetos utilizou como *corpus* os textos da Literatura Romana, já que toda sua simbologia e a presença mitológica dos heróis e deuses são bastante atrativas para os jovens leitores. Dessa maneira, nosso trabalho contribui, tanto com os alunos do Ensino Básico, que terão a oportunidade de compreender melhor nossa literatura ocidental, suas origens e significados, como também para os alunos do Ensino Superior do Curso de Letras (CCA), tendo em vista que refletirão sobre procedimentos didáticos da

Literatura, ao mesmo tempo em que poderão realizar a leitura de textos literários e teóricos que, muitas vezes, não são contemplados nos programas das disciplinas que constam na matriz curricular do Curso.

Nossa perspectiva de trabalho é corroborada por autores como Ítalo Calvino (2007), Ana Maria Machado (2002), Girlene Marques Formiga (2011) e Maria Helena Zancan (2005) que justificam a importância do nosso projeto, uma vez em que, em seus postulados, expõem a importância do ensino de Literatura e, principalmente, o trabalho com textos clássicos em sala de aula. Vejamos a assertiva abaixo:

(...) os clássicos não são lidos por dever ou por respeito, mas só por amor. Exceto na escola: a escola deve fazer com que você conheça bem ou mal um certo número de clássicos dentre os quais (ou em relação aos quais) você poderá depois reconhecer os “seus” clássicos. (CALVINO, 2007, p. 13).

Como podemos ver, a citação acima ratifica a importância de observarmos a escola como um *locus* de saber democrático, cultural e histórico, que tem o papel fundamental de apresentar os clássicos aos alunos e estimulá-los à leitura, como nos diz Ítalo Calvino (2007). Assim também como não podemos negar a relevância que essas leituras poderão trazer para as vidas desses estudantes, como enfatiza Ana Maria Machado (2002):

Se o leitor travar conhecimento com um bom número de narrativas clássicas desde pequeno, esses eventuais encontros com nossos mestres da língua portuguesa terão boas probabilidades de vir a acontecer quase naturalmente depois, no final da adolescência. E podem ser grandemente ajudados na escola, por um bom professor que traga para sua classe trechos escolhidos de algumas de suas leituras

clássicas preferidas, das quais seja capaz de falar com entusiasmo e paixão. (MACHADO, 2002, p.13-14)

É importante a presença e a atuação do professor na formação do leitor desde as séries iniciais, pois esse aluno crescerá cercado de obras, sejam adaptadas, sejam clássicas, e a sua inserção naquela realidade moldará o seu perfil leitor, da mesma forma que a ausência de obras de fácil acesso molda o perfil não-leitor. Além disso, nesse percurso, não ignoramos que o uso das adaptações pode ser uma boa ferramenta didática, desde que trabalhada com eficiência metodológica, a fim de que possamos ter êxito em nossa proposta. Como nos orienta Girlene Formiga (2011), os alunos possuem contato com os clássicos muito mais pelas adaptações (quadrinhos, filmes, jogos, textos adaptados), do que através dos originais. Dessa forma, as adaptações podem ser utilizadas, caso julgemos ser necessário, como ponto de partida, instrumento mediador, e não como finalidade de nossa proposta de leitura.

Nesse processo, não podemos desconsiderar os questionamentos que existem, quase como “ecos”, que expressam certa resistência, ou, no mínimo, ignoram trabalhos como o que defendemos: trabalhar com mitos e narrativas greco-romanas em sala de aula. Isso ocorre porque, na medida em que se defende a utilização de textos esquecidos, ou, até mesmo, “marginalizados” pela hegemonia cultural, propondo-se um avanço de perspectivas e uma inovação do *corpus*, alguns estudiosos compreendem que trabalhar com os textos clássicos refletem uma metodologia retrógrada e pouco eficaz.

Do nosso ponto de vista, a riqueza e a diversidade literária devem ser trabalhadas e discutidas em sala de aula. Não podemos esquecer que a visão estática e estratificada entre o

culto e o popular, por exemplo, tem uma razão social, mas que, muitas vezes, a própria literatura insiste em romper. E é por esse alcance que observamos a presença do mito/maravilhoso nas mais diversas expressões artísticas, demonstrando que na arte não existe hierarquização e, sim, comunhão de riquezas e tradições. Para tanto, lembremos da canção de um dos maiores repentistas do Brasil, Otacílio Batista, nascido no sertão de Pernambuco e que compôs os versos “Mulher nova, bonita e carinhosa, faz o homem gemer sem sentir dor”, musicada por Zé Ramalho e cantada por diversos intérpretes, a exemplo da cantora cearense Amelinha. Nesta canção, o eu-lírico, a fim de enfatizar o poder do encanto proporcionado pela beleza de uma jovem mulher, recorre a um percurso histórico e mitológico, desde a paixão de Páris por Helena, a de Alexandre por Roxana, a retratada na poesia de Cervantes, até chegar à paixão de Virgulino por Maria Bonita. Assim, podemos observar a grandeza e a universalidade da arte poética, que atravessa o tempo e a geografia, seja ela clássica, popular, moderna, antiga, a matéria artística possui um propósito harmonizado, que é o objetivo de alcançar e representar a essência humana, seus amores, suas dores, seus anseios e suas emoções.

Entendemos, assim, como enfatiza Rildo Cosson (2014), que o isolamento desses textos não ajuda a atingir a finalidade maior, que é o aluno, e apresentar-lhe a diversidade e riqueza da literatura. Apresentar esses diálogos é importante, até mesmo para que o aluno compreenda as novas construções, as desconstruções, as ampliações e até mesmo as recusas ideológicas e artísticas presentes nos textos, propiciando ao aluno um arcabouço de conhecimento que o tornará capaz de analisar e interpretar o texto literário. Vejamos o que nos diz Rildo Cosson (2014):

Aceitar a existência do cânone como herança cultural que precisa ser trabalhada, não implica em prender-se ao passado em uma atitude sacralizadora das obras literárias. Assim como a adoção de obras contemporâneas não pode levar à perda da historicidade da língua e da cultura. A literatura deveria ser vista como um sistema composto de outros tantos sistemas. Um desses sistemas corresponde ao cânone, mas há vários outros, e a relação entre eles é dinâmica, ou seja, há uma interferência permanente entre os diversos sistemas. A literatura na escola tem por obrigação investir na leitura desses vários sistemas até para compreender como o discurso literário articula a pluralidade da língua e da cultura. (COSSON, 2014, p. 34)

Entretanto, muitas vezes, levamos para sala de aula os preconceitos e as separações que tanto criticamos teoricamente, seja por limitação ou ação proposital e, ao invés de ampliarmos os horizontes de leitura, nós o restringimos a um micro e limitado espaço, aprisionando a interpretação. E daí decorrem as divisões e os “modismos”, em que primeiro se defendeu o uso dos cânones no ambiente escolar, depois os textos contemporâneos e/ou de linguagem mais simplificada e/ou os populares, como explica e critica Cosson (2014). Além do mais, esse poder de permanência é que revigora a arte e o que hoje é considerado moderno, num futuro próximo não o mais será, mas isso deverá fazê-lo ser esquecido? Antoine Compagnon (2001), em *O demônio da teoria*, cita Saint-Beuve ao destacar que o que faz de um texto clássico não é apenas a época em que foi escrita, mas a força de sua tradição que precisa ser mantida. Isso faz com que compreendamos tal assertiva, tendo em vista que a defesa da nossa tradição literária, é também a defesa de nossa memória e essa postura, ao invés de ser um retrocesso, é sinal de resistência, pois é o conhecimento de nossa história que nos possibilita compreendê-la e, inclusive,

transgredi-la. Compagnon, após explicar o sentido do clássico para autores como Hegel, Gadamer, Max e Adorno, ainda completa:

O surpreendente é que as obras-primas perduram, continuam a ser pertinentes para nós, fora de seu contexto de origem. E a teoria, mesmo denunciando a ilusão de valor, não alterou o cânone. Muito ao contrário, ela o consolidou, propondo reler os mesmos textos, mas por outras razões, razões novas, consideradas melhores. (COMPAGNON, 1999, p. 254)

Dessa maneira, nosso trabalho propõe encontrar “novas razões”, a fim de que os mitos clássicos sejam trabalhados, não de modo que se apresentem únicos e/ou hierarquicamente superiores, mas que propiciem uma melhor formação, à medida que se perceba o teor universal e simbólico que integra a natureza mítica. Assim, explorando o maravilhoso mundo mítico, atrairemos e estimularemos os alunos a aprofundarem os seus conhecimentos literários. Também não podemos deixar de considerar que essa “fruição” da arte é um direito inalienável, como nos faz pensar Candido (2012), e que a sua negação tem um propósito político e educacional muito maior, vejamos:

Acabei de focalizar a relação da literatura com os direitos humanos de dois ângulos diferentes. Primeiro verifiquei que a literatura corresponde a uma necessidade universal que deve ser satisfeita sob pena de mutilar a personalidade, porque pelo fato de dar forma aos sentimentos e à visão do mundo que ela nos organiza, nos liberta do caos e, portanto nos humaniza. Negar a fruição da literatura é mutilar a nossa humanidade. Em segundo lugar, a literatura pode ser um instrumento consciente de desmascaramento, pelo fato de focalizar as situações de restrição dos direitos, ou de negação deles, como a miséria, a servidão, a mutilação espiritual. Tanto num nível quanto no outro ela tem muito a ver com a luta pelos direitos humanos. (...). Em nossa sociedade há fruição segundo as classes na medida em

que um homem do povo está praticamente privado da possibilidade de conhecer e aproveitar a leitura de Machado de Assis ou Mário de Andrade. Para ele, ficam a literatura de massa, o folclore, a sabedoria espontânea, a canção popular, o provérbio. Estas modalidades são importantes e nobres, mas é grave considerá-las como suficientes para a grande maioria que, devido a pobreza e a ignorância, é impedida de chegar às obras eruditas. (CANDIDO, 2012, p.188-189)

Constatamos que a maior parte dos nossos alunos do Ensino Básico, principalmente os da Rede Pública, são “impedidos” de terem acesso aos textos canônicos. Parte-se do pressuposto de que “eles não precisam”, “não gostam”, sem, ao menos, investir e (re) pensar as práticas com esses textos literários, a fim de que, de fato, se alcance uma leitura reflexiva e crítica.

Decorrente desse processo em busca do autoconhecimento cultural e artístico, poderemos propiciar aos alunos uma educação emancipadora e autônoma, como defende Adorno (2006). Pois só munido com os mais diversos conhecimentos, poderá o aluno ter a efetiva liberdade, a fim de que possa ter uma autorreflexão crítica de suas necessidades, suas prioridades e interesses. No caso do ensino de Literatura, não o é diferente, o alunado precisa conhecer os diversos gêneros, os diversos autores, as diversas épocas, a fim de que possa ter a liberdade para definir suas preferências e entender como elas se enquadram dentro de um processo maior que é o da história literária. Não podemos perder de vista que “Por mais que se tente apagar a origem do discurso de outrem, ele reaparece, ainda que sob a forma de um estranhamento – ou de “ruído”- na harmonia do texto” (ALÓS, 2006, p.3). O reconhecimento dessa polifonia ou, como chama Alós (2006), desse “concerto de vozes”, não habilita o leitor a fazer uma interpretação hierarquizada e, sim, o possibilita de fazê-la mais ampla e profunda. Assim,

defendemos que só através da disposição plural de textos em sala de aula poderemos formar, efetivamente, leitores que sejam capazes de vir a escolher os seus próprios textos, enfim, “os seus próprios clássicos”.

A ideia de proporcionar aos jovens leitores ao reconhecimento das diversidades narrativas nos leva à segunda etapa do projeto: as narrativas distópicas. Esse projeto consistiu em intervenções pontuais, em sala de aula, com apresentação da temática da Distopia, como vertente da Ficção Científica, que apresenta forte afinidade com o público adolescente. O *corpus* literário utilizado para estudo foi o romance distópico norte-americano *Jogos Vorazes*, de Suzanne Collins (2010).

Se existe, de fato, uma “crise de leitura” no Brasil, ela está associada à falta de práticas efetivas de leitura na escola, ao pouco interesse na ampliação de bibliotecas e criação de salas de leitura, de forma que, para o estudante de ensino fundamental e médio, Literatura ainda se configure como a parte “maçante” que eles precisarão enfrentar às vésperas do vestibular. Joseane Maia (2007) problematiza a crise apontando os corpos discente e docente como os principais envolvidos em uma crise que vai muito além dos problemas de leitura:

(...) embora a crise da leitura seja corolária de uma crise bem maior, que engloba questões de ordem política, econômica, social e cultural, é para o universo escolar que direciono minhas indagações, por ser esse o espaço onde estão situados os sujeitos principais da história da formação de leitores: o professor e o aluno. (MAIA, 2007, p. 17)

Nesse sentido, a temática da Distopia, que apresenta, em seu universo apocalíptico, questões polêmicas sobre ética, moral e cidadania, estabelece as bases para debate e reflexão entre os

alunos adolescentes. Ressaltamos a escolha do tema Distopia porque este se apresenta como a vertente da ficção científica em que se reúnem, mais fortemente, os elementos da ação e da luta do indivíduo contra organizações de controle e poder que sufocam a liberdade individual; a Distopia estimula o questionamento do *status quo* e o engajamento de jovens nas lutas em prol do bem coletivo. Indo de encontro à apologia a mundos utópicos e sociedades perfeitas, a Distopia direciona-se à descrição de futuros sinistros e atemorizantes, em cenários apocalípticos. Podemos configurar tal perspectiva em ferramentas de conscientização sobre o futuro da humanidade.

A mudança no hábito leitor brasileiro pode ter bases nas novas narrativas que se tornaram sucessos de público no exterior e no Brasil, a exemplo dos já citados fenômenos editoriais *Harry Potter*, de J. K. Rowling, e *Percy Jackson*, de Rick Riordan. Tais leituras, por serem *best-sellers* são desconsideradas como literatura pela Academia, condenadas porque atingem as massas. Zilberman e Rösing afirmam em seu prefácio que:

(...) a globalização e o neoliberalismo impuseram novas formas de financiamento da cultura, visto que o estado, em muitas ocasiões, deixa-a ao desamparo. Por outro lado, obsolesceram críticas, como as emanadas dos pensadores associados à Escola de Frankfurt, condenando a indústria cultural, e seus subprodutos, como os *best-sellers*, as histórias em quadrinhos, a novela de televisão, ou as manifestações populares, como o cordel, o *funk*, o *rap* e o *hip-hop*, expressões muitas vezes anônimas, como o causo, no meio rural, o grafite, no cenário urbano, e a *fanfiction*, no ambiente digital. (ZILBERMAN & RÖSING, 2009, p. 12)

Essas autoras debatem ainda que as mudanças ocorridas no Brasil e no mundo, no século XXI, propiciaram essa maior

difusão de obras literárias, tanto no suporte do livro físico como no eletrônico, com livros em formato *e-pub* e PDF. A praticidade da leitura e a aquisição de livros em seus diferentes suportes, longe de afastarem os jovens das literaturas canônicas, abrem um espaço propício para que este público, uma vez iniciado no hábito e no gosto pela leitura, busque a chamada “alta literatura” por conta própria, o que lhe proporcionará uma outra forma de prazer estético.

As obras citadas, entre muitas outras, apresentam um ponto em comum: elas falam a linguagem do público juvenil, e possuem um apelo especial ao público adolescente do século XXI, que busca narrativas mais rápidas, leves e favorecem o prazer de uma leitura sobre a qual poderão conversar com outros amigos da mesma idade, com adultos e também com crianças; esse jovem busca histórias que possam adequar-se ao seu novo ritmo de vida, que é rápido e fluido, o jovem deste século é vigoroso e apaixonado, está sempre portanto aparelhos eletrônicos, conectado em redes sociais e reunido com os amigos em ambientes físicos ou virtuais, pelos quais podem criar grupos e fóruns para debaterem o que têm visto e lido.

Considerando o perfil dos jovens alunos, nossa proposta de intervenção enfocou os fundamentos da Ficção distópica presentes na obra *Jogos Vorazes*, em duas diferentes linguagens: Literatura e Cinema. Dessa forma, proporcionamos a aproximação entre o aluno e o texto literário distópico e, também, a versão para cinema da mesma obra. O primeiro livro distópico de Suzanne Collins é ambientado em um mundo pós-apocalíptico, com uma configuração social, econômica e geográfica diferente da realidade atual, porém com fundamentos na nossa história mundial. A obra

é estruturada em três partes de nove capítulos, apresenta uma narradora-personagem e é narrada no tempo presente.

Segundo sua premissa, a América do Norte não existe mais: em seu lugar, há a nação Panem, com doze distritos cujos moradores vivem em extrema pobreza, sendo governados rigidamente pela administração totalitarista da Capital, que utiliza ameaças e diferentes formas de violência para manter o controle e a ordem.

A Distopia, há muito presente na literatura universal, possui um valor literário notável e também social e cívico: no choque entre a obediência cega a um governo ou corporação *versus* a rebelião contra o sistema; no patriotismo cego e na alienação, nela questionados; na fome e na miséria por ela denunciadas; na repressão pela violência e nos exageros políticos realizados.

4 Algumas considerações

Ao nos debruçarmos sobre reflexões e propostas para o Ensino de Literatura, tentamos colaborar para a superação das históricas dificuldades que se apresentam no processo de formação do jovem leitor. Acreditamos que o trabalho com diferentes narrativas insólitas, a exemplo do Maravilhoso e da Distopia, carrega enorme potencial para a formação de leitores de textos literários.

Ressaltamos que, como assinala Cosson (2014, p. 35), o critério para seleção de leituras na escola não implica o reconhecimento do passado em atitude sacralizadora da obra literária, valorizando somente as obras de referência. É preciso, de fato, que as escolhas considerem os gostos dos jovens brasileiros, sem ceder à severidade de julgamentos que não atendem, e muitas

vezes pouco conhecem, as realidades escolares. “É assim que tem lugar na escola o novo e o velho, o trivial e o estético, o simples e o complexo e toda a miríade de textos que faz da leitura literária uma atividade de prazer e conhecimentos singulares” (COSSON, 2014, p. 36). Daí a importância de se investir em obras de diferentes temáticas, de forma que ambos os estilos, clássico e contemporâneo estejam presentes no desenvolvimento da proficiência leitora dos alunos da Educação Básica.

Referências

ADORNO, Theodor. **Educação e emancipação**. Trad. Wolfgang Leo Maar. São Paulo: Paz & Terra, 2006.

ALÓS, Anselmo Peres. **Texto literário, texto cultural, intertextualidade**. Revista Virtual de Estudos da Linguagem – ReVEL. V. 4, n. 6, março de 2006.

CALVINO, Ítalo. **Por que ler os clássicos?** Trad. Nilson Moulin. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

CANDIDO, Antonio. **O direito à literatura**. In: Vários Escritos. Rio de Janeiro: Duas Cidades, 2012, p. 169 a 191.

CECCANTINI, João Luis C.T. **Literatura infantil – a narrativa**. In: Pedagogia cidadã – cadernos de formação em Língua Portuguesa. São Paulo: Unesp, 2004.

CHIAMPI, Irleamar. **O realismo maravilhoso**. São Paulo: Perspectiva, 1980.

COLLINS, Suzanne. **Jogos Vorazes**. Rio de Janeiro: Rocco Jovens Leitores, 2010.

COMPAGNON, Antoine. **O demônio da teoria: literatura e senso comum**. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 1999, 305 p.

COSSON, Rildo. **Letramento Literário: teoria e prática**. São Paulo: Contexto, 2014.

FIGUEIREDO, Carolina Dantas. **Da utopia à distopia: política e liberdade**. Recife: Revista Online de Literatura e Linguística Eutomia, Julho/2009.

FORMIGA, Girlene Marques. **As várias formas de ler clássicos literários: uma proposta com as adaptações**. In: Ensinar literatura através de projetos didáticos e de temas caracterizadores. (Org) Socorro de Fátima Pacífico Barbosa. João Pessoa: UFPB, 2011.

GOUANVIC, Jean-Marc. **La Science-fiction française au XXe siècle (1900-1968): essai de socio-poétique d'un genre en émergence**. Paris: Rodopi, 1994.

MACHADO, Ana M. **Como e por que ler os Clássicos Universais desde cedo?**. Rio de Janeiro: Editora Objetiva. 2002, 145 p.

MAIA, Joseane. **Literatura na formação de leitores e professores**. São Paulo: Paulinas, 2007.

SCHNEIDER, Luizane. **“A semântica dos prefixos de- e dis- para as palavras de base”**. Artigo apresentado no II Seminário Nacional em Estudos da Linguagem: Diversidade, Ensino e Linguagem, 06 a 08 de outubro de 2010. Cascavel-PR Unioeste, 2010. Disponível em: http://cachp.unioeste.br/eventos/iisnel/CD_IISnell/pages/simposios/simposio%2001/asemanticadosprefixosde-edis-paraaspalavrasdebase.pdf> Acesso em: 05 mar 2014.

ZILBERMAN, Regina & RÖSING, Tania M. K (Org). **Escola e leitura: velha crise, novas alternativas**. São Paulo: Global, 2009.

EDUCAÇÃO AMBIENTAL E SUSTENTABILIDADE NO VALE DO MAMANGUAPE\PB: ESTUDO DE CASO NA ESCOLA ESTADUAL DE ENSINO FUNDAMENTAL E MÉDIO PROF. LUIZ GONZAGA BURITY\PB

Joel Silva dos Santos
Carla Soraia Soares de Castro
Frederico Gustavo Rodrigues França
Haymée Nascimento de Alencar
Henrique Santos
Mayara Soares
Samara Alexandre de Souza

1 Introdução

No começo da história da humanidade os indivíduos precisavam conhecer o seu ambiente para sobreviver. Devido aos avanços tecnológicos há a ilusão de que o homem moderno depende menos do ambiente natural. Dessa forma, o grande paradoxo da atualidade é o fato de que, mesmo com o avanço tecnológico alcançado pelo ser humano, ele depende diretamente dos recursos naturais para a sua sobrevivência e o desenvolvimento de suas atividades socioeconômicas (ODUM, 1988, p.1).

O ser humano está imerso na biosfera, um grande sistema de partes funcionais e interdependentes que compreende a atmosfera, a litosfera, a hidrosfera e os seres vivos, incluindo a espécie humana, interagindo entre si e com o seu ambiente. No entanto, vale destacar que a sociosfera, sistema sociopolítico, socioeconômico e sociocultural, desenvolvido pelo homem para

gerar as relações da comunidade com outros sistemas, evoluiu aceleradamente ao longo de séculos chegando a comprometer o equilíbrio dinâmico do sistema Terra (DÍAZ, 2002, p.16). As relações da biosfera com a biosfera ocorrem através da tecnosfera, sistema criado pelo desenvolvimento técnico-científico do ser humano submetido ao seu controle. A problemática ambiental atual é resultado de um desajuste entre esses sistemas, de forma que a biosfera pressiona a biosfera com uma enorme população humana que demanda por recursos para satisfazer as necessidades do sistema socioeconômico vigente (DÍAZ, 2002, p.17).

Para Díaz (2002), a compreensão de tais relações é que deve inspirar qualquer posicionamento educativo. Sob essa perspectiva, os aspectos mais concretos da problemática ambiental devem nortear os conteúdos curriculares dos programas de ensino. Dessa forma, a relação entre meio ambiente e educação assume um papel cada vez mais desafiador, demandando a emergência de novos saberes para apreender processos sociais cada vez mais complexos e riscos ambientais que se intensificam. Sendo assim, nas suas múltiplas possibilidades, abre-se um estimulante espaço para um repensar das práticas sociais e o papel dos educadores na formação de um sujeito ecológico (CARVALHO, 2008, p.67).

Na perspectiva de um processo educativo contextualizado e holístico surge os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN's). Esse documento é uma das propostas implantada pelo Ministério da Educação para que a escola e seus professores trabalhem com atitudes, formação de valores, e também o ensino e a aprendizagem de habilidades e procedimentos com os alunos de todos os níveis de ensino e de maneira transversal e holística (MARINHO, 2007, p.170).

Nesse sentido, a abordagem do tema meio ambiente na escola passa a ter um papel articulador dos conhecimentos nas diversas disciplinas, num contexto cujos conteúdos são construídos e reconstruídos simultaneamente. Ao interferir no processo de ensino e aprendizagem e nas percepções\representações sobre a relação entre homem e ambiente, o tema promove os instrumentos para a construção de uma visão crítica e holística, reforçando práticas que explicitam a necessidade de problematizar e agir em relação aos problemas socioambientais nas mais diversas esferas e escalas (JACOBI, 2005, p.241).

Apesar de todo o conhecimento adquirido e acumulado nas últimas décadas a respeito dos problemas ambientais e do papel da Educação Ambiental na superação dos mesmos, ainda assim, constata-se a dificuldade de se abordar tal tema de forma transversal e holística. A carência de informações e muitas vezes o domínio de ideias equivocadas sobre a temática ambiental nos livros didáticos e no cotidiano da população, tornam difícil, senão impossível, a tarefa do docente em conduzir os alunos a uma visão mais qualificada e contextualizada sobre o assunto, o que provoca uma deficiência ou mesmo inexistência do conhecimento dos estudantes em relação a uma problemática muitas vezes presente no seu espaço de vivência cotidiana. Logo, a capacitação de professores e alunos frente às questões ambientais poderá contribuir diretamente para a desmistificação da temática e o desenvolvimento de atividades que possam colaborar para a sustentabilidade ambiental.

Dessa forma, é diante deste contexto que surge o projeto de extensão (PROEXT) Educação Socioambiental e Sustentabilidade, tendo como desafio principal articular teoria e prática em busca de

uma práxis que seja indispensável na compreensão dos problemas ambientais e nas soluções locais. O projeto foi desenvolvido com alunos da Escola Luiz Gonzaga Burity, localizada no município de Rio Tinto, PB e teve o apoio de professores e dirigentes da referida escola, considerada referência para a região do Vale do Mamanguape. As ações pedagógicas tiveram também o apoio e suporte da Reserva Biológica Guaribas e alguns docentes e discentes do curso de Design da UFPB, Campus IV. Assim, o principal objetivo do projeto foi a capacitação ambiental de alunos da Escola Luiz Gonzaga Burity, e com isso, sensibilizar os alunos no que diz respeito ao uso e conservação dos recursos naturais da região e o seu conhecimento ecológico.

2 Metodologia

2.1 Caracterização da Área de estudo

A presente pesquisa\extensão foi desenvolvida no município de Rio Tinto, PB onde está localizada uma das Unidades do Campus IV da Universidade Federal da Paraíba. O município de Rio Tinto localiza-se na Mesorregião da Mata Paraibana e na Microrregião do Litoral Norte do Estado da Paraíba (Figura 1). O município está sob o domínio climático do tipo AS, que é caracterizado por ser quente e úmido (KÖPPEN & GEIGER, 2007, p.5). O referido clima da região apresenta duas estações bem definidas: uma estação seca e outra chuvosa. Devido às condições climáticas, a região apresenta uma rica biodiversidade, e conseqüentemente, várias Unidades de Conservação Ambiental em diversos ecossistemas locais. Daí a importância de se trabalhar a percepção ambiental da população local no que diz respeito

ao uso e conservação dos recursos naturais e a promoção da sustentabilidade ambiental da área de estudo.

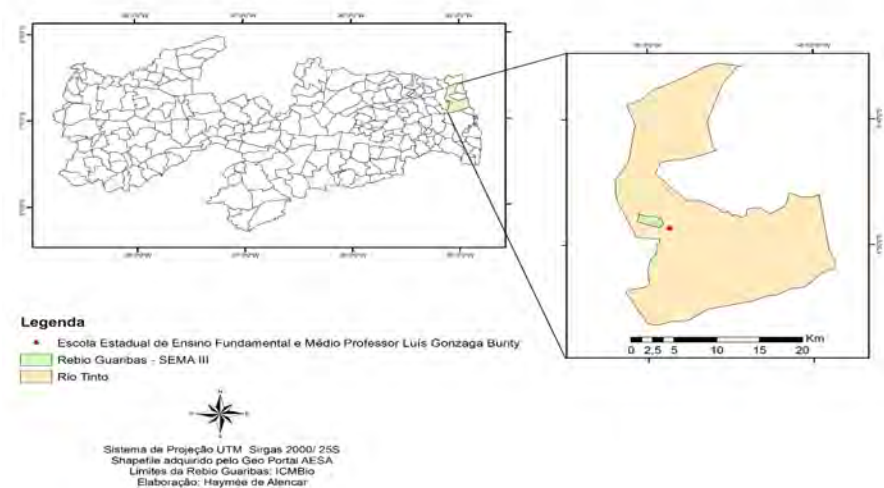


Figura 1- Localização da Escola Estadual de Ensino Fundamental e Médio Professor Luiz Gonzaga Burity e o fragmento da ReBio Guaribas - SEMA III no Município de Rio Tinto\PB

O desenvolvimento das atividades do projeto ocorreram entre os meses de fevereiro a dezembro de 2014, no âmbito da Escola Estadual Professor Luiz Gonzaga Burity localizada no município de Rio Tinto, PB e na Reserva Biológica (ReBio) Guaribas, localizada no município de Rio Tinto, PB e Mamanguape, PB. A escola Estadual de Ensino Fundamental e Médio Professor Luiz Gonzaga Burity é uma das três escolas do município de Rio Tinto que leciona o nível médio, atendendo cerca de 1.000 alunos da rede pública de ensino. A escola é referência para o Vale do Mamanguape, pois atende aos alunos da rede pública de ensino de diversos municípios circunvizinhos.

A escola situa-se em frente à Praça da Vitória, no Centro da cidade, e ao lado de uma Unidade de Conservação de Proteção Integral, a ReBio Guaribas (Figura 2). Esta Unidade de Conservação possui sua área territorial dividida em três áreas descontínuas,

denominadas de Secretaria Especial de Meio Ambiente SEMA I; SEMA II, localizadas no município de Mamanguape, e SEMA III, localizada no município de Rio Tinto (Figuras 1 e 3). A ReBio, apresenta vegetação de Mata Atlântica, Cerrado, Caatinga e ocupa uma área de 91,59% no município de Mamanguape, e 8,41% no município de Rio Tinto, totalizando uma área de 4.028,55 hectares (IBAMA, 2003, p. 376). Na ReBio Guaribas foram realizadas trilhas ecológicas e práticas de Educação Ambiental no âmbito do desenvolvimento do Projeto.



Figura 2- Escola Estadual de Ensino Fundamental e Médio Professor Luiz Gonzaga Burity -
Fonte: O autor (2016)



Figura 3- Reserva Biológica Guaribas
Fonte: Inovah (2013)

2.2 Procedimentos Metodológicos

Para a realização do trabalho, inicialmente foi realizado um levantamento bibliográfico a respeito da temática em questão - Educação Ambiental e Sustentabilidade - seguida da visita técnica para o reconhecimento da unidade escolar e da Reserva Biológica Guaribas onde foram desenvolvidas várias etapas práticas do projeto. O público alvo abrangeu aproximadamente de 65 alunos do ensino fundamental II e do ensino médio da referida escola que é referência na região do Vale do Mamanguape. As ações de pesquisa e extensão ocorreram ao longo de três fases desenvolvidas pelo projeto e caracterizadas a seguir.

Na primeira fase, a equipe do projeto realizou um diagnóstico visando traçar um perfil socioambiental dos alunos da Escola Luiz Gonzaga Burity, no que diz respeito, aos conhecimentos ecológicos. Nessa primeira fase, foram elaborados e aplicados aos alunos questionários semi-estruturados com questões abertas e fechadas. As respostas foram analisadas quantitativamente pelo cálculo de percentagem e as questões abertas foram avaliadas por meio da análise de conteúdo categorial temático (BARDIN, 1977, p.32). Tal método, consiste na busca do sentido contido nos conteúdos de diversas formas de textos, de maneira a propiciar a compreensão do acesso à informação de certos grupos e a forma como esses grupos a elaboram e transmitem. A análise de conteúdo identifica em um texto termos-chaves que compreendem um conjunto de significados ligados a certas categorias determinadas previamente. Para o desenvolvimento das atividades foi utilizado o método de Planejamento, Processo e Produto (PÁDUA & PADUA-VALLADARES, 1997, p.125). Tal método consta das etapas de “Planejamento”, que corresponde

no contato com a direção da escola e professores; de “Processo” na qual foram realizadas palestras, exibição de vídeo temático e mostra de produtos confeccionados com material reciclável; e de “Produto”, na qual foi realizada uma oficina de reciclagem com produção de materiais pelos alunos.

Diante dos métodos expostos, a segunda fase do projeto compreendeu o desenvolvimento de oficinas pedagógicas. Nesta fase, foram realizadas oficinas pedagógicas e palestras didáticas relacionadas aos temas: Meio Ambiente e Sustentabilidade. As oficinas pedagógicas foram desenvolvidas pelos discentes do curso de Ecologia e Design da UFPB\Campus IV junto ao público alvo da pesquisa.

Na terceira e última fase de execução do projeto, foram realizadas atividades empíricas que consistem em práticas pedagógicas realizadas com os alunos em diferentes ambientes, incluindo a Unidade de Conservação Federal de Proteção Integral – Rebio Guaribas. Tais atividades - trilhas ecológicas, exposição e confecção de material didático - visam estimular o aluno a compreender os processos ecológicos e a sustentabilidade dos sistemas ambientais. Para Cazelli (1992), tais mecanismos lógicos relacionados à sua experiência pessoal de ecologia são imprescindíveis para a compreensão de processos que ocorrem a sua volta, dando assim, passos importantes no “caminho científico”. Estas metodologias práticas são de grande importância para estimular o convívio dos alunos com os conteúdos aprendidos em sala (SONCINI & CASTILHO JR. 1990, p.19). Os conceitos didático-científicos que foram abordados nas práticas de campo foram: Diversidade Biológica, Sucessão Ecológica, Populações Biológicas, Impacto Ambiental, Comunidades e Ecossistemas,

Sistemática e Filogenia, Evolução, Educação Ambiental, Percepção Ambiental dentre outros.

3 Resultados e Discussão

3.1 Perfil socioambiental do público alvo

Com a participação de 46 alunos do turno matutino e 20 alunos do turno vespertino do ensino médio foram realizados alguns encontros para conversas informais a respeito do Projeto de Educação Socioambiental e Sustentabilidade. Em seguida, foram distribuídos questionários que continham perguntas relacionadas à temática meio ambiente e aos problemas ambientais que os alunos percebiam no seu dia-a-dia, tanto na escola, quanto no município e bairro que residem.

Apenas 36 alunos do turno matutino e 13 alunos do turno vespertino responderam aos questionários. Mesmo assim, a partir das respostas dos questionários, foram realizadas palestras, no auditório da escola, a respeito dos temas que eles apresentaram maiores dúvidas e curiosidades. Foram exibidos vídeos sobre a problemática dos resíduos sólidos produzidos no município – um dos principais problemas ambientais enfrentados pela região em que se situa a escola - e uma breve discussão, questionando-os sobre o tema. Após a palestra foram apresentados os protótipos de objetos feitos a partir de resíduos sólidos recicláveis, como garrafas PET, potes de sorvete, rolos de papel higiênico, embalagens tetrapak, que teve grande aceitação por parte dos alunos, de forma que se prontificaram em participar das oficinas para confecção desses objetos (Figura 4).



Figura 4. Produtos gerados pelos alunos da Escola Burity na oficina de reciclagem
Fonte: O autor (2014)

As percepções dos alunos investigados se revelaram nas respostas aos questionários aplicados. Os alunos do turno da manhã (36 alunos) responderam que “Meio Ambiente” é todo meio florestal e animal/ é a fauna e a flora/ é todo o campo, a mata/ é a natureza preservada ou não e o local onde encontramos animais/é o ambiente limpo com árvores, animais/ é todo meio externo ou nosso corpo/ é o espaço que nós convivemos/ é onde nós vivemos/ é um ambiente sem lixo, com organizações, com reciclagem/ é lugar onde não existe poluição, não existe lixo e nem caças. Quando perguntados se a escola faz parte do Meio Ambiente, 50% afirmaram que sim, 44,5% que não e 5,5% não responderam. A maioria dos alunos (86%) citou poluição, desmatamento, queimadas e lixo como problemas ambientais. 100% admitiram haver problemas ambientais na escola e indicaram lixo (61%); desperdício de água (72%); de energia (50%); falta de arborização (55,5%), falta de uma horta (83,4%) e falta de projetos ambientais (63,9%).

Já para os alunos do turno da tarde (13 alunos) responderam que “Meio Ambiente” é Mata/plantas/florestas e os animais/

matas, os rios, a fauna/ o lugar onde vivemos, ou seja, a natureza. Para 77% desses alunos a escola faz parte do Meio Ambiente, mas para 23% a escola não faz parte do Meio Ambiente. Na opinião desses alunos os principais problemas ambientais são lixo (73%), desperdício de água (41%) e poluição (29%). 69% acham que há problemas ambientais na escola, mas para 31% tais problemas não existem. Para esses alunos os problemas ambientais presentes na escola são: lixo (31%), desperdício de água (46%), desperdício de energia (15%), falta de arborização (23%) e falta de uma horta (77%).

Reigota (2007) defende que para a realização de atividades ligadas a educação ambiental é necessária obter o conhecimento das visões do meio ambiente pelas pessoas envolvidas na atividade. Assim, o autor categoriza o termo em três visões distintas: naturalista, visão que evidencia somente os aspectos naturais; antropocêntrica, visão que evidencia a utilidade dos recursos naturais para a sobrevivência do ser humano; e globalizante visão que define as relações recíprocas entre natureza e sociedade. O perfil socioambiental dos alunos que responderam aos questionários revela a visão naturalista, com predomínio dos aspectos naturais do meio ambiente. Frazão, Silva e Castro (2010) também encontraram predominância da visão naturalista em professores e alunos de uma escola do ensino fundamental na Praia da Pipa no Estado do Rio Grande do Norte. Visão similar, também foi encontrada por Silva (2016) ao investigar a percepção ambiental de alunos do primeiro período do curso de Ecologia da UFPB \ Campus IV. Tal visão, segundo a autora, vai se modificando ao longo do curso, quando os alunos começam a ter contato com as disciplinas da grade curricular do curso.

Da mesma forma, as suas percepções dos problemas ambientais abrangeram apenas aspectos físico, químicos e biológicos. Em contraposição Rosa e Silva (2002) aos pesquisar a percepção ambiental de alunos de uma escola de ensino fundamental em Campina Grande na Paraíba comprovaram que, de modo geral, os alunos apresentaram uma visão crítica bastante aguçada e uma ampliação na percepção ambiental, pois abordaram não só problemas que afetam os aspectos físicos, químicos e biológicos, como: poluição, rios poluídos, desmatamentos, falta de água, dentre outros, mas também enfatizaram aspectos sócio-econômicos, culturais e políticos.

Dessa forma, verifica-se uma visão ainda superficial sobre a problemática ambiental e elementar de alguns conceitos ligados a Ciência Ecológica. Buscando a “correção” dessa visão “míope” por parte dos alunos investigados, surge a segunda etapa do projeto com as oficinas pedagógicas temáticas.

3.2 Oficinas Pedagógicas

A etapa relacionada à oficina pedagógica teve início com uma palestra didática e expositiva sobre Fundamentos de Ecologia, onde foram discutidos, conceitos básicos relacionados à temática Meio Ambiente e Sustentabilidade: Biosfera; Ecossistemas; Biodiversidade, Uso e Conservação dos Recursos Naturais. Os temas foram tratados na perspectiva socioambiental contextualizada, abrangendo a relação homem e meio ambiente com suas múltiplas causas e consequências (Figuras 5 e 6).



Figura 5 - Oficina Pedagógica com o público alvo
Fonte: O autor (2014)

Além do tema Meio Ambiente foram trabalhados conceitos ligados à concepção de sustentabilidade. A temática foi tratada como um conceito integrado que compreende as diversas esferas da sociedade: econômica, social e ecológica.



Figura 6 – Palestra com apresentação e discussão do tema Meio Ambiente
Fonte: O autor (2014)

Nesse sentido, Jacobi (2005) destaca a necessidade de formação de um cidadão crítico que possa compreender a crise ambiental com uma visão holística e sistêmica. Na mesma linha de pensamento, Capra (2006) destaca a urgência de uma alfabetização

ecológica no processo de ensino e aprendizagem para a formação de cidadãos conscientes de sua responsabilidade socioambiental.

Posteriormente, no momento das oficinas pedagógicas, foram utilizados vídeos temáticos produzidos pela ONG WWF/Brasil. Em seguida, foram realizadas “rodas de discussões” onde os alunos foram instigados ao debate. Nesse momento, eles puderam expor suas dúvidas e concepções, além de (re) construir o senso crítico e científico para a formação e edificação do sujeito ecológico, como define Carvalho (2008). Silva (2016) em pesquisa realizada com os discentes do curso de Ecologia da UFPB\Campus IV, chama a atenção para a formação humanizada, crítica e holística dos futuros ecólogos visando à promoção da sustentabilidade ambiental.

3.3 Trilha Ecológica na Reserva Biológica Guaribas

As práticas de Educação Ambiental voltadas à conservação da biodiversidade dentro das escolas propicia a formação de alunos conscientes e informados da importância da conservação ambiental principalmente da região onde vivem e estão inseridos. Dessa forma, os alunos acabam adquirindo uma visão mais ampla do ambiente natural e suas possíveis transformações.

A atividade prática de campo (trilha) teve início após prévia apresentação de palestras e exposição da coleção biológica do Laboratório de Ecologia Animal (LEA), Campus IV, UFPB visando à identificação e caracterização de algumas espécies de cobras peçonhentas e não peçonhentas, além de lagartos e mamíferos da região (Figura 7). Na ocasião os alunos puderam expressar sua percepção ambiental preliminar sobre o assunto e tirar suas dúvidas sobre o conteúdo. Através dessa atividade, pode-se

perceber que os alunos já possuíam algum conhecimento prévio de fauna e flora local, conhecendo os nomes populares de algumas espécies. Vale destacar, que os alunos apresentaram diferentes reações com relação aos animais peçonhentos, refletindo assim, o comportamento da população em geral em relação a esses animais.

No que diz respeito à exposição do conteúdo (Figura 7), buscou-se seguir uma sequência lógica iniciada com o tema biodiversidade, onde foi tratado não só o tema da diversidade biológica, mas a importância de algumas espécies e suas funções ecológicas e relevância para a saúde da população. Na sequência foi feita uma explanação a respeito dos biomas e seu funcionamento e serviços ecológicos prestados. Por fim, foram abordadas as características físicas e comportamentais da fauna local com destaque para indivíduos de bicho preguiça (*Bradypus variegatus*) que vivem nas figueiras da Praça João Pessoa, no centro do Município de Rio Tinto.



Figura 7 - Palestra e exposição de alguns espécimes animais pertencentes à coleção didática do Laboratório de Ecologia Animal, Campus IV, UFPB.

Fonte: O autor (2014)

O ciclo de atividades consistiu em palestras, atividades lúdicas, sendo encerrado com o contato com animais pertencentes à coleção do LEA, Campus IV, UFPB e com a realização de uma trilha interpretativa na ReBio Guaribas, sendo esta última

atividade de suma importância didático-pedagógica, pois propiciou uma relação mais estreita dos alunos com o ambiente natural contribuindo para o melhor entendimento e sensibilização dos mesmos.

A trilha interpretativa foi realizada na ReBio Guaribas (Figura 8), uma vez que essa Unidade de Conservação foi criada oficialmente em 29 de janeiro de 1990 e regulamentada através do Decreto Federal nº 98.884/90. Após seis meses de sua criação o INCRA (Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária) passou a reserva para o IBAMA, e desde o ano de 1991, a Reserva vem sendo contemplada por diversos projetos de pesquisa, ensino e extensão em articulação com outras Instituições de Ensino e Pesquisa e com o próprio IBAMA.

As Unidades de Conservação são locais favoráveis para práticas de Educação Ambiental de caráter não formal, ou seja, fora do ambiente escolar. São nesses locais que as pessoas, de maioria residente no ambiente urbano, podem entrar em contato com o ambiente natural, e adquirirem informações, através dos meios interpretativos utilizados, sobre as interações que ocorrem no ambiente natural e relações existentes entre sociedade e natureza (CAMPANHA & SILVA, 2013, p. 29).



Figura 8 - Trilha interpretativa na Rebio Guaribas
Fonte: O autor (2014)

Dessa forma, embasado nos princípios do ecoturismo, os alunos foram levados para uma visita técnica à ReBio Guaribas, especificamente na SEMA III localizada ao lado da escola Professor Luiz Gonzaga Burity.

Os alunos foram divididos em dois grupos para a realização da trilha nos turnos da manhã e da tarde. Os alunos ao chegarem à ReBio Guaribas assistiram a uma palestra sobre a importância da Unidade de Conservação em questão, medidas de segurança e princípios de primeiros socorros. Logo após este momento, foi iniciada a trilha ecológica sob a tutela de dois Brigadistas da unidade de Conservação e dois colaboradores.

No percorrer da trilha foi possível perceber que alguns alunos pouco sabiam sobre o ecossistema local. Perazzo et al. (2013) afirmam que a forma como as pessoas percebem o ambiente dependem da maneira de como estão inseridos nele. Após se trabalhar a ideia de funcionalidade dos ecossistemas na prática, verificou-se a mudança de percepção dos alunos, no que diz respeito ao funcionamento e à importância dos sistemas ambientais. Tal constatação foi possível apreender com o método empírico e participativo, onde através de conversas informais com os alunos ao longo do desenvolvimento do projeto, verificou-se um “olhar” diferenciado para os ecossistemas locais e sua conservação. A aplicação de um questionário semiestruturado poderia induzi-los a respostas prontas.

Durante o percurso da trilha foi possível observar elementos da flora e fauna local e atingir o objetivo principal do projeto, que foi a capacitação ambiental dos alunos da Escola Luiz Gonzaga Burity. Essa capacitação perpassou temáticas ligadas à importância e conservação da biodiversidade local, à Alfabetização Ecológica,

defendida por Capra (2006), e conseqüentemente, à formação do Sujeito Ecológico, como preconiza Carvalho (2008).

4 Considerações Finais

A inserção do Campus IV, UFPB e especificamente do curso de bacharelado em Ecologia desta instituição no Vale do Mamanguape, possibilitou o diálogo ecológico com a comunidade local e acadêmica, promovendo assim, uma visão integrada dos problemas ambientais na área de estudo e a promoção da sustentabilidade ambiental.

O desenvolvimento de atividades ligadas à Educação Ambiental com os alunos da Escola Luiz Gonzaga Burity, permitiram a reflexão de valores e atitudes que promovam a sustentabilidade ecológica, econômica e social na região do Vale do Mamanguape. A compreensão da ecologia da região e da importância do funcionamento dos ecossistemas locais, com sua diversidade biológica, permitiu a apreensão de uma visão holística, crítica e sistêmica por parte do público alvo do projeto. Os serviços ambientais prestados, gratuitamente, pelas diversas Unidades de Conservação da região sensibilizaram os alunos quanto à importância, uso e conservação dos recursos naturais.

No decorrer do desenvolvimento do projeto, a visão “miópe” da percepção ambiental dos alunos, captada na primeira fase de execução, foi sendo aos poucos “corrigida” pelas oficinas pedagógicas temáticas e as diversas práticas ambientais. Embora a escola Luiz Gonzaga Burity seja referência no ensino público no Vale do Mamanguape, verificou-se a carência no ensino de conceitos básicos ligados à ciência ecológica e a falta de conhecimento com relação a fauna e flora local. A alfabetização ecológica – realizada

através de oficinas temáticas - foi imprescindível para os alunos compreenderem a dinâmica complexa e holística dos diversos sistemas ambientais que compõem o rico mosaico de paisagens da região do Vale do Mamanguape. A compreensão da presença e o reconhecimento da importância das Unidades de Conservação no Vale do Mamanguape são elementos imprescindíveis para a conscientização ecológica dos atores sociais envolvidos na pesquisa e para a promoção do uso e conservação dos recursos naturais da região. Após as oficinas temáticas ministradas verificou-se um avanço na percepção ambiental dos alunos e uma melhor compreensão da ecologia da região. O diálogo de saberes nas oficinas temáticas permitiu que os alunos esclarecessem suas dúvidas e despertassem a curiosidade pela compreensão da biodiversidade da área de estudo.

A trilha ecológica, última etapa no desenvolvimento do projeto, realizada na Rebio Guaribas foi de suma importância para desmitificar conceitos pré-concebidos pelo senso comum quanto à periculosidade de alguns animais peçonhentos. Com a trilha, os alunos tiveram contato diretamente com a riqueza da fauna e flora local e aprenderam a importância de algumas espécies para a manutenção do equilíbrio dinâmico do ecossistema de mata atlântica e também de seu uso medicinal.

Por fim, vale destacar que a Educação Ambiental é um instrumento imprescindível para a compreensão integrada da crise ambiental e a promoção da sustentabilidade ambiental. A Educação Ambiental formal e não formal é a base para a superação da problemática ambiental e a promoção de uma sociedade mais viável economicamente, socialmente justa e ecologicamente sustentável.

Referências

- BARDIN, L.: **Análise de conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 229 p. 1977.
- CAMPANHA, L.F.P.; SILVA, P.O.R.: **Trilhas ecológicas como recurso de educação ambiental, projeto de pesquisa na unidade de conservação Parque Estadual de Ibiporã**, Londrina, Paraná, 2013.
- CAPRA, F.: **Alfabetização Ecológica**. São Paulo: Cultrix, 2006.
- CARVALHO, I.C.M. **Educação Ambiental: a formação do sujeito ecológico**. 4. Ed. São Paulo: Cortez, 256 p. 2008.
- CAZELLI, S. 1992. **Alfabetização científica e os museus interativos de ciência**. Rio de Janeiro: Departamento de Educação PUC/RJ. Dissertação de Mestrado.
- DÍAZ, A.P. **Educação Ambiental como projeto**. 2. Ed. Porto Alegre: Artmed, 168 p. 2002.
- FRAZÃO, J.O; SILVA, J.M.; CASTRO, C.S.S. 2010. **Percepção ambiental de alunos e professores na preservação das tartarugas marinhas na Praia de Pipa – RN**. Rev. eletrônica Mestr. Educ. Ambiental. Rio Grande do Sul, v 24, p. 157-172.
- IBAMA. **Plano de Manejo da Reserva Biológica Guaribas**. MMA, 520 p. 2003.
- INOVAH. Primeiro Encontro de Hortelaria. Disponível em: http://inovahufpb.blogspot.com.br/p/local-do-evento_6117.html Acesso em: 04/08/2016 (foto da ReBio Guaribas). 2013.
- JACOBI, P. R. 2005. **Environmental education: the challenge of constructing a critical, complex and reflective thinking**. Educação e Pesquisa. São Paulo, v. 31, n. 2, p. 233-250.
- KÖPPEN, W. GEIGER, R. **Classificação climática de Köppen-Geiger**. Bragantia, Campinas, v.66, n.4, p.711-720, 2007.

MARINHO, M. 2007. **Currículos da escola brasileira: elementos para uma análise discursiva**. Revista Portuguesa de Educação, v.20, n.1, p.163-189.

ODUM, E.P. **Ecologia**. 1. Ed. Rio de Janeiro: Guanabara, 434 p. 1988.

PADUA, S. M.; PADUA-VALLADARES, C. 1997. **Um programa integrado para a Conservação do mico-leão-preto (*Leontopithecus chrysopygus*): pesquisa, educação e envolvimento comunitário**. In: PÁDUA, S. M.; TABANEZ, M. F. Educação ambiental: caminhos trilhados no Brasil. Brasília: Fundo Nacional do Meio Ambiente (FNMA), Ministério do Meio Ambiente e dos Recursos Hídricos e da Amazônia. p.119-131.

PARAIBA (Estado). Lei Complementar nº116 – 21 de janeiro de 2013. Institui a região metropolitana do Vale do Mamanguape com sede na cidade de Mamanguape e dá outras providências. Diário Oficial do Estado Da Paraíba, 22 de Janeiro de 2013.

PERAZZO, A.R.F; NASCIMENTO, A.K.R.; SANTOS, H.B.; ARAÚJO, A.A.; CAVALCANTE, M.B.C: **Percepção ambiental com estudantes do ensino fundamental por meio de mapas mentais através do tema geodiversidade**. XX EGEORN, Rio Grande do Norte-RN, CD-ROM, ISBN 978-85-425-0069-1. 2013.

ROSA, L.G; SILVA, M.M.P. 2002. **Percepção ambiental de educandos de uma escola do ensino fundamental**. IV Simpósio italo-brasileiro de Engenharia Sanitária e Ambiental. Vitória-ES, p.1 5.

REIGOTA, M. **Meio ambiente e representação social**. 7.ed. São Paulo: Cortez, 87p. 2007.

RIO TINTO (Município) Lei nº.982 - 22 de junho de 2015. **Plano municipal decenal de educação do município de Rio Tinto\PB**. Boletim Oficial Prefeitura Municipal De Rio Tinto-PB, 22 de junho de 2015.

SILVA, N.F. **Percepção ambiental dos alunos do curso de ecologia da UFPB\Campus IV à respeito das categorias de análises: meio**

ambiente e educação ambiental. Rio Tinto\PB: UFPB\Campus IV.
Monografia de Graduação. 2016.

SONCINI, M.I. e CASTILHO, M. 1990. **Biologia.** Série: Formação de
Professores.S. Paulo: Cortez.

A CONTRIBUIÇÃO DOS EVENTOS PARA A EXTERNALIZAÇÃO E PROMOÇÃO DO CURSO DE SECRETARIADO EXECUTIVO BILÍNGUE DA UFPB, CAMPUS IV - LITORAL NORTE

Cibelle da Silva Santiago
Marineide Maria da Silva

1 Introdução

Na Paraíba, a Universidade Federal da Paraíba (UFPB) se destaca por estar presente em outras cidades interioranas, além de dispor de professores qualificados, em sua maioria com título de mestrado e doutorado. De acordo com o próprio site da UFPB¹ ela está estruturada da seguinte forma: Campus I, na cidade de João Pessoa, compreendendo 09 Centros; Campus II, na cidade de Areia, compreendendo 01 Centro; Campus III, na cidade de Bananeiras, abrangendo 01 Centro e o Campus IV, nas cidades de Mamanguape e Rio Tinto, com 01 Centro, o Centro de Ciências Aplicadas e Educação (CCAIE). O Campus IV faz parte do Plano de Expansão das instituições públicas de ensino superior, denominado pelo Governo Federal de Expansão com Interiorização. O Governo Federal adotou uma série de medidas para retomar o crescimento do ensino superior público, criando condições para que as universidades federais promovam a expansão física, acadêmica e pedagógica da rede federal de educação superior, abarcando as cidades interioranas.

¹ www.ufpb.br

Essa retomada da política de interiorização da UFPB deu-se no final do ano de 2005, quando foi apresentado o projeto para a criação do Campus IV da UFPB e, em 2006, através da Resolução nº05/2006, foi autorizada a implantação do Campus IV, o que contribuiu para um aumento na quantidade de alunos matriculados em cursos de graduação na cidade de Mamanguape e Rio Tinto. Após o decreto de criação começaram a funcionar, em 2006, as primeiras turmas matriculadas na instituição. Uma unidade ficou localizada na cidade de Rio Tinto, nas dependências da antiga Fábrica de Tecidos, e a outra unidade ficou localizada em Mamanguape nas instalações cedidas pelo Instituto Moderno, tradicional instituição particular de ensino deste município. Alguns meses depois, os prédios do campus começaram a ser construídos e as unidades, atualmente, encontram-se instaladas em suas dependências físicas próprias. Em outubro de 2006, o processo de implantação do Centro de Ciências Aplicadas e Educação do Campus IV, nas cidades de Rio Tinto e Mamanguape, começou inicialmente com 07 (sete) cursos, conforme quadro 01.

Quadro 01: Cursos implantados na criação do Campus IV

Ano	Mamanguape	Rio Tinto
2006	Ciências contábeis	Ecologia
	Secretariado Executivo	Licenciatura em Ciências da Computação
	Hotelaria	Matemática
	Pedagogia	
2007		Sistemas de Informação
		Antropologia
		Design
2012	Letras	

Fonte: Adaptado de Farias (2013)

Como todo começo, as turmas iniciaram-se com poucos alunos sendo, a maioria, moradores das cidades que formam o Vale

do Mamanguape. Por este Campus ser novo, se fazia necessário divulgar os cursos que estavam sendo ofertados no CCAE, de maneira que foi preciso buscar estratégias para que o Campus se tornasse atrativo, com o intuito de externar os saberes, de crescer e aumentar o número de alunos matriculados. Com o passar do tempo, a infraestrutura foi se aprimorando e os cursos se tornando mais conhecidos. Dessa forma, neste período de 10 anos, após a implantação do Campus IV nas cidades de Mamanguape e Rio Tinto, os cursos de graduação se solidificaram e mudaram a rotina dos cidadãos, proporcionando mais desenvolvimento nas cidades.

Nesse contexto, os eventos surgem como uma oportunidade para unir vários aspectos positivos em um só acontecimento promovidos pela instituição. Ao mesmo tempo em que promove os serviços prestados ou seus produtos, nos eventos também se divulgam a missão, os objetivos e as metas empresariais a fim de se tornarem atrativos para o seu público-alvo. O evento, então, passou a ser visto como uma estratégia de comunicação institucional, pois ele “dirige uma mensagem eficaz a um público predeterminado, produzindo neste os efeitos desejados” (BRITTO, 2002, p. 35). Diante dessa conjuntura, as autoras se motivaram a realizar esta pesquisa, visando responder a seguinte pergunta-problema: Quais os impactos causados pelos eventos no Vale do Mamanguape, organizados pela comunidade acadêmica do Curso de Secretariado Executivo da UFPB?

Este trabalho é um estudo de caso sob os eventos realizados pelo Curso de Secretariado Executivo Bilíngue, os quais serviram para promover o próprio curso e o CCAE, tornando-os mais conhecidos pela comunidade. Esclarece-se que o curso de

Secretariado Executivo Bilíngue², é direcionado à formação de profissionais bacharéis com competências para promover e participar da melhoria do processo de gestão e desenvolvimento das organizações públicas e privadas, na busca do aumento de produtividade e competitividade, estando aptos a atuarem no mercado altamente competitivo e em constantes transformações como: Assessor Executivo, Gestor, Consultor e Empreendedor e Docente.

A partir disso, o objetivo geral desse trabalho é verificar as características e os impactos dos eventos organizados pelo Curso de Secretariado Executivo da UFPB, no Vale do Mamanguape. Inicialmente, vislumbrou-se captar as informações dos eventos de maior proporção que foram realizados por todos os cursos do Campus IV em Mamanguape. Todavia, por conta da eximidade do tempo não foi possível fazer um estudo exploratório sobre tais questões. Então, o objetivo geral foi esmiuçado nos seguintes objetivos específicos: Abordar os eventos como ferramenta imprescindível para aproximar a comunidade da Universidade; Apresentar o Curso de Secretariado Executivo Bilíngue da UFPB como proponente de eventos que promovem a Universidade na comunidade; Elencar alguns eventos que foram promovidos e realizados pelos estudantes, profissionais e professores de Secretariado Executivo da UFPB.

2 Os eventos como Estratégia para Promover o Campus IV da UFPB, no Vale do Mamanguape

Os eventos não possuem leis e normas específicas a serem seguidas. Porém, a Política Nacional de Turismo, Lei N^o 11.771, de 17 de setembro de 2008, que dá algumas providências para

² Sobre o Curso. <http://www.ccae.ufpb.br/secretariado/>

os prestadores de serviços turísticos, também abrange o setor de eventos, definindo as categorias em que as empresas organizadoras de eventos podem se enquadrar (BRASIL, 2008). A prática dos eventos é bastante antiga e, de acordo com Matias (2001), o primeiro evento que ocorreu no Brasil foi em 1840, realizado no Hotel Itália - O Baile de Carnaval. Em 1922, ocorre a Exposição Internacional do Centenário da Independência, no Palácio das Festas, na Cidade do Rio de Janeiro, o que legitimou este Estado como o precursor dos eventos no Brasil e, portanto, essa exposição foi o marco inicial para a atual era dos eventos. A cada ano os eventos vão se aprimorando e fazendo parte do plano de trabalho das instituições.

Os eventos são capazes de mobilizar várias empresas, instituições públicas e organizações do terceiro setor, sendo mais de cinquenta setores da economia, entre eles: organizador de eventos, agências de viagens, bancos, recepção, decoração, entretenimento, fotografia, comunicação, imprensa (IGNARA, 1999, apud TENAN, 2002). Segundo Lemos (1991), eles englobam um conjunto de serviços ligados diretamente com: atividades ou características motivadoras dos deslocamentos ou viagens (esportes, praias, cultura, entre outros.); serviços de alojamento (apartamentos, pousadas, hotéis, entre outros.); alimentação (restaurantes e outros estabelecimentos relacionados); comércio em geral; o sistema de transportes (táxis, comboios, metrô, cruzeiros, carros de aluguel, aviões entre outros.); serviços de intermediação entre o núcleo emissor e o destino turístico (agências de viagens, operadores turísticos, entre outros.); instituições financeiras e imobiliárias; serviços de assistência (seguradoras, serviços médicos, assistência a veículos, entre outros.); serviços de

apoio aos visitantes; e outros mais que compõem o amálgama de serviços do setor do turismo em seus diversos tipos e formas. Neste setor, em que o trabalho envolve muitas pessoas em suas diversas áreas de atuação, as empresas normalmente dispõem de gestores na empresa para planejar as atividades a serem desempenhadas pelos funcionários; organizar as atividades em ordem sequencial, para que os processos ocorram de maneira interligada; dirigir os negócios, gerenciando e estimulando as pessoas em suas atribuições; e controlar cada tomada de decisão necessária em busca de atingir o objetivo do evento (SANTIAGO, 2014).

Sob essa perspectiva, os eventos servem para promover e divulgar uma instituição/ empresa devido à sua prestação de serviços ou produtos, além de estimular a abertura de novos nichos de mercado, visando satisfazer as necessidades e demandas dos participantes dos eventos.

Evento é um instrumento institucional e promocional, utilizado na comunicação dirigida, com a finalidade de criar conceito e estabelecer a imagem de organizações, produtos, serviços, ideias e pessoas, por meio de um acontecimento previamente planejado, a ocorrer em um único espaço de tempo com a aproximação entre os participantes, quer seja física, quer seja por meio de recursos de tecnologia (MEIRELLES, 1999, p. 21).

O evento pode desempenhar, em suas mais diferentes manifestações, funções muito importantes, tais como: a disseminação do conhecimento, a oferta de lazer e entretenimento, o estímulo aos negócios, a conscientização das comunidades e, ainda, pode contribuir para o entendimento entre os povos. Conforme afirma Martin (2003), os eventos são todos os acontecimentos previamente planejados, organizados e coordenados de forma a contemplar o

maior número de pessoas em um mesmo espaço físico e temporal, com informações, medidas e projetos sobre uma ideia, ação ou produto, apresentando os diagnósticos de resultados e os meios mais eficazes para se atingir determinado objetivo. Para Matias (2001), evento significa:

[...] ação do profissional mediante pesquisa, planejamento, organização, coordenação, controle e implantação de um projeto, visando atingir seu público-alvo com medidas concretas e resultados projetados. Uma empresa pode utilizar o evento de diferentes formas, como estratégia de comunicação para atingir seus objetivos, e essa utilização está sujeita a algumas variáveis: 1) a importância dos objetivos visados, 2) o grau de retorno que pretende obter e 3) a disponibilidade de verba para esse investimento. São processos complexos que envolvem, em geral, grande quantidade de pessoas e recursos financeiros (MATIAS, 2001, p. 61).

Por esse motivo, há a necessidade de elaborar um planejamento que contemple os objetivos e públicos bem definidos, conteúdo e forma, e uma rigorosa análise custo/benefício. Neste sentido, Zanella (2008) cita alguns benefícios que um evento proporciona na questão social e econômica:

a) colaborar com a estabilidade da atividade econômica; b) aumentam a taxa de ocupação e, conseqüentemente, as receitas das empresas de transporte e hotéis nos períodos de recesso ou baixa temporada; c) estimulam e consolidam contatos comerciais e lançamento de novos produtos e serviços por meio de feiras e *workshops* com aplicação de técnicas de marketing; d) incrementam a arrecadação de impostos e tributos em virtude do desenvolvimento das vendas e da atividade econômica em geral; e) estimulam iniciativas e investimentos para a instalação, ampliação e construção de centros de eventos, convenções e negócios; f) divulgam e consolidam a imagem favorável da localidade-sede e das entidades e empresas que participam do

evento; g) proporcionam a geração de novos empregos e o aproveitamento da mão de obra local (ZANELLA, 2008, p. 3,4).

No relacionamento entre a instituição e o seu público-alvo, o evento é visto como uma ferramenta estratégica que visa divulgar e dar conhecimento do produto/empresa, além de provocar a consciência e a fidelidade (ou preferência) de um produto.

A grande força de um evento reside no envolvimento que ele permite. A atmosfera criada, a atenção despertada, a curiosidade, a predisposição de espírito, tudo, enfim, conduz para um envolvimento coletivo apropriado que condiciona positivamente o participante e que nenhum outro recurso de promoção consegue fazer (FERRACCIÙ, 2007, p. 60).

Através de um evento é possível vender a imagem de uma instituição. Segundo Brito (2002), o evento deve ser pensado como uma atividade econômica e social que gera uma série de benefícios para a instituição, pois as organizações também podem ser “vendidas”. É o chamado Marketing Institucional, constituído para criar, manter e alterar comportamentos e atitudes do público-alvo frente a uma determinada organização. Avaliada e analisada a imagem desta, desenvolve-se um plano de marketing para gerar a imagem institucional adequada.

3 O Curso de Secretariado Executivo Bilíngue na UFPB: Formando Profissionais Organizadores de Eventos

O Curso de Secretariado Executivo Bilíngue, cuja criação foi autorizada pelo Conselho Universitário da UFPB – CONSUNI/UFPB em março de 2006, é direcionado à formação de profissionais bacharéis com competências para promover e participar da melhoria do processo de gestão e desenvolvimento

das Organizações Públicas e Privadas, na busca do aumento de produtividade e competitividade e aptos a atuar no mercado altamente competitivo e em constantes transformações como: Assessor Executivo, Gestor, Consultor, Empreendedor e Docente. Conforme o Art. 3º, da Resolução 41/2006, o Curso de Graduação em Secretariado Executivo Bilíngue tem a duração mínima de 08 (oito) e máxima de 12 (doze) períodos letivos para o turno diurno e duração mínima de 09 (nove) e máxima de 14 (quatorze) períodos letivos para o turno noturno, integralizado com 2.670 (duas mil, seiscentas e setenta) horas, equivalentes a 178 (cento e setenta e oito) créditos. Parágrafo único. Será permitida a matrícula em no máximo 29 (vinte e nove) e no mínimo 19 (dezenove) créditos por período, excetuando-se os casos julgados excepcionais pelo Colegiado do Curso.

Os departamentos e coordenações são os responsáveis por administrar todo o corpo docente, técnico-administrativo e discente da instituição. De acordo com informações cedidas pelo Núcleo de Tecnologia da Informação, o corpo discente da UFPB Litoral Norte em 2013, era formado por 3.186 alunos distribuídos entre as duas unidades. Desse total, 1.583 alunos frequentam os cursos em Mamanguape e 1.603 frequentam os cursos em Rio Tinto. A tabela 01 traz a quantidade de alunos matriculados de cada curso oferecido no Campus IV, referentes ao primeiro semestre do ano de 2013, (FARIAS, 2013).

Quadro 02: Alunos matriculados nos Cursos de Graduação do Campus IV em 2013

UNIDADE	CURSOS	ALUNOS MATRICULADOS
Mamanguape	Ciências Contábeis	572
	Hotelaria	341
	Secretariado Executivo	410
	Licenciatura em Pedagogia	216
	Letras	44
Rio Tinto	Antropologia	141
	Ciências da Computação	392
	Design	186
	Ecologia	355
	Licenciatura em Matemática	331
	Sistemas da Informação	198
Total		1.603

Fonte: NTI (2013) *apud* Farias (2013, p.81)

Conforme o quadro acima, o curso de Secretariado é o 2º curso do Campus IV que tem mais alunos matriculados, resvalando o interesse da comunidade por esta profissão que é regulamentada desde o ano de 1985. O Curso de Secretariado Executivo tem direcionado e formado profissionais bacharéis com competências, a fim de que eles possam promover e participar da melhoria do processo de gestão e desenvolvimento das organizações públicas e privadas. Dentro destas perspectivas, a dinâmica da organização de eventos surge dentre as práticas para as quais os estudantes do curso de Secretariado Executivo recebem orientação e capacitação. Na regulamentação da profissão de Secretariado, a Lei Nº 7.377/85, em seu capítulo 4, inciso I, dispõe sobre as atribuições do Secretário Executivo. Esse profissional é apresentado como responsável pelo “planejamento, organização e direção de serviços de secretaria” propondo, assim que, o profissional de Secretariado esteja apto a ser um gestor de processos, dentre estes, a gestão de eventos (BRASIL, 1985).

Com o objetivo de oferecer uma formação que qualifique o aluno para a gestão de eventos, o curso de Secretariado Executivo oferece uma grade curricular que, direta e indiretamente, contribui para a coordenação e execução dos processos para a organização de eventos. Apresenta-se a seguir um esquema de como estas disciplinas são distribuídas no Curso de Secretariado Executivo.

Quadro 03: Disciplinas do Curso de Secretariado Executivo ligadas à organização de eventos

Disciplina	Período
Planejamento Estratégico para Secretariado	5 período
Introdução à Marketing	6 período
Organização de eventos	8 período
Relações Públicas	8 período
Cerimonial, protocolo e etiqueta empresarial	9 período

Fonte: autoras, 2016.

Através da oferta destas disciplinas, o Curso de Secretariado Executivo da UFPB, capacita profissionais para atuarem na gestão de eventos, visando traduzir a importância dessa prática para o mercado de trabalho. Sobre isso, Fortes e Silva (2011, p. 15) ratifica que “Evento é uma atividade econômica e social que, nascida com a civilização, acompanha a evolução dos povos, adquirindo características representativas de cada período histórico”. Os alunos conhecem as teorias e conceitos que envolvem as áreas de planejamento, execução, monitoramento e encerramento do evento: Coordenação Geral, Coordenação de Secretaria e Cerimonial, Coordenação de Comunicação e Marketing, Coordenação de Logística, Coordenação Pedagógica e a Coordenação de Finanças. Durante todos os semestres, os alunos têm a oportunidade de se engajarem com eventos propostos individualmente por professores ou pela coordenação de Curso, além dos eventos promovidos pelos projetos de extensão. Todavia, ao cursarem a

disciplina de Organização de Eventos, no oitavo período, eles têm a oportunidade de planejarem e executarem um evento completo, o qual estará sob a supervisão da professora da disciplina, pois o mesmo é para a avaliação prática da aprendizagem.

Dentro da história da UFPB, Campus IV, no Vale do Mamanguape, o evento se traduz como a ligação direta entre a universidade e as comunidades circunvizinhas, o empresariado local, os gestores públicos e outros segmentos sociais. Na tentativa de aliar a teoria à prática, o Curso de Secretariado Executivo, desde a sua implantação, se propõe a executar diversas categorias de eventos acadêmicos com o intuito de propiciar o ambiente adequado ao aprendizado. Estas experiências práticas apresentam sempre a oportunidade de vivência ao alunado e a aproximação com a comunidade local. Giácomo (1993) analisa o evento como componente do 'mix' da comunicação, que tem por objetivo minimizar esforços, fazendo uso da capacidade sinérgica da qual dispõe o poder expressivo, no intuito de engajar pessoas numa ideia ou ação.

Ao pesquisar e apresentar os eventos realizados pelos alunos e professores do Curso de Secretariado Executivo da UFPB, percebemos a importância destas atividades tanto para formação acadêmica dos alunos de Secretariado Executivo quanto para a divulgação do curso de Secretariado Executivo diante da comunidade do vale do Mamanguape como também para a fomentação do desenvolvimento social e econômico local. Ao confrontar os eventos pesquisados com o pensamento de Zanella (2008):

- a) colaborar com a estabilidade da atividade econômica;
- b) aumentam a taxa de ocupação e, conseqüentemente, as

receitas das empresas de transporte e hotéis nos períodos de recesso ou baixa temporada; c) estimulam e consolidam contatos comerciais e lançamento de novos produtos e serviços por meio de feiras e *workshops* com aplicação de técnicas de marketing; d) incrementam a arrecadação de impostos e tributos em virtude do desenvolvimento das vendas e da atividade econômica em geral; e) estimulam iniciativas e investimentos para a instalação, ampliação e construção de centros de eventos, convenções e negócios; f) divulgam e consolidam a imagem favorável da localidade-sede e das entidades e empresas que participam do evento; g) proporcionam a geração de novos empregos e o aproveitamento da mão de obra local (ZANELLA, 2008, p. 3,4).

Ratifica-se como os eventos realizados são capazes de gerar impacto econômico, pois há uma grande movimentação monetária e as empresas investem para alargar seus negócios. Além dos impactos à sociedade que recebe o evento como, por exemplo, a contratação de equipe especializada para eventos, benefícios na contratação de mão de obra, estímulo à formação de novos profissionais de eventos etc. (SANTIAGO, 2014). A seguir, serão explanados os impactos que foram identificados pelas autoras, com base na experiência da organização de eventos e da observação dos eventos que já foram realizados no Campus IV.

a) Colaborar com a estabilidade da atividade econômica – Os eventos pesquisados, quando de suas realizações, deflagram diversas atividades que necessitam de produtos e materiais, a exemplo de materiais gráficos, coquetéis para os participantes, confecção de camisetas, aluguel de tendas, confecção de banners, fomentando dessa forma as empresas locais responsáveis por estes serviços.

b) Aumentam a taxa de ocupação e, conseqüentemente, as receitas das empresas de transporte e hotéis nos períodos de

recesso ou baixa temporada – Durante a realização dos eventos, principalmente os que contaram com a participação de estudantes de outros Estados, houve o aumento no fluxo de táxi, viagens de ônibus e moto-táxi, devido à necessidade dos participantes acompanharem a dinâmica do evento e também o deslocamento de alunos e participantes de municípios vizinhos, porque o Campus IV fica localizado em uma área mais afastada da maioria dos bairros da cidade de Mamanguape.

c) Estimulam e consolidam contatos comerciais e o lançamento de novos produtos e serviços – Essa prática é visível quando as parcerias se solidificam através do interesse das empresas em apresentar novos produtos e serviços. Elas tornam-se parceiras dos eventos doando seus produtos para serem sorteados ou apresentados, assim como patrocinando recursos que custeiam as despesas e necessidades do evento.

d) Estimulam iniciativas e investimentos para a instalação, ampliação e construção de centros de eventos, convenções e negócios – Alguns eventos de Secretariado foram realizados em espaços fora da Universidade, chamando a atenção das autoridades locais para a necessidade de revitalização, cuidado e ampliação de alguns espaços, como também chamando à atenção da comunidade para espaços que antes eram pouco frequentados. Quanto da realização, um dos maiores eventos realizados pelo Curso de Secretariado Executivo da UFPB, o III Enasec – Encontro Nacional de Secretariado, foi verificado que o Vale do Mamanguape ainda não contava com estrutura para receber o número expressivo de participantes advindos de outras localidades. Além de existir poucos hotéis, pousadas e restaurantes, eles não tinham uma infraestrutura satisfatória, servindo de alerta para os gestores e

empresariado local no que tange investimentos nesta área. Na época, em 2013, a própria unidade da UFPB em Mamanguape não tinha um auditório que comportasse as palestras, conferências e debates. Por tal motivo, o evento foi realizado no Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes (CCHLA), do Campus I, em João Pessoa.

e) Divulgam e consolidam a imagem da localidade-sede e das empresas que participam do evento – Os participantes dos eventos realizados pelo Curso de Secretariado Executivo da UFPB passam a conhecer melhor a cidade de Mamanguape, assim como seus pontos turísticos, a instituição que promove e as empresas parceiras. Os eventos divulgam para a população em geral a profissão e o Curso de secretariado no Estado da Paraíba, seja para os participantes diretos dos eventos, como também para a comunidade não acadêmica, através de cartazes espalhados pelas cidades que formam o Vale do Mamanguape, ou pelas chamadas nas rádios locais.

f) Proporcionam a geração de novos empregos e o aproveitamento da mão de obra local – Na busca da interação Universidade/comunidade, os eventos optaram por serviços locais, principalmente na contratação de agentes culturais e artistas locais, bem como os serviços alimentícios, confecção de brindes e camisetas, estimulando o desenvolvimento sob aquisição e valorização da mão de obra local.

Além desses pontos abordados, cabe ressaltar ainda, os impactos sociais, com ações voltadas para a responsabilidade social da universidade para com a comunidade circunvizinha, efetuando um trabalho de conscientização entre a comunidade

acadêmica, corroborando para que a comunicação que se efetua entre os atores dos eventos aconteça da melhor forma possível.

Neste esforço coletivo para a realização do evento, faz-se necessário o engajamento da comunidade (participantes), empresariado local (patrocinadores), gestores públicos (patrocinadores/convidados), movimentos culturais (atrações), entre outros sujeitos que participam dessa interação gerada pela execução de um evento, especificamente no Curso de Secretariado Executivo da UFPB. Oportunamente, é nesse encontro entre a teoria observada nas disciplinas e conteúdos ministrados que está a execução prática do evento, o qual promove o encontro com os atores sociais envolvidos na tarefa, em que os alunos do Curso de Secretariado Executivo da UFPB são qualificados de forma efetiva para atuarem como gestores dos mais diversos segmentos na área de eventos.

4 Procedimentos Metodológicos

Para que esta pesquisa fosse desenvolvida, foi necessário realizar alguns procedimentos que garantissem a resposta desejada aos objetivos propostos. Por isso, foram utilizados os seguintes tipos de pesquisa, quanto aos procedimentos bibliográfica e documental e, quanto aos objetivos a pesquisa é exploratória. A pesquisa bibliográfica está baseada nos livros, artigos, dissertações e teses que abordam sobre o referencial teórico citado neste trabalho. A pesquisa documental referenda-se pelo uso de documentos oficiais, os quais podem ser gerados por qualquer instituição pública ou privada e que contribuam para disseminar e fundamentar o conhecimento técnico ou científico com o público interessado. Desta forma, os documentos analisados

neste trabalho foram os memoriais descritivos, que são elaborados pelos alunos a partir de conteúdos flexíveis, afim de comprovarem carga-horária complementar à grade curricular. Através desses memoriais, foi possível identificar os eventos realizados pelo Curso de Secretariado Executivo de 2007 até 2016, tomando como base os certificados. Por conta do pouco espaço de tempo disponível para a elaboração deste trabalho, consultou-se os memoriais dos alunos que ingressaram no período letivo 2012.1.

Quanto aos objetivos metodológicos exploratórios, esta pesquisa amparou-se na identificação da maioria dos eventos ocorridos no Campus IV em Mamanguape, promovidos pelos estudantes e professores em parceria com a coordenação do Curso de Secretariado Executivo ou, ainda, através da disciplina de Organização de Eventos do mesmo curso.

Quanto à abordagem do tipo de pesquisa, ela é qualitativa, pois intenciona analisar a qualidade dos fenômenos e materiais angariados na pesquisa de campo. Não buscou-se quantificar os eventos já realizados, mas, sim, a qualidade e abrangência deles a fim de compreender os impactos causados perante à sociedade. Nesse sentido: “A pesquisa qualitativa não se preocupa com representatividade numérica, mas, sim, com o aprofundamento da compreensão de um grupo social, de uma organização etc.” (GOLDENBERG, 1997, p. 34).

A análise dos dados se deu através da leitura e interpretação dos certificados explorados, cujas informações foram organizadas em quadros e tabelas para melhor visualização, permitindo a leitura e interpretação dos dados de forma clara e objetiva, sendo possível atender aos objetivos inicialmente delineados e fazer

considerações conclusivas, respondendo aos objetivos da pesquisa qualitativa.

5 Análise e Discussão dos Resultados

O Art. 1º da Resolução nº. 41/2006 do CONSEPE, que aprova o Projeto Político Pedagógico (PPP) do Curso de Graduação em Secretariado Executivo, do Centro de Ciências Aplicadas e Educação, Campus IV da UFPB, fixa os conteúdos complementares flexíveis em no mínimo 45 horas/aula, equivalentes a 3 créditos. Os conteúdos complementares flexíveis constituem-se em conteúdos curriculares livres como seminários, congressos, jornadas, colóquios, oficinas, estágio supervisionado não obrigatório, ou em forma de projetos de ensino, de pesquisa e de extensão, bem como disciplinas cursadas que não façam parte do elenco das disciplinas oferecidas no PPP do Curso de Secretariado Executivo Bilíngue, as quais deverão ser submetidas à aprovação do Colegiado do Curso, além de experiência profissional na área específica de Secretariado, durante o período em que o aluno está matriculado no Curso (CCAIE, 2006).

Os eventos realizados pelo Curso de Secretariado Executivo no CCAIE, Mamanguape, desde a implantação do Curso no Campus IV, em outubro de 2006, se tornaram uma prática constante, como se pôde observar em alguns Memoriais Descritivos, os quais são elaborados pelos alunos ao final do curso, que comprovam suas participações em atividades extracurriculares, com conteúdos flexíveis. Com o objetivo de apresentar os eventos realizados pelo Curso de Secretariado no Campus IV, será apresentado a seguir um breve histórico de alguns eventos que foram realizados pelos alunos, em parceria com os professores e a coordenação, tomando

como base os respectivos memoriais, os quais são arquivados na Coordenação do Curso. Os eventos foram organizados pelo ano e a data de execução, além do nome evento.

Quadro 04: Eventos realizados no Curso de Secretariado Executivo da UFPB

ANO	DATA	EVETO
2007	13 de fevereiro 03 a 05 de setembro	1ª Oficina Pedagógica de Secretariado I Encontro de Secretariado Executivo da Paraíba – I EnsecePB
2008	29 de abril 03 de setembro 20 a 24 de outubro	2ª Oficina Pedagógica de Secretariado 3ª Oficina Pedagógica de Secretariado II Encontro de Secretariado Executivo da Paraíba/II EnsecePB
2009	28 e 29 de abril	4ª Oficina Pedagógica de Secretariado
2010	08 a 10 de dezembro	III Encontro de Secretariado Executivo da Paraíba/ III EnsecePB
2011	19 a 20 de julho	I Semana Acadêmica de Secretariado Executivo PB – I Semasec
	27 de setembro	Comemoração ao dia do profissional de secretariado: o secretário executivo como agente empreendedor.
	24 e 25 de novembro	5ª Oficina Pedagógica de Secretariado
2013	09 a 12 de outubro	IV Encontro de Secretariado Executivo da Paraíba/IV Ensece PB e III Encontro Nacional Acadêmico de Secretariado/ III Enasec
2014	07 de agosto	Lançamento do Grupo de Pesquisa em Secretariado Observatório Latino-Americano
2016	12 de maio	I Ôxe Execute – Estudantes executando Eventos
	01 a 03 de Setembro	V Encontro de Secretariado Executivo da Paraíba/ V EnsecePB

Fonte: Adaptado dos Conteúdos Flexíveis

5.1 Eventos realizados em 2007

a) 1ª Oficina Pedagógica de Secretariado

O evento acadêmico-científico denominado “Oficina Pedagógica de Secretariado” foi o primeiro evento realizado pelo Curso de Secretariado no Campus IV e aconteceu em cinco edições. Sob a coordenação do Professor José Jassuípe de Moraes, a 1ª Oficina Pedagógica de Secretariado foi realizada na Câmara Municipal dos Vereadores de Mamanguape, em 13 de fevereiro de 2007, com o tema “O Perfil do Profissional de Secretariado no Mundo Globalizado”, contando com a participação de professores, direção do CCAE e estudantes de Secretariado. Na ocasião, além da palestra proferida, aconteceu sorteio de brindes ofertados pelos empresários locais e a participação efetiva da comunidade, já que, o evento foi aberto ao público externo.

b) I Encontro de Secretariado Executivo da Paraíba – I EnsecePB

O I EnsecePB teve como tema: “Tempo de Mudança”, e foi realizado na escola Municipal Antônia Luna Lisboa em Rio Tinto – PB, nos dias 03, 04 e 05 de setembro de 2007. O objetivo principal do evento foi divulgar a profissão e o Curso de Secretariado Executivo Bilíngue da UFPB para a região do Vale do Mamanguape e, também, para o mercado paraibano. Com uma programação diversificada, o evento contou com mais de 150 pessoas da comunidade do Vale do Mamanguape, entre estudantes e profissionais diversos, inscritos nas palestras e minicursos oferecidos.

5.2 Eventos realizados em 2008

a) 2ª Oficina Pedagógica de Secretariado

A 2ª Oficina Pedagógica de Secretariado, desta vez sob a coordenação do Prof. Me. Saulo Emmanuel Maciel, foi realizada no auditório do Instituto Moderno – Mamanguape, em 29 de abril de 2008, com o tema: “A importância do Secretariado no Mundo Globalizado”. O evento contou com o apoio e participação da vice-reitora da UFPB, assim como professores, alunos e a comunidade do Vale do Mamanguape.

b) II Encontro de Secretariado Executivo da Paraíba – II EnsecePB

O II EnsecePB teve como tema “Inovação, Linguagem e Conhecimento: Estruturando Conceitos”, e foi realizado no Auditório do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS), em Rio Tinto e nas instalações do Campus IV- Mamanguape, no período de dia 20 a 24 de outubro 2008, sob a coordenação do Prof. Me. Saulo Emmanuel Maciel. O objetivo era promover a aprendizagem, demonstrando a inserção da linguagem como competência, trazendo inovação à profissão de secretariado, alargando os horizontes do conhecimento e ajudando a estruturar os conceitos ligados à esta profissão. Dessa maneira, surgem como objetivos específicos à identificação da importância da atualização quanto às tecnologias da informação, a análise das habilidades e trocas de experiências entre discentes, docentes, entidades e profissionais. Nesta versão, o evento foi voltado exclusivamente para a comunidade acadêmica e assumiu um caráter científico, com a apresentação de trabalhos de pesquisa.

5.3 Eventos realizados em 2009

a) 3ª Oficina Pedagógica de Secretariado

A 3ª Oficina Pedagógica de Secretariado, sob a coordenação do Prof. Me. Saulo Emmanuel Maciel, foi realizada no Centro Cultural Fênix - Mamanguape, em 03 de setembro de 2008. O evento abordou o tema “Preconceitos na Profissão de Secretariado” e contou com a participação de palestrantes, professores, alunos e comunidade.

5.4 Eventos realizados em 2010

a) 4ª Oficina Pedagógica de Secretariado

A 4ª Oficina Pedagógica de Secretariado, desta vez sob a coordenação da professora Daniele Silva, foi realizada no Centro Cultural Fênix – Mamanguape, nos dias 28 e 29 de abril de 2009, com tema “O profissional de Secretariado Executivo e a Responsabilidade Social”. O evento teve apresentação cultural de um grupo musical local, palestras, coquetel e a participação de professores, palestrantes, alunos e da comunidade.

b) III Encontro de Secretariado Executivo da Paraíba – III EnsecePB

O III EnsecePB abordou o tema “Desenvolvendo novas competências” e foi realizado na UFPB Campus I – João Pessoa e nas instalações do Campus IV- Mamanguape, nos dias 08, 09 e 10 de dezembro de 2010. O objetivo principal era discutir as novas competências necessárias para o profissional de Secretariado nos dias atuais. Contou com a participação de profissionais da área, professores convidados, palestrantes e comunidade acadêmica.

5.5 Eventos realizados em 2011

a) 5ª Oficina Pedagógica de Secretariado

A 5ª Oficina Pedagógica de Secretariado, sob a coordenação da professora Maria Luzitana Conceição dos Santos, foi realizada na UFPB – Campus IV – Mamanguape, nos dias 24 e 25 de novembro de 2011. Este evento propôs um novo modelo de trabalho, numa ação interdisciplinar, envolvendo alunos de várias disciplinas, voltado para um trabalho de responsabilidade social na prática. A 5ª oficina pedagógica arrecadou alimentos no ato das inscrições, sendo feita a distribuição para uma Organização Não-Governamental (ONG) escolhida pelos alunos, fortalecendo o vínculo universidade/comunidade e ratificando o impacto beneficente à sociedade.

b) I Semana Acadêmica de Secretariado Executivo PB – I Semasec.

A I Semasec, sob a coordenação da professora Maria Luzitana Conceição dos Santos, foi realizada no período de 19 a 20 de julho de 2011, na UFPB, Campus IV – Mamanguape. Teve como tema: “Interdisciplinaridade, Pesquisa e Relações com o Mercado”. A I Semana Acadêmica foi realizada como atividade interdisciplinar e proporcionou a realização de debates, palestras, cases e apresentações de trabalhos científicos. Na ocasião também foi realizada uma “Mostra Profissional”, com a participação de profissionais atuantes no Vale do Mamanguape. O objetivo da Mostra foi promover a valorização dos profissionais e fortalecer a sustentabilidade da área secretarial. Como apresentação cultural, o evento foi concluído com a participação da Banda Musical Gustavo Fernandes de Lima Sobrinho, do Município de Mamanguape.

c) Comemoração do Dia do Profissional de Secretariado: O Secretário Executivo como Agente Empreendedor.

Este evento foi realizado nas instalações da UFPB, Campus IV- Mamanguape, no dia 27 de setembro de 2011, e proporcionou a interação entre alunos e profissionais de secretariado. Durante o evento aconteceu uma palestra em homenagem ao profissional de secretariado e a inauguração oficial do Laboratório Experimental de Secretariado – LABSEC. Na ocasião, foi arrecadado brinquedos a serem distribuídos para crianças carentes da comunidade. A Banda Musical Gustavo Fernandes de Lima Sobrinho encerrou as comemorações com uma apresentação cultural. O evento contou com mais de 280 participantes.

5.6 Eventos realizados em 2013

a) IV Encontro de Secretariado Executivo da Paraíba – IV EnsecePB

O IV EnsecePB teve uma versão especial, pois coincidiu com a periodicidade de outro evento de secretariado, de abrangência nacional, o III Encontro Nacional Acadêmico de Secretariado. Com isso, o evento aconteceu dentro do III Enasec. Desta maneira, o IV EnsecePB teve seu tema e objetivos incorporados à proposta deste evento nacional, o apresentamos a seguir.

b) III Encontro Nacional Acadêmico de Secretariado – III Enasec

O III Encontro Nacional Acadêmico de Secretariado é um evento acadêmico-científico que tem como objetivo discutir a pesquisa científica na área de Secretariado, em todo o Brasil, e contribuir para o desenvolvimento do meio acadêmico na área, discutindo temas relacionados ao fazer pedagógico, científico e profissional. Esta terceira edição foi promovida pela UFPB em parceria com a Associação Brasileira de Pesquisa em Secretariado

(ABPSEC), sob a coordenação do Prof. Dr. Erivaldo Pereira do Nascimento e da Prof.^a Me. Chussy Karlla Antunes. O evento foi realizado nas instalações do Campus I, nos dias 09, 10, 11 e 12 de outubro de 2013, abordando o tema “O Conhecimento Científico e as Novas Tecnologias em Secretariado: Relevância e Impacto Social”. Por se tratar de um evento nacional, o III Enasec contou com cerca de 400 participantes, dentre estudantes e professores de diversas regiões do país.

5.7 Eventos realizados em 2014

a) Lançamento do Observatórios Latino-Americano de Secretariado Executivo (Olasec)

O evento ocorreu no dia 07 de agosto de 2014 e apresentou à comunidade acadêmica do CCAE/ Litoral Norte o grupo multidisciplinar de pesquisas, estudos, documentação e formação para o desenvolvimento do secretariado no Brasil e na América-latina, do Curso de Secretariado Executivo da UFPB. Na ocasião, o palestrante, Prof. Dr. Raimundo Nonato Júnior, expôs um quadro geral da pesquisa no país e destacou a necessidade de consolidação da cultura da pesquisa na área secretarial, fato que está em marcha através da criação dos grupos registrados no Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq). Destacou, ainda, a relevância do Olasec estar localizado na região Nordeste e em um campus do interior, já nasce com a visão internacional característica que é muito valorizada pelas agências de financiamento de pesquisas. Este evento contou com a participação média de 150 pessoas, incluindo estudantes e professores da UFPB e da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE).

5.8 Eventos realizados em 2016

a) I OXE EXECUTE – Estudantes Executando Eventos

No dia 12 de maio de 2016, nas instalações do Campus IV – Mamanguape, aconteceu o I Oxe Execute, um evento realizado como atividade prática da disciplina de Organização de Eventos, coordenado pela professora Cibelle Santiago e executado pelos respectivos alunos. O Ôxe Execute foi planejado também para comemorar os 10 anos de criação do Curso de Secretariado Executivo e do Campus IV, além de promover um espaço interativo entre professores, alunos e a comunidade do Vale do Mamanguape.

O evento contou com a participação de toda a comunidade acadêmica do Campus IV, composta por servidores técnico-administrativos, professores e os alunos dos cursos de Ciências Contábeis, Pedagogia e Secretariado Executivo Bilíngue, com uma estimativa de 400 pessoas presentes no evento. A programação do I Ôxe Execute foi composta por desfile com casais caracterizados à moda junina, formados pelos alunos dos cursos de: Ciências Contábeis, Pedagogia e Secretariado Executivo; concurso de dança, sorteio de rifa e bingo universitário, ao som do Trio Sotaque Nordestino, que fez as pessoas dançarem muito forró.

b) V Encontro de Secretariado Executivo da Paraíba – V EnsecePB

O V EnsecePB foi executado no marco da comemoração dos 10 anos do Curso de Bacharelado em Secretariado Executivo, da Universidade Federal da Paraíba. O curso chega no ano de 2016 e consolidado, já tendo formado cerca de 120 profissionais qualificados e com capacidade crítica e analítica para serem

um diferencial competitivo no mercado de trabalho do Vale do Mamanguape, da grande João Pessoa, da Paraíba e do Brasil. O evento se propôs a comemorar essa vitória e a fortalecer a aliança entre a academia e as organizações que se beneficiam das competências desse importante profissional executivo, que é imprescindível para a trajetória de sucesso das instituições, sejam elas públicas, privadas ou do terceiro setor. O EnsecePB, em sua quinta edição, reuniu profissionais, estudantes, professores, pequenos e grandes empresários, assim como diferentes gestores para dialogar sobre o desenvolvimento econômico da Paraíba e a sustentabilidade do secretariado nesse contexto.

O evento ocorreu nos dias 01 a 03 de setembro de 2016, nas instalações do Campus IV, em Mamanguape e abordou o tema: “Empregabilidade, Desafios e Oportunidades: Qual o Papel do Secretariado Executivo?”, sob a coordenação das professoras Maika Zampier e Adriana Clericuzi. Os objetivos do evento foram: Reunir os profissionais atuantes na área de secretariado, mesmo os não graduados, assim como os egressos do Curso da UFPB; Comemorar os 10 anos do Curso de Secretariado Executivo na UFPB; Divulgar o Curso de Secretariado Executivo para o público interno e externo; Promover maior visibilidade da profissão no mercado de trabalho da Paraíba; Debater temas contemporâneos ligados à profissão de Secretariado Executivo através de conferências e minicursos.

O evento contou com cerca de 200 inscritos nas categorias estudantes e profissionais de secretariado do estado da Paraíba e de Pernambuco, tendo uma abrangência regional, além de contar com palestrantes renomados da área de Secretariado a nível nacional.

6 Considerações Finais

Desde à implantação do Campus IV e do Curso de Secretariado Executivo no Vale do Mamanguape, a dinâmica do planejamento e execução de eventos é uma constante. São realizados com frequência e é perceptível o engajamento, não apenas dos alunos, professores e funcionários da UFPB, como também sujeitos externos como: gestores públicos, comerciantes locais, comunidade, organizações não governamentais, atores culturais e outros segmentos sociais que se fazem presentes, dependendo do tipo de evento realizado.

Através da teoria aliada à prática é que os estudantes de Secretariado Executivo da UFPB têm se capacitado para a organização e gestão de eventos. Esta área de atuação é muito abrangente e está em crescimento, visto que, as empresas, instituições e indivíduos apresentam a necessidade de realizar algum tipo de evento. Por isso, as disciplinas ofertadas neste Curso de Graduação têm formado profissionais sob atividades interdisciplinares, visando o planejamento, execução e encerramento de eventos, seja dentro da universidade ou não.

Com o objetivo de elencar os eventos realizados pelo Curso de Secretariado Executivo, verificou-se que anualmente a comunidade acadêmica de Secretariado, em parceria com os professores de outros cursos, já realizou evento de abrangência local e nacional. Além disso, os impactos por eles causados à comunidade do Vale do Mamanguape que recebe estes eventos são o fomento da economia local, pois quando ocorre a realização, adquirem produtos e serviços do comércio local, como por

exemplo, materiais gráficos, divulgação em rádios, serviços de buffet e alimentação, decoração, atrações musicais e culturais.

A partir desses impactos e do envolvimento da academia com a comunidade local, os eventos divulgam e consolidam a imagem do Centro de Ciências Aplicadas e Educação, UFPB, juntamente com o Curso de Secretariado Executivo e dos demais alunos e profissionais envolvidos no evento, já que ao permitir o contato/diálogo com a comunidade do Vale do Mamanguape, apresentam-se as oportunidades que a educação superior oferece àqueles em que nela estão inseridos. As ações de responsabilidade social levadas à prática, como as doações de alimentos e brinquedos em comunidades carentes ou mostra de profissões, por exemplo, têm despertado o interesse de jovens locais pela educação superior, de maneira que, a cada ano aumentasse a quantidade da demanda de alunos no vestibular. As atividades culturais utilizadas nos eventos reforçam o vínculo e respeito à cultura local, fortalecendo o vínculo entre a universidade e a comunidade.

Desta maneira, durante esses dez anos de criação do Campus IV e do Curso de Secretariado Executivo na UFPB, Litoral Norte, muitas pessoas passaram a conhecer um pouco mais da profissão de Secretariado no Brasil e no Estado da Paraíba, assim como as ações institucionais promovidas e realizadas pelo Centro de Ciências Aplicadas e Educação.

Referências

BRASIL. **Política Nacional de Turismo**. Lei Nº 11.771, de 17 de setembro de 2008. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/111771.htm> Acesso em: 01 Agosto 2016.

BRASIL. **Lei de Regulamentação da Profissão de Secretariado**. LEI No 7.377, de 30 de Setembro de 1985. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l7377consol.htm>. Acesso em: 27 Julho 2016.

BRITTO, Janaína Nena F. **Estratégia para eventos: uma ótica do Marketing e do Turismo**. São Paulo: Aleph, 2002.

CCAE. *Regulamenta os Conteúdos Curriculares Flexíveis*. Resolução CCSEB Nº. 001/2011. Disponível em: <http://www.ccae.ufpb.br/cursos/bacharelado-em-secretariado-executivo-bilingue> <http://www.ccae.ufpb.br/secretariado/wpcontent/uploads/2016/03/Resolu%C3%A7%C3%A3o-de-Conte%C3%BAdos-Flex%C3%ADveis.pdf>>. Acesso em 02 Agosto 2016.

FARIAS, Raquel S. **A centralidade de Mamanguape(PB) e sua relação com as cidades pequenas do litoral norte paraibano**. João Pessoa, 2013.

FERRACCIÙ, João de S. S. **Marketing Promocional: a evolução da promoção de vendas**. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2007.

FORTES, Waldyr G.; SILVA, Mariângela Benine R. **Eventos: estratégias de planejamento e execução**. São Paulo: Summus, 2011.

GOLDENBERG, Mirian. **A arte de pesquisar: como fazer pesquisa qualitativa em ciências sociais**. Rio de Janeiro: Record, 1997.

MARTIN, Vanessa. **Manual Prático de Eventos**. São Paulo: Atlas, 2003.

MATIAS, Marlene. **Organização de Eventos: Procedimentos e Técnicas**. São Paulo: Manole, 2001.

MEIRELLES, G. F. **Tudo Sobre Eventos**. São Paulo: STS, 1999.

SANTIAGO, Cibelle da S. **Gestão para sustentabilidade em eventos: uma análise na atuação das empresas organizadoras de eventos da região metropolitana do Recife, na dimensão ambiental**. Recife: Universidade de Pernambuco, 2014.

TENAN, Ilka Paulete S. **Eventos**. São Paulo: Aleph, 2002.

ZANELLA, Luiz Carlos. **Manual de Organização de Eventos**. São Paulo: Atlas, 2008.

INICIAÇÃO CIENTÍFICA E EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA: UM ESTUDO SOBRE A IMPORTÂNCIA DE PARTICIPAÇÃO PARA OS ALUNOS DE GRADUAÇÃO DO CURSO DE CIÊNCIAS CONTÁBEIS DA UFPB - CAMPUS IV

Marcleide Maria Macêdo Pederneiras
Jenifer Marques de Almeida
Daniela Cintia de Carvalho Leite Menezes
Luiz Gustavo de Sena Brandão-Pessoa
Jorge Lopes

1 Introdução

A educação, desde a básica até os níveis mais elevados, é de extrema importância para o cidadão desenvolver o que foi adquirido em conhecimento e venha ser praticado no convívio social.

Na sociedade atual, vivenciam-se novas conquistas para a educação superior brasileira, com um grande avanço das universidades públicas federais, que vêm atendendo ao cenário social e econômico das regiões brasileiras. A progressão da educação é fundamental para o crescimento econômico, fazendo-se diminuir a pobreza e a diversidade social. Com isso, o ensino superior possui uma função essencial de preparar os discentes de forma que terá um elo entre teoria e prática. Nesse sentido, a indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão tem papel de grande importância para se obter um ensino superior dentro dos padrões exigidos no artigo 207 da Constituição de 1988, a

qual aborda que “as universidades gozam de autonomia didático-científica, administrativa e de gestão financeira e patrimonial, e obedecerão ao princípio de indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão, quando preceitua que:

§ 1º É facultado às universidades admitir professores, técnicos e cientistas estrangeiros, na forma da lei;

§ 2º O disposto neste artigo aplica-se às instituições de pesquisa científica e tecnológica.

A universidade trabalha a partir da indissociabilidade que tem em sua função o conjunto Ensino, Pesquisa e Extensão que se interagem entre si, mesmo que cada um exerça uma função, haverá momentos que terá elo entre elas. O ensino depende da pesquisa para questioná-lo e da extensão para torna-se aplicável. A pesquisa depende do ensino e da extensão. A extensão necessita do ensino, pois, conforme o tema abordado, chegar-se-á a novos conhecimentos, e da pesquisa para exibir novas conclusões.

Com suas pró-reitorias de Graduação, de Pós-Graduação e de Extensão e Assuntos Comunitários, a UFPB oferece aos discentes o ensino, a pesquisa e a extensão. Através do ensino, surgem projetos voltados para o mundo acadêmico e a sociedade em geral. Os projetos como Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica (PIBIC) e Programas Institucionais Voluntários de Iniciação Científica (PIVIC) são desenvolvidos com bolsas de iniciação científica a estudantes de graduação.

Envolver os discentes nessas pesquisas pode mudar o âmbito da instituição e também o contexto da pesquisa com os alunos. Os alunos têm a possibilidade de confrontar, experimentar o conhecimento produzido dentro da universidade. Desta forma, a partir do exposto, surge o questionamento: Qual a importância

da iniciação científica e da extensão para os alunos da graduação do curso de Ciências Contábeis - Campus IV- Litoral Norte?

Neste sentido, este trabalho teve como proposta analisar a importância da iniciação científica e da extensão para os alunos da graduação do curso de Ciências Contábeis.

Com isto, esta pesquisa justifica-se, inicialmente, por possibilitar analisar como essas ações indissociáveis podem contribuir no conjunto das intervenções para melhorar os discentes do Campus IV em relação aos projetos desenvolvidos na instituição, fazendo-os com que tenham conhecimento de que o ensino e a pesquisa são as bases para o desenvolvimento da extensão, passando a aceitar e mostrar à sociedade sua participação no progresso do ensino. Contribuirá também para o esclarecimento e orientação de como ingressar nesses projetos e quais os projetos que a instituição oferece.

Para atender ao objetivo acima mencionado, utilizou-se uma pesquisa bibliográfica seguida de uma pesquisa de campo, com abordagem qualitativa e quantitativa, da qual participou uma amostra final de 241 alunos dos 10 (dez) períodos do curso de Ciências Contábeis do Campus IV.

2 Fundamentação Teórica

2.1 O curso de bacharelado em Ciências Contábeis do CCAE

O Curso de Graduação em Ciências Contábeis¹, segundo as informações obtidas no site, tem como foco a formação de contadores e gestores das informações contábeis, capazes de desenvolver, analisar e implementar sistemas de informação

¹ Curso de Ciências Contábeis da UFPB- Campus IV. Disponível no site: <<http://www.ccae.ufpb.br/ccaenovo/cursos/bacharelado-em-ciencias-contabeis>> Acesso em: Janeiro de 2015.

contábil e de controle gerencial, exercendo com ética as atribuições e prerrogativas previstas na legislação pertinente. De acordo com site², foi criado em 04 de julho de 2006 através da Resolução nº30/2006 do Conselho Superior de Ensino, Pesquisa e Extensão (CONSEPE) da Universidade Federal da Paraíba. A resolução 31/2006³ aprova o Projeto Político-Pedagógico (PPP) do Curso de Graduação em Ciências Contábeis, do Centro de Ciências Aplicadas e Educação, Campus IV, sendo depois alterada pela 66/2010⁴ do CONSEPE para o Projeto Político do Curso (PPC).

O Curso de Ciências Contábeis da UFPB, Campus IV, unidade Mamanguape, em sua proposta, possui importante papel para o desenvolvimento regional, para a economia do município de Mamanguape e também para a região que abrange seu entorno. Assim, o Curso de Ciências Contábeis tornou-se mais uma alternativa no ensino superior para o público local. Há condições estruturais, administrativas e financeiras que permitem a viabilidade para o funcionamento do Curso cuja modalidade é de Bacharelado e está de acordo com as Diretrizes Curriculares Nacionais (DCN's)⁵. **O curso é ministrado em período noturno com duração mínima 10 períodos e máxima de 15 períodos.**

2.2 A UFPB e suas Pró-Reitorias

As Pró-Reitorias existentes na UFPB de acordo com os dados obtidos no site⁶ são:

- **Pró-Reitoria de Administração - PRA;**

² Criação do curso de Ciências Contábeis da UFPB- Campus IV. Disponível no site: <http://www.ufpb.br/sods/consepe/resolu/2006/Rsep30_2006.htm> Acesso em: Janeiro de 2015.

³ Resolução nº 31/2006 < http://www.ufpb.br/sods/consepe/resolu/2006/Rsep31_2006.htm> Acesso em: Janeiro de 2015.

⁴ Resolução nº 66/2010 <http://www.ufpb.br/sods/consepe/resolu/2010/Rsep66_2010.pdf> Acesso em: Janeiro de 2015.

⁵Proposta do curso de Ciências Contábeis da UFPB- Campus IV. Disponível no site: <http://www.ufpb.br/avalies/sites/www.ufpb.br/avalies/files/%28RELAT%C3%93RIO%20DE%20AVALIA%C3%87%C3%83O_CI%C3%8ANCIAS%20CONT%C3%81BEIS%20BACHARELADO_LITORAL%20NORTE%29.pdf> Acesso em: Janeiro de 2015.

- Pró-Reitoria de Assistência e Promoção ao Estudante - PRAPE;
- Pró-Reitoria de Extensão e Assuntos Comunitários - PRAC;
- Pró-Reitoria de Gestão de Pessoas - PROGEP;
- Pró-Reitoria de Graduação - PRG;
- Pró-Reitoria de Planejamento - PROPLAN;
- Pró-Reitoria de Pós-Graduação - PRPG .

Algumas pró-reitorias possuem fundamental importância na indissociabilidade, já que envolvem atividades diretamente ligadas ao ensino, pesquisa e extensão, desta forma serão tratadas a seguir as pró-reitorias: PRG, PRPG e a PRAC

2.2.1 Pró- Reitoria de Graduação – PRG

Consoante às informações obtidas no *site*, a PRG⁷ possui a função de planejar, coordenar e controlar as atividades de ensino de graduação da Universidade Federal da Paraíba de forma permanentemente articulada com o Conselho Superior de Ensino, Pesquisa e Extensão – CONSEPE, com as Pró-Reitorias Acadêmicas, com os Centros, Departamentos e Cursos desta Instituição.

Compete-lhe, ainda, propor e coordenar as formas de acesso aos cursos de graduação da UFPB e interagir com órgãos governamentais, com o Fórum Nacional de Pró-Reitores de Graduação e com Instituições de Ensino Superior, do país e do exterior, visando o desenvolvimento de políticas e de parcerias que favoreçam a elevação da qualidade de formação superior.

2.2.2 Pró- Reitoria de Pós Graduação e Pesquisa - PRPG

A PRPG possui a função de oferecer pós-graduação, pesquisa, inovação tecnológica, programas acadêmicos e de iniciação científica.

Conforme o site os cursos de especialização⁶, os cursos de Pós-Graduação Lato Sensu da Universidade Federal da Paraíba, de acordo com o Regulamento Geral dos Cursos e Programas de Pós-Graduação aprovado pela Resolução nº 56/967 do Conselho Superior de Ensino, Pesquisa e Extensão – CONSEPE/UFPB, possuem duração máxima de dezoito meses, incluído o tempo necessário para realização e apresentação do trabalho final.

Os Grupos de Pesquisa são certificados pela Pró-Reitoria de Pós-Graduação e Pesquisa da UFPB, através da Coordenação Geral de Pesquisa e mantidos na Plataforma Lattes do CNPq.

Já a Coordenação Geral de Inovação Tecnológica (CGIT) é uma unidade vinculada à Pró-Reitoria de Pós-Graduação e Pesquisa (PRPG) da Universidade Federal da Paraíba (UFPB) – criada pela resolução nº 15/20068 do CONSUNI. Uma de suas principais atribuições é a de implantar e manter a infraestrutura do Núcleo de Inovação Tecnológica (NIT) da UFPB.

2.2.3 Pró-Reitoria de Extensão e Assuntos Comunitários – PRAC

A PRAC da Universidade Federal da Paraíba, a partir das informações obtidas no site⁹, possui a função de coordenar a política

⁶ Cursos de especialização UFPB. Disponível no site: <<http://www.prpg.ufpb.br/portal/index.php/cursos-de-especializacao>> Acesso em: Janeiro de 2015.

⁷ Resolução nº 56/96. Disponível no site: <<http://www.ufpb.br/sods/consepe/resolu/1996/RSEP9656.html>> Acesso em: Janeiro de 2015.

⁸ Resolução nº 15/2006. Disponível no site: <http://www.ufpb.br/sods/consuni/resolu/2006/Runi05_2006.htm> Acesso em: Janeiro de 2015.

⁹ UFPB/PRAC. Disponível no site: <http://www.prac.ufpb.br/?page_id=411> Acesso em: Janeiro de 2015.

de extensão desta instituição, fundamentando-se nos princípios de extensão como um trabalho acadêmico e social, que promove à produção e a democratização do saber, o desenvolvimento e a organização da sociedade, a formação de cidadãos conscientes de seus direitos e das responsabilidades do exercício da cidadania.

2.3 Os Projetos de Extensão, PIBIC e PIVIC e sua importância para os cursos de graduação

A iniciação científica possui seu papel fundamental para o crescimento das instituições de ensino superior, uma vez que tem abertura para o conhecimento, tendo como a pesquisa para alcançar seus objetivos. Ela é uma base para a teoria e a metodologia, que estimula as oportunidades de um discente participar de pesquisas científicas (OLIVEIRA, 2008).

Segundo Freitas, Almeida e Costa (2010, p.6) “Projetos de extensão bem planejados e bem executados permitem que a universidade chegue até a comunidade para prestar-lhe serviços e dar assistência para satisfação das necessidades e anseios”. Para se alcançar os objetivos que um projeto de extensão oferece, eles têm que estar bem articulados para que assim possam oferecer os serviços necessários à comunidade, que é o público-alvo.

Segundo o site, o Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica¹⁰ (PIBIC) visa apoiar a política de Iniciação Científica desenvolvida nas Instituições de Ensino e/ou Pesquisa, por meio da concessão de bolsas de Iniciação Científica (IC) a estudantes de graduação integrados na pesquisa científica. Já o PIVIC é voltado para programas institucionais voluntários de iniciação científica.

¹⁰ PIBIC/UFPB. Disponível no site: <<http://www.cnpq.br/web/guest/pibic>> Acesso em: Janeiro de 2015.

Os projetos de Extensão PIBIC e PIVIC são de fundamental importância para que os cursos de graduação possam oferecer e executar a prática dos conteúdos estabelecidos na instituição, ensinando-os como ponto de partida para novas descobertas.

2.3 A Indissociabilidade entre Ensino, Pesquisa e a Extensão

O ensino como aprendizagem vem através de aulas, seminários, debates, dinâmicas, provas ministradas pelos docentes das instituições de ensino superior. Após a implantação do artigo 207 da Constituição Federal de 1988, veio o princípio da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão. O artigo 207 da Constituição de 1988 determina que “as universidades gozam de autonomia didático- científica, administrativa e de gestão financeira e patrimonial, e obedecerão ao princípio da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão”. Assim, fazendo-se que essa interação ensino pesquisa e extensão seja essencial para que a universidade possa ter seu papel junto com a sociedade (FREITAS; ALMEIDA; COSTA, 2010).

Segundo Dias e Silva (2007, p.1):

A Constituição Federal 1988 ao estabelecer no artigo 207 o princípio da indissociabilidade entre o ensino, a pesquisa e a extensão, igualou o grau de importância dessas três vertentes. Com isso, a extensão ganhou notoriedade dentro das estruturas organizacionais das instituições de ensino superior, obrigando-as a ampliar o número de atividades e/ou projetos de extensão, em busca da qualidade do ensino oferecido.

A indissociabilidade é a principal orientadora da qualidade fornecida por uma instituição, dado que ela envolve ensino, pesquisa e extensão, possibilitando uma relação entre teoria e

prática, universidade e sociedade, tornando-se princípio estrutural para a concretização das atividades-fins de uma instituição.

O princípio da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão tende a ter uma aproximação entre discente e sociedade. Reflete-se em uma qualidade do ensino superior com seus trabalhos acadêmicos desenvolvidos durante o curso, colocando-os em prática com pesquisas e desenvolvimentos, proporcionando uma realização de extensão com aluno entre a teoria e prática.

Então, inteiramente ligadas ao ensino é que a pesquisa e a extensão terão sem dúvida um elevado grau de importância na formação superior.

O projeto político-pedagógico está diretamente relacionado às funções que as universidades podem oferecer, contudo, antes mesmo que a constituição prevê-se a indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão (SÉRGIO et al, 2010), algumas universidades já tinham projetos vislumbrando a indissociabilidade.

2.4 O Estado da arte da produção científica em contabilidade

Para Nascimento, Pereira e Filho (2010, p.33) “a produção científica é um importante meio de veiculação do conhecimento na modalidade escrita, promovendo o desenvolvimento da ciência, da tecnologia, a abertura de novas linhas de estudo e pesquisa, sobretudo no meio acadêmico”.

Existem formas de produzir cientificamente todos os conhecimentos adquiridos e desenvolvidos através da escrita, visando novos rumos no ensino e na pesquisa do mundo acadêmico.

Para Borges (2012, p.01) “recentemente, as Ciências Contábeis vem ganhando relevante impulso, especialmente no meio acadêmico, com o crescimento do número de cursos de graduação oferecidos, solidificação dos programas de pós-graduação, eventos e revistas científicas com o foco na educação contábil.”

Com isto, oportunidades de novas publicações em revistas e em eventos estão surgindo tanto para os alunos de graduação quanto da pós.

O Congresso USP de Controladoria e Contabilidade, o Congresso da Associação Nacional dos Programas de Pós-Graduação em Ciências Contábeis (ANPCONT) e o Congresso Brasileiro de Custos são exemplos de congressos promovidos no Brasil. E ainda tem o Encontro da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Administração (EnANPAD) (CRUZ ET AL., 2011).

Porém, existem outros eventos como: seminário, simpósio, colóquio, encontro, conferência (CRUZ, ET AL., 2011), nos quais os discentes têm a oportunidade de apresentar seus trabalhos voltados a vários temas de interesse de algum dos eventos citados.

A Instituição Ensino Superior (IES) de maior destaque em produção de artigos foi a Universidade de São Paulo (USP), possuindo como temas mais publicados na área de contabilidade os de Governança corporativa, mercado de capitais, ensino e pesquisa, contabilidade gerencial, contabilidade internacional e gestão de custos (RIBEIRO, 2013).

Segundo a revista Contabilidade Vista & Revista, entre esses anos de 2008 a 2012, as instituições que se destacaram foram as Universidades Federal de Minas Gerais, do Rio de Janeiro,

Fundação Universidade Regional de Blumenau, Federal da Paraíba e Federal de Santa Catarina (RIBEIRO, 2013).

3 Procedimentos Metodológicos

A modalidade de pesquisa utilizada para elaboração deste artigo foi inicialmente a pesquisa bibliográfica, seguida da pesquisa de campo.

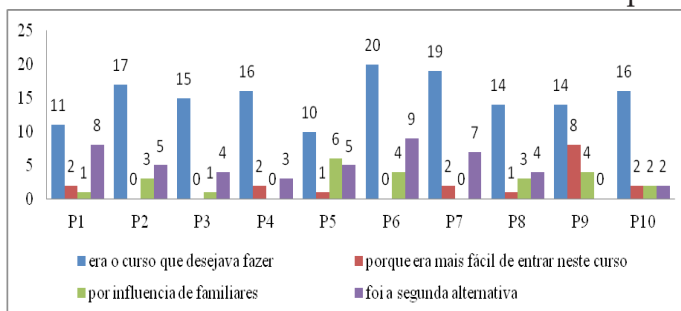
A pesquisa de campo, tabulação e análise dos dados iniciou-se em janeiro de 2015 e seu término foi em dezembro do mesmo ano, que se deu através da coleta de dados de um questionário elaborado com 18 questões e aplicado com os discentes dos 10 períodos do curso (P1 a P10) de Ciências Contábeis da UFPB Campus IV. De acordo com dados obtidos junto à coordenação do curso de Ciências Contábeis, o total de alunos ativos matriculados é de 456 alunos e, destes, 241 se dispuseram a responder. Foram perguntados a respeito da percepção destes (nível de conhecimento e interesse em participar) quanto aos projetos de pesquisa e extensão existentes na universidade. Foi utilizado o *Microsoft Excel* para a tabulação dos dados e construção dos gráficos. Todos os dados coletados foram organizados a partir dos seguintes objetivos específicos:

4 Apresentação e Análise dos Resultados

A seguir, serão apresentados os resultados obtidos através dos questionários aplicados aos alunos do curso de Ciências Contábeis - Campus IV da UFPB, identificando suas respostas e analisando a importância da iniciação científica e da extensão.

Objetivo Específico 1, buscou descrever o motivo dos alunos em escolherem o curso de Ciências Contábeis.

Gráfico 1- Você está cursando Ciências Contábeis por quê?

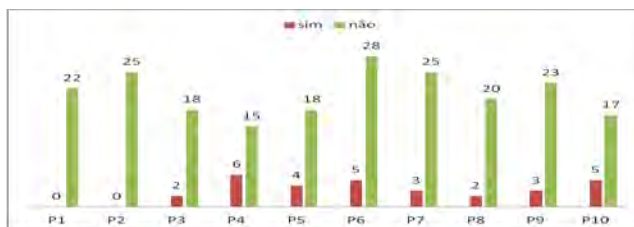


Fonte: Dados Coletados, 2015.

Os resultados mostram que, dentre os períodos analisados, dos 241 alunos, 152 (63,1%) responderam que estão no curso de Ciências Contábeis porque era o curso que desejava fazer. Fica demonstrado aqui que os alunos estão visando a oportunidade que a contabilidade está apresentando no mercado de trabalho, onde o profissional contábil está cada vez mais tendo um papel importante para a sociedade. Com isso a ideia de um profissional qualificado desta área para acompanhar as alterações e se adaptar a essas novas existências, traz seu papel fundamental desde a escrituração até a auditoria. Consequentemente, a contabilidade tem seu mercado de trabalho sempre ampliado.

Objetivo Específico 2, procurou identificar o conhecimento dos alunos sobre a função da universidade (indissociabilidade entre ensino-pesquisa-extensão).

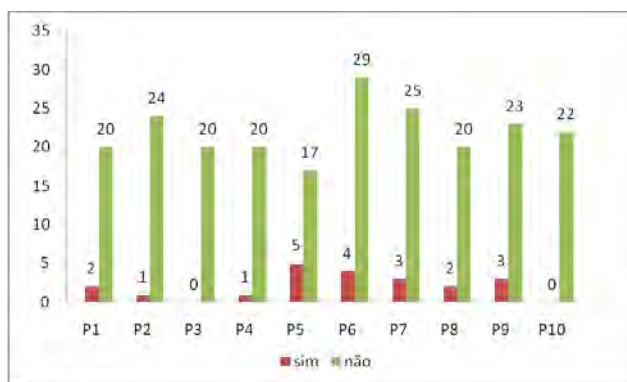
Gráfico 2- Você sabe o que é indissociabilidade?



Fonte: Dados Coletados, 2015

A indissociabilidade, através do artigo 207 da Constituição Federal, mostra que ela é a principal orientadora da qualidade de uma instituição, pois confirma a necessidade de um tripé entre docente, discente e a sociedade. No gráfico 2, os resultados mostram que, dentre os respondentes, 211 (87.5%) alunos não possuem conhecimento sobre o que é indissociabilidade, pois a grande maioria diz desconhecer o papel deste tripé.

Gráfico 3 - O artigo 207 da Constituição de 1988 determina que “as universidades gozam de autonomia didático-científica, administrativa e de gestão financeira e patrimonial, e obedecerão ao princípio da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão”. Você tinha conhecimento desta lei?



Fonte: Dados Coletados, 2015

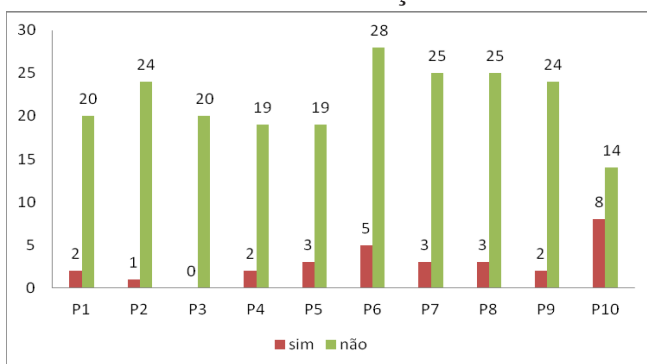
Dentro das atividades de uma universidade está o tripe: ensino, pesquisa e extensão. Estas atividades devem ser trabalhadas de maneira indissociável. Contudo, os alunos das IFEs devem ter um mínimo de conhecimento desta indissociabilidade.

No gráfico 3, em que os resultados mostram que, dentre os períodos analisados, dos 241 alunos respondentes, 220 alunos não têm conhecimento sobre o artigo 207 da Constituição. A indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão ainda

não é totalmente levada em conta na prática. Os professores, coordenadores, chefes de departamento e demais gestores devem ficar atentos, com relação a estes resultados, para que tenham iniciativas acadêmicas com os alunos ao entrarem na universidade, a fim de que possam, de alguma maneira, tomar ciência das atividades indissociáveis a serem exercidas e oferecidas pela instituição.

Objetivo Específico 3, procurou identificar o conhecimento e as funções das Pró-reitorias (PRG e PRAC) da UFPB a partir dos discentes.

Gráfico 4- A PRG tem a função de planejar, coordenar e controlar as atividades de ensino de graduação da Universidade Federal da Paraíba de forma permanentemente articulada com o Conselho Superior de Ensino, Pesquisa e Extensão. Você tinha conhecimento sobre essa informação?

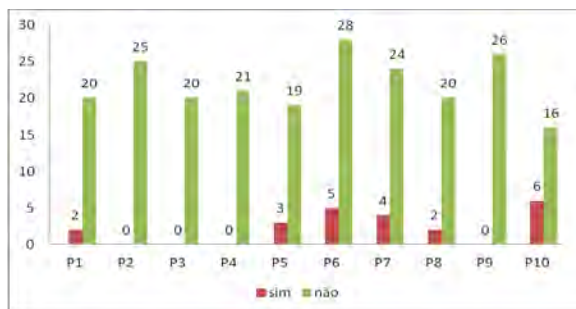


Fonte: Dados coletados, 2015

No gráfico 4, ficou evidenciado que, dos 241 alunos respondentes, 131(54%) têm conhecimento sobre o que é PRG e qual a sua função.

Gráfico 5- A PRAC da Universidade Federal da Paraíba tem a função de coordenar a política de extensão desta instituição,

fundamentando-se nos princípios de extensão como um trabalho acadêmico e social, que promove à produção e a democratização do saber, o desenvolvimento e a organização da sociedade, a formação de cidadãos conscientes de seus direitos e das responsabilidades do exercício da cidadania. Você tinha conhecimento sobre essa informação?

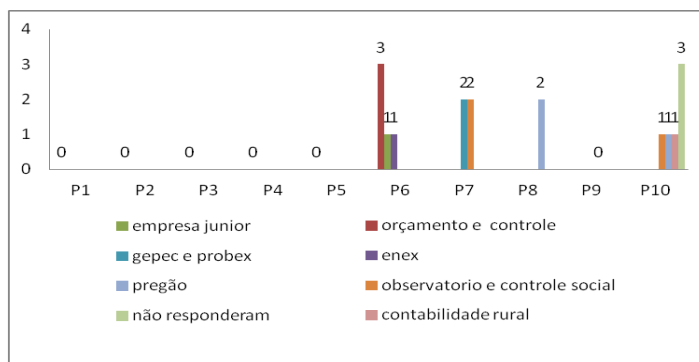


Fonte: Dados coletados, 2015

No gráfico 5 demonstra que apenas 29 (12%) alunos possuem conhecimento do que é a PRAC e qual a sua função.

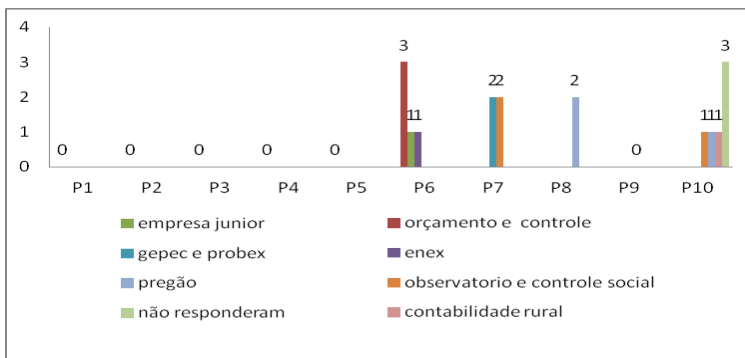
Objetivo Específico 4, procurou descrever os interesses dos discentes sobre os projetos.

Gráfico 6- Você já participou de algum projeto de extensão oferecido pelo curso de Ciências Contábeis ?



Fonte: Dados Coletados, 2015

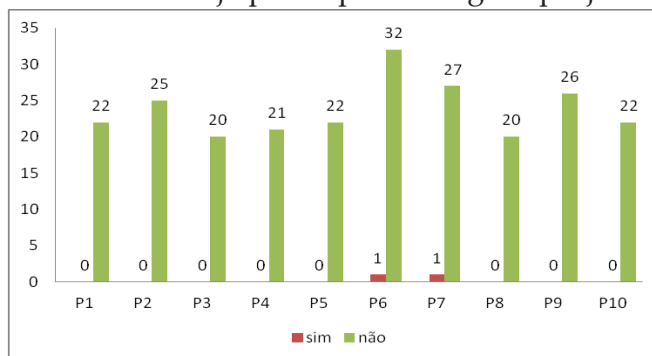
Gráfico 7 - Se SIM, qual (is)?



Fonte: Dados Coletados, 2015

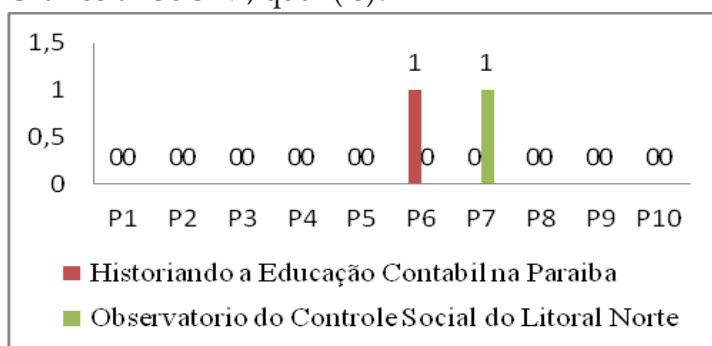
O curso de Ciências Contábeis, além das disciplinas oferecidas, também tem oferecido a oportunidade aos alunos de participar dos projetos de extensão dentro do mundo acadêmico. No gráfico 6, ficou demonstrado que, dentre os 241 alunos nos períodos analisados, na sua grande maioria, 219 (91%) alunos não participaram de projetos de extensão oferecidos pelo curso e que 22 (9%) alunos participam de trabalhos acadêmicos junto a sociedade, através dos projetos de extensão. Com isso, poucos têm a oportunidade de se envolver com a comunidade local. No gráfico 7, fica evidenciado que os alunos têm interesse em participar dos projetos de: Orçamento e Controle, Encontro de Extensao (ENEX), Grupo de Estudos e Pesquisas Sobre Educação no Campo (GEPEC), Programa de Bolsa de Extensao (PROBEX), Observatório e Controle Social e Pregão.

Gráfico 8-Você já participou de algum projeto PIBIC?



Fonte: Dados coletados, 2015

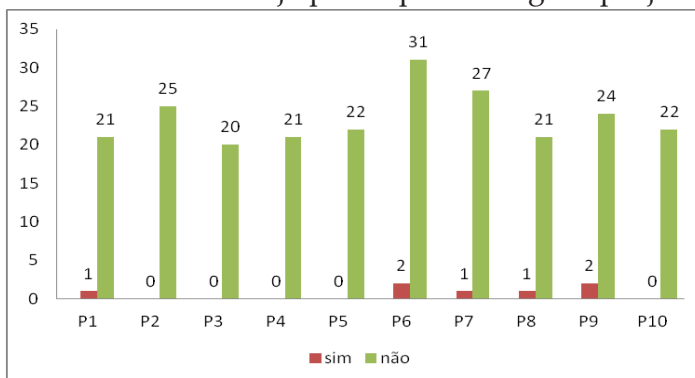
Gráfico 9- Se SIM, qual (is)?



Fonte: Dados coletados, 2015

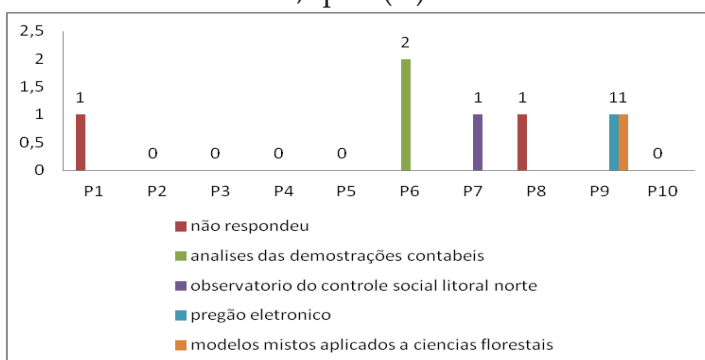
O PIBIC é voltado para a iniciação científica através das atividades desenvolvidas pelas instituições de ensino, oferecendo bolsas a alunos de graduação que estejam envolvidos na pesquisa científica. Nos gráficos 8 e 9, os resultados mostram que, dentre os períodos analisados, os discentes não participaram de projetos oferecidos pelo PIBIC. No gráfico 8, observa-se que mais de 90% não participaram dos projetos oferecidos pelo PIBIC, talvez por não terem conhecimento deste programa, pelo número reduzido de bolsas ou por não terem a indicação/seleção de algum docente para poder participar, pois só através desta indicação/seleção é que se pode ingressar em algum projeto.

Gráfico 10- Você já participou de algum projeto PIVIC?



Fonte: Dados coletados, 2015

Gráfico 11- Se SIM, qual (is)?

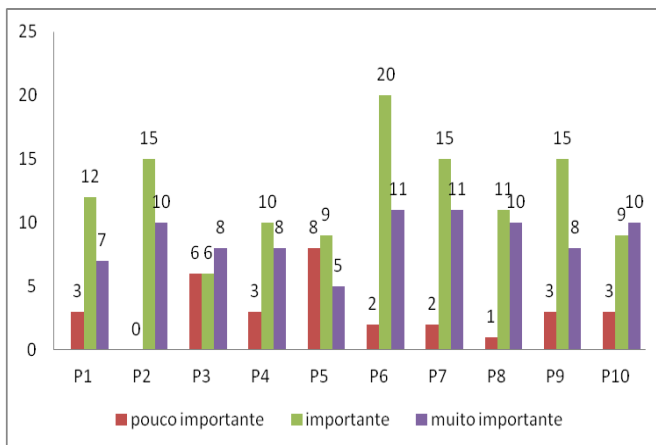


Fonte: Dados Coletados, 2015

OPIVIC é voltado para programas institucionais voluntários de iniciação científica. Tem a mesma função de um bolsista PIBIC, porém, como o próprio nome já diz, é voluntário, não recebem para participar e a carga horária é menor. Os gráficos 10 e 11 mostram que, dentre os períodos analisados, quase a totalidade dos discentes não participaram de projetos oferecidos pelo PIVIC. Este resultado pode ser pelo desconhecimento deste programa (PIVIC) ou por não terem indicação/seleção de professores para oficializar sua participação.

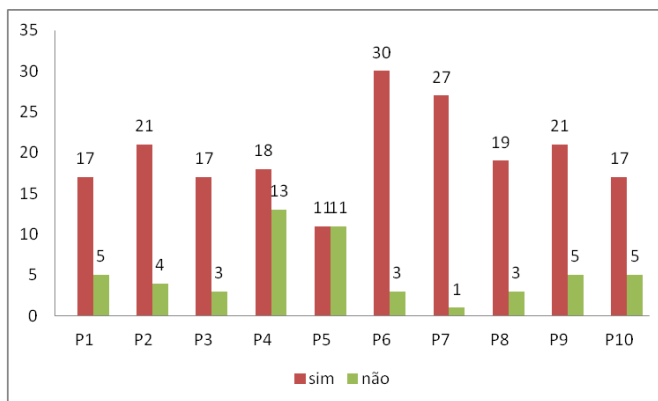
Objetivo Específico 5, buscou analisar a importância das atividades dos projetos de Extensão, PIBIC e PIVIC.

Gráfico 12- Qual a importância que você dá às atividades de pesquisa (PIBIC-PIVC)?



Fonte: Dados Coletados, 2015

Gráfico 13 – Qual a importância que você dá para para às atividades extensionistas?



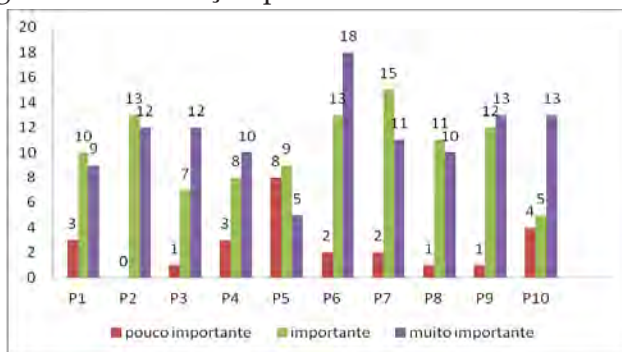
Fonte: Dados Coletados, 2015

O gráfico 12 mostra que, dentre os discentes, as atividades de extensão, na maioria dos períodos analisados foram classificadas por estes como importantes (8) ou muito importantes

(2). Já no gráfico 13, relativo à importância dada pelos estudantes às atividades de pesquisa (PIBIC-PIVIC), nos dez períodos analisados, em cinco obteve-se a classificação “importante” e nos outros cinco obteve-se a classificação “muito importante”. Fazendo um comparativo entre os dois gráficos, observa-se que, para os discentes, as atividades de extensão são mais importantes do que as de pesquisa.

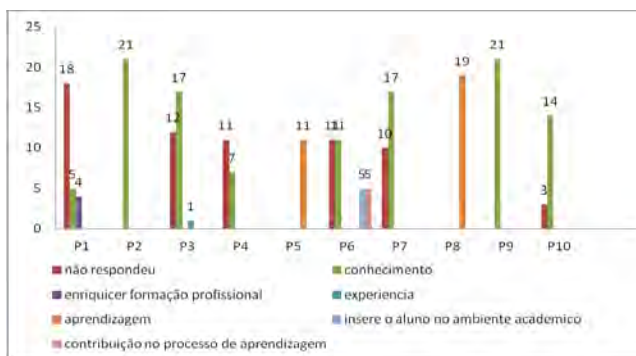
Objetivo Específico 6, procurou analisar as contribuições que os projetos trazem aos discentes

Gráfico 14- Na sua opinião, os projetos que o curso oferece trazem alguma contribuição para os alunos?



Fonte: Dados Coletados, 2015

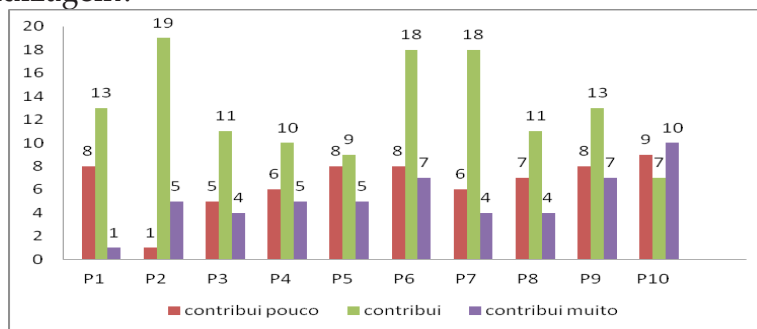
Gráfico 15- Caso SIM, qual contribuição?



Fonte: Dados Coletados, 2015

A Instituição de Ensino oferece aos discentes a oportunidade de participar de projetos desenvolvidos dentro do mundo acadêmico. O gráfico 14 mostra que, dentre os períodos analisados, os discentes afirmam que os projetos trazem contribuição para eles, tornando os projetos cada vez mais importantes. No gráfico 15, fica evidenciado que, na maioria dos períodos, os projetos trazem conhecimento, contribui para o processo de aprendizagem, adquire experiência, facilita a inserção do aluno no ambiente acadêmico e traz enriquecimento para a formação profissional.

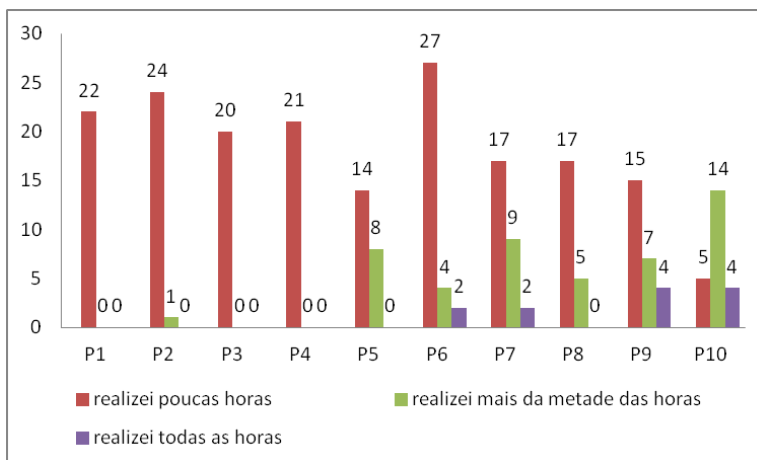
Gráfico 16- Os projetos (Extensão/ PIBIC/PIVIC) têm contribuído para enriquecer o seu processo de ensino e aprendizagem?



Fonte: Dados Coletados, 2015

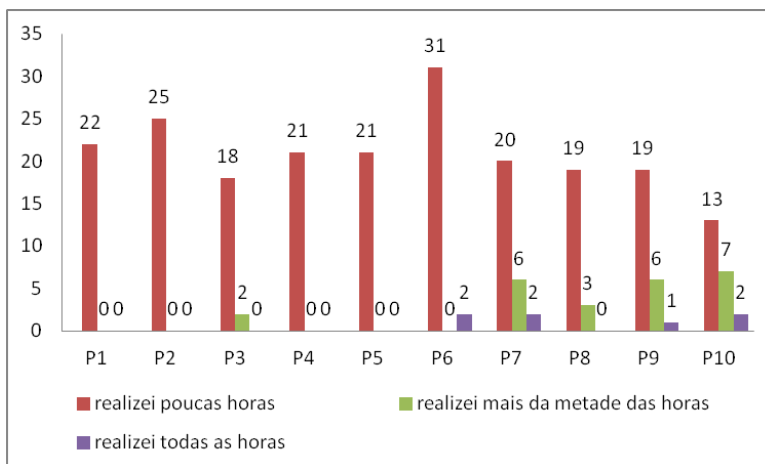
Os projetos de Extensão PIBIC e PIVIC têm seu papel fundamental dentro de uma instituição de ensino, sendo assim é voltado para o ensino e aprendizagem dos discentes. O gráfico 16 mostra que, dentre os períodos analisados, os discentes possuem em mente que os projetos oferecidos pela instituição têm contribuído para enriquecer seus conhecimentos. Observa-se que, dos dez períodos analisados, em nove foi expressa majoritariamente que os projetos trazem contribuição, uma vez que os estudantes têm participação direta ou indireta sobre eles. Assim, não existe ensino sem aprendizagem, sempre há uma troca de informações entre o docente e o discente.

Gráfico 17- Como Você tem realizado as suas horas de atividades extensionistas?



Fonte: Dados Coletados, 2015

Gráfico 18- Como Você tem realizado as suas horas de atividades de pesquisa (PIBIC-PIVIC)?



Fonte: Dados Coletados, 2015.

A instituição de ensino oferece aos discentes diversas formas de aumentar seu conhecimento. Várias delas são oferecidas através de atividades de extensão ou pesquisa com direito a horas

e certificados para as atividades complementares exigidas dentro da instituição. Como pode ser observado, dentre os períodos analisados, no gráfico 17, os discentes realizaram poucas horas de atividades de extensão. No gráfico 18, esses dados não mudam, os discentes realizaram poucas horas com relação às atividades de pesquisa. Observa-se que existe uma deficiência em relação às atividades de pesquisa e extensão, uma vez que a instituição oferece e, na maioria das vezes, os discentes não participam.

5 Considerações Finais

O referido estudo procurou analisar a importância da iniciação científica e da extensão para os alunos da graduação do curso de ciências contábeis. O ensino e os projetos de extensão (PIBIC e PIVIC) oferecidos na instituição para os discentes são de grande importância no mundo acadêmico.

Consoante os dados encontrados, verificou-se que a maioria dos discentes ingressou no curso de Ciências Contábeis porque era o curso que desejava fazer; é importante ressaltar a importância da iniciação científica e da extensão, porém boa parte dos discentes desconhece ou não participa dos projetos oferecidos pela instituição, principalmente nos períodos iniciais, como pode ser observado na coleta de dados. As atividades de extensão e as de pesquisa (PIBIC-PIVIC) foram classificadas como importantes, pois, segundo os discentes, elas contribuem para o conhecimento, experiências e inserção do aluno no ambiente acadêmico. Porém, vale destacar que não se resume só a isso, mas também à troca de informações entre o discente/sociedade, discente/docente.

Portanto, conclui-se que, dentre os projetos oferecidos dentro da instituição, os discentes, em sua maioria, não participam

dos projetos, talvez, por não possuírem conhecimento destes programas, por ter um número pequeno de bolsas na instituição e por não terem estímulo para participarem da seleção como bolsista ou voluntário.

Referências

BORGES, G. F.; NAVES, F. L. . **Ensino de contabilidade: uma análise da produção científica nacional sob a perspectiva da bibliometria e sociometria.** In: 12o Congresso USP de Controladoria e Contabilidade, 2012, São Paulo. 12o Congresso USP de Controladoria e Contabilidade. São Paulo: USP, 2012. Disponível no site: <<http://www.congressosp.fipecafi.org/web/artigos122012/460.pdf>> Acesso em: Janeiro de 2015.

BRASIL - **Constituição Federal de 1988.** Disponível no site: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm> Acesso em: Janeiro de 2015.

CRUZ, A. P. C. et al. **Da Pesquisa em Construção á Publicação Definitiva - Conversão da Produção Científica no Campo da Contabilidade (2001-2010).** 2011. Disponível No Site: <<http://www.congressosp.fipecafi.org/web/artigos112011/328.pdf>> Acesso em: Fevereiro de 2015.

DIAS, Amanda Bedin ;SILVA, Ricardo Marcio. **O Principio da Indissociabilidade e o Núcleo de Prática Jurídica Como Órgão Fomentador das Atividades extensionistas.** 2007. Disponível no site: <<http://www.intertemas.unitoledo.br/revista/index.php/ETIC/article/viewArticle/1569>> Acesso em: Janeiro de 2015.

FREITAS, Terezinha Silva; ALMEIDA e, Maria Olivia Duarte Batistuta; COSTA, Marvile Palis. **Ensino, Pesquisa e Extensão: Compromisso Social das Universidades.** Trabalho de conclusão de curso da UFTM, 2010. Disponível no site: <http://www.uftm.edu.br/upload/ensino/tcc_teresinha.pdf> Acesso em: Janeiro de 2015.

NASCIMENTO, S; PEREIRA, A. M; FILHO, J. R. T. **Produção Científica em Periódicos de Contabilidade Relacionada ao Mercado de Capitais.** 2010. Disponível no site: <<http://www.cgg-amg.unb.br/index.php/contabil/article/view/141>> Acesso em: Janeiro de 2015.

OLIVEIRA, Cássio Silva. **A Importância da Iniciação Científica para a Universidade, para o Estudante e para a Comunidade.** 2008. Disponível no site: <<http://cassioso.wordpress.com/2008/01/03/artigo-a-importancia-da-iniciacao-cientifica/>> Acesso em: Janeiro de 2015.

RIBEIRO, Henrique César Melo. **Estado da Arte da Revista Contabilidade Vista & Revista: Uma Análise da Produção Acadêmica de 2008 a 2012.** 2012. Disponível no site: <http://www.anpad.org.br/diversos/trabalhos/EnEPQ/enepq_2013/2013_EnEPQ11.pdf> Acesso em: Janeiro de 2015.

SERGIO, L. C. M; SANTOS, J. M. P; BALDINO, M. T; TAUCHEN, G.. **Principio da Indissociabilidade na Universidade Brasileira: Inerente ou Emergente?** XI Salão de Iniciação Científica PUCRS- 09 a 12 de agosto de 2010. Disponível no site: <http://www.pucrs.br/edipucrs/XISalaoIC/Ciencias_Humanas/Educacao/82598-LAISCRITINAMUENZERSERGIO.pdf> Acesso em: Janeiro de 2015

PROFISSÃO CONTÁBIL EM RIO TINTO E MAMANGUAPE/PB: A INFLUÊNCIA DO CURSO TÉCNICO EM CONTABILIDADE NA FORMAÇÃO PROFISSIONAL

José Jassuipe da Silva Morais
Maria Gerusa Silva Pontes
Yara Magaly Albano Soares
Luiz Gustavo de Sena Brandão Pessoa

1 Introdução

O conhecimento é a base de uma sociedade que busca o desenvolvimento, seja ele cultural, social ou econômico. A busca pelo saber instiga, pois quanto mais se alimenta o intelecto, mais se sente a necessidade de algo novo, algo que faça despertar o desejo de aprofundar os conhecimentos.

Como disse Freire (2007 p. 34): “O discurso sobre o discurso anterior, que implica o conhecimento do conhecimento anterior, daria lugar a um novo livro, um segundo livro de leitura, cada vez mais rico, mais crítico, mais plural em sua temática”. A esse conhecimento atrela-se a educação, não àquela assistemática, mas sim a sistemática, pois desta, depende a vida social e profissional de cada indivíduo, e é sobre a educação profissional que trata este artigo, porém, de modo especial, dirá respeito ao profissional contábil.

A história da educação profissional contábil apresenta um contexto social e econômico muito amplo e isso impacta diretamente

com a percepção da importância da profissão. Se de um lado as atividades mecânicas e operacionais podem ser realizadas por máquinas, por outro lado às atividades que sugerem julgamento e análise complexa, não, essas guardam relevância profissional e perduram mesmo diante dos avanços da tecnologia, pois tais profissionais tendem a se adequarem às adversidades e a se moldarem conforme o cenário apresentado pelo momento político e econômico que se encontra a sociedade. Seguindo essa linha de pensamento chegamos ao profissional contábil, pois é ele que tem o conhecimento necessário para realizar tanto as atividades de âmbito operacional, quanto às atividades intelectuais. Segundo Lopes e Martins (2012), algumas medidas podem ser tomadas para impactar positivamente ainda mais o status do profissional contábil no Brasil, como: aumentar o nível de qualificação por intermédio de exames mais rigorosos; buscar uma estrutura para a contabilidade mais ligada à essência do que a forma e aumentar a relação da contabilidade com causas sociais, que consistiria de iniciativas para que a sociedade tenha a percepção da utilidade da contabilidade.

Dessa forma, o presente artigo, sob influência das pesquisas realizadas pelo GHEC – Grupo de Pesquisa em História da Educação Contábil, criado em 25 de agosto de 2010 e que se dedica a pesquisa histórica e educacional no âmbito da educação profissional, educação contábil, ensino comercial e práticas pedagógicas, lança um breve olhar sobre a História da Educação Profissional, mostrando a influência que os Cursos Técnicos em Contabilidade tiveram para o desenvolvimento profissional da área contábil nas duas principais cidades do Vale do Mamanguape, Litoral Norte do Estado da Paraíba: Rio Tinto e Mamanguape.

Então neste contexto, o presente artigo mostra a evolução histórica da educação profissional, desde o seu nascimento que deu início a criação das Escolas de Aprendizes Artífices em todo o Brasil, até a criação das Escolas Técnicas em Contabilidade e o seu importante papel para a formação do Contador. Para expor as ideias de forma clara e concisa, este texto é subdividido em seções, onde a primeira consta desta Introdução, que busca explicar o desenvolvimento do trabalho; a segunda tratará da Fundamentação Teórica e a Contextualização da evolução histórica da educação, a terceira compreende os Procedimentos Metodológicos utilizados. Na quarta seção será tratada a Análise dos Dados Coletados e por último, na quinta seção as Considerações Finais e ao final, listagem dos autores citados neste artigo.

2 Fundamentação teórica

Segundo Romanelli (2007) a história da educação profissional surge a partir da necessidade de mão de obra apta as novas invenções e ao processo de desenvolvimento da sociedade, principalmente após o movimento revolucionário de 1930, porém, essa tarefa não foi nada fácil, seguindo o contexto histórico se poderá ver como se deu a árdua tarefa de implantar um sistema educacional voltado para a massa trabalhadora.

2.1 A Educação profissional no Brasil

O tema educação sempre foi motivo de repercussão, debates, congressos, e até mesmo fóruns internacionais, mas esse tema nunca deixou de ser atual, pois a educação está presente em nossas vidas, desde a mais tenra idade sentimos a necessidade de aprender para nos ajustarmos ao meio social, acadêmico e

profissional, então quando falamos da história da educação, estamos falando da evolução cultural humana.

Segundo Romanelli (2007, p. 145) sobre o Manifesto da reforma educacional:

[...] se a evolução orgânica do sistema cultural de um país depende de suas condições econômicas, é impossível desenvolver as forças econômicas ou de produção, sem o preparo intensivo das forças culturais e o desenvolvimento das aptidões à invenção e à iniciativa que são os fatores fundamentais do acréscimo de riqueza de uma sociedade.

O texto do Manifesto reflete o momento histórico da evolução industrial, comercial e agrícola a necessidade da implantação de uma educação que viesse a suprir tais necessidades, a partir daí, em 1942 surge as Leis Orgânicas que estruturaram o Ensino Profissional:

- I – Em 30 de janeiro de 1942, decreto lei nº 4.073 que organizava o ensino industrial;
- II- Em 28 de dezembro de 1943, é criada a Lei Orgânica do Ensino Comercial, por meio do decreto Lei nº 6.141;
- III- Em 20 de agosto de 1946, com o fim do Estado Novo, surge o decreto Lei nº 9.613, denominado Lei Orgânica do Ensino Agrícola.

Estes foram os três Decretos-Lei que organizaram o Ensino Técnico Profissional nas três áreas da economia, cada um com seus ciclos diferenciados conforme suas especificações.

2.2 A Educação industrial, comercial e agrícola

Segundo o Decreto Lei 4.073/42, a educação industrial é dirigida aos profissionais da indústria e conforme o Art. 67: O ensino industrial das escolas de aprendizagem será organizado e funcionará, em todo o país, com observância das seguintes prescrições:

I – o ensino dos ofícios, cuja execução exija formação profissional, constitui obrigação dos empregados;

II – os empregadores deverão permanentemente, manter aprendizes, ao seu serviço, em atividades cujo exercício exija formação profissional;

IV – as escolas de aprendizagem serão localizadas nos estabelecimentos industriais e cujos aprendizes se destinam, ou na sua proximidade;

XII – as escolas de aprendizagem darão cursos extraordinários para trabalhadores que não estejam recebendo aprendizagem.

Como se nota na redação do Art. 67, o governo da época tinha uma preocupação latente de impor às indústrias uma parcela de responsabilidade na qualificação de seus contratados, buscando a efetivação de sua colaboração e contribuição com a sociedade.

A época exigia uma mão de obra qualificada, que até então estava sendo importada dos países europeus para o Brasil, mas essa prática tornara-se inviável por conta da guerra.

Então, seguindo a literatura do art. 67 do decreto Lei 4073/42, o ensino comercial ficou organizado da seguinte forma: curso básico de quatro anos de 1º ciclo e vários cursos técnicos de três anos de 2º ciclo, sendo os cursos técnicos de comércio, propaganda, administração, contabilidade, estatística e secretariado. Já aos funcionários do comércio sem habilitação estava previsto cursos de especialização àqueles que já estavam na área.

O Decreto Lei nº 9.613/46, regia a organização do ensino agrícola que consistia em dois ciclos: o básico agrícola de quatro

anos e o de mestría, com duração de dois anos no primeiro ciclo, e vários cursos técnicos de três anos no segundo ciclo. Os cursos técnicos compreendiam o de agricultura, horticultura, zootécnica, prática veterinária, indústria agrícola, laticínios e mecânica agrícola, e ainda existiam mais três cursos de cunho pedagógicos: economia rural doméstica de dois anos; o de didática de ensino agrícola e o de administração de ensino agrícola, tendo ambos apenas um ano de duração.

Segundo Romanelli (2007), embora a organização desse ensino técnico profissional tivesse aspectos positivos, apresentavam falhas notáveis em sua legislação, e a primeira e em sua opinião a mais importante delas é no que refere se à falta de flexibilidade entre os vários ramos do ensino profissional e o ensino secundário, pois se o aluno resolvesse ingressar na 1ª série do ciclo básico e por ventura quisesse mudar sua escolha não poderia aproveitar nada dos seus estudos anteriores, teria que começar tudo do início.

A segunda falha apontada por Romanelli (2007) é a questão dos exames de admissão para o 1º ciclo, pois denunciava uma contradição e evidenciava a velha mentalidade aristocrática de forças antagônicas características das lideranças políticas responsáveis pela legislação do ensino que seguia os mesmos princípios da educação elitizada.

2.3 O Surgimento do técnico contábil e sua expansão

De acordo com Coelho (2000) a primeira Escola de Contabilidade no Brasil, como forma de Escola de Comércio, surgiu em 1902, com a Fundação Escola de Comércio Álvares Penteado. Embora a implantação do Ensino Comercial tenha iniciado no século XIX, demorou quase cem anos para que ela

apresentasse uma estrutura consistente e preparada para suprir as necessidades comerciais do país.

Os cursos de comércio da época já apresentavam ênfase na área contábil, mas só alcançou o apogeu, quando foi instituído o curso de contabilidade com duração de três anos, fato que só aconteceu com advento da revolução de 1930 (KULESZA, 2011/2012).

Segundo Coelho (2000) a Profissão Contábil sempre esteve ligada ao desenvolvimento do comércio, porém no Brasil o comércio só se desenvolveu amplamente com a chegada da corte portuguesa em 1807, no entanto, o Profissional Contábil era conhecido pelo termo geral de “Guarda-Livros” e eram encarregados de fazer a escrituração dos livros mercantis das empresas comerciais e esse termo arcaico “Guarda-Livros” deu origem ao atual Profissional Técnico em Contabilidade.

A lei que estabeleceu bases para organização e regime do Ensino Comercial foi a 6.141 de 1943, no entanto o ano de seu jubileu foi em 1959 com o surgimento das Escolas Técnicas Federais e posteriormente a criação dos primeiros CEFETs com a lei de 1978.

2.4 As Escolas técnicas do Vale do Mamanguape – Litoral Norte da Paraíba e o mercado de trabalho

De acordo com Morais (2011) na década de 1940, foram instituídas pelos industriais as escolas do SENAI – Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial, com a finalidade de qualificar e especializar mão de obra para o trabalho operário fabril e esse evento também se tornou evidente nas regiões do interior.

Na Paraíba, mais especificamente em um Distrito de Mamanguape a qualificação de mão de obra se tornou necessária por intermédio da Fábrica de Tecidos Rio Tinto. A primeira Escola de Ensino Profissional na região do Vale do Mamanguape foi a Escola de Aprendizagem Coronel Frederico Lundgren (EACFL), esta era mantida pela Companhia de Tecidos Rio Tinto (CTRT), que conforme a legislação que implantou o SENAI e a Lei Orgânica do Ensino Industrial, o estabelecimento industrial que mantivesse uma escola de aprendizagem, receberia incentivos fiscais e ficaria isento do recolhimento da contribuição compulsória do SENAI. A fábrica de Rio Tinto se valeu da legislação e manteve a instituição com a finalidade de preparar os filhos de seus operários para o trabalho na fábrica (MORAIS, 2011).

Ainda segundo Morais (2011) na região do Vale do Mamanguape, Litoral Norte do Estado da Paraíba, nas cidades de Rio Tinto e Mamanguape, com o crescimento da indústria têxtil da primeira e o emergente comércio da segunda, houve a necessidade de mão de obra qualificada para suprir a carência profissional das duas cidades, então é fundado em Rio Tinto o Colégio Técnico (COLTERT) e em Mamanguape a Escola Técnica de Comércio Carlos Dias Fernandes (ETCCDF), onde atualmente funciona o colégio de ensino fundamental e médio Instituto Moderno, conforme Figura 1.

Figura 1 – Instituto Moderno na década de 90



Fonte: <https://www.facebook.com/ComunidadeMamanguapeMinhaTerraMamanguapePb/photos/a.413493235362102.99560.410158112362281/443654792345946/?type=1&theater> Garimpo: Esined Milor – Mamanguape – PB

As duas Instituições de Educativas formaram vários profissionais na área técnica em contabilidade, e muitos desses profissionais estão atuando na área contábil até hoje, em ambas as instituições havia além do curso técnico de contabilidade, o curso de magistério. Na matriz curricular que constituía o curso de contabilidade constavam as seguintes disciplinas: história, geografia, física, química, educação moral e cívica e educação artística no primeiro ano; estatística, mecanografia e processamento de dados nos dois anos seguintes; português, matemática, contabilidade e custo durante os três anos; direito e legislação, organização e técnica comerciais no terceiro ano; e programa de saúde e contabilidade prática no segundo ano.

As instituições tinham como objetivo maior, formar profissionais qualificados para suprir as necessidades do mercado de trabalho. [...] o Curso Técnico em Contabilidade formava pessoal

para trabalho nos escritórios, serviços auxiliares do comércio e em assessoria burocrática, em especial para atender a crescente demanda [...] (MORAIS; FÉLIX JÚNIOR 2013, p. 13).

Para materializar a representação da matriz curricular ora abordada, apresenta-se um histórico escolar na figura 2 a seguir.

Figura 2 – Histórico Escolar do COLTERT – Rio Tinto (1996)

HISTÓRICO ESCOLAR		SÉRIES			
		1ª	2ª	3ª	
Disciplinas		Nº DE HORAS	NOTAS FINAIS		
			1985	1986	1990
Português		440	70	86	75
Inglês		30	92	-	-
História		120	93	76	-
Geografia		60	88	-	-
O.S.P.B.		60	93	-	-
Matemática		360	94	90	93
Física		60	98	-	-
Química		60	79	-	-
Biologia		60	92	-	-
Educação Moral e Cívica		30	97	-	-
Educação Artística		30	90	-	-
Educação Física		30	95	-	-
Estatística		120	-	-	91
Mecanografia e Proc. Dados		120	-	95	90
Economia e Mercados		120	-	73	80
Direito e Legislação		120	-	96	85
Organização e Técnica Comercial		120	-	89	84
Contabilidade e Custos		360	-	84	85
Contabilidade		30	-	-	87
Total de Horas		2.240	780	780	780
Habilitação de Técnico em Contabilidade		Observações:			

Espaço reservado ao órgão do MEC

Gov. do Estado de Pernambuco
SECRETARIA DA EDUCAÇÃO E CULTURA
COLÉGIO TÉCNICO DE RIO TINTO

Diploma com validade nacional, nos termos do Parecer n.º 588/84, de 09/09/84 de C.F.E. registrado sob n.º 561 do livro 01, fls. 188.

Rio Tinto, 11 de 04/1996
Maurício Almeida Soares
Responsável pelo registro
WALDIR SOARES FERREIRA
Diretor - Reg. n.º 39 MEC

Espaço reservado ao órgão da SECRETARIA

Fonte: Arquivo pessoal do Participante V, sexo feminino
Entrevista realizada em 03 de abril de 2016

Como pode se notar, a relação de disciplinas acima ilustrada dava indicativo de uma proposta de formação profissional com fundamentos básicos para ensinar a escrever, contar e obter uma cultura abrangente.

Nessa vertente de formação, conforme surgia a necessidade de profissionais para área da indústria e do comércio fazia-se também necessário a capacitação de tais profissionais e, com isso, os Técnicos em Contabilidade começam a se destacar no mercado de trabalho não só como profissionais da área comercial, mas também como educadores conforme, afirmam Moraes e Felix

Júnior (2013, p. 14): “durante o funcionamento da Escola Técnica de Comércio, alguns passaram de discentes para docente”.

A figura 3 mostra os formandos da primeira turma que concluíram o Curso de Técnico em Contabilidade da Escola Técnica de Comércio Carlos Dias Fernandes (ETCCDF).

Figura 3 – Primeira turma de formandos do curso Técnico de Contabilidade – ETCCF (1961)



Na imagem, figura central, Adailton Coelho Costa. Fonte: <https://www.facebook.com/ComunidadeMamanguapeMinhaTerraMamanguapePb/photos/a.413493235362102.99560.40158112362281/443654792345946/?type=1&theater>. Acervo: Gilberto Nogueira– Mamanguape – PB

Para se concluir o presente tópico, pode-se afirmar que o aumento de poder de uma determinada profissão está diretamente ligado a alguns fatores clássicos. Inicialmente, “para que uma profissão goze de maior prestígio é fundamental que sua atividade seja percebida como vital” (LOPES e MARTINS 2012, p. 103 apud ABBOTT 1988). Tal observação justifica a ascensão dos profissionais da área contábil, pois a busca pelo profissional fez com que a classe tivesse o seu desenvolvimento merecido.

3 Procedimentos metodológicos

Para alcançar o objetivo do artigo – identificar quais as influências do Curso Técnico em Contabilidade ou Bacharelado em Ciências Contábeis teve para a formação dos Profissionais das duas principais cidades do Vale do Mamanguape: Rio Tinto e Mamanguape – optou-se pelo caminho metodológico das entrevistas temáticas e da pesquisa documental. Investigou-se a evolução da Educação Profissional voltada para a área, visando mostrar as particularidades da profissão e descrever a formação dos Contadores que passaram pelas instituições de Ensino Técnico: Colégio Técnico de Rio Tinto (COLTERT) e Escola Técnica de Comércio Carlos Dias Fernandes (ETCCDF) – optou-se por realizar pesquisa documental e entrevistas temáticas por conveniência com os profissionais da área contábil da cidade de Mamanguape e Rio Tinto que tinham cursado nas referidas Instituições Educativas para formação técnica contábil ou concluído Bacharelado em Ciências Contábeis.

Nesse sentido, destaca-se que:

A entrevista é uma das técnicas de coleta de dados considerada como sendo uma forma racional de conduta do pesquisador, previamente estabelecida, para dirigir com eficácia um conteúdo sistemático de conhecimentos, de maneira mais completa possível, com o mínimo de esforço de tempo (ROSA; ARNOLDI, 2006, p. 17).

A coleta de dados foi realizada por intermédio de entrevistas temáticas com os profissionais da área contábil do Vale do Mamanguape, com objetivo de analisar e interpretar as informações contidas, pois serviram como fonte comprobatória de informações que embasaram este trabalho.

No tocante à pesquisa documental se faz necessário destacar que nesta opção metodológica o pesquisador deve realizar os procedimentos de recolher, analisar e interpretar os documentos levantados nos arquivos que teve acesso. Para Marconi e Lakatos (2008) tais levantamentos são provenientes das instituições ou órgãos que mantiveram os materiais escritos arquivados e se caracterizam como fonte para a pesquisa em nível científico.

Enfim, os dados coletados tiveram tratamento e abordagem qualitativa, com a finalidade de expor de forma descritiva as informações, pois o estudo qualitativo é aberto, flexível e apresenta a realidade. A História da Educação Profissional e sua bibliografia deram embasamento à fundamentação teórica, e os resultados obtidos da pesquisa bibliográfica também foram interpretados tanto qualitativamente quanto quantitativamente.

4 Apresentação e análise dos dados

Neste tópico apresenta-se o resultado da pesquisa realizada durante o período de janeiro a abril de 2016 por meio de entrevistas temáticas, onde foi utilizado um roteiro semiestruturado, composto por 10 (dez) questões direcionadas a uma amostra de 10 (dez) profissionais da área contábil das cidades de Rio Tinto e Mamanguape.

4.1 Perfil dos respondentes

Ao analisar os dados coletados, os resultados da pesquisa mostraram que 80% dos participantes da pesquisa são do sexo feminino, com as faixas etárias entre 33 a 45 anos, tendo 20% do sexo masculino com faixa etária acima dos 45 anos. A tabela

1 apresenta a distribuição de frequências dos resultados obtidos para a primeira fase da entrevista.

Tabela 1 – Perfil dos respondentes

Item abordado	Frequência absoluta	Frequência relativa (%)
1. Sexo	10	100
Feminino	8	80
Masculino	2	20
2. Faixa etária	10	100
Entre 33 e 45 anos	4	40
Acima de 45 anos	6	60
3.1 Instituições técnicas	9	90
COLTERT	4	44
ETCCDF	5	56
3.2 Instituições Superiores	7	70
UFPB	6	86
ASPER	1	14
4.1 Ano de formação técnica	9	90
1979	1	11
1981	1	11
1988	1	11
1990	1	11
1992	3	33
1993	1	11
1999	1	11
4.2 Ano de formação superior	7	70
1985	1	14
1997	1	14
2006	2	29
2008	1	14
2014	1	14
2015	1	14
4.3 Formação Técnica e Bacharelado	6	60

Fonte: Dados da pesquisa (2016)

A pesquisa aponta que 90% dos entrevistados têm a formação Técnica e deste percentual, 44% concluíram na COLTERT em Rio Tinto e os 56% restantes concluíram na ETCCDF na cidade de Mamanguape. Em relação ao ano de formação técnica, a pesquisa apontou que entre os 90% concluíram 33% no ano de 1992, sendo dividido da seguinte maneira 11% concluiu na COLTERT e 22% concluíram no ETCCDF.

Em relação à formação superior sete dos dez entrevistados são Bacharéis. O resultado da pesquisa mostra que 60% dos participantes tanto têm a Formação Técnica quanto Bacharelado em Ciências Contábeis.

4.2 Influência na formação profissional

Para dar continuidade à pesquisa foram levantados alguns questionamentos que poderiam ou não ter influenciado na formação profissional dos respondentes, estes questionamentos estão representados nas oito tabelas abaixo, devidamente enumerados, o que facilitará a compreensão da análise. Na Tabela 2 foi questionado qual o fator que levou a optar por uma formação na área contábil.

Tabela 2 – Fator que levou a optar por uma formação na área contábil

Fatores elencado	Frequência absoluta	Frequência relativa (%)
Inserção no mercado de trabalho	7	70
Satisfação pessoal	1	10
Falta de opção	2	20

Fonte: Dados da pesquisa (2016)

Observou-se na Tabela 2, que 70% dos respondentes optaram por uma formação na área contábil com a finalidade de ingressar no mercado de trabalho, enquanto que 20% dos respondentes relataram que foi por falta de opção e os 10% restantes responderam que a opção pelo curso foi simplesmente por satisfação pessoal.

Com relação às Tabelas 3, 3.1 e 3.2 estão diretamente relacionadas à inserção na área contábil, as dificuldades

encontradas e a especificidade do ramo de atuação representada exatamente na mesma ordem descrita.

Tabela 3 – Exerce ou já exerceu a profissão contábil

Exercício da profissão	Frequência absoluta	Frequência relativa (%)
Exerce	7	70
Nunca exerceu	3	30

Fonte: Dados da pesquisa (2016)

Como pode se observar na Tabela 3 dos 10 entrevistados, 70% dos respondentes estão atuando diretamente na profissão.

Tabela 3.1 Dificuldades na busca de emprego na área contábil

Dificuldades encontradas	Frequência absoluta	Frequência relativa (%)
Falta de oportunidade de estágio	3	30
Falta de experiência profissional	4	40
Não houve dificuldade, estagiou e foi efetivado	3	30

Fonte: Dados da pesquisa (2016)

Nota-se que a maior dificuldade na busca de emprego na área contábil, foi à falta de experiência, somando 40% das respostas dos entrevistados e 30% relatam que sentiram dificuldade por falta de oportunidade de estágio. Os 30% restantes declararam não haver dificuldade na busca de emprego, pois estagiaram e foram efetivados. A questão do estágio pode ter sido um dos grandes vilões, pois seria o estágio uma dos pré-requisitos para a inserção no mercado de trabalho, como mostra a tabela.

Tabela 3.2 – Ramo de atuação

Ramos elencados	Frequência absoluta	Frequência relativa (%)
Geração de serviços contábeis	3	30
Contabilidade pública	1	10
Deptº Pessoal e Escrita fiscal	2	20
Departamento Pessoal	1	10
Comercial	1	10
Administrativo	2	20

Fonte: Dados da pesquisa (2016)

Com relação ao ramo de atuação apontada na Tabela 3.2, apenas 30% dos respondentes não estão atuando na área contábil: 10% na área do comércio e 20% na área administrativa. Os demais estão inseridos na área contábil sendo: 30% na geração de serviços contábeis (possuem escritório próprio), 10% estão na área pública, 20% atuam no departamento de pessoal e na escrita fiscal e 10% atuam apenas no departamento de pessoal.

Tabela 4 – Opinião em relação à remuneração e ao reconhecimento da sociedade ao exercício da profissão contábil

Opiniões elencadas	Frequência absoluta	Frequência relativa (%)
1. Em relação à remuneração	10	100
É uma realidade distante do ideal	3	30
Está ligada a capacitação do profissional	5	50
Está ligada a renda per capita de cada região	1	10
A alta concorrência dificulta a remuneração	1	10
2. Em relação ao reconhecimento da Sociedade	10	100
Não é reconhecido por falta de divulgação dos CFC e CRC	1	10
Não existe união na classe	1	10
Está ligada ao empenho profissional	8	80

Fonte: Dados da pesquisa (2016)

A questão da remuneração e do reconhecimento é um dos fatores que mais contribuíram positivamente para esta pesquisa,

pois mostra a visão de cada entrevistado em relação a si e aos demais profissionais. Como se pode notar na Tabela acima, 50% dos respondentes acreditam que a remuneração está ligada à capacitação do profissional, já com relação ao reconhecimento da sociedade, 80% dos respondentes estão convencidos que está ligada ao empenho do profissional ao exercício da profissão.

Tabela 5 – Qual o sentimento ao concluir o Curso Técnico em Contabilidade e ou Bacharelado em Ciências Contábeis

Sentimentos elencadas	Frequência absoluta	Frequência relativa (%)
Sentiu-se mais qualificado para o mercado de trabalho	2	20
Totalmente realizado profissionalmente	3	30
Parcialmente realizado profissionalmente	1	10
Muito motivado	1	10
Não se sentiu preparado para o mercado de trabalho	2	20
Aliviado por concluir um curso profissionalizante	1	10

Fonte: Dados da pesquisa (2016)

Ao analisar a Tabela 5, o sentimento elencado de maior relevância com 30% da frequência relativa foi à total realização profissional, seguido por qualificação para o mercado de trabalho representado por 20% e o sentimento de não estar preparado para o mercado de trabalho com 20% de representação na Tabela. Os demais ficaram divididos da seguinte forma: 10% responderam que se sentiram parcialmente realizados, 10% disseram ao término do curso que se sentiram muito motivados e os 10% restantes relataram que tiveram um sentimento de alívio por concluir um curso profissionalizante.

Ainda com relação à Tabela 5, onde os respondentes elencaram que não se sentiram preparados para o mercado de trabalho, pode-se atribuir este sentimento a falta de prática nos referidos cursos, pois estes respondentes que somam 20% dos participantes relataram que esta falta de segurança com relação ao mercado de trabalho se deu justamente pelo excesso de teoria, quando os cursos deveriam investir mais na prática, principalmente no curso técnico.

Tabela 6 – A formação profissional é adequada para o exercício dos trabalhos na área contábil

Opiniões elencadas	Frequência absoluta	Frequência relativa (%)
Sim, porém a profissão exige uma educação continuada	5	50
Sim, pelo menos aqui no Brasil	1	10
Nem tanto, acha que tem muita teoria e falta à prática	2	20
Sim, porém não tem vocação para a profissão	1	10
Não soube dizer, pois nunca exerceu a profissão	1	10

Fonte: Dados da pesquisa (2016)

Outro fator bem relevante está representado na Tabela 6, onde 60% dos respondentes afirmaram que a formação profissional é adequada para o exercício dos trabalhos na área contábil, e 20% alegam que tanto na formação Técnica quanto no Bacharelado tem muita teoria, e deveria ter mais prática, 10% não souberam dizer e os 10% restante falaram que também achava sua formação profissional adequada para o exercício da profissão, no entanto não tinha vocação para área.

Tabela 7 – Quais os retornos que a formação contábil trouxe para vida profissional

Retornos elencados	Frequência absoluta	Frequência relativa (%)
Ainda busca valorização profissional e financeira	2	20
Retorno financeiro, social e pessoal	4	40
Trabalhar por conta própria	1	10
Conhecimento	3	30

Fonte: Dados da pesquisa (2016)

Chegando a Tabela 7, a última, foram questionados para os respondentes quais os retornos que a formação contábil trouxe para a vida profissional, e 40% conforme tabela, responderam que trouxe retorno financeiro, social e pessoal, 30% alegaram que o conhecimento foi o maior retorno e 20% ainda estão em busca de valorização tanto profissional, quanto financeira.

5 Considerações finais

Esta pesquisa foi realizada com o objetivo de identificar quais as influências que o Curso Técnico em Contabilidade teve para a formação dos Contadores nas duas principais cidades da Região do Vale do Mamanguape, observando a formação técnica por intermédio de duas instituições de ensino: Colégio Técnico de Rio Tinto (COLTERT) e Escola Técnica de Comércio Carlos Dias Fernandes (ETCCDF), como também, a relação do curso profissionalizante com o mercado de trabalho da região acima mencionada, e a visão dos profissionais com a Profissão Contábil e seus respectivos retornos.

Com relação ao Curso Técnico no término da análise dos dados, percebeu-se que a maioria dos entrevistados optou por uma Formação na área Contábil visando à inserção imediata no mercado

de trabalho, outros disseram que pelo fato de já trabalharem durante o dia, a única opção de curso noturno na época era o Curso Pedagógico e o Curso Técnico em Contabilidade, então por falta de mais opções escolheram a formação na área contábil. No entanto, revelou que o Curso Técnico em Contabilidade os ajudou no desempenho de suas atividades laborais, o que vem afirmar que o curso profissionalizante na área contábil tem relação direta com o mercado de trabalho e que capacitou de certa forma os indivíduos que tiveram a oportunidade de concluí-lo.

Apesar de a pesquisa evidenciar que muitos dos entrevistados trabalham efetivamente na área contábil, existiu um fator determinante para a inserção imediata no mercado de trabalho que ficou clara na Tabela 3.1 no tocante ao estágio, onde os entrevistados relataram que a maior dificuldade encontrada esteve relacionada com a falta de estágio, que também é responsável pela falta de experiência profissional. Já aqueles que tiveram a oportunidade de estágio ainda quando cursavam o técnico em contabilidade foram efetivados e posteriormente resolveram cursar o Bacharelado em Ciências Contábeis, com intuito de ampliar seus horizontes e de aperfeiçoarem seus conhecimentos na área.

Em relação à visão dos participantes de si próprio e dos demais profissionais, ao longo do trabalho percebeu-se que há certa insatisfação por parte dos profissionais da área contábil que participaram da pesquisa, e uma das possíveis causas é a baixa remuneração. A explicação para esse fato pode estar diretamente relacionado com a renda per capita da região do Vale do Mamanguape, por ser uma região de poucos recursos, onde a maioria das empresas é do comércio, e o comércio por não ter expressividade, não dá condições aos comerciantes de pagarem os

honorários de acordo com a prestação de serviços realizado pelos profissionais da área contábil. Como se pode notar, à medida que são impostas as exigências no âmbito fiscal e contábil, os escritórios sentem a necessidade de ampliar o quadro de funcionários para poder suprir tais exigências, ocasionando o aumento de despesa com pessoal.

Nesse sentido, não há por parte dos empresários uma remuneração adequada para estes. Outro possível fator é a diversidade de profissionais na região, segundo relatos dos participantes da pesquisa, houve um aumento significativo de profissionais, principalmente com a implantação do Campus IV da UFPB na cidade de Mamanguape. Isso fez com que a oferta de serviços contábeis crescesse, causando uma concorrência entre a classe e dificultando ainda mais a cobrança de honorários mais justos. Para alguns entrevistados, caberia uma nova pesquisa com intuito de investigar a ética profissional na área contábil da região do Vale do Mamanguape.

Por intermédio da pesquisa, pode-se afirmar que houve influência do Curso Técnico em Contabilidade para a formação dos Contadores da Região do Vale do Mamanguape no que se refere às cidades de Rio Tinto e Mamanguape, pois 60% dos participantes, tanto são Técnicos quanto Bacharéis em Ciências Contábeis. Alguns dos participantes relataram que ao fazer o Curso Técnico em Contabilidade se identificaram com a disciplina e com todos os assuntos que envolviam a Ciência Contábil.

Afirmam ainda, que na época conseguiu um estágio, o que contribuiu para aprofundar seus conhecimentos e gostar ainda mais da área contábil. Relataram também, que o Curso Técnico teve uma grande importância, na verdade foi o primeiro passo para

escolha da profissão, a partir da identificação com o curso, tanto a mente quanto os seus olhos se abriram para novas oportunidades. Foi à porta de entrada para poder optar pelo curso superior em contabilidade. Seguindo esta linha de pensamento chegou-se à conclusão de que o Curso Técnico em Contabilidade influenciou de forma relevante na formação dos Contadores das cidades de Rio Tinto e Mamanguape. Observou-se ainda que a maioria dos entrevistados responderam que a formação profissional é adequada para o exercício dos trabalhos na área contábil, no entanto, como a profissão está em constante mudança, há necessidade de uma educação continuada para atender as exigências do mercado.

Com relação aos retornos que a formação contábil trouxe para vida profissional dos entrevistados, ficou claro na Tabela 7, que embora a grande maioria tenha elencado que a Formação Contábil trouxe retornos financeiros, social, pessoal, conhecimento e até mesmo a liberdade profissional, pois possibilitou o trabalho por conta própria, alguns ainda estão à espera da valorização profissional e financeira, que também pode estar relacionado com os baixos honorários auferidos pelos profissionais da região.

Sendo assim acredita-se que os objetivos estabelecidos foram atingidos, pois por intermédio dos resultados desta pesquisa ora apresentados ficou evidenciada a evolução da Educação Profissional voltada para área contábil e as particularidades em relação a esse modelo de Ensino Profissionalizante.

Portanto, pode-se concluir que a presente investigação permitiu evidenciar o desenvolvimento e a influência que o Curso Técnico em Contabilidade proporcionou na formação dos Contadores das cidades de Rio Tinto e Mamanguape Região do Vale do Mamanguape Litoral Norte do Estado da Paraíba.

Referências

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. Edição rev. e ampl. Lisboa: Edições 70, 1979.

COELHO, Cláudio Ulysses F. **O técnico em contabilidade e o mercado de trabalho**: contexto histórico, situação atual e perspectivas. Boletim Técnico do SENAC, Rio de Janeiro, v. 26, n. 1, janeiro/abril 2000.

COELHO, Cláudio Ulysses F. **O Técnico em Contabilidade e o Mercado de Trabalho**: Contexto Histórico, Situação Atual e Perspectivas. *Volume 26 - Número 3 - Setembro/Dezembro 2000*<www.senac.br/informativo/bts/263/boltec263d.htm>. Acesso em: 09 de março de 2016.

DECRETO LEI Nº 9.295 – DE 27 DE MAIO DE 1946. Disponível em <<http://www.solei.adv.br>>. Acesso em: 23 de outubro de 2014.

FREIRE, Paulo. **Educação como Prática de Liberdade**: Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2007.

GHIRALDELLI JÚNIOR, Paulo. **História da Educação Brasileira**. Paulo Ghiraldelli Jr. – 3. ed. – São Paulo: Cortez, 2008.

<https://www.facebook.com/ComunidadeMamanguapeMinhaTerraMamanguapePb/photos/a.413493235362102.99560.410158112362281/443654792345946/?type=1&theater>.

KULESZA, Wojciench Andrzej. **Cem anos da ideia de escola técnica do Brasil**. Revista Temas em Educação, João Pessoa, v. 20/21, n. 1/2, p. 165-176, jan. – dez. 2011/2012.

LOPES, Alexsandro Broedel e MARTINS, Eliseu. **Teoria da contabilidade**: uma nova abordagem. São Paulo: Atlas, 2007.

MANACORDA, Mario Alighiero. **História da educação**: da antiguidade aos nossos dias. Tradução de Gaetano Lo Monaco;

revisão da tradução Rosa dos Anjos Oliveira e Paola Nosella – 12. ed. – São Paulo: Cortez, 2006.

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Técnicas de pesquisa**. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

MORAIS, José Jassuipe da Silva e FÉLIX JUNIOR, Luiz Antônio. **Ensino Comercial no Vale do Mamanguape - PB**: um olhar sobre duas instituições educativas de ensino contábil (1958-1997). <<http://www.sbhe.org.br>>. Acesso em: 23 de março de 2016.

MORAIS, José Jassuipe da Silva. **Educação entre Tornos, Notas e Salários**: Escola de Aprendizagem Coronel Frederico Lundgren Rio Tinto/PB (1944-1967) <<http://tede.biblioteca.ufpb.br:8080/handle/tede/4669>>. Acesso em: 18 de abril de 2016.

MORAIS, José Jassuipe da Silva. **Práticas Escolares do Ensino Profissional em Rio Tinto – PB**: O cotidiano na Escola de Aprendizagem Coronel Frederico Lundgren – SENAI (1946-1967). VI Congresso Brasileiro da História da Educação. <<http://www.sbhe.org.br>>. Acesso em: 05 de março de 2016.

ROMANELLI, Otaíza de Oliveira. **História da Educação no Brasil**: (1930/1973) / Otaíza de Oliveira Romanelli; prefácio do prof. Francisco Iglésias. 32. ed – Petrópolis, RJ : Vozes, 2007.

ROSA, Maria Virgínia de Figueiredo Pereira do Couto; ARNOLDI, Marlene Aparecida Gonzalez Colombo. **A entrevista na pesquisa qualitativa**: mecanismos para a validação dos resultados. B

DIÁLOGO E CONHECIMENTO DAS IMAGENS EM RIO TINTO – PB

João Martinho Braga de Mendonça

1 Introdução

É comum ouvirmos, nas rádios da região que envolve o município de Rio Tinto no litoral norte da Paraíba, notícias sobre o patrimônio da extinta Companhia de Tecidos Rio Tinto. Tal patrimônio é composto, principalmente, por casas e outras edificações construídas na primeira metade do século, a partir de 1917, quando a antiga Fábrica de Tecidos iniciava a construção de suas instalações. A região, até então rural, conheceu uma nova etapa de seu desenvolvimento. Diversos conflitos se originaram do fato de que o local escolhido para a instalação da Fábrica: um engenho de cana de açúcar que ficava bem ao lado de um antigo aldeamento de índios Potiguara. Para o pesquisador Estevão Palitot (2005, p.108):

A instalação da CTRT nas terras indígenas, a construção da fábrica e da cidade criaram uma estrutura de poder que enfeixou todos os aspectos da vida social nesta região durante mais de cinco décadas. A cidade de Rio Tinto é produto da fábrica, que com sua crescente demanda por terras, madeira e mão-de-obra transformou completamente o cenário da antiga sesmaria dos índios de Monte-Mór a partir da década de 1920.

No século XIX havia, dali, somente referências a antigos aldeamentos e engenhos outrora instalados. No século XX, o local passou a abrigar um parque industrial (ao lado do qual fora

construída a vila operária) que chegou a empregar mais de dez mil trabalhadores ainda na primeira metade do século¹, inclusive indígenas bem como famílias de trabalhadores rurais saídos do interior da Paraíba e de outros estados². A área rural foi, então, progressivamente urbanizada ao longo desse tempo, de modo que a vila operária constituiu, a partir daí, a base para a conquista do status de município em 1956. A partir dos anos 60, diversos fatores levaram ao declínio dos negócios e ao progressivo fechamento das unidades fabris instaladas (PANET, 2002, p.38-39).

Com a constituição de 1988 e a progressiva consolidação dos direitos indígenas sobre diversas áreas no litoral norte, territórios e edificações antes pertencentes ao patrimônio da fábrica, definitivamente desativada desde 1983, passaram ao domínio indígena. Nesse quadro conflituoso, entram ainda usinas e plantações de cana de açúcar³ (heranças da monocultura açucareira) que compõem outros fatores complexos do processo de colonização e de seus desdobramentos na região.

Interessa-nos questionar, nesse contexto, o potencial heurístico das “imagens técnicas” (imagens produzidas por aparelhos⁴). As imagens fotográficas que eram produzidas desde o século XIX com certas limitações tiveram grande impulso no século XX, como decorrência do desenvolvimento e da popularização de uma máquina avançada, para a época,

¹ Segundo o Jornal A União, em 1932, já havia um total de 14 mil operários (VALE, 2012, p.74). No censo de 1950, a população de Rio Tinto era de 18.774 habitantes (GUNN; CORREIA, 2002, p.143). No censo por municípios de 2010 constam 22.947 hab., destes, 2.378 se declararam indígenas (IBGE, 2012).

² “[...] por estas bandas, somente existiam caboclos doidos comedores de caranguejos crus [...] Esse serviço de agenciadores, não era nada mais, nada menos, do que alguns homens que saíam por este mundo afora a convidar o povo para vir receber emprego em Rio Tinto. (...)” (FERNANDES, 1973, p.36-37). Comedor de Caranguejo é uma possível tradução para o etnônimo Potiguara.

³ Entre 1981 e 1985 a Cia. de Tecidos de Rio Tinto vendeu milhares de hectares de terras para usinas e destilarias em expansão sob o impacto do Programa Nacional do Alcool – PRÓALCOOL, instituído em 1975 (PANET, 2002, p.39).

⁴ Referência à maneira como esta noção de “imagens técnicas” foi formulada por Vilém Flusser (1985).

produzida por George Eastman a partir de 1888. Guy Bellavance assinalou que “[...] existe, entre a fotografia e a cidade, qualquer coisa como uma mentalidade comum [...] uma equivalência que as destina a se reencontrarem [...]” (BELLAVANCE, 1997, p.17) Cabe, portanto, esclarecer como as primeiras câmeras e seus operadores perceberam a futura cidade.

Além da fotografia (usada para retratar operários, patrões, edificações e máquinas em Rio Tinto⁵), chegou o cinema na primeira metade do século. O Cine Orion, por exemplo, com mais de mil lugares, trazia imagens produzidas nos mais distantes lugares do mundo para o deleite dos operários estabelecidos em Rio Tinto (MELLO, 2002, p.118-120). Na segunda metade do século, a sucessiva introdução da televisão, do vídeo e dos atuais computadores (inclusive celulares e outros aparelhos congêneres) acompanhou as diversas mudanças ocorridas localmente.

De que maneira, pois, estes vários tipos de imagens e aparelhos (fotografia, cinema, TV, etc.) participaram e participam dos processos de transformação aí ocorridos? Em que medida os atuais moradores poderiam ser motivados por essas mesmas imagens no intuito de refletir sobre as condições de vida atuais? Até que ponto seria possível contribuir, pelo estudo das imagens com base nas metodologias de pesquisa em antropologia visual, aos processos culturais e educacionais em curso no local? Essas questões têm sido nosso desafio nos últimos anos – durante os quais alguns Trabalhos de Conclusão de Curso já deixaram sua contribuição⁶.

⁵ Além de fotografias típicas de família (casamentos, etc.). Essas informações dizem respeito ao trabalho de pesquisa e levantamento de fotografias antigas, realizado anteriormente e atualmente mantido no Laboratório de Antropologia Visual de Rio Tinto (MENDONÇA, 2011).

⁶ São os trabalhos de Antonio Pedro Soares, Danilo Alex Marques de Farias, Luana Maia Pinto, Caio Nobre Lisboa e José Muniz Falcão Neto.

Não caberá, entretanto, no espaço desse artigo, tratar extensamente desse conjunto de questionamentos em face das pesquisas realizadas. Espera-se, apenas, delinear algumas noções básicas de teoria e metodologia, de maneira a refletir minimamente sobre como é possível conceber o uso das imagens no âmbito de uma pesquisa antropológica que envolve a formação de acervos. Para além do registro meramente documental, nesse sentido, a sub-área de conhecimento conhecida pelo rótulo de “antropologia visual”, nos mostra implicações mais abrangentes do uso das imagens em pesquisas, bem como suas necessárias correlações com outras áreas do conhecimento.

2 Imagens, diálogo e conhecimento

Entende-se aqui, como pressuposto teórico-metodológico, uma concepção abrangente da imagem como processo de conhecimento, concebido principalmente a partir do campo da antropologia visual. Há que se notar, com efeito, o potencial interdisciplinar da fundamentação teórica dos trabalhos imagéticos. Longe de serem apenas testemunhos de acontecimentos passados, ilustrações ou meios de entretenimento, diversão ou recordação, as imagens são concebidas como elementos centrais na pesquisa, análise e apresentação de resultados.

Assim, por exemplo, não é possível esquivar-se da temática relativa à história da fábrica de tecidos e às condições de trabalho de seu operariado. Fundamentalmente porque grande parte das imagens fotográficas já reunidas durante o trabalho de formação de acervos mostram cenas (ou evocam depoimentos) que dizem respeito a esse assunto. O mesmo argumento poderia ser suscitado acerca da problemática relativa às relações inter-étnicas, na medida

em que tais relações são também a motivação e a referência de uma boa parte dos acervos imagéticos constituídos.

A pesquisa com imagens, portanto, vai além do uso de câmeras para observar ou registrar um (ou mais) assunto (s) num contexto etnográfico a ser analisado e interpretado de acordo com teorias estabelecidas. Trabalhar com imagens no campo da antropologia visual significa, nesse sentido, estar mergulhado num universo mais amplo de imagens:

[...] O gesto produtor de imagens não se nutre apenas com as visões que o produtor tem da circunstância, mas igualmente com a visão que o produtor tem de imagens feitas anteriormente. Toda imagem produzida se insere necessariamente na correnteza das imagens de determinada sociedade [...]. (FLUSSER, 2008, p.23).

As contribuições de Vilém Flusser podem ser situadas no âmbito das fronteiras entre antropologia, comunicação e filosofia. A importância dada às “imagens feitas anteriormente”, no entanto, não deixa de incluir as chamadas “imagens tradicionais”. Esse tipo de preocupação com as imagens já existentes vai remeter a um passado ainda mais distante, por exemplo, se tomarmos por base uma reflexão proposta pela pesquisadora Sylvia Caiuby Novaes. Ela se dirige ao questionamento dos diferentes “olhares [voltados] ao mundo do outro”, não só àqueles forjados de dentro da própria disciplina antropológica, mas também outros olhares: dos pintores, viajantes, fotógrafos, cineastas, etc.:

Pensar a antropologia visual no Brasil é, a meu ver, pensar a construção de uma área de conhecimento em nossa disciplina que se debruça sobre a (re)visão (e o termo não é mera coincidência, pois implica não apenas a análise dessas imagens como a sua produção) de quatro séculos e meio de imagens sobre nosso país. [...] (NOVAES, 2010, p.458).

Mas como conceber o trabalho de campo antropológico (expresso pelo termo “etnografia”) a partir de um conjunto tão extenso de produções imagéticas e de naturezas tão variadas? Nosso projeto se limitou, efetivamente, a um período mais recente (a partir dos anos de 1940), dentro do qual foram produzidas as imagens específicas (fotografia, cinema em super 8 e vídeo em vários formatos) que compõem nossos acervos. Tenta-se, então, conceber a etnografia também como exercício de comunicação e como relação dialógica, condições efetivas de possibilidade do conhecimento etnográfico.

Se essa direção nos leva ao encontro de uma possível etnografia da memória visual coletiva, sobre a qual algumas considerações serão dadas mais adiante, é imprescindível, agora, uma atenção à dimensão ética da abordagem. A preocupação que motiva o questionamento da relação entre pesquisador e sujeitos pesquisados é bastante cara ao exercício da antropologia, disciplina que não raras vezes se pôs a serviço da administração de colônias, concebida e desenvolvida a partir do universo do conquistador anglo-europeu.

Nossa reflexão sobre a abordagem etnográfica procura, portanto, incorporar a crítica à vocação colonialista da própria disciplina antropológica. Primeiramente, a condição dialógica do conhecimento antropológico se coloca aqui como um pressuposto básico, a partir do qual propõe-se adensar a discussão sobre o lugar da imagem na relação entre pesquisador e sujeitos pesquisados. Esta concepção acerca do conhecimento diz respeito não apenas à antropologia, mas às ciências humanas em geral:

[...] Qualquer objeto do conhecimento, incluindo o homem, pode ser percebido e conhecido a título de coisa. Mas o sujeito

como tal não pode ser percebido e estudado a título de coisa porque, como sujeito, não pode, permanecendo sujeito, ficar mudo; conseqüentemente, o conhecimento que se tem dele só pode ser dialógico. [...] (BAKHTIN, 1992, p.403).

Aposta-se, aqui, conseqüentemente, na ideia de “compreensão da perspectiva como ‘voz’”, concebida como parte das mudanças que tiveram lugar nas etnografias contemporâneas, segundo George Marcus:

Tais mudanças decorrem de uma sensibilidade aguda voltada para a apreensão das dialógicas, de todo o conhecimento antropológico, que têm sido transformadas e ofuscadas pelos processos complexos da escrita (que dominam a elaboração de projetos etnográficos desde o campo até o texto) e das relações diferenciais de poder que dão a forma final aos meios e modos de representação do saber. [...] (MARCUS, 1991, p.207-208).

Na confluência com as possibilidades oferecidas pela rede mundial de computadores, as imagens suscitam ainda outras inúmeras reflexões, seja do ponto de vista ético, ou seja, quanto à própria elaboração da experiência etnográfica e de suas dimensões narrativa, interpretativa e autoral.

[...] Ressalta-se, dentre muitas reflexões, aquela sobre o processo de organização de dados etnográficos a partir de sua numerização (a digitalização, com a redução do dado a um código numérico binário), como forma de registro documental, de um lado, e de outro, os modos de resgate, em termos da dinâmica de tal reapresentação, na forma virtual, na tela de um computador. [...] (ECKERT; ROCHA, 2006, p.32).

O conhecimento finalmente produzido pode e deve ser acessível como prolongamento da comunicação ou diálogo inicialmente estabelecido no campo de pesquisa.

Nas obras de antropólogos – como na do francês Jean Rouch⁷ – encontram-se elementos importantes para pensar o estatuto da imagem como forma de conhecimento antropológico no sentido proposto aqui. A conclusão de seu artigo publicado em 1975 é clara no sentido de que o uso da câmera favorece a crítica das assimetrias (visão do sujeito pesquisado como objeto) nas relações que condicionam o processo de conhecimento. Propõe, assim, sua visão quanto ao futuro da antropologia visual: “[...] Então o antropólogo não vai mais monopolizar a observação da cultura do outro. Ao invés disso, ele e sua cultura serão também observados e registrados. Nesse sentido, o filme etnográfico ajudará a compartilhar a antropologia.” (ROUCH, 1975, p.102, tradução nossa)

Não parece haver dúvida de que o trabalho com imagens em antropologia compreende potencialmente a tarefa de expandir os limites restritos do saber acadêmico. A noção de “antropologia compartilhada” em Rouch (ROUCH apud PIAULT, 2008, p.16-17) permanece, todavia, a problemática e não se resolve nem se realiza de modo simples, pela mera disponibilidade tecnológica atual. Para Marc Piaux, por exemplo:

Uma transformação na percepção do outro, um deslocamento das relações estabelecidas entre as sociedades e as culturas não se opera pela graça de meios de comunicação e de observação mais sofisticados. A sua ocorrência é vinculada primeiramente a um deslocamento do olhar, a uma operação de colocar em relação de modo diferente do que foi feito antes, a uma interrogação sobre as evidências dominantes. [...]. (PIAULT, 2008, p.17).

⁷Para muitos antropólogos, as experiências com o cinema etnográfico realizadas por Jean Rouch entre os anos 60 e 70 antecipam as discussões que tanto afetaram as tendências teóricas contemporâneas. Ver, por exemplo, o artigo de Renato Stutzman (STUTZMAN, 2004) ou o livro de Marco Antonio Gonçalves (GONÇALVES, 2008).

Dessa forma, perguntar pelas maneiras como os sujeitos veem a si mesmos nas imagens que lhes dizem respeito exige, como contra-partida, um questionamento constante das maneiras como o pesquisador se vê nas relações e imagens que lhe “afetam”⁸. Para Marc Piauxt, “[...] A antropologia compartilhada põe em perspectiva o antropólogo cuja abordagem se inclui necessariamente no questionamento. [...]” (PIAULT, 2008, p.18).

É preciso ainda apresentar os referenciais adotados no tratamento das questões de memória. Sem aprofundar essa discussão e a relação que procuramos estabelecer entre antropologia visual, história oral e estudos dedicados à memória coletiva, bastará, por ora, apontar para a trilha aberta por Maurice Halbwachs (HALBWACHS, 1990) no tratamento destas questões, bem como para o trabalho já clássico de Eclea Bosi *Memória e sociedade: lembranças de velhos*, fundamentado na obra do filósofo Henri Bergson.

Estudos recentes demonstram, contudo, como a construção da memória “está ligada aos grupos vistos como detentores de poder e autoridade legítima para se erigirem nos guardiões da memória” (OLIVEN, 2010, p.412). Com efeito, Michael Pollak dirá que “[...] a memória e a identidade são valores disputados em conflitos sociais e intergrupais [...]” (POLLAK, 1992, p.5), o que nos parece um caminho apropriado para trabalhar a relação entre as imagens do acervo e os sujeitos e grupos locais em Rio Tinto.

Por outro lado, é preciso notar a crítica elaborada por Gaston Bachelard à perspectiva de continuidade da “duração” em Bergson (BACHELARD, 1988, p.16), em favor da atenção à

⁸ A ideia de “ser afetado” e de “uma opacidade constitutiva da comunicação humana” de Jeanne Favre-Saada (FAVRE-SAAD, 2011, p.198-199) também podem ser evocadas como parte do horizonte de reflexão que motiva nosso trabalho.

descontinuidade, à fluidez e às interrupções na consideração da duração e da problemática “realidade temporal”. Enfim, espera-se contar com o auxílio da fenomenologia da memória exercitada por Paul Ricoeur, aproximada nos termos gerais seguintes, como:

[...] Preocupação pública: perturba-me o inquietante espetáculo que apresentam o excesso de memória aqui, o excesso de esquecimento acolá, sem falar da influência das comemorações e dos erros de memória – e de esquecimento. A ideia de uma política da justa memória é, sob esse aspecto, um de meus temas cívicos confessos. (RICOEUR, 2007, p. 17).

[...] Pode-se falar em traumatismos coletivos e em feridas da memória coletiva [...] A noção de “objeto perdido” [referência à teoria psicanalítica] encontra uma aplicação direta nas ‘perdas’ que afetam igualmente o poder, o território, as populações que constituem a substância de um estado [...] (RICOEUR, 2007, p.92).

Como, pois, articular etnograficamente a utilização das imagens (dos acervos já reunidos) às temáticas (evocadas nestas mesmas imagens) caras à população local: fechamento da fábrica e perda do emprego, perda e retomada de territórios (urbanos ou rurais) por parte dos índios Potiguara, festas e comemorações etc.? Vejamos, na seção seguinte, alguns desdobramentos metodológicos das concepções esboçadas até aqui.

3 Entre a antropologia visual e a história oral: memórias coletivas

O método por excelência da pesquisa antropológica é a etnografia, que envolve a chamada técnica de “observação participante” como, também, outros procedimentos que procuram garantir um entendimento mais próximo do “ponto de vista dos nativos”, para usar uma expressão que compõe o título de

um artigo do antropólogo Clifford Geertz (1974). A etnografia moderna foi concebida, pelo menos desde seus mais conhecidos fundadores, Franz Boas e Bronislaw Malinowski, como um modo de aproximação em relação a povos distantes, sobre os quais muito pouco se sabia. O desenvolvimento desse método tem uma longa história no século XX que abrange, inclusive, sua utilização em contextos urbanos de grandes cidades.

O uso da fotografia e de câmeras de filmar por antropólogos também acompanha o desenvolvimento desse método ao longo do século XX. Sem pretender entrar muito numa discussão abrangente acerca desse tema, o que aqui se apresenta são apenas alguns princípios adotados em nossas pesquisas pertinentes a imagens pré-existentes. Uma vez definidas as imagens como elementos centrais da pesquisa, adota-se, como pressuposto, o fato de que essa memória visual (expressa em artefatos culturais: fotografias, filmagens), em sua materialidade, constitui um índice de relações sociais anteriores (que envolvem fotógrafos, cinegrafistas, famílias e grupos).

Por outro lado, se entendemos que se trata de imagens das pessoas, torna-se possível conceber nosso método como uma etnografia da memória visual voltada para famílias indígenas e de ex-trabalhadores da região. O que nos leva ao avanço no entendimento de suas relações sociais e de seus pontos de vista sobre si próprios, sobre os outros e sobre o lugar onde vivem, tal como podemos observar e analisar a partir das imagens preservadas ao longo do tempo. Dessa maneira, a etnografia se desloca, numa constante oscilação, entre os dados orais e visuais, em meio à observação e participação efetiva na vida dos sujeitos pesquisados (além de entrevistas, busca-se ouvir o que os sujeitos

têm para contar, busca-se oferecer uma escuta, a ser motivada pelo interesse nas imagens).

Em termos práticos, a etnografia, assim concebida, leva-nos a encontrar as pessoas e a organizar materiais que possam se constituir como uma memória coletiva local. A organização das imagens do acervo da pesquisa segue o princípio da “organicidade”, segundo o qual cada conjunto de imagens cedido deve ser mantido e preservado de modo a refletir as atividades da pessoa (física ou jurídica) ou instituição (pública ou privada) que cedeu imagens. Esse ponto é de fundamental importância, uma vez que não importa reter somente os conteúdos aparentes das imagens, mas, sobretudo, as redes complexas (integradas por fotógrafo, contratante, tecnologia usada, pessoas retratadas etc.) envolvidas na produção destas.

Outro princípio adotado diz respeito à inclusão, sempre que possível, dos sujeitos detentores (ou que participaram da produção) destas imagens nos processos de pesquisa relativos a essas. De maneira complementar, procura-se, além disso, estabelecer relações de pesquisa com sujeitos que foram alvo das câmeras, diretamente ou através de seus descendentes, vizinhos ou membros do mesmo grupo familiar ou social. Dessa maneira, as imagens reunidas no acervo constituem o principal indicador em termos de sujeitos e grupos abordados etnograficamente.

Trabalhamos, principalmente, com metodologias de natureza qualitativa, as quais são voltadas para o trabalho etnográfico com imagens (BANKS, 2009). Os procedimentos adotados visam à manutenção e à continuidade da formação de acervo (junto ao laboratório de antropologia visual) e ao desenvolvimento de formas colaborativas de interpretação,

produção, tratamento e edição de imagens nas diversas modalidades possíveis hoje (filmes, sites, blogs, apresentações multimídia, exposições etc.) (BANKS, 2009, p.104-116).

Um procedimento etnográfico básico e prévio à produção de mais imagens consiste em exercícios de vídeo/foto-elicitção. Desde muito tempo utilizado no campo da antropologia, foi exercitado por John Collier Jr. e por Sol Worth (WORTH, 1980) a partir dos anos 60 (COLLIER Jr., 1973). Fadwa el Guindi remonta à utilização desse tipo de procedimento, nos anos 30, seja nos trabalhos de Mead e Bateson (1942) em Bali, como também de Marcel Griaule, na África:

[...] Durante a missão Dakar-djibouti em 1931-1932 [...] ele também usou fotografias como estímulos, de modo que as imagens eram mostradas aos sujeitos com a intenção de obter deles maiores esclarecimentos sobre sua cultura local, procedimento hoje conhecido na antropologia visual como retorno [feedback] ou elicitação. [...] (EL GUINDI, 2004, tradução minha).

Na tradição antropológica anglo-estadunidense, encontramos, efetivamente, a obra inovadora de Gregory Bateson, aqui brevemente mencionada, mas que permanece, como referência teórico-metodológica importante para análise e organização de imagens. Particularmente, sua noção de “descrições múltiplas” (BATESON, 1986) em alguma medida prenunciada no trabalho realizado em conjunto com Margaret Mead, intitulado *Balinese Character*⁹ (BATESON; MEAD, 1962), analisado em Tese de Doutorado que foi defendida, em 2005, pelo presente autor na UNICAMP (MENDONÇA, 2005).

⁹Mead e Bateson trabalharam na organização e na sistematização de milhares de fotografias produzidas por Bateson durante cerca de três anos de pesquisa na ilha de Bali (hoje Indonésia).

O fortalecimento das relações já estabelecidas com os sujeitos pesquisados, bem como a busca (a partir das redes de relações dadas) de outros moradores que possam falar sobre imagens já reunidas, constituiu a própria condição do exercício etnográfico. Os procedimentos de elicitación (seja na própria casa ou ambiente do morador e, num segundo momento, no espaço do Laboratório de Antropologia Visual) dão continuidade ao processo contínuo e dialógico de inserção do pesquisador, tomado como fundamento do conhecimento produzido.

Cuidados de natureza ética ganham, assim, especial atenção, na medida em que o pesquisador está obrigado a solicitar a autorização de moradores para o uso de imagens. Mais do que o mero cumprimento de uma norma, esse procedimento favorece o fortalecimento da relação de confiança e de colaboração pretendida. Nesse ponto, sempre que possível, os procedimentos incluem a participação destes sujeitos no próprio projeto mais específico no qual as imagens cedidas são utilizadas. Os procedimentos de inserção e de elicitación com imagens fotográficas são concebidos como condições, avaliadas caso a caso, para posterior introdução da câmera filmadora. Neste sentido, propõe-se articular e desenvolver, nos casos que se mostrarem adequados, uma modalidade de “pesquisa fílmica exploratória” (FRANCE, 1998).

O “procedimento exploratório” – tal como formulado por Claudine de France – reside num constante exercício de filmagem combinada com observações diferidas repetidas. Ou seja, olhar aquilo que foi filmado juntamente com os sujeitos filmados, de maneira a que eles falem sobre como veem a si próprios e aos seus costumes nas imagens projetadas. Nesse processo, as estratégias de filmagem e o conhecimento daquilo que foi filmado se

aperfeiçoam, continuamente, a partir de um entendimento mais amplo dos processos observados com a câmera.

Nesse ponto, contudo, é preciso notar a articulação do nosso método visual com os procedimentos e conhecimentos advindos do campo da história oral. Diferentemente do “procedimento exploratório”, referido acima, segundo o qual o uso da câmera de filmar ocorre desde o primeiro encontro com os sujeitos pesquisados, a maneira como as primeiras abordagens são concebidas aqui não envolve nem o uso de câmera nem o uso de gravador. Trata-se, gradualmente e na medida do possível, de introduzir primeiramente o gravador (QUEIROZ, 1983) e se possível, num momento posterior, a câmera.

Esse tipo de decisão ocorre principalmente em função da maneira como o encontro etnográfico se mostrar (ou não) aberto ao trabalho com imagens, inicialmente em torno da fotografia, inclusive fotografias familiares. Uma vez percebida abertura ou simpatia no sentido da colaboração com o projeto, vem o momento de introduzir o gravador. Trabalhamos efetivamente com a chamada “história oral”, tal como propõe Queiroz (1988) ao evocar o trabalho do antropólogo Franz Boas e de outros pesquisadores que “[...] encaravam a história oral e principalmente a história de vida como um instrumento fundamental de suas disciplinas. [...]” (QUEIROZ, 1988, p.14)

Neste sentido, a coleta de depoimentos de história de vida (preferencialmente em face de fotografias próprias que são trazidas e mostradas ao pesquisador) constitui um primeiro passo para um progressivo envolvimento com um conjunto mais amplo de imagens trabalhadas na pesquisa. Entra, assim, já num segundo momento, a possibilidade de filmagem de atividades, eventos e

personagens na medida em que se mostrarem importantes para o esclarecimento de questões levantadas pelos sujeitos envolvidos bem como pelas próprias imagens pré-existentes.

4 Conclusão

Estas são, portanto, as linhas gerais de nosso trabalho com as imagens. A metodologia aponta para uma pesquisa de campo que tem, nas imagens, o seu fio condutor, em parte como mediação entre o pesquisador e os sujeitos participantes da pesquisa, em parte como artefatos simbólicos que perpassam o universo sócio-cultural, demandando considerações reflexivas e compreensivas que se opõem à banalização e ao consumismo comumente associado às imagens que circulam na televisão e na internet. A edição e/ou a produção de imagens tornam-se, além disso, oportunidades de reflexão e de negociação acerca das questões que interessam a uns e outros¹⁰ (pesquisadores e sujeitos envolvidos na pesquisa) na reelaboração das imagens.

Os resultados¹¹ envolvem a busca de um olhar para a região, do ponto de vista etnográfico e antropológico, de maneira a perceber as disputas, conflitos e alianças que se desdobraram das antigas relações coloniais para dar lugar aos tempos da modernização fabril e sua posterior decadência. Nessa linha de investigação encontramos pessoas que, com seus sentimentos e memórias singulares¹², nos deixam compreender um sentido

¹⁰ É no espaço do Laboratório de Antropologia Visual ARANDU (sob coordenação do Prof. Oswaldo Giovannini Jr.) que ocorrem as reuniões do nosso grupo de pesquisa AVAEDOC, quando procuramos discutir e desenvolver metodologias colaborativas de trabalho com as imagens, às vezes com a presença dos próprios sujeitos que colaboram nas pesquisas (o que permite articular, simultaneamente, a dimensão de extensão universitária).

¹¹ Além dos TCCs dos alunos referidos na nota 6, os quais invariavelmente se debruçaram sobre imagens e memórias (de temas como o futebol, o cinema, a música, as ruas, famílias e mulheres ex-trabalhadoras da antiga fábrica) algumas publicações podem ser consultadas no sentido de entrever melhor os contornos do trabalho e as características do acervo formado com as pesquisas realizadas até aqui: Mendonça (2012, 2014).

¹² Como é o caso do Cacique Vado e a Terra Indígena de Monte-Mor, tema elaborado no filme

de coletividade, dinâmico e resolutivo no enfrentamento das dificuldades que se impõem para toda a gente. Nesse caminho são as imagens, expressões artísticas e documentos visuais, que emergem como exercício de linguagem inovador, destinado a mostrar de vez aquilo que dificilmente poderia ser dito.

Referências

BAKHTIN, Mikhail. **Observações sobre a epistemología das ciencias humanas**. In: Estética da criação verbal. São Paulo: Martins Fontes, 1992.

BANKS, Marcus. **Dados visuais para pesquisa qualitativa**. Porto Alegre: Artmed, 2009.

BATESON, Gregory. **Mente e natureza: a unidade necessária**. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1986.

BELLAVANCE, Guy. **Mentalidade urbana, mentalidade fotográfica**. Cadernos de Antropologia e Imagem. Rio de Janeiro: UERJ/NAI, nº4, 1997, p.17-30.

CAIUBY NOVAES, Sylvia. **O Brasil em imagens: caminhos que antecedem e marcam a antropologia visual no Brasil**. In: MARTINS, C. B. e DUARTE, L. F. D. (Coords.) Horizontes das ciências sociais no Brasil: Antropologia. São Paulo: Discurso Editorial/ANPOCS, 2010, p.457-487.

COLLIER Jr., John. **Antropologia Visual: a fotografia como método de pesquisa**. São Paulo: EPU-EdUSP, 1973.

ECKERT, Cornélia; ROCHA, Ana Luiza Carvalho. **Antropologia nas interfaces no mundo do hipertexto**. In: Cadernos de Antropologia e Imagem, Rio de Janeiro: Contra-Capa, 2006, nº 22, vol.1, pp.27-44.

Memórias Retomadas (2015). Disponível em: < <https://vimeo.com/136785686>>. Acesso em 20/09/2016.

EL GUINDI, Fadwa. **Visual Anthropology: essential method and theory**. Lanham: Altamira Press, 2004.

FAVRE-SAADA, Jeanne. **Deslizamentos de campos: entrevista. Cadernos de Campo**, São Paulo, USP, n. 20, p.191-203, 2011.

FERNANDES, João Batista. **Rio Tinto o extinto**. Rio Tinto: [S.n.],1973.

FLUSSER, Vilém. **A filosofia da caixa-preta: ensaios para uma futura filosofia da fotografia**, São Paulo: Hucitec, 1985.

_____. **O universo das imagens técnicas**. São Paulo: Annablume, 2008.

FRANCE, Claudine de. **Cinema e Antropologia**. Campinas: Unicamp, 1998.

GEERTZ, Clifford. **Do ponto de vista dos nativos: a natureza do entendimento antropológico**. In: O saber local: novos ensaios em antropologia interpretativa. Petrópolis, RJ: Vozes, 2014 [1974], p.60-74.

GONÇALVES, Marco Antonio. **O real imaginado**. Rio de Janeiro: Topbooks, 2008.

GUNN, Philip; CORREIA, Telma de B. **O hábitat operário no nordeste industrial: os núcleos fabris de Paulista e Rio Tinto**. In: PANET, A. et al. Rio Tinto: estrutura urbana, trabalho e cotidiano. João Pessoa: UNIPÊ, 2002, p.137-161.

HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva**. São Paulo: Vértice, 1990.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Os indígenas no censo demográfico 2010**. Rio de Janeiro: IBGE, 2012.

MARCUS, George. **Identidades passadas, presentes e emergentes: requisitos para etnografias sobre a modernidade no final do século**

XX ao nível mundial. Revista de Antropologia. São Paulo, USP, nº 34, 1991, pp.197-221.

MEAD, Margaret and BATESON, Gregory. **Balinese Character. A Photographic Analysis.** New York: Special Publications of New York Academy of Sciences, vol. 2 (original de 1942), 1962.

MELLO, José Octávio de A. **Arqueologia industrial e cotidiano em Rio Tinto**". In: PANET, A. et al. Rio Tinto: estrutura urbana, trabalho e cotidiano. João Pessoa: UNIPÊ, 2002, p.65-122.

MENDONÇA, João Martinho de. **Entre fotografias antigas e redes sociais: trajetórias de pesquisa fotográfica no interior de Minas Gerais e da Paraíba.** *Iluminuras*, Porto Alegre, v.12, n. 28, p.70-102, jul./dez 2011.

_____. Visual Anthropology in post-colonial worlds: 'What has gone wrong?'. *Vibrant – Virtual Brazilian Anthropology*, v. 9, n. 2. July to December 2012. Brasília, ABA. Disponível em: <<http://www.vibrant.org.br/issues/v9n2/joao-m-de-mendonca-visual-anthropology-in-post-colonial-worlds/>>. Acesso em: 20/09/2016.

_____. **Pesquisa fotográfica e fílmica no litoral norte da Paraíba.** In: FERRAZ, A. L. e MENDONÇA, J. M. (orgs.). *Antropologia visual: perspectivas de ensino e pesquisa.* Brasília: ABA, 2014, p.439-470. Disponível em: <<http://www.narua.uff.br/images/Livro-Antropologia-Visual.pdf>>. Acesso em: 20/09/2016.

OLIVEN, Ruben. **Cultura e identidade nacional e regional.** In: MARTINS, C. B. e DUARTE, L. F. D. (Coords.) *Horizontes das ciências sociais no Brasil: Antropologia.* São Paulo: Discurso Editorial/ANPOCS, 2010, p.259-292.

PALITOT, Estevão. **Os Potiguara da Baía da Traição e Monte-Mór: História, Etnicidade e Cultura.** Dissertação (Mestrado em Sociologia). PPGS (UFPB-UFCG), 2005.

PANET, Amélia. **Rio Tinto: história, arquitetura e configuração espacial.** In: PANET, A. et al. Rio Tinto: estrutura urbana, trabalho e cotidiano. João Pessoa: UNIPÊ, 2002.

PIAULT, Marc Henri. **Prefácio: por que não?**. In: GONÇALVES, Marco Antonio. O real imaginado. Rio de Janeiro: Topbooks, 2008, p.11-19.

POLLAK, Michael. **Memória e identidade social**. Estudos Históricos, Rio de Janeiro, vol. 5, n. 10, 1992, p. 200-212.

QUEIROZ, Maria Isaura Pereira de. **Relatos orais: do “indizível” ao “dizível”**. In: Von Simson, Olga de Moraes (org.). Experimentos com histórias de vida. São Paulo: Vértice, 1988, p.14-43.

_____. **Variações sobre a técnica de gravador no registro da informação viva**. São Paulo: CERU e FFLCH/USP, 1983.

RICOEUR, Paul. **A memória, a história, o esquecimento**. Campinas: Unicamp, 2007.

ROUCH, Jean. **The câmera and man**. In: HOCKINGS, P. (ed.) Principles of visual anthropology. The Hague: Mouton, 1975, p. 83-102.

VALE, Eltern Campina. **Da aldeia da preguiça à ativa colmeia operária: o processo de constituição da cidade-fábrica Rio Tinto - Parahyba do Norte – 1917-1924**. Revista Crítica Histórica, Ano III, Nº 5, Julho/2012.

WORTH, Sol. **Margaret Mead and the shift from ‘visual anthropology’ to the ‘anthropology of visual communication’**. Studies in visual communication 6 (1), 1980, pp. 15-22.

O POTENCIAL TURÍSTICO DA CIDADE HISTÓRICA DA TECELAGEM: UM ESTUDO COM MORADORES DE RIO TINTO – PB

Jammilly Mikaela Fagundes Brandão
Priscilla Germano da Silva
Joelma Abrantes Guedes Temoteo

1 Introdução

Não é de hoje que a cultura dos povos atrai curiosos para os locais em que alguns costumes são considerados diferentes do habitual. A economia das cidades tende a ser bastante significativa quando se utilizam meios para exploração desse tipo de fenômeno, pois pode envolver toda a comunidade. De acordo com Barretto (2007, p. 09) “o fenômeno turístico atinge também aqueles que não o praticam”, ligando os turistas tanto aos prestadores dos serviços quanto à população do município.

Os patrimônios culturais são uma alavanca indispensável para a exploração desse tipo de visita e são na maioria dos casos os principais atrativos que chamarão a atenção daqueles que buscam não só o lazer ao praticar o turismo, mas sim vivenciar a experiência histórica local. A cultura de cada cidade traz em si, toda a história por ali vivida, e a prática do turismo cultural vem crescendo, sob o desejo que a humanidade tem em conhecer mais sobre o passado. O resgate dessa memória está fazendo com que a preservação dessas expressões e riquezas seja ainda mais valorizada, pois consiste na construção da identidade do povo, que só pode ser obtida a partir

da busca sobre suas raízes (BATISTA, 2005). O turismo cultural chega para enfatizar ainda mais a preservação das cidades que exploram o turismo como forma de renda, e consiste em conhecer/explorar a herança cultural de um determinado lugar, assim como o cotidiano de novos povos e comunidades.

Uma atividade como o turismo pode ter importância para a economia de um local, pois pode promover o desenvolvimento socioeconômico gerando empregos e trazendo rentabilidade para a cidade, assim como possibilitam o engrandecimento da experiência turística aos visitantes. Por isso, o turismo não se reduz somente a lucro ou *business*, ele é praticamente um evento sociocultural que promove a relação entre o homem e uma realidade diferente do seu cotidiano, incluindo interação com pessoas e culturas diferentes (OLIVEIRA, 2005).

Rio Tinto é uma pequena cidade do interior localizada no Litoral Norte da Paraíba, a 67,8 km da capital João Pessoa. Possui aproximadamente 25.000 habitantes e é um município com uma arquitetura peculiar, composta de diversos patrimônios culturais deixados como herança histórica aos riotintenses pela família Lundgren. A cidade de Rio Tinto, possui um contexto histórico rico e repleto de patrimônios espalhados por toda sua extensão. A cidade já foi uma importante peça da economia paraibana quando em 1924 a companhia de tecidos do fundador Frederico João Lundgren, funcionava a todo vapor. (DANTAS, 2009). O município foi erguido praticamente ao redor dela, com o único intuito de abrigar os operários da fábrica, primeiramente com as casas que foram construídas para os operários, após isso veio à expansão.

A família Lundgren foi e ainda é de grande contribuição para o acervo histórico da cidade. A arquitetura de suas construções é comparada as construções europeias e são os patrimônios culturais da cidade. O pequeno município já foi cenário de momentos históricos memoráveis e ainda é alvo de especulações envolvendo a 2ª guerra mundial. (DANTAS, 2009). Dessa forma, acredita-se que o município de Rio Tinto, por possuir tal acervo arquitetônico, pode ser explorada para trazer renda à cidade, cuja economia está carente e limitada a poucas atividades de comércio e de alugueis de serviços imobiliários. Para que isso aconteça é importante que a população esteja ciente de todos os benefícios e malefícios que este segmento pode trazer, e é preciso que eles interajam diretamente de forma assídua na cultura da cidade.

Diante do exposto, surgiu a seguinte questão de pesquisa: **Qual a percepção de moradores de Rio Tinto – PB sobre o potencial turístico histórico-cultural da cidade?** Nesse sentido, objetivou-se nesse estudo analisar o potencial para o desenvolvimento do turismo histórico e cultural, a partir da percepção de moradores da cidade de Rio Tinto – PB. Para isso, buscou-se verificar o conhecimento/valorização de moradores de Rio Tinto – PB, sobre a história, os atrativos culturais e os patrimônios da cidade; identificar a participação dos habitantes nas atividades culturais da cidade; e conhecer as satisfações e insatisfações da população em relação a essas atividades.

O interesse pela pesquisa surgiu após uma pequena observação de dois dos monumentos localizados no centro da praça principal que caracterizam a história do município de Rio Tinto – PB: a imponente arquitetura da Igreja, Matriz Santa Rita de Cássia que promove uma das festas tradicionais da região

em homenagem à padroeira, e a estátua do senhor Frederico João Lundgren. No momento foi ponderado sobre o estado de conservação dos mesmos e com isso se manifestou a preocupação com os valores culturais e históricos da cidade. Assim, surgiu uma inquietação sobre a visão que os moradores do município dispõem sobre a exploração desses bens como atração para o turismo.

2 Turismo Cultural

Cultura e turismo mostra-se ser uma combinação bastante conveniente e uma via de mão dupla, pois o turismo usa as manifestações culturais das artes e das ferramentas da cultura para sua própria projeção e a cultura se aprimora cada vez mais pelo turismo (PÉREZ, 2009).

O dinamismo da cultura nesse contexto refere-se à continuidade de tais atos, significa explorar de forma benéfica a cultura para que ela seja o catalisador da demanda turística, ou seja, que as pessoas possam procurar uma localidade em busca dessa experiência.

A cultura está presente no modo de vida dos povos, na gastronomia, na religião, nas tradições de um determinado local e na arquitetura. A singularidade de um lugar contribui de maneira direta para a atração de visitantes e ao mesmo tempo abrange o interesse da manutenção constante dessa cultura. O turismo cultural age como um propulsor dessa valorização, pois ele promove tanto a exploração que é o turismo quanto à preservação e ainda estimula a cidade receptora a não perder sua identidade (IGNARRA, 2003).

Para Pérez (2009, p. 111) o que é “oferecido pelo Turismo Cultural é um produto que propicia experiências emocionais e

sensações”, a vivência daquilo que se está percorrendo, adentrar de forma mais profunda pelos cenários que fazem parte de uma história.

Batista (2005, p. 33) complementa que “O turismo cultural tem a função de estimular os fatores culturais de uma localidade, é um meio de fomentar recursos para atrair visitantes e incrementar o investimento econômico da região turística”. É uma forma de proteger e incentivar a identidade das nações, propiciando conhecimentos únicos aos adeptos a essa modalidade.

O turismo cultural proporciona aprendizado e a observação de novos hábitos. A maioria de seus adeptos tem um perfil característico, pois geralmente são pessoas de escolaridade razoavelmente elevadas, que dispõem de um intelecto mais apurado e que dão preferência a lazeres singulares, por serem indivíduos que já tem um estudo prévio de algum determinado lugar e vão somente à busca do campo do estudo (BATISTA, 2005).

Quando se parte do pensamento de se deslocar para um lugar em busca de sua história e do que o patrimônio de um local oferece, se vai à procura do que está por trás da história, de vivenciar e participar desse entretenimento que aquela individualidade lhe proporcionará e não apenas do lazer.

As manifestações folclóricas também fazem parte do seguimento do turismo cultural, pois de acordo com Dias (2003, p.106):

a manifestação folclórica vai aos poucos mudando sua função social original, para tornar-se um importante símbolo de identidade cultural, por meio da qual os membros da comunidade identificam-se e reforçam sua cultura, cultivando a diversidade e valorizando-a.

A função original descrita, remonta às tradições serem repassadas apenas para a comunidade, e essas atividades ligadas ao turismo sofrem adaptações pois tal manifestação deixa de ser interna para atrair pessoas de outros lugares, trazendo estímulos para sua continuidade.

Lugares que exaltam a cultura também correm o risco de transformar aquilo que se é buscado pelos visitantes em uma caricatura, pois há quem explore o turismo cultural de forma errônea. Existem localidades que maximizam exageradamente a cultura do ambiente, transformando seus nativos em figuras caracterizadas e costumes encenados para atrair turistas modificando a cultura natural do local (BATISTA, 2005).

O enfoque cultural propiciado pelo folclore de cada região para Dias (2003, p.105), “gera impactos pela interação social do visitante com a comunidade receptora”, pois pode haver uma perda da autenticidade, conseqüentemente, uma contribuição para a degradação da identidade cultural do local, fazendo com que se perca a sua característica principal, que são as manifestações dos costumes e hábitos.

Muitas tradições não conseguem sobreviver ao tempo, não se pode reivindicar que um feito de 100 anos atrás consiga ser perpetuado exatamente do mesmo modo no período contemporâneo, mas para que não haja a perda total de um costume é indispensável que se use meios que os adaptem ao novo (DIAS, 2003), como uma forma de garantir sua sobrevivência.

2.1 Patrimônio Cultural

Patrimônio deriva do latim *pater*, pai, palavra conceituada pelos romanos como o senhor, o chefe que detinha propriedade

privada sobre a terra e tudo que havia nela. Então patrimônio podia ser entendido como aquilo que fazia parte da pátria, como “os bens que carregam valor simbólico para a coletividade sendo representativo de uma época, grupo ou cultura” (FIGUEIREDO, 2005, p 44).

Os patrimônios são os bens que se tornam cenário da história de algumas cidades, muitos deles caracterizam os locais as quais pertencem, podendo ser explorados pelo turismo.

De acordo com Cruz (2003, p. 21) “O principal objeto de consumo do turismo é sem dúvidas o espaço geográfico”. É no espaço que estão localizados os bens imateriais, materiais e artificiais que serão vendidos aos turistas, aumentando a demanda. Os bens imateriais estão ligados diretamente às manifestações sociais como danças, festas e conhecimentos e expressões (COSTA; CASTRO, 2008).

O patrimônio cultural pode ser entendido como os bens materiais e imateriais que agregam valor histórico a uma região, a arquitetura, obras de arte e os monumentos. Para que tais acervos perdurem, é necessário que exista a preservação. No Brasil o órgão responsável por cuidar dessas medidas é o Instituto de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), que há mais de 50 anos vem assegurando que os patrimônios registrados no livro de tombos sejam protegidos, de acordo com o Decreto-Lei nº 25, de 30 de novembro de 1937 que assegura a proteção dos bens patrimoniais (FONSECA 2000).

Na Paraíba, temos ainda o IPHAEP (Instituto de Patrimônio Histórico e Artístico da Paraíba) que registra os patrimônios do estado que não são resguardados pelo IPHAN. A fundação do

órgão no estado facilitou o pedido de tombamento para cidades menores, tendo em vista que para um órgão nacional, o pedido pode levar mais tempo para entrar em vigor (OLIVEIRA, 2009). Tombamento condiz com um conjunto de ações que levam em conta a cultura, a técnica e política para certificar a proteção dos bens e mescla às ações do povo que escolhe o que pode ser considerado patrimônio (PAES, 2002). Para que isso aconteça é necessário que a população eleja tais patrimônios e reconheça sua importância histórica.

Sobre esses patrimônios, o turismo promove efeitos contraditórios, tanto benéficos quanto maléficos:

Ele degrada irreversivelmente as maiores atrações que o justificaram e o atraíram, erodindo recursos naturais. Ele protege o meio uma vez que o estimula o interesse da população e autoridades locais para a apreciação do valor do ambiente e introduz medidas compreensíveis para sua proteção (CRUZ, 2003, p 29).

A prática do turismo baseada nos patrimônios culturais das regiões propõe uma valorização e promoção cuidadosa desses bens. Essa preservação só pode acontecer com a passagem do conhecimento desses bens, assim como facilitação do seu acesso, pois com o conhecimento a população poderá aprender a respeitar a memória do local, assim como sua identidade, para que não haja a sua extinção. Com isso os turistas poderão reconhecer a importância que esses bens têm para a cultura.

Pérez, (2009, p. 140) destaca que “o patrimônio enquanto legado pode ser acumulado, perdido ou transformado de uma geração a outra”. Com a passagem do tempo alguns bens podem ser reformados para se adequarem aos tempos modernos, perdendo um pouco de sua característica.

2.2 A Cidade de Rio Tinto-PB

O município de Rio Tinto fica localizado a 67,8 km da capital João Pessoa, está localizado no litoral Norte da Paraíba, com cerca de 25.000 habitantes (IBGE, 2015).

A história de Rio Tinto começa a partir da construção da fábrica de tecidos idealizada pelo empresário de origem sueca Frederico Lundgren, que transformou um terreno alagadiço no maior gerador de renda do rio que até então era conhecido como Rio Preguiça, onde integrou como operantes grande parte dos indígenas que habitavam o local e dos novos imigrantes (DANTAS, 2009). O nome Rio Tinto se deu ao fato de que o rio próximo às instalações da fábrica adquiriu cor avermelhada.

O município é cercado por histórias e patrimônios advindos da família Lundgren, que já eram donos de companhias de tecidos em outras cidades do nordeste, antes de se instalarem em Rio Tinto. A fábrica de tecidos de Rio Tinto foi planejada pelos irmãos Frederico e Arthur. Em 27 de Dezembro de 1924, deu-se início as atividades operarias que levaram o município ao patamar de parâmetro de referência econômica do ramo têxtil na América do Sul (DANTAS, 2009)

Muito de sua estrutura arquitetônica vêm de referências europeias, principalmente advindas de trabalhadores alemães que vinham para integrar os serviços fabris. A cidade recebeu em 1930 a visita do então presidente Getúlio Vargas que se admirou com as edificações tão semelhantes com a Europa (DANTAS, 2009). A fama de qualidade advinha dos tecidos fabricados pela Companhia RT e garantiu uma encomenda do então presidente para os fardamentos da marinha brasileira.

A cidade foi crescendo em volta da fábrica como uma vila com pequenas casas que serviam de morada para os operários vindos de todos os lugares para atender as demandas da mesma. Os nativos, em grande maioria índios potiguares, que antes estavam envolvidos com atividades de pesca e agricultura, foram transformados em tecelões e mecânicos para se ajustarem às atividades têxteis (VALE, 2012).

Rio Tinto foi se moldando de acordo com suas necessidades. Foram edificados palacetes, igrejas, um grupo escolar para atender aos filhos dos trabalhadores, e posteriormente um hospital, espaços para entretenimento e reuniões empresariais, armazéns e clubes. Tudo o que era preciso para compor uma cidade na época, foi construído em Rio Tinto. Hoje, essas construções servem para o resgate cultural dos tempos de outrora, quando um manguezal foi transformado em uma cidade próspera e ativa.

As ruas de Rio Tinto são compostas por casas conjugadas que atraem a atenção de quem a visita por possuir blocos de casas com estruturas iguais. Essas instalações tinham o único propósito de hospedar os colaboradores. As casas foram construídas de forma em que se economizasse o maior espaço possível e todas possuíam os mesmos traços (VALE, 2008). As variações ocorriam de acordo com o cargo em que o operário ocupava, das mais simples as mais elaboradas.

Grande parte dessas casas não possui mais a estrutura daquela época. A maioria passou por reformas dando ares modernos às edificações e algumas até perderam as características iniciais. A arquitetura que envolve a cidade foi e ainda é, motivo de admiração perante alguns visitantes. A maioria de seus patrimônios são constituídos de tijolos vermelhos aparentes e concreto branco onde fica evidente a referência europeia trazida

tanto pelos Lundgrens, quanto pelos seus subordinados trazidos de várias regiões da Europa, proporcionando o requinte da influência do estilo *Art Decó*, um movimento artístico remanescente da Europa e Estados Unidos que propunha uma arquitetura de luxo e diferenciada a classes mais econômicas (BORGES, 2006).

A fábrica de tecidos Rio Tinto (Figura 01), foi o catalisador de empregos na época e conseqüentemente a principal fonte de renda para os novos moradores, empregando cerca de 13.000 pessoas vindas de diversas cidades e países. A fábrica entrou em decadência no final dos anos de 1980, devido a crises, demissões e ao maquinário obsoleto que não conseguiu acompanhar às transformações exigidas pelo mercado, diminuindo assim a produtividade e a qualidade dos tecidos (DANTAS, 2009).

Figura 01 – Dependências da Fábrica de Tecidos.



FONTE: Dados da pesquisa (2015).

Atualmente, a antiga fábrica abriga o polo do campus IV da Universidade Federal da Paraíba (UFPB) que utiliza alguns

galpões como sala de aula (Figura 01 - lado direito) e a sua expansão continua em construção pelas extensões do terreno.

As casas operárias ou casas geminianas (Figura 02 – lado esquerdo) foram inspiradas na arquitetura da época colonial, e eram designadas aos operários (DANTAS, 2009). Os chalés (Figura 02 – lado direito) espalhados pela extensão da cidade possuem influência na arquitetura inglesa e hospedavam os colaboradores que possuíam cargos mais elevados na fábrica.

Figura 02 – Casas e Chalés onde os colaboradores da fábrica moravam.



FONTE: Dados da pesquisa (2015).

A igreja Matriz Santa Rita de Cássia (Figura 3) fica localizada no centro na cidade e foi construída com tijolos fabricados na antiga tijolaria dos Lundgrens. Foi inaugurada em 1924, não sendo pertencente à arquidiocese da Paraíba como a maioria das igrejas, e sim à fábrica do grupo Lundgren (VALE, 2008).

Figura 03 – Igreja Matriz Santa Rita de Cássia.



FONTE: Site da Prefeitura de Rio Tinto PB (2015).

O antigo Cine Órion (Figura 04) foi construído para entreter os operários da fábrica durante seus dias de folga. Na época de sua edificação, em meado dos anos de 1940, foi considerado o maior cinema da América Latina (DANTAS, 2009). Hoje funciona como casa de shows e espetáculos.

Figura 04 – Cine Órion



FONTE: Dados da pesquisa (2015).

O Rio Tinto Tênis Clube servia para as reuniões dos empresários na época do apogeu da fábrica de tecidos, assim como também servia para partidas de tênis, como seu próprio nome

sugere. Atualmente o local abriga o centro educacional teológico presbiteriano.

O Palacete principal (Figura 05) era onde o coronel Frederico Lundgren e sua família se hospedavam quando visitavam Rio Tinto em finais de semana e férias. Ele fica localizado na Vila Regina, parte mais alta da cidade e possui atalhos para a entrada da fábrica. Ao final da II Guerra Mundial, o casarão como outros patrimônios dos Lundgrens foram depredados e saqueados, fato esse conhecido como a Revolta dos Operários. (DANTAS, 2009).

Figura 05 – Palacete dos Lundgrens



FONTE: Site Viagem e Viagem, 2015.

A arquitetura do município sobrevive ao tempo. Suas histórias e lendas repercutem em livros escritos por figuras apaixonadas pela cultura riotintense e que fazem parte do acervo histórico da cidade. Seus personagens também contribuem para a propagação da história, como o célebre João Batista Fernandes ou Batistinha para os riotintenses, com seu livro *“O Pai do Vento”*, que descreve de forma memorável as passagens mais importantes do nascimento de Rio Tinto.

Suas edificações ainda possuem elementos que despertam e aguçam a curiosidade de pessoas mais atentas. A igreja Matriz

possui elementos associados aos nazistas que até os dias atuais são motivos de discussões, fato negado por alguns historiadores. Ainda envolvendo a igreja é citado no livro de Batistinha, que Frei Damião ao se deparar com a paisagem da praça principal de Rio Tinto, onde se pode observar a estátua do Frederico Lundgren de costas para a igreja matriz Santa Rita de Cássia, amaldiçoou a fábrica de tecidos ostentando que ela seria tomada por uma planta chamada *Momordica Charantia* popularmente conhecida como melão do mato, de fato alguns galpões das antigas instalações da fábrica estão cobertos por essas plantas. A força histórica da cidade está em cada um de seus bens e é importante que se tome medidas de atenção e cuidados para que essas construções sejam preservadas e se perpetuem para posterioridade.

3 Procedimentos Metodológicos

O presente estudo teve como objetivo analisar a percepção de moradores de Rio Tinto – PB, sobre o potencial turístico histórico-cultural da cidade. Com efeito, utilizou-se uma abordagem qualitativa, descritiva e exploratória para atingir o que foi proposto.

A pesquisa qualitativa de acordo com Marconi e Lakatos (2008, p.269) “preocupa-se em analisar e interpretar aspectos mais profundos, descrevendo a complexidade do comportamento humano”, ou seja, não se usa bases estatísticas, podendo se aprofundar melhor na solução do problema e no tema.

Este estudo caracteriza-se como uma pesquisa descritiva e exploratória, pois houve a preocupação em descrever o fenômeno em estudo e adentrar no meio da pesquisa em questão, através da revisão bibliográfica do tema e do contato direto com os sujeitos

da pesquisa, que compartilham experiências reais, aprofundando o conhecimento, buscando atingir a mínima parcialidade possível do pesquisador (GONÇALVES, 2005).

A pesquisa se constituiu em duas etapas: 1) revisão bibliográfica para o enriquecimento sobre o tema, e 2) coleta e análise de dados no campo através da realização de entrevistas semiestruturadas, ou seja, fazendo uso de um roteiro pré-estabelecido mas sem ficar totalmente preso a ele. O instrumento era composto por 20 questões que versavam sobre o conhecimento, a valorização e a contribuição de moradores da cidade na preservação da cultura de Rio Tinto. As entrevistas foram realizadas com residentes do município de Rio Tinto. A coleta de dados se deu entre os dias 05 de Fevereiro e 18 de Março de 2015.

Marconi e Lakatos (2010, p. 179) afirmam que “a entrevista tem como objetivo principal a obtenção de informações do entrevistado, sobre determinado assunto ou problema”. Por meio dela, o pesquisador poderá dispor de meios para a identificação e possível solução da questão.

As entrevistas foram feitas pela pesquisadora e com agendamento prévio, definindo o melhor dia de acordo com o horário disponível de cada entrevistado. O único pré-requisito para participar da pesquisa era ser maior de 18 anos e ter nascido ou morar em Rio Tinto há mais de 10 anos. A escolha dos sujeitos da pesquisa se deu utilizando a estratégia “snowball” (“bola de neve”), que é uma técnica de amostragem não probabilística utilizada em pesquisas sociais. É uma espécie de rede, na qual os participantes iniciais de um estudo indicam novos participantes que por sua vez indicam novos participantes e assim sucessivamente, até que

seja alcançado o “ponto de saturação”, atingindo o objetivo da pesquisa.

Os respondentes ao tomarem conhecimento sobre a temática do estudo se sentiram interessados em contribuir voluntariamente para a pesquisa, mostrando o orgulho de fazer parte dessa cidade e da pesquisa. A definição da amostra se deu por saturação. Após a realização da entrevista com 10 (dez) sujeitos, ficou perceptível pelas pesquisadoras que as respostas já estavam se repetindo, então optou-se por encerrar a coleta de dados.

A análise dos dados foi feita a partir da interpretação das respostas a luz da teoria. Para garantir o anonimato dos sujeitos da pesquisa, os entrevistados serão identificados pela sigla E (Entrevistado) e pela numeração adotada com base na ordem em que a entrevista foi realizada.

4 Apresentação e Análise dos Resultados

4.1 O Perfil dos Sujeitos da Pesquisa

Para uma melhor compreensão sobre os conhecimentos dos entrevistados, o roteiro de entrevista abordou sobre a naturalidade de cada um dos respondentes. Verificou-se que 6 dos 10 respondentes não nasceram na cidade de Rio Tinto. Os 4 demais são naturais do município. Então, pode-se afirmar que a maioria dos participantes da pesquisa apenas reside na cidade, mas não são riotintenses.

Entretanto, foi possível constatar que 9 dos 10 respondentes, moram no município de Rio Tinto há mais de 20 anos totalizando assim, sua maioria. Um dos sujeitos da pesquisa revelou que mora no município há mais de 65 anos. Logo, apesar de grande parte dos

participantes não ser naturais do município, pode-se subentender que os mesmos possuem um conhecimento representativo sobre a cidade.

Quanto aos gêneros dos respondentes da pesquisa, verificou-se a participação de 5 pessoas do gênero masculino e 5 pessoas do gênero feminino. É importante destacar que houve variações de idades dentre os participantes, compreendendo a faixa etária entre 15 e acima de 65 anos, como pode ser verificado na tabela 01, o que evidencia uma variedade do nível de conhecimento histórico do assunto abordado.

Tabela 01: Distribuição dos sujeitos da pesquisa por faixa etária

Idade	Frequência
15 a 20	1
21 a 30	3
31 a 45	2
46 a 65	3
> 65	1
Total	10

Fonte: Dados da pesquisa, 2015.

O nível de escolaridade também foi bastante diversificado. Do total dos 10 entrevistados, ficou registrado que a maioria dos respondentes possuem o nível médio de ensino, totalizando 6 pessoas. Os demais possuem o ensino superior incompleto, todos em fase de conclusão.

A seguir serão abordados assuntos referentes à história e ao valor cultural da cidade da pesquisa em questão, para uma melhor análise do conhecimento e da importância que isso representa para população residente do município.

4.2 O Conhecimento/Valorização dos Moradores de Rio Tinto-PB sobre a História, os Atrativos e os Patrimônios da cidade.

Poucas são as pessoas que valorizam a história e contemplam a arquitetura de sua própria cidade, muitas vezes tais edificações passam despercebidas pela maioria da população. Inúmeras vezes isso ocorre devido à falta de interesse e atenção pela conservação dos atributos do município (DIAS; DENKER, 2004).

Diante do exposto, ao levantar esse questionamento na pesquisa, a maioria dos entrevistados quando abordados sobre o conhecimento da história do município, revelou que todos a conhecem. Evidenciou-se que a maior parte dos entrevistados conhece a história da cidade superficialmente e alguns não se dão conta do valor histórico vivenciado. Um entrevistado fez parte do apogeu da fábrica de tecidos, quando veio morar na cidade, coincidentemente na época da inauguração do primeiro galpão da fábrica localizado na aldeia monte mor, como foi observado de acordo com a resposta do E7:

“Sobre a história não conheço não, só sei que quando nós chegamos aqui, tinham acabado de construir a fábrica da vila, foi no tempo da inauguração” (E7).

A maioria das informações obtidas para tais conhecimentos vieram através de parentes ou de pessoas mais velhas, como pode ser observada na resposta do E1:

“Não foi em escola, foi em história mesmo com o povo contando” (E1).

Dos 10 (dez) entrevistados, 5 (cinco) afirmaram que obtiveram informações através de parentes e escola, como pode-se observar:

“Conhecimento adquirido de pai pra filho” (E2)

“Através de pessoas mais idosas como minha avó e pessoas que possuíam o conhecimento como os professores” (E3).

“O pouco que conheço da história de Rio Tinto, veio através do meu avô, parentes mais velhos e na escola no ensino fundamental” (E4).

“Parentes e escola também” (E5)

“Parentes e escolas” (E9)

Como a renda do município girava em torno dos empregos gerados pela fábrica, a maioria dos residentes que viveram entre os anos de 1960 a 1980 trabalharam como operários e vivenciaram uma “Rio Tinto ativa” e, com o passar dos anos, a história foi repassada de pai para filho e assim se segue durante várias gerações. 1(um) pessoa respondeu que obteve conhecimento somente na escola, 1(um) exclusivamente por meio de parentes, 1 (um) em leitura de livros e 2 (dois) não souberam responder. De acordo com o E2, o incentivo escolar é pouco.

“Não foi pelas escolas, porque na época não se ensinava a cultura de Rio Tinto nem as tradições de Rio Tinto e hoje também não ensinam, mas com a chegada da universidade, muitos dos alunos de Antropologia estão fazendo um estudo sobre a história de Rio Tinto.” (E2).

Para Fonseca (2000, p. 114) “conhecer é o primeiro passo para proteger”. Somente dessa forma, pode ser atribuída à importância histórico-cultural da cidade, fazendo com que os próprios habitantes valorizem e repassem a história.

Hoje no município, quem se interessa pela memória riotintense tem acesso a ela somente pelos livros publicados pelas

pessoas que viveram na época áurea da fábrica de tecidos e é desse modo que elas obtêm informações da cidade.

Sobre os atrativos turísticos pertencentes ao município, os eleitos pelos entrevistados foram os patrimônios espalhados pela extensão da cidade, principalmente por sua arquitetura. Os mais citados e visitados foram: A Igreja Matriz Santa Rita de Cássia, Rio Tinto Tênis Clube, Cine Órion, a Fábrica de tecidos e o Palacete dos Lundgrens.

Este último atrai visitantes não só pela sua peculiaridade arquitetônica e de estar inserido em uma aldeia indígena, mas também por ser motivo das histórias envolvendo Adolf Hitler (VALE, 2008), como lembra o E2 quando relata sobre os atrativos turísticos da cidade:

“Eu conheço o túnel que vai da fábrica até o palacete e que dizem os historiadores que era pra esconder Hitler ”(E2).

Os fatos históricos que acontecem na região também devem ser caracterizados para a importância do patrimônio, todo seu processo cultural tem que ser levado em consideração (FONSECA, 2000).

Para que esses bens tenham a garantia de serem conservados e não percam suas características, como veremos a seguir, é necessário que se faça o registro deles no IPHAEP, principalmente a igreja, que ainda está envolvida em polêmica, pois ela não pertence à arquidiocese paraibana e sim ao grupo Lundgren, dificultando sua proteção legal. O IPHAEP abrange patrimônios como obras de arte, arquitetura, igrejas, manifestações folclóricas, monumentos históricos e artes plásticas (OLIVEIRA, 2009). Elegê-los para o livro de tombos deve ser o primeiro passo para a continuidade desses bens. Houve a transformação do patrimônio, perdendo um pouco de seu legado (PÉREZ, 2009). O Rio Tinto tênis clube já sofreu 2 (duas) mudanças significativas: sua construção antigamente se dava para a prática de esportes, como o tênis, e com o passar dos anos

foi transformada em casa de shows e agora cedia uma igreja, o que limita um pouco a entrada de pessoas que queiram visitar as dependências. A modernização é um risco que muitas vezes entram em conflito com as tradições. (PAES, 2002).

Sobre as motivações da visita aos patrimônios, verificou-se que 1 (um) entrevistado citou que foi através de passeios promovidos pela escola, 4 (quatro) através de iniciativa própria e por excursões escolares. Destacou-se que a maioria dessas excursões visava somente à visita ao palacete dos Lundgrens, os outros nunca foram bem explorados. Três dos entrevistados citaram que a iniciativa própria foi o principal fator do conhecimento e visitação dos monumentos. Apenas 2 (dois) não souberam responder como conheceram os patrimônios.

É importante preservar as memórias, os símbolos e os rituais, os bens materiais e imateriais da cultura, pois repassá-la é a forma de imortalizar a história. Assim, os próprios moradores se sentirão motivados e terão orgulho de viver no cenário de tantas tradições. É de fundamental importância que as escolas comecem e difundir em sua programação um pouco das ocorrências vividas na cidade (PAES, 2002).

O turismo em Rio Tinto a partir da comercialização desses bens é possível de acordo com 5 (cinco) respondentes, 3 (três) afirmaram que não e 2 (dois) não souberam responder. A exploração turística deve envolver ações que sensibilizem os moradores para a valorização de suas riquezas. (DENCKER *et al*, 2004).

A exploração comercial desses bens deve sofrer um planejamento detalhado, e deve envolver os moradores e os

gestores do município para que o fluxo de turistas possa aumentar de acordo com a mercantilização dos patrimônios culturais, ou seja, transformá-los em atração turística. Para isso é necessário uma educação sobre o patrimônio, sensibilização com os moradores sobre a importância da preservação e sobre o turismo, exposição de fotos e de fatos históricos (aumentando o valor histórico de cada bem) e envolver os residentes com o órgão responsável pelo turismo do município (BARRETTO, 2001)

4.3 A Participação dos Sujeitos da Pesquisa nas Atividades Culturais da Cidade

As atividades culturais da cidade se dão em sua maioria por festas que remontam às tradições antigas, como nos períodos de Carnaval com concursos de ursos e desfile de blocos. A festa religiosa em prol do dia da padroeira Santa Rita de Cássia, que acontece no mês de maio. Quanto aos eventos relacionados à vaquejada, destaca-se o dia 7 de Setembro, no qual é realizada a vaquejada da independência, considerado o período que atrai o maior fluxo de turistas, e o dia 6 de Dezembro, quando é realizada a vaquejada da emancipação, comemorando o aniversário de emancipação política do município. Os eventos organizados pelas cidades também podem contribuir para que um destino seja promovido, pois as realizações de tais festividades atraem turistas e proporcionam desenvolvimento além de maximizar a força do potencial turístico (MARUJO, 2015)

Quando questionados sobre as manifestações culturais promovidas pela cidade, as respostas foram semelhantes e o que pode ser analisado é que, a propagação da cultura existe, mas de forma que não desperta interesse da população, pois ela sofre tantas mudanças que acaba descaracterizando o que outrora atraía

um número grande de pessoas, e essas alterações fizeram com que aos poucos o original fosse degradingolado. Deve-se estimular as atrações culturais da cidade, para que desse modo o fluxo de turista possa aumentar (BATISTA, 2005).

O turismo se alimenta do que é peculiar e tais manifestações podem e devem fortalecer o fluxo de entrada e saída de turistas da cidade gerando renda e estimulando a preservação e a propagação das tradições (PAES, 2002). O patrimônio imaterial merece ser reconhecido e essas manifestações simbólicas também fazem parte da cultura da cidade e não podem ser perdidas. As tradições não conseguem se perpetuar do mesmo modo. Sempre haverá mudanças e adaptações para a sua sobrevivência. Mas para a continuidade dessas manifestações é necessário que haja planejamento.

De todos os respondentes, apenas 3 (três) afirmaram contribuir ativamente nas manifestações existentes, 1 (um) no artesanato local e 2 (dois) com apresentação de danças. Dias (2003), destaca que a importância dos moradores é fundamental para a disseminação da cultura. É uma forma de manter a identidade cultural e de repassá-la. As manifestações não podem se perder com o tempo, podem e devem sofrer mudanças contanto que seja de uma forma que beneficie a todos. O incentivo para que isso aconteça é fundamental para o sucesso final.

O patrimônio imaterial aborda que essas manifestações, expressões e conhecimentos devem ser passadas de uma geração a outra, para que a cultura não se perca no meio do caminho (CASTRO; COSTA, 2008). Desse modo, as manifestações sociais de Rio Tinto sobreviverão.

4.4 Satisfações e Insatisfações dos Sujeitos da Pesquisa em Relação às Atividades Culturais Realizadas em Rio Tinto-PB.

O município de Rio Tinto dispõe de uma história de fundação rica. Os patrimônios deixados pela família fundadora são um verdadeiro legado para as próximas gerações tanto dos habitantes como de visitantes. Mas para que isso aconteça é necessário que se conserve esses bens, e isso não está sendo visto pela maioria dos entrevistados como aponta algumas respostas: 5 (cinco) deles disseram não haver conservação nenhuma, 4 (dois) responderam que nem todos recebem o cuidado devido, 1(um) ostentou que sim.

A conservação de bens patrimoniais é vital para a sobrevivência do turismo cultural. Eles são os elementos que atraem o turista que procura esse tipo de segmento. A restauração dos bens arquitetônicos é o único meio de preservá-los podendo ser usufruído para que alavanque o turismo na cidade. Observando os patrimônios e analisando os discursos, pode-se inferir que as pessoas que tem o direito da posse desses bens parecem não se preocupar com valor histórico-cultural que cada um deles transmite. Além disso, muitos deles não existem mais.

A prefeitura deve firmar parceria com o IPHAEP para que qualquer obra de reforma possa passar antes pela aprovação do instituto, que daria a palavra final sobre a necessidade de alterar as edificações (OLIVEIRA, 2009). A cidade precisa de oferta turística para gerar renda ao município. De acordo com o que foi pesquisado, Rio Tinto ainda precisa melhorar muito nesse quesito. As respostas sobre a qualidade e eficiência dos meios de hospedagem e alimentação existentes a seguir enfatizam isso, onde apenas 2 (dois) respondentes acharam que são eficientes.

Para Silva e Sonaglio (2011, p.226), “é essencial efetuar um planejamento turístico que atenda às necessidades de todos os envolvidos”. O seguimento do turismo engloba uma série de requisitos básicos que devem ser analisados e, no caso da cidade de Rio Tinto, melhorados. Como instalações capacitadas para receber os turistas, infraestrutura para facilitar o acesso como estradas em boas condições e placas para facilitar a acessibilidade, estabelecimentos de alimentação que atendam a possíveis demandas e guias para a exploração dos atrativos.

Oferecer meios de hospedagem de qualidade é apenas um dos muitos fatores que contribui para que uma cidade possa se manter com a oferta turística (IGNARRA, 2003). Um viajante não sairá do conforto de sua casa para um lugar que não atenda a esse requisito mínimo, e muito menos porá a cidade em questão em seu roteiro de viagem. Os meios de hospedagem de Rio Tinto são suficientes para a demanda turística atual da cidade, mas somente para dias “normais”. O pólo da Universidade Federal da Paraíba (UFPB) que funciona na cidade, sempre oferece congressos e encontros para estudantes de todo o Brasil, e muitas vezes os visitantes tem que acampar no campus por falta de hospedagem. A cidade possui 3 (três) meios de hospedagem, o restaurante e pousada casa grande, o hotel e restaurante São José e o Hotel SESI parque da mata.

O turismo depende da junção dos setores públicos e privados, pois a cidade oferece os espaços e as empresas devem acolher os hóspedes, e é a partir desses meios que se deve gerar uma política municipal que beneficie tanto o turismo quanto a comunidade (DIAS; PIMENTA, 2005).

Utilizar os recursos e explorar as particularidades da região deve ser incluído no planejamento do turismo. Os próprios entrevistados notam o potencial que a cidade possui, mas muitos desacreditam que a cidade possa sobreviver do turismo, pelo fato de não existir preparo para manter qualquer oferta turística.

5 Considerações Finais

A cidade de Rio Tinto tem um acervo histórico rico, e isso é evidente a cada rua que forma o município. Toda sua arquitetura inicialmente construída para atender à demanda da Fábrica de Tecidos Rio Tinto, hoje permanece como testemunha de uma Rio Tinto próspera e ativa. Os Lundgren conseguiram deixar o seu legado e apesar de não estarem presentes há mais de 20 anos, a sua herança cultural e imponência ainda é conservada sendo passada de pai para filho.

Mercantilizar esses bens é uma forma de tentar fazer com que a cidade cresça. Programar um roteiro de visitação e até mesmo um museu no antigo palacete pode contribuir muito mais para que a cultura da cidade não se perca por completo. Facilitar o acesso para a chegada aos lugares também seria de grande ajuda. Isso simplificaria até para que novas pesquisas nesse campo sejam feitas. Outro assunto que também pode ser explorado trata-se de estudos sobre os patrimônios naturais existentes na cidade. Há vários projetos e parcerias com a universidade como o projeto peixe-boi, propostas de ecoturismo na Barra do Rio Mamanguape entre outros e que podem servir de base para pesquisas futuras.

A falta de livros científicos que remontem   importância histórica da cidade dificultou muito a pesquisa e assim como o acesso a alguns bens e o fato de que não existe nada que proteja a

cultura da cidade. É fácil observar que a transformação dos bens está cada vez mais frequente, sendo assim, necessário mais ações voltadas a valorização e proteção desses patrimônios culturais.

Novas perguntas podem ser feitas a partir desse trabalho, como por exemplo: porque Rio Tinto permanece estagnado de acordo com a percepção dos habitantes, apesar de já ter sido um grande município gerador de renda? Como as autoridades governamentais não conseguem erguer a cidade ou elaborar projetos duradouros que desenvolvam o município?

É preciso verificar se as construções da fábrica estão de acordo com o decreto-lei de nº25 e, se sim, cadastrar esses patrimônios no livro de tombamentos do IPHAEP. Só assim, os patrimônios estarão salvos de serem mais uma vez vendidos e degradados. Considera-se que o envolvimento da comunidade e dos órgãos municipais seria vital para que Rio Tinto possa ter um fluxo de turismo cultural. Para os sujeitos da pesquisa, o potencial da cidade existe, mas está longe de ser absorvido por muitos dos que lá vivem.

É necessário que os moradores prezem e explorem esses bens de forma que a cidade possa obter no futuro uma possível demanda turística, que venha a beneficiar tanto os habitantes com novos empregos e novas estruturas, com a educação fazendo com que os valores históricos sejam transmitidos as próximas gerações e também quanto à própria preservação do local, para que não exista a extinção desses valores. A cultura que cerca a cidade tem que ser transmitida a seus moradores, conhecer e repassar as informações e a importância histórica da cidade que é herança para os que virão (FONSECA, 2000).

Por tanto, é proposto no presente trabalho, que haja uma reavaliação dos valores culturais e que os governantes, assim como os autóctones, reflitam sobre o potencial turístico do município com ênfase nos aspectos culturais e históricos, para que possam explorar de forma benéfica o patrimônio que compõe a cidade, e, conseqüentemente, trazer benefícios para o desenvolvimento do município bem como para a comunidade local.

Por fim, é pertinente ressaltar que a pesquisa trata-se de um estudo preliminar, no qual há a necessidade de continuidade, buscando-se ouvir outros atores, entre esses gestores do poder público municipal (responsável por um possível processo de planejamento turístico) e estadual, responsável pelo processo de tombamento), para reflexões mais aprofundadas sobre a temática em estudo.

Referências

BARRETTO, Margarita. **Cultura e Turismo: Discussões contemporâneas**. Campinas: SP. Papyrus, 2007.

BARRETTO, Margarita. **Turismo e legado cultural: as possibilidades do planejamento**. 2 ed. Campinas: Papyrus, 2001.

BATISTA, Cláudio Magalhães. Memória e identidade: aspectos relevantes para o desenvolvimento do turismo cultural. **Caderno virtual de turismo**, v.5, n.3, 2005.

BORGES, Marília Santana. **Art Decó, entre a tradição e o moderno**. in: II ENCONTRO DE HISTÓRIA DA ARTE, 2., 2006. São Paulo. *Anais...* Campinas: IFCH-Unicamp. 2006.

COSTA, Marli Lopes; CASTRO, Ricardo Vialves. Patrimônio imaterial nacional: preservando memórias ou construindo histórias?. **Estude. Psicol.** (Natal), v. 13, n.2, 2008.

CRUZ, Rita de Cássia Ariza. **Introdução à geografia do turismo**. São Paulo: Roca, 2003.

DANTAS, Anna Aline Roque Santana. **Rio Tinto, impacto do declínio econômico na organização espacial**. Dissertação, João Pessoa, UFPB. 2009. Disponível em: <http://tede.biblioteca.ufpb.br:8080/handle/tede/5578?locale=pt_BR>. Acesso em: 17 Mar. 2015.

DIAS, Célia Maria de Moraes; DENKER, Ada de Freitas Maneti. **Planejamento e gestão em turismo e hospitalidade**. São Paulo: Pioneira Thompson Learning, 2004.

DIAS, Reinaldo. **Sociologia do turismo**. São Paulo: Atlas, 2003.

DIAS, Reinaldo; PIMENTA, Maria Alzira. **Gestão de Hotelaria e Turismo**. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2005.

FIGUEREDO, Antônio Marcos Lima – **A função turística do patrimônio: questionamentos sobre a ideia de sustentabilidade do turismo cultural**. Caderno virtual de turismo, v. 5, n. 4, 2005.

FONSECA, Maria Cecília Londres. **Referências culturais: base para novas políticas de patrimônio**. 2000. Disponível em: <https://www.ipea.gov.br/agencia/images/stories/PDFs/politicas_sociais/referencia_2.pdf> Acesso em: 14 Abr. 2015.

GONÇALVES, Hortência de Abreu. **Manual de metodologia da pesquisa científica**. São Paulo: Avercamp, 2005.

IBGE - **Cidades - Paraíba - Rio Tinto**. 2015. Disponível em: <<http://www.cidades.ibge.gov.br/xtras/perfil.php?lang=&codmun=251290&search=paraiba|rio-tinto|infograficos:-informacoes-completas>> Acesso em: 19 Nov. 2015.

IGNARRA, Luiz Renato. **Fundamentos do turismo**. 2ª ed. rev. e ampl. – São Paulo: Pioneira Thomson Learning, 2003.

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Fundamentos de Metodologia científica**. 7ª Ed. São Paulo: Atlas, 2010.

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Metodologia científica**. 5.ed. reimpr. São Paulo: Atlas, 2008.

MARUJO, Noémi. Contributo do turismo de eventos para o desenvolvimento turístico de uma região. **Revista DELOS - Desarrollo Local Sostenible**. ISSN:1988-5245. 2015. Disponível em:<<http://www.eumed.net/rev/delos/23/turismo.html> > Acesso em: 16 Nov, 2015.

OLIVEIRA, Almir Félix Batista. O IPHAEP e a produção do patrimônio paraibano. **Revista Cadernos do Ceom**, V. 22, n. 30. P.55-81, 2009.

OLIVEIRA, Antônio Pereira. **Turismo e desenvolvimento: planejamento e organização**. -5 ed. rev e ampl. São Paulo: Atlas, 2005.

PAES, Maria Tereza Duarte. **Patrimônio cultural turismo e identidades territoriais – um olhar geográfico**. Universidade Estadual de Campinas, SP. 2002. Disponível em:< <http://observatoriogeograficoamericalatina.org.mx/egal12/Geografiasocioeconomica/Geografiacultural/19.pdf>> Acesso em: 14 Abr. 2015.

PÉREZ, Xerardo Pereiro. **Turismo Cultural: uma visão antropológica**. Tenerife: Asociación Canária de Antropología, 2009.

PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO TINTO. Disponível em: <<http://www.riotinto.pb.gov.br/pontos-turisticos/>>. Acesso em: 20 Jan 2015.

SILVA, Lisiana de Fátima; SONAGLIO, Kerlei Eniele. O turismo no desenvolvimento econômico de Currais Novos (Rio Grande do Norte, Brasil). **Turismo e sociedade**, v. 4, n. 2, 2011.

VALE, Eltern Campina. “DA ALDEIA DA PREGUIÇA À ATIVA COLMEIA OPERÁRIA”: O Processo de Constituição da Cidade-fábrica Rio Tinto - Parahyba do Norte (1917-1924). **Revista Crítica Histórica**, Ano III, nº 5, Julho/2012. ISSN 2177-9961.

VALE, Eltern Campina. **Tecendo fios, fazendo história: A atuação operária na cidade-fábrica Rio Tinto (Paraíba, 1959 – 1964)**. 2008. Dissertação de mestrado. Repositório Institucional UFC. Fortaleza Disponível em:< <http://www.repositorio.ufc.br/handle/riufc/2854> > Acesso em: 19 Jan. 2015.

VIAGEM E VIAGEM. Disponível em: <<http://viagemeviajem.com.br/palacete-dos-lundgren-rio-tinto/>>. Acesso em: 20 Jan 2015.

TURISMO DE SOL E PRAIA: A PERCEPÇÃO DE PROFISSIONAIS DA HOTELARIA LOCAL SOBRE A SAZONALIDADE TURÍSTICA NA CIDADE DA BAÍA DA TRAIÇÃO-PB

Joelma Abrantes Guedes Temoteo
Jammilly Mikaela Fagundes Brandão
Herlane De Alcântara Wanderley

1 Introdução

A atividade turística é considerada determinante para a sustentabilidade socioeconômica de diversas cidades ou regiões. Seu crescimento tem sido significativo em todas as partes do mundo, possibilitando a expansão do trabalho, gerando empregos e melhorando a distribuição da renda local (COUTINHO; COUTINHO, 2007; HALL, 2004). Ignarra (2013) destaca que as pessoas viajam por diferentes motivações e finalidades, e, cada vez mais, estão se deslocando para a realização de diferentes tipos de atividades turísticas, viajando dentro e fora do seu próprio país. Nesses termos, o turismo é objeto de estudo devido a sua relevância para a academia, para o governo, para as organizações turísticas e hoteleiras, para a comunidade receptora, assim como para as prestadoras de serviços de apoio ao turismo, já que a atividade possui um efeito multiplicador.

No contexto acadêmico, o turismo é um segmento importante para diversas áreas devido a sua interdisciplinaridade. Isto é, dada a abrangência do sistema turístico a atividade turística pode ser estudada e compreendida por meio de diferentes lentes

de análises: geografia, economia, administração, sociologia, entre outras (LOHMANN, PANOSSO NETO, 2011).

Para os órgãos governamentais, o turismo é visto como um segmento importante devido principalmente suas contribuições socioeconômicas. A atividade turística, quando bem planejada pode proporcionar para a localidade geração de emprego e renda, valorização cultural, dentre outros benefícios advindos de um planejamento focado na otimização dos espaços turísticos existentes na região. Sendo assim, o turismo pode gerar benefícios para a economia e para a sociedade, atendendo às necessidades e interesses dos turistas e da comunidade local.

Para as organizações, a relevância do turismo consiste no seu efeito multiplicador. Segundo Cobra (2005, p. 20) “o turismo é hoje uma importante fonte de receita, e a compreensão das oportunidades de mercado [...]”. Para que o turismo possa se desenvolver numa determinada localidade, faz-se necessário minimamente a existência de três elementos básicos: o transporte, os meios de hospedagem e atrativo turístico, logo, diversas organizações estão envolvidas na prestação de serviços turísticos e de apoio ao turismo. O transporte é um importante elemento para o turismo, pois permite o deslocamento dos turistas; já os meios de hospedagem são essenciais para a acomodação dos hóspedes que visitam uma cidade, e dependendo de sua tipologia, podem oferecer serviços diversos, inclusive de alimentação; por fim, os atrativos turísticos estão associados à motivação pela qual o turista pode ser atraído ao destino (YOUELL, 2002).

O mercado turístico consiste numa interação entre a demanda e a oferta de produtos, operacionalizando as atividades que podem abranger os bens e serviços do turismo. Para Vaz (1999, p.

17) o mercado turístico pode ser conceituado por “[...] um conjunto de atividades econômicas em torno de produtos turísticos, através das quais diversos agentes buscam satisfazer suas necessidades e obter benefícios, transacionando tais produtos”. Cobra (2005) relata que as pessoas esperam que as empresas que habitam no mercado de turismo estejam aptas não apenas para fornecer os produtos e serviços que satisfazem as necessidades, mas também que sejam capazes de realizar os desejos, sonhos e fantasias das pessoas na sociedade. As demandas turísticas advêm dos estudos de mercado existentes para atender um grupo de determinados consumidores, estimando a potencialidade turística que comporte os produtos e serviços oriundos da capacidade de mercado, por um determinado período de tempo, apropriando-se do esforço mercadológico (COBRA, 2005).

Para Petrocchi (2002) a atividade turística quando bem planejada potencializa fatores econômicos, sociais, culturais, proporcionando à localidade turística crescimento e desenvolvimento. Contudo, as destinações turísticas em geral sofrem com a diversificação temporal existente no mercado turístico, como característica inerente à demanda turística, os denominados períodos sazonais. As organizações turísticas e hoteleiras precisam buscar estabelecer estratégias para que o número de turistas na localidade seja equilibrado durante todos os períodos dos anos pois a baixa ou a falta de demanda nos períodos de baixa estação representa uma série de prejuízos para as organizações.

Os atores do turismo (governo e organizações turísticas e hoteleiras em geral) precisam planejar a atividade turística, pensando em alternativas para atrair o turista para o destino,

para usufruir dos atrativos turísticos, bem como, dos serviços prestados pelos meios de hospedagem, também na baixa temporada ou baixa estação. Muitas vezes, como não há esse tipo de planejamento e organização por parte dos órgãos públicos, recai sobre os empresários do segmento turístico a responsabilidade de desenvolver estratégias para minimizar os impactos da sazonalidade turística, ou seja, a grande demanda em determinado período do ano e a baixa demanda em outros períodos. Com base no exposto, este estudo tem como objetivo responder a seguinte questão de pesquisa: Qual a percepção de profissionais da hotelaria sobre a sazonalidade turística existente na Baía da Traição-PB?

Ainda são poucos os estudos que realizam levantamentos de informações em pequenas cidades interioranas com potencial turístico na Paraíba. O interesse pelo estudo surgiu após a observação dessa lacuna, assim como, de alguns potenciais turísticos da cidade Baía da Traição-PB. Nesses termos, esta pesquisa tem como objetivo analisar a percepção de profissionais da hotelaria sobre a sazonalidade turística existente na Baía da Traição. Para tanto, buscou-se identificar a taxa de ocupação dos meios de hospedagem nos diferentes períodos do ano; verificar as oportunidades e ameaças da localidade turística para os meios de hospedagem na Baía da Traição; e, por fim, analisar as estratégias adotadas pelos gestores dos meios de hospedagem para minimizar os impactos da sazonalidade turística.

Esse estudo busca ainda evidenciar que o turismo pode gerar benefícios para uma cidade e sua comunidade local. Contudo, a atividade necessita de planejamento e investimento pelos órgãos

responsáveis, o que geralmente não é refletido na realidade das pequenas destinações turísticas.

2 Atividade turística no Brasil: crescimento e relevância

O aumento do turismo interno no Brasil vem ocorrendo devido à maior importância que o ser humano está atribuindo ao seu tempo livre e à necessidade cada vez maior de se desvincular das atividades do cotidiano, onde “[...] o sujeito atua com percepção de fazer uso desse tempo com total liberdade e de maneira criativa, dependendo de sua consciência de valor sobre seu tempo” (AQUINO; MARTINS, 2007, p. 482).

Sampaio (2015), fundamentado em dados do Ministério do Turismo, destaca que os brasileiros estão querendo viajar mais dentro de nosso próprio país. Com base nessa pesquisa, sete de cada dez pessoas da população buscam as regiões do Brasil para realizarem essas viagens, e cerca de 73,3% dos entrevistados pretendem fazer pelo menos uma viagem até dezembro, optando por visitar alguma cidade turística dentro do Brasil.

De acordo com Sampaio (2015), desde 2011, no mês de junho foi registrado um crescimento do turismo de 3,3% em relação ao mesmo mês do ano passado (70,9%). O último recorde era de 74,9% (jun/11). Os brasileiros estão optando por viajarem para as regiões Nordeste e Sudeste com 43,2% e 26,2%, sendo estas as regiões preferidas dos entrevistados.

O setor de serviços, do qual o turismo faz parte, é um dos setores que mais cresce na atual economia, sendo em muitas localidades como instrumento de desenvolvimento de atração do turista a um destino (OLIVEIRA, 2005). Segundo Dencker (2004, p. 45), a atividade turística cresce rapidamente em todo o mundo,

gerando e garantindo um avanço econômico, social e político nos mais diversos países e regiões, e propiciando assim estudos do segmento, expansão de mercado de trabalho e geração de empregos diretos e indiretos. Ansarah (2004) destaca que através de estudos o planejamento turístico pode tornar possível um melhor desenvolvimento para atividade turística e, conseqüentemente, a localidade.

Conforme Mota (2007), o turismo é um fenômeno socioeconômico que gera múltiplas interrelações de importância cultural, socioeconômica e ecológica entre os núcleos emissores e receptores. Paes e Paes (2012, p. 2) relatam que o turismo, quando bem estruturado e planejado, “é uma atividade que traz benefícios para todos os envolvidos de forma a satisfazer os turistas que conhecem novos locais, culturas e costumes, as empresas gerando lucros, ao meio ambiente tornando-o mais preservado e a comunidade local gerando renda”.

Oliveira (2005) afirma que a atividade turística, por ser própria de sociedades de consumo, apresenta combinações públicas e privadas, exigindo grandes investimentos financeiros e tecnológicos no fornecimento dos bens e serviços proporcionados ao turista. Segundo Barreto (2003) o turismo é uma atividade considerada dialética, pois do ponto de vista financeiro e, dependendo da estrutura social local, pode ser uma atividade geradora de riquezas. Nogueira (1987, p. 41) destaca que o turismo pode ocorrer como fonte de recursos para a cidade em que está sendo implementado, abrangendo basicamente cinco objetivos: “desenvolvimento econômico; desenvolvimento sociocultural; proteção ao meio ambiente; conscientização das comunidades

para os impactos do desenvolvimento turístico; e garantia do direito dos cidadãos ao lazer e às férias”.

Para Ferreira (2006), o turismo representa para uma localidade uma fonte de renda e de emprego para as pessoas da região, despertando nos residentes uma expectativa para a melhoria da qualidade de vida, estando no estado de economicamente ativo perante o mercado e com a esperança quanto a melhores condições de vida. O turismo também traz elementos condicionantes e favoráveis à economia de uma determinada localidade, dentre os quais Nogueira (1987, p. 42), enfatiza: a) diversidade de atividades que têm de ser exercidas e quantidade de bens e serviços que têm de ser produzidos; b) geração de novos empregos e manutenção dos já existentes; c) impactos em outros setores da economia; d) redistribuição da renda individual e regional; e) aporte de divisas ao balanço de pagamentos; f) impactos nas transações internacionais, nomeadamente na importação e exportação de produtos; g) criação de novas profissões e novos negócios.

De acordo com Dencker (2004), os setores turísticos e da hospitalidade têm um grande potencial para promover o desenvolvimento e crescimento do país no século XXI. O turismo a ser implementado numa determinada cidade gera impactos positivos e negativos, tendo em vista que existe uma cadeia que produz o atrativo e produto turístico, visando estabelecer na cidade uma melhor adequação nos agentes envolvidos, buscando visitantes que desejem se estabelecer e hospedar, contribuindo para a valorização do local, vislumbrando um roteiro que interesse ao turista, possibilitando uma organização da segmentação mercadológica do turismo em que está inserido.

Para que haja turismo em determinada localidade se faz necessário que esta possua o produto turístico que, de acordo com Vaz (1999, p. 67), pode ser o “conjunto de benefícios que o consumidor busca em uma determinada localidade e que são usufruídos tendo como suporte estrutural um complexo de serviços oferecidos por diversas organizações”. Para Ansarah (2004), o produto turístico se caracteriza pelos seguintes aspectos: propriedade, bem de consumo, superposição da mão-de-obra, necessidade da presença da clientela no local da produção, impossibilidade de estocagem (consumo imediato), serviços turísticos prestados de forma irregular, complementaridade dos componentes, inseparabilidade da produção e serviços, instabilidade da demanda, demanda heterogênea, estático, acentuada concorrência entre si e tempo livre.

A tipologia do turismo pode abranger várias vertentes, tendo em vista a potencialidade do local e os atrativos turísticos existentes nessa localidade, possibilitando ao turista uma melhor concepção dos valores transmitidos e repassados pelo sistema turístico, no qual, o turista vislumbra uma sensação de bem-estar na cidade visitada, procurando atender suas necessidades, com uma possibilidade significativa de uma possível volta ao local visitado.

Beni (2007) relata alguns tipos de turismo como: cultural, de negócios, religioso, repouso, espacial, de saúde, desportivo e político, onde cada tipo remete-se a finalidade da viagem de cada indivíduo para uma determinada localidade. Outro tipo de turismo existente é o turismo de eventos pode ser praticado por quem participa de acontecimentos que foram promovidos com o

objetivo de discutir os assuntos de interesses comuns (OLIVEIRA, 2005).

Coutinho e Coutinho (2007) destacam que os eventos em grandes e pequenas localidades são importantes para o turismo, pois buscam atrair pessoas de outras cidades, incentivando a economia e enriquecendo a vida cultural da cidade onde são realizados. Para Melo Neto (1999, p. 18) “é por meio da participação em eventos, que o homem moderno aprende e reaprende a ter emoções, desenvolve o seu senso crítico, aprimora suas visões, preza a liberdade e adquire maior sensibilidade”.

A captação e realização de eventos têm sido consideradas atividades que geram grande expansão socioeconômica em todo o mundo, trazendo benefícios para todas as partes envolvidas. Na verdade, a promoção de eventos se funde à atividade turística, através de ações interligadas à economia do município sede (COUTINHO; COUTINHO, 2007). Conforme os autores, “Para as cidades que possuem uma ociosidade no setor hoteleiro, o turismo de eventos vem ao encontro da necessidade de se aumentar a taxa ocupacional dos hotéis” (COUTINHO; COUTINHO, 2007, p. 3)

O turismo local pode ser determinante no crescimento de um destino turístico em diversas esferas, seja econômica, social, política, cultural, dentre outros, provocando um aumento significativo nos fatores que influenciam o mercado turístico, e possibilitando uma valorização enquanto cidade turística que atende viajantes de todas as outras localidades. O desenvolvimento de um determinado local de interesse turístico está sujeito aos tipos de estratégias que são implantadas e às características de cada local. Considerando que cada região (em esfera macro ou micro), cada país, cidade, vilarejo ou comunidade possui características

próprias que devem ser consideradas no âmbito do planejamento turístico, seria arriscado afirmar que o turismo sempre é gerador de desenvolvimento local (SCÓTOLO; PANOSSO NETO, 2015).

Para Beni (2000), uma cidade para ter um turismo bem desenvolvido promove uma difusão de informações sobre uma determinada região, bem como seus valores naturais, culturais e sociais; abrindo novas perspectivas sociais tendo como resultado do desenvolvimento econômico e cultural da região; integrando a vida social das pessoas e em alguns casos estimulam a consciência nacional; desenvolvendo a criatividade em várias áreas e promovendo o sentimento de liberdade, através da abertura ao mundo estabelecendo contatos culturais e o interesse pelas viagens turísticas.

2.1 Contexto da pesquisa: Baía da Traição-PB

A cidade da Baía da Traição, localizada a 78 Km de João Pessoa, capital do estado da Paraíba, é considerada um dos mais antigos núcleos da história da colonização desse estado. Segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE (2007, p. 1), “os franceses a escolheram para sede do comércio de pau brasil. Estes, além de algumas benfeitorias, construíram um forte”. No início do século XVI, a região era habitada pelos Potiguaras, uma das tribos mais aguerridas do litoral brasileiro (JORNAL DA PARAÍBA, 2014).

Imagens 1 e 2: Aldeias Indígenas – Baía da Traição



Fonte: Paraíba Criativa (2016). Disponível em: <<http://www.paraibacriativa.com.br/artista/baia-da-traicao/>>.

Conforme o site do Jornal da Paraíba (2014), várias explicações sobre o nome do local são dadas pelos historiadores, dentre elas é que o nome “Traição” esteja vinculado à primeira expedição explorada, no ano de 1501, da qual participou o famoso Américo Vespúcio, quando três marinheiros portugueses foram mortos e devorados pelos nativos antes recebidos amigavelmente, no primeiro porto onde a flotilha ancorou no dia 17 de agosto.

Antigamente, a cidade era conhecida e denominada pelos índios como Baía de Acajutibiró ou Tibira Caiutuba, que pode significar “Sítio de Caju” (Fruta abundante na região), ou “terra do caju de azedo”. O nome indígena influenciou a formação do antigo nome da Baía da Traição, “Acajutibiró” (JORNAL DA PARAÍBA; 2014; PLANO DISTRITAL DE SAÚDE PÚBLICA, 2005).

No século XVI, Martim Leitão desembarcou no local com duzentos homens; encontrando uma feitoria e uma fortificação erguidas por franceses, que no lugar haviam se estabelecido, com a finalidade de colonizar a Paraíba, vindo do Estado de Pernambuco, chegaram ao local (ALCÂNTARA, 2012). Embora tivessem ocorrido alguns conflitos, os lusos foram vencedores,

levantando uma povoação construída por indígenas habitando na região. Porém, em 1625, a Baía da Traição foi invadida pelos holandeses, mas, algum tempo depois, foram expulsos. Após a chegada dos jesuítas, começou a progredir e criar um novo povoado, sendo elevada à categoria de freguesia, em 1762. “O primeiro nome da localidade foi Baía de Acergitibiró, Distrito criado com a denominação de Baía da Traição, pela lei municipal nº 11, de 21-12-1908, subordinado ao município de Mamanguape” (IBGE, 2007, p. 1).

Ao tempo das Capitânicas Hereditárias, essa baía marcava o ponto de delimitação, ao norte, da Capitania de Itamaracá, que, ao sul, tinha por limite o Canal de Santa Cruz, que separa a Ilha de Itamaracá do continente. De acordo com o site da Prefeitura da Baía da Traição (2014), a cidade tornou-se município por três vezes: a primeira vez, após o ano de 1762, permanecendo nessa condição até 1840, quando foi extinto e incorporado a Mamanguape pela Lei 14, de 12 de setembro de 1840. A segunda vez ocorreu em 1879, pela Lei 670, de 6 de março, quando, emancipado, não teve condições de subsistir, havendo nova incorporação.

O decreto 1 164, de 15 de novembro de 1938, elevou Baía da Traição à categoria de vila. A terceira emancipação, definitiva, se processou através da Lei 2 748, datada de 2 de janeiro de 1962. “Elevado à categoria de município com a denominação de Baía da Traição, pela lei estadual nº 2748, de 02-01-1962, desmembrado de Mamanguape. Sede no antigo distrito de Baía da Traição. Constituído do distrito sede. Instalado em 18-11-1962” (IBGE, 2007, p.1). Atualmente, o local abriga 31 aldeias de vários povos indígenas, sendo 12 do povo potiguara (JORNAL DA PARAÍBA, 2014).

De acordo com o site da Prefeitura da Baía da Traição (2014), segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, no ano de 2006, sua população era estimada em 7 314 habitantes. É um território tradicional dos índios potiguaras. Com base na mesma fonte, no município de Baía da Traição, está localizada a maioria das aldeias indígenas que integram a Terra Indígena Potiguara, onde essas aldeias estão sob a jurisdição da Fundação Nacional do Índio, órgão federal criado pela lei 5 371, de 5 de dezembro de 1967, em substituição ao antigo Serviço de Proteção ao Índio.

Na povoação Forte, na qual, há séculos, existiu uma das mais antigas fortificações da Paraíba, está instalada a Coordenação Técnica Local em Baía da Traição, diretamente subordinada à Coordenação Regional Nordeste II, com sede em Fortaleza, no Ceará, sendo responsável pela administração geral da área pertencente às Terras Indígenas Potiguara, Jacaré de São Domingos e Potiguara de Monte-Mór.

A Terra Indígena Potiguara é constituída de 5 072 habitantes, segundo a Prefeitura da Baía da Traição (2014), dos quais 3 093 residem no município de Baía da Traição, distribuídas pelas povoações: AKajutibiró, Cumaru, Forte, Galego, Santa Rita, Laranjeiras, Silva, Bento, Tracoeira, Vila São Francisco, Lagoa do Mato, Vila São Miguel e na cidade da Baía da Traição. Os municípios de Marcação e Rio Tinto perfazem as demais povoações como Caieira, Lagoa Grande, Camurupim, Tramataíia, Estiva Velha, Aldeia Monte-Mor e Jacaré de São Domingos, onde habitam 1 979 índios.

Paes e Paes (2012, p. 12) destacam que “No Brasil, só existem três tribos Potiguaras, sendo esta a única localizada no Nordeste. As aldeias encontram-se ao redor do centro urbano da Baía da

Traição e dos municípios vizinhos como: Mataraca, Marcação e Rio Tinto”, somando em 27. Atualmente, a cidade da Baía da Traição, por possui praias belíssimas, é muito frequentada por turistas de todo Brasil (PREFEITURA DA BAÍA DA TRAIÇÃO, 2014).

Imagem 3: Praia – Baía da Traição



Fonte: Paraíba Criativa (2016). Disponível em: <<http://www.paraibacriativa.com.br/artista/baia-da-traicao/>>.

Há alguns restaurantes e pousadas na Baía da Traição, para atender aos turistas, na época do veraneio, quando fica super populosa. O ponto principal de encontro não só dos turistas, mas também da população local é a praça central da Baía da Traição. Também possui um carnaval, que faz parte do calendário turístico da Empresa Paraibana de Turismo, considerado um dos mais conceituados no Estado, de acordo com a Prefeitura da Baía da Traição (2014).

Imagem 4: Praça Central – Baía da Traição



Fonte: Paraíba Criativa (2016). Disponível em: <<http://www.paraibacriativa.com.br/artista/baia-da-traicao/>>.

Segundo o site da Prefeitura da Baía da Traição (2014) pode ser verificado que por parte dos comerciantes locais e dos próprios nativos, existe um grande cuidado em bem receber o turista, constituindo um fator importante para o seu desenvolvimento. Conforme Matheus (2002, p. 57), a cidade para ser considerada hospitaleira, deve ser capaz de receber e integrar seus moradores, sejam eles temporários ou não, desenvolvendo sentimentos de identidade, orgulho e cidadania, garantindo assim o bem-estar social, apoiado na segurança, na integração social, no desenvolvimento do emprego e no acesso diversificado a bens culturais e econômicos.

De acordo com o site da Prefeitura da Baía da Traição (2014) a praia é um atrativo turístico que possui uma característica natural mais visada pelos turistas, mas não é só isso, pois há no município belas lagoas e rios. As lagoas mais conhecidas são a

Lagoa do Mato, a Lagoa Encantada e a Aldeia Perdida, que tem uma lagoa que é isolada e rodeada por uma vegetação admirável. Outro ponto turístico é o Forte, com sua praia e sua famosa vista dos canhões atrai muitos turistas ao lugar, sendo considerado um dos pontos mais belos da cidade, tendo a presença indígena com artesanatos produzidos pelos índios, e com apresentações culturais (a dança é a identidade dos potiguaras). Estas características podem ser encontradas em todas as aldeias da reserva pertencente ao município.

Segundo Paes e Paes (2012, p. 2) “[...] para que o turismo seja um fator favorável para o crescimento de uma localidade, esta necessita estar consciente dos seus pontos positivos e negativos”. Para isso, se faz necessário que, primeiramente, a mesma conheça a sua própria história, cultura, costumes e tradições, se autovalorizando e tornando-se unida perante as decisões tomadas para com o turismo em sua comunidade, tornando-se um cliente interno.

A Baía da Traição detém pontos turísticos que devem ser destacados. Um deles são as ruínas da igreja de São Miguel com cemitério em anexo, onde foram sepultados religiosos nas batalhas entre índios, franceses e portugueses. Esta foi construída no século XVI pelos jesuítas. O forte de São Miguel é outra atração e detém canhões datados de 1625 (PAES; PAES, 2012).

Imagem 5: Ruínas da Igreja de São Miguel – Baía da Traição



Fonte: Paraíba Criativa (2016). Disponível em: <<http://www.paraibacriativa.com.br/artista/baia-da-traicao/>>.

A Prefeitura de Baía da Traição juntamente com o Sebrae vem promovendo ações para alavancar o turismo nessa localidade, visando sensibilizar a população indígena sobre a importância econômica do turismo para a região, propondo uma estabilidade na área turística. “O município da Baía da Traição faz parte do atual Programa de Regionalização do Turismo – Roteiros do Brasil, do Governo Federal, que ocorreu na segunda edição do Salão de Turismo na cidade de São Paulo” (PAES; PAES, 2012, p. 13)

O segmento turístico dessa cidade caracteriza-se como “sol e praia” e o cultural, sendo enquadrados no roteiro nacional. O município da Baía da Traição possui uma grande quantidade de residências de veraneio, pertencentes a pessoas de outras cidades e estados (PAES; PAES, 2012)

3 Procedimentos metodológicos

Nesse capítulo serão apresentados os métodos que foram utilizados para alcançar os objetivos propostos nesse estudo. Buscando atingir o objetivo principal dessa pesquisa, que consiste em analisar a percepção de profissionais da hotelaria sobre a sazonalidade turística existente na Baía da Traição, optou-se pela realização de uma pesquisa descritiva de abordagem quantitativa (MARCONI; LAKATOS, 2008). Para a coleta de dados utilizou-se de um questionário (DENCKER, 1998).

Os questionários foram aplicados com gestores e/ou funcionários de meios de hospedagem, localizados na cidade da Baía da Traição. Para tanto, os meios de hospedagem existentes na cidade da Baía da Traição são o contexto deste estudo e os sujeitos da pesquisa são profissionais que trabalham em meios de hospedagem existentes nessa localidade.

O contexto da pesquisa foi determinado em visitas ao campo realizadas pelas próprias pesquisadoras, nas quais foram identificados 08 meios de hospedagem em funcionamento no período do estudo. Quanto ao número de sujeitos da pesquisa ficou estabelecido mediante o interesse de participação. No total, participaram da pesquisa 8 profissionais da hotelaria local, sendo um de cada meio de hospedagem identificado na Baía da Traição.

Embora, o número de participantes tenha ficado reduzido, porque alguns profissionais se recusaram a responder o instrumento, todos os meios de hospedagem foram representados por um funcionário. Também vale ressaltar que na aplicação dos questionários, alguns respondentes tiveram dificuldades em

compreender alguns questionamentos, sendo necessário uma explicação por parte das pesquisadoras.

Os dados foram coletados com os funcionários dos meios de hospedagem da cidade da Baía da Traição, nos dias 02 e 03 de maio de 2016. A análise e interpretação dos dados da pesquisa se caracterizam como uma análise descritiva e interpretativa, baseando-se nos objetivos previamente estabelecidos e no referencial teórico. Os dados obtidos através dos questionários foram tabulados de forma simples e manual, para posteriormente serem apresentados através de tabelas.

4 Análise dos resultados

A seguir, apresenta-se a análise e interpretação dos dados referentes aos resultados obtidos na aplicação do questionário: o perfil sociodemográfico dos participantes da pesquisa, ou seja, funcionários e/ou gestores dos meios de hospedagem, localizados na Baía da Traição, a taxa de ocupação dos meios de hospedagem nos diferentes períodos do ano; as oportunidades e ameaças da localidade turística para os meios de hospedagem local; e, por fim, as estratégias adotadas pelos gestores dos meios de hospedagem para minimizar os impactos da sazonalidade turística.

Sobre o gênero dos participantes da pesquisa, constatou-se que apenas 1 dos respondentes é do sexo masculino, e todos os demais são do gênero feminino. É comum que haja a predominância do sexo feminino em meios de hospedagem, pois alguns setores como governança e restaurante são constituídos, em boa parte dos meios de hospedagem, por mulheres. Muitas vezes, os cargos de governanta, camareira, recepcionista são ocupados por mulheres,

tendo em vista que primam pelos detalhes e pela qualidade dos serviços prestados (REVISTA HOTÉIS, 2015).

Ao fazer uma análise histórica, observa-se que as mulheres não eram e ainda não são tratadas no mesmo patamar dos homens no mercado de trabalho, mas existem algumas funções que a presença das mulheres são maciças, com o número significativo e com certa predominância no mercado de trabalho (IBGE, 2002). Nos meios de hospedagem, as mulheres colaboram com a excelência das atividades propostas pelo setor no qual está inserido.

Quanto à faixa etária dos respondentes da pesquisa, foi possível observar uma predominância de profissionais com idades entre 36 e 45 anos. Constatou-se que 4 respondentes possuem entre 36 a 45 anos, 2 possuem de 26 anos a 35 anos, e 2 estão acima de 46 anos. Com isso, nota-se que os funcionários que trabalham nessa localidade são pessoas com uma certa experiência de vida, por apresentar uma faixa etária intermediária.

No que se refere ao nível de escolaridade dos participantes dessa pesquisa, constatou-se que 3 respondentes possuem ensino fundamental, 3 possuem nível médio com curso de nível superior em andamento, e 2 já possuem uma graduação. Os níveis de escolaridade refletem diretamente nas atividades exercidas pelo profissional, pois os cargos que estes ocupam e suas funcionalidades são medidas pelo conhecimento e capacidade na realização de atividades propostas pelo estabelecimento.

Tendo em vista que seu nível de escolaridade reflita diretamente nas suas atividades, o profissional pode buscar se capacitar ou até mesmo o estabelecimento incentivar seu funcionário para uma melhor qualificação no mercado de trabalho,

colaborando para um atendimento que vise um atendimento e serviços que primem pela excelência.

Quanto à raça/etnia dos participantes da pesquisa, verificou-se que a maioria dos funcionários (4) que trabalham nos meios de hospedagem da Baía da Traição, se autodeclararam brancos. Por outro lado, 3 se consideram negros (pretos e pardos) e 1 indígena. É bem verdade que cada indivíduo pode ser considerado por qualquer etnia e raça que este achar que é pertencente, não sendo influenciado pela terminologia imposta pela sociedade, devendo apenas ser individualizada por cada sujeito independente do seu estigma social. De acordo com os dados coletados, pode-se observar que apesar da Baía da Traição ser uma reserva indígena, a gestão hoteleira na localidade é realizada predominantemente por pessoas brancas, o que é justificado pela forte miscigenação na região.

Após as questões que buscavam traçar o perfil sociodemográfico dos participantes da pesquisa, buscou-se também identificar a tipologia dos meios de hospedagem da cidade da Baía da Traição. De acordo com a pesquisa realizada, todos os estabelecimentos hoteleiros visitados são do tipo pousada. Por ser uma cidade que ainda busca seu desenvolvimento em relação ao turismo, os tipos de hospedagem existentes têm sua origem do ramo familiar, com pequenas empresas hoteleiras, fornecendo serviços que possuem uma acomodação simplificada, tendo requisitos característicos dessa tipologia hoteleira. O Sistema Brasileiro de Classificação dos Meios de Hospedagem (2010) conceitua Pousada como um meio de hospedagem que possui até três pavimentos, com características arquitetônicas de forma predominante, sendo 30 UH's e 90 leitos, tendo serviços de recepção e alimentação.

Mesmo com essa definição citada anteriormente, muitos meios de hospedagem ainda que se caracterize como pousada não possuem essa quantidade de UH's, e número de leitos, tendo em vista que geralmente por estarem em pequenas cidades não possui a uma demanda turística expressiva que necessite de um meio de hospedagem com essa estrutura, ou seja, mesmo nos períodos de alta estação não atingem um número significativo de visitantes que viabilize um investimento maior por parte dos gestores hoteleiros. Além disso, a referida cidade ainda encontra-se em desenvolvimento no setor turístico e hoteleiro, com maior fluxo nos períodos de alta estação, pois é uma cidade praieira, tendo o número significativo de visitantes na época do verão e nas férias do trabalho e/ou escola. Também não apresenta grandes iniciativas por parte dos órgãos públicos e privados voltadas para o desenvolvimento do turismo na região, impossibilitando que grandes redes hoteleiras implementem seus estabelecimentos nessa localidade. Quando questionados sobre qual o setor os respondentes trabalhavam, tendo como opções os seguintes itens: recepção, governança, A & B, eventos, gerência e outros. Um dos respondentes relatou que trabalha em todos os setores citados no questionário. Outro participante da pesquisa respondeu que trabalha nos setores da recepção, eventos e gerência. Já outro informou que na recepção, governança e A & B. Outro respondeu que trabalha apenas na recepção. Já 4 sujeitos da pesquisa informaram que trabalham na gerência do estabelecimento pesquisado.

Nota-se que os funcionários possuem diversas funções nos meios de hospedagem, trabalhando em setores diferenciados, aprendendo as funcionalidades correspondentes a seus cargos,

embora esse acúmulo de funções seja caso típico de pequenos estabelecimentos, que por terem um número enxuto de funcionários, muitos deles acumulam suas funções, até mesmo o próprio dono do estabelecimento realiza atividades concernentes aos seus funcionários.

Em relação ao tempo em que os participantes da pesquisa atuam nos meios de hospedagem pesquisados, verificou-se que 4 respondentes informaram exercer sua profissão na pousada há menos de 1 ano, 1 atua de 1 e 5 anos, 2 entre mais de 5 e menos de 10 anos e 1 há mais de 10 anos. De acordo com os dados apresentados, os funcionários que trabalham no setor hoteleiro apresentam uma rotatividade que influencia sua temporalidade em seu local de trabalho, onde muitas vezes, as atividades e as condições de trabalho oferecidas não fornecem o que é desejado pelo trabalhador, fazendo que este busque novas oportunidades em outros meios de hospedagem para satisfazer suas necessidades.

Também esse fato pode dá-se pela contratação temporal de alguns funcionários, que são contratados para prestar serviços nos períodos de alta estação, por haver um número alto de demanda, acarretando uma sobrecarga nos funcionários efetivos. Assim, para prestar um serviço de qualidade, os donos dos meios de hospedagem, seguindo a segmentação mercadológica, contratam funcionários para suprir as necessidades da alta temporada nos meios de hospedagem.

No que se refere ao tempo de funcionamento dos meios de hospedagem pesquisados, verificou-se que 5 dos meios de hospedagem possuem mais de 10 anos de existência no mercado, 1 pousada tem menos de 5 anos de funcionamento e 2 têm entre 5 e 10 anos. Observa-se que os meios de hospedagem são consolidados

em relação aos serviços prestados e enquanto empresa hoteleira. Contudo, mesmo que possuam algum tempo no mercado, constatou-se que o estabelecimento não se organiza para ter hóspedes de forma regular, com estudos de mercado que tragam visitantes ao local em que está inserido para obter a excelência nos serviços prestados, com sua marca registrada no mercado, trazendo hóspedes para se acomodarem em seu estabelecimento.

Quando questionados em relação em qual o período do ano o meio de hospedagem possui o maior número de hóspedes (ou seja, maior taxa de ocupação), os participantes da pesquisa apresentaram algumas respostas similares, relatando que o período de maior taxa de ocupação é a época do verão, configurando o turismo da região como o turismo de sol e praia que “constitui-se das atividades turísticas relacionadas à recreação, entretenimento ou descanso em praias, em função da presença conjunta de água, sol e calor” (MINISTÉRIO DO TURISMO, 2008, p. 16). Além disso, foi citado o período do Carnaval e Final de Ano, podendo assim caracterizar como período de alta estação, na Baía da Traição, os meses entre dezembro e março.

Em relação ao período do ano em que o meio de hospedagem recebe o menor número de hóspedes (ou seja, menor taxa de ocupação), os respondentes apresentaram diferentes intervalos de meses, contudo, junho, julho e agosto foram citados por todos participantes da pesquisa. Os períodos de baixa estação devem ser preenchidos pelos meios de hospedagem por programações, promoções, eventos, dentre outros, que chamem a atenção dos hóspedes para visitarem a cidade e se hospedarem nos estabelecimentos. Por isso, a importância dos setores turísticos e hoteleiros trabalharem juntos com o governo local, pois é através

da parceria que todos saem ganhando, com eventos que tragam visitantes/hóspedes e com pacotes e divulgação nas redes sociais e as mídias para captar hóspedes para esse estabelecimento.

Quando questionados em relação a qual fator que eles consideram como maior ameaça ao desenvolvimento do turismo na Baía da Traição, ou seja, o que impede que a atividade turística se desenvolva efetivamente na cidade, um dos respondentes afirmou que são os indígenas que residem na localidade. Vale salientar que essa cidade possui uma predominância de aldeias indígenas que, muitas vezes, ao reivindicarem algum direito bloqueiam os acessos à cidade, não deixando ninguém ultrapassar as fronteiras sem sua permissão. Já outro respondente afirma que é devido à dificuldade de acesso (condições da estrada) e à administração pública que o turismo não se desenvolve nessa cidade. Outros três respondentes também fizeram referência à má administração pública. E, por fim, os demais participantes da pesquisa (três) responderam que é pela falta de infraestrutura da cidade para receber turistas e divulgação.

Uma das problemáticas encontradas para o avanço e desenvolvimento turístico é a falta de investimentos por parte do governo para receber os turistas nas cidades, como também a ineficiência do *marketing*, ou seja, da divulgação dos atrativos turísticos existentes nas localidades, provocando uma taxa de ocupação pequena em relação às demais localidades que vivem do turismo.

Quando questionados sobre qual o fator eles consideravam como oportunidade para o desenvolvimento do turismo na Baía da Traição, ou seja, o que estes consideram como grande potencial efetivamente na cidade, todos responderam que são a Reserva In-

dígena e as belezas naturais (praias e rios) os principais atrativos da localidade.

Nas questões referentes à sazonalidade turística na Baía da Traição e às estratégias adotadas pelos Meios de Hospedagem para minimizar os efeitos da sazonalidade, foi utilizada uma escala de 1 a 5 para que os respondentes informassem seu nível de concordância. Quanto mais próximo a zero, maior a discordância sobre a assertiva, e quanto mais próximo a cinco, maior concordância.

Ao serem questionados se a disponibilidade de tempo livre dos turistas trata-se de um fator determinante da demanda turística, grande parte dos respondentes (4) apresentou moderada concordância. Ou seja, para esses respondentes o aumento e a diminuição da demanda turística na Baía da Traição está associada à disponibilidade de tempo livre dos turistas, ou seja, em períodos de férias, feriados há um aumento significativo de turistas na cidade. Dois participantes apresentaram baixa concordância, e os outros 2 respondentes concordaram fortemente com a assertiva.

No que se refere à concordância dos participantes da pesquisa quanto às variações climáticas como fator determinante da demanda turística, ou seja, se o aumento e a diminuição da demanda turística na Baía da Traição estão associadas a fatores associados às variações climáticas, como por exemplo se em períodos chuvosos há uma diminuição ou aumento significativo de turistas na cidade, 2 participantes apresentaram baixa concordância, e os demais 6 respondentes concordaram fortemente com a assertiva. Devido ao tipo de turismo apresentado nessa localidade, as variações climáticas tendem a interferir na demanda turística local, pois essa cidade é praieira, tendo um número

maior de visitantes e turistas no período de veraneio. Além disso, os sujeitos da pesquisa concordaram que a alta estação turística na cidade acontece no período de Carnaval. Após esse feriado, há uma grande redução no número de turistas na cidade e nas pousadas.

No que se refere à relação entre a atual crise econômica e a redução do número de turistas na cidade, verificou-se que 2 respondentes apresentaram baixa concordância com a assertiva, 4 participantes apresentaram nível de concordância moderada, e 2 dos respondentes concordaram fortemente com o exposto. Vale salientar que apesar de parte dos respondentes não visualizar essa relação entre as variáveis, a economia pode influenciar o setor turístico, acarretando em uma redução significativa no número de turistas na cidade e no hotel.

No que se refere à disponibilidade de um calendário de atividades culturais na cidade de Baía da Traição-PB, 7 dos participantes da pesquisa informaram que a cidade não dispõe dessa programação e 1 revelou não saber informar. É importante um calendário cultural que viabilize as programações da cidade para captar turistas no decorrer do ano.

Quanto à variação entre alta e baixa estação na cidade da Baía da Traição, na percepção de grande parte dos respondentes a presença de períodos sazonais é muito forte. Apenas um participante da pesquisa apresentou posicionamento diferente: discordou totalmente.

Quando questionados se os meios de hospedagem em estudo já ficaram totalmente vazios, sem nenhum hóspede, 6 dos respondentes informaram que nunca vivenciaram essa situação e 2 revelaram que sim. Vale ressaltar que isto pode estar associado

à sazonalidade turística como a outros fatores externos, cabendo ao governo e demais atores do turismo buscar alternativas que venham a colaborar com o turismo local, alavancando de modo significativo o número de turistas nessa cidade.

No que se refere à taxa de ocupação máxima dos meios de hospedagem localizados na Baía da Traição, os 8 participantes informaram que já aconteceu do meio de hospedagem ocupar todas as suas UHs – Unidade Habitacionais¹ e leitos oferecidos pelo meio de hospedagem.

Em relação às estratégias adotadas pelo meio de hospedagem para minimizar os efeitos da sazonalidade, os respondentes foram questionados se os eventos são realizados como forma de atrair turistas. Constatou-se na pesquisa, que, conforme 7 respondentes, os meios de hospedagem realizam eventos para atrair turistas para a cidade e para a empresa hoteleira nos períodos de baixa temporada, apenas 1 discordou dessa assertiva. Vários estudos - dentre esses Brandão, Cavalcante e Diniz (2013) - destacam a relevância dos eventos para a suavização dos efeitos da sazonalidade turística, sendo esses considerados uma boa estratégia para atrair turistas para uma localidade.

Sobre as promoções de diárias nos meios de hospedagem, nos períodos de baixa estação, grande parte dos respondentes informaram que os meios de hospedagem realizam essas promoções para atrair turistas para a cidade e para a empresa hoteleira nos períodos de baixa temporada. Apenas 1 dos respondentes discordou da assertiva. A realização de promoções e pacotes para

¹ De acordo com o Regulamento Geral dos Meios De Hospedagem, Unidade Habitacional-UH é o espaço, atingível a partir das áreas principais de circulação comuns do estabelecimento, destinado à utilização pelo hóspede, para seu bem-estar, higiene e repouso (Disponível em: <https://docente.ifrn.edu.br/anavelasque/regulamento-geral-dos-meios-de-hospedagem>. Acesso em: 23 set. 2016).

atrair turistas é um elemento importante para minimizar os efeitos da sazonalidade provocados pela falta de turistas e hóspedes nos estabelecimentos hoteleiros.

Quanto à atuação em outros segmentos nos períodos de baixa estação, 6 dos respondentes revelaram que nos períodos que não há demanda turística, os meios de hospedagem partem para outro tipo de segmento, ou seja, buscam outras alternativas, como a realização de eventos. É importante que os meios de hospedagem busquem outro tipo de segmento, para minimizar os efeitos da baixa estação.

No que se refere à prática de *day-use* (cobra-se um valor pelo uso das áreas comuns restaurante, piscina, sala de jogos..., sem o direito de pernoite) nos meios de hospedagem da Baía da Traição, 6 dos respondentes informaram que há essa prática nas pousadas, nos períodos de baixa estação. Esse tipo de serviço nos meios de hospedagem exprime uma forma de divulgação dos serviços prestados pelo estabelecimento, sendo apenas restrito se acomodar nos quartos. Vale salientar que os participantes tinham conhecimento do termo em questão, o *Day-use*, e não foi necessário o uso de um sinônimo ou maiores esclarecimentos sobre o termo.

Nos períodos de baixa estação, é comum a demissão de funcionários em empresas turísticas e hoteleiras, devido à inviabilidade de manter o quadro funcional. Quando questionados sobre esse aspecto, 6 informaram que a demissão de funcionários com a baixa demanda turística é inevitável. Devido aos períodos de baixa estação, os funcionários não têm a oportunidade de continuar no estabelecimento hoteleiro.

Quanto à contratação de funcionários nos meios de hospedagem, localizados na Baía da Traição, em períodos de

alta estação, foi constatado que há essa prática em 6 meios de hospedagem estudados. De acordo com grande parte dos respondentes, nos períodos de alta estação é comum a contratação de funcionários para poder atender com qualidade o grande número de hóspedes que estão acomodados nos meios de hospedagem existentes na cidade da Baía da Traição.

5 Considerações finais

O turismo em pequenas cidades pode impulsionar a economia e o desenvolvimento da região. Contudo, para que isso se faz necessário que os atrativos turísticos sejam bem conservados, planejados, incluídos e divulgados nos roteiros turístico, assim como, deve existir a união das partes interessadas com a atividade como os gestores públicos, gestores de meios de hospedagem e restaurantes, empresas de transporte, dentre outros.

O presente trabalho teve como objetivo central analisar a percepção de profissionais da hotelaria sobre a sazonalidade turística existente na Baía da Traição. De acordo com a pesquisa, os meios de hospedagem na cidade da Baía da Traição são do tipo Pousada, sendo em sua maioria, estabelecimentos de administração familiar, cujo público-alvo consiste em turistas de “sol e praia”. Foi possível verificar que fatores como disponibilidade de tempo livre e variações climáticas exercem influência na demanda turística nessa cidade praieira.

Ficou notório ainda que o destino turístico Baía da Traição, apesar de seu potencial, sofre os efeitos maléficos da sazonalidade, devido à falta de um planejamento adequado, bem como, à inexistência de um cronograma de eventos e roteiros turísticos de modo a atrair turistas nos período de baixa estação. Além disso,

para superar os efeitos negativos da sazonalidade do turismo local é necessário que haja uma constante preocupação com a melhoria na qualidade dos serviços oferecidos. Portanto, o sistema turístico deve ser bem planejado para atrair hóspedes e turistas ao local, contribuindo para o desenvolvimento da atividade, maximizando o efeito multiplicador do turismo e propiciando uma melhoria de vida aos locais.

Nesse trabalho, buscou-se proporcionar uma série de reflexões nos diversos atores do turismo da região, pois estes devem buscar novos direcionamentos para captação e acolhimento de turistas, e alternativas que minimizem o efeito da sazonalidade no destino turístico em estudo. A parceria deve ser firmada entre a comunidade, os comerciantes, os empresários e gestores dos meios de hospedagem, proprietários e gestores de restaurantes, artesãos, dentre outros, juntamente com a gestão pública, contribuindo para a melhoria da atividade turística na localidade.

Por fim, destaca-se que este trabalho pode fomentar novos caminhos para futuras pesquisas relacionadas ao tema explorado, de forma que venha a contribuir com o desenvolvimento da atividade turística na cidade da Baía da Traição, bem como em outras cidades litorâneas com características semelhantes, contribuindo para minimização dos impactos sofridos pela sazonalidade que afeta direta e indiretamente o turismo das pequenas cidades.

Referências

ALCÂNTARA, Clênio Sierra de. **Desencanto e destruição em Baía da Traição**. Publicado em: 07 de julho de 2012. Disponível em:

<<http://acidadeeahistoria.blogspot.com.br/2012/07/desencanto-e-destruicao-em-baia-a.html>>. Acesso em: 24 de Mar. 2016

ANSARAH, Marília Gomes dos Reis (org.). **Turismo: como aprender, como ensinar**. 3. ed. São Paulo: Editora Senac São Paulo, 2004.

AQUINO, Cássio Adriano Braz; MARTINS, José Clerton de Oliveira. Ócio, lazer e tempo livre na sociedade do consumo e do trabalho. **Revista Mal-estar e Subjetividade**. Fortaleza, v. VII, nº 2, p. 479-500 – set/2007.

BARRETTO, Margarita. **Manual de iniciação ao estudo do turismo**. 13. ed. ver. e atual. Campinas: Papirus, 2003. (Coleção Turismo)

BENI, Mario Carlos. **Análise Estrutural do turismo**. 12. ed. São Paulo: Senac, 2007.

BRANDÃO, J. M. F.; CAVALCANTE, E. D. C., DINIZ, R. Q. “Carta na Manga”: eventos como uma alternativa estratégica. **Revista Turismo & Desenvolvimento – RTD**. 2013, v.12, n. 1 e 2.

COBRA, Marcos. **Marketing de serviços: turismo, lazer e negócios**. Edição compacta. São Paulo: Cobra, 2005.

COUTINHO, Hevellyn Pérola Menezes; COUTINHO, Helen Rita Menezes. Turismo de eventos como alternativa para o problema da sazonalidade turística. **Revista Eletrônica Aboré - Publicação da Escola Superior de Artes e Turismo** Edição 03/2007. ISSN 1980-6930.

DENCKER, Ada de Freitas Maneti (coord.). **Planejamento e gestão em turismo e hospitalidade**. São Paulo: Pioneira Thomson Learning, 2004.

DENCKER, Ada de Freitas Maneti. **Métodos e técnicas de pesquisa em turismo**. São Paulo: Futura, 1998.

DENCKER, Ada de Freitas Maneti. **Planejamento e gestão da hospitalidade no turismo receptivo**. In: PELIZZER, Hilário Ângelo. São Paulo: Pioneira Thomson Learning, 2004.

HALL, Colin Michael. **Planejamento turístico**: políticas, processos e relacionamentos. Tradução de Edite Sciulli. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2004. (Coleção Turismo Contexto).

IBGE, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Baía da Traição**. Publicado em: 2007. Disponível em:

<<http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/dtbs/paraiba/baiadatraicao.pdf>>. Acesso em: 24 de mar. 2016.

IGNARRA, Luiz Renato. **Fundamentos do turismo**.3.ed. revista e ampliada. Senac: Cengage Learning, 2013.

JORNAL DA PARAÍBA. **A beleza da Baía da Traição**. Publicado em: 2014. Disponível em: <<http://www.gourmetidos.com.br/aventuras/a-beleza-da-baia-da-traicao/>>. Acesso em: 24 de mar. 2016.

LOHMANN, G.; PANOSSO NETO, A. **Teoria do turismo. Conceitos, Modelos e Sistemas**. São Paulo: ALEPH, 2008.

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Metodologia científica**. 5. ed. 4. reimpr. São Paulo: Atlas, 2010.

MATHEUS, Zilda Maria. **A idéia de uma cidade hospitaleira**. São Paulo: Manole, 2002.

MELO NETO. F. P. de. **Marketing de eventos**. 3.ed. Rio de Janeiro: Sprint,2001.

MINISTÉRIO DO TURISMO. **1- Cartilha de Orientação Básica**: Sistema Brasileiro de Classificação de Meios de Hospedagem. 1. ed. Brasília, 2010.

MINISTÉRIO DO TURISMO. **Turismo de sol e praia**: orientações básicas. Brasília: Ministério do Turismo, 2008.

MOTA, Keila Cristina Nicolau. **Marketing Turístico**: promovendo uma atividade sazonal. São Paulo: Atlas, 2001.

NOGUEIRA, Mário G. O papel do turismo no desenvolvimento econômico e social do Brasil. **Rev. Adm. publ.**, Rio de Janeiro, 21 (2)37-54, abr./jun. 1987.

OLIVEIRA, Antônio Pereira. **Turismo e desenvolvimento: planejamento e organização**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2005.

PAES, Taís Alexandre Antunes; PAES, Neir Antunes. A atividade turística na Baía da Traição e sua relação com o endomarketing. **Turismostrum**. Vol.1, No 1 (2012).

PETROCCHI, Mario. **Hotelaria: planejamento e gestão**. 3. ed. São Paulo: Futura, 2002.

PLANO DISTRITAL DE SAÚDE INDÍGENA PERÍODO 2005-2007. Ministério da Saúde/FUNASA, 2005.

PREFEITURA DE BAÍA DA TRAIÇÃO. **História**. Publicado em: 08 de dezembro de 2014. Disponível em:

<<http://www.baiadatraicao.pb.gov.br/index.php/acity/historia>>. Acesso em: 24 de Mar. 2016.

REVISTA HOTÉIS. **Governança, o coração do hotel**. Disponível em: <http://www.revistahoteis.com.br/governancao-coracao-do-hotel/>. Acesso em: 24 de Mar. 2016

Revista Turismo. Jun./2006.

SAMPAIO, Vanessa. **Sete em cada dez brasileiros escolhem o Brasil para viajar**. Publicado em: 13/07/2015. Disponível em: <http://www.dadosefatos.turismo.gov.br/dadosefatos/geral_interna/noticias/detalhe/20150713.html>. Acesso em: 02 de Mai. 2016.

Sazonal. São Paulo: Atlas, 2001.

SCÓTOLO, Denise; PANOSSO NETTO, Alexandre. Contribuições do turismo para o desenvolvimento local. **CULTUR**, ano 09, nº 01, fev./2015.

VAZ, Gil Nuno. **Marketing turístico**: receptivo e emissor. São Paulo: Pioneira, 1999.

YOUELL, Ray. **Turismo**: uma introdução. Tradução de Beth Honorato. São Paulo: Contexto, 2002. (Turismo Contexto)

DESIGN, INOVAÇÃO SOCIAL E DESENVOLVIMENTO LOCAL INTEGRADOS EM PROL DO ARTESANATO SUSTENTÁVEL DO MUNICÍPIO DE RIO TINTO/PB

João Inácio dos Santos Neto
Marivaldo Wagner Sousa Silva

1 Introdução

A produção de artefatos é atividade inerente à formação da humanidade adotada na apropriação de materiais naturais e no desenvolvimento de técnicas de uso desses materiais, para formar, assim, suas tecnologias e seus inúmeros sistemas produtivos como parte do processo de adaptação e melhoria da vida em um espaço local (MURA, 2011; LEROI-GOURHAN, 1984). Segundo Maus (1993), o conjunto das técnicas de uma sociedade é distribuído a partir das indústrias e de ofícios, respeitadas suas proporções. Essa produção determina as atividades econômicas de uma sociedade e também sua cultura.

Ora, [...], pois o homem físico evolui a nível do seu esqueleto de acordo com a evolução das técnicas materiais, exceptuando o facto que a invenção do fonógrafo não teria talvez podido sair do crânio espesso do Homem de Pequim (LEROI-GOURHAN, 1984, p. 154).

A 1 Revolução Industrial (Séc. XVIII) trouxe mudanças irreversíveis nos aspectos econômicos, ambientais e sociais. A partir da produção e do consumo, desarticulou, entre outras

ações, a produção de artefatos derivada da reflexão intelectual do produtor, a partir do empirismo de sua cultura e seu ambiente (FORTY, 2007). A dissociação do agente produtor e do agente intelectual fez dos *designers* orientadores, em meio a essa forma de “ignorância dos trabalhadores”, manifestada a partir dos processos fabris modernos. As transformações tecnológicas do século XXI, ligadas às tecnologias da informação, veem também o surgimento de propostas alternativas de produção envolvidas com as propostas do desenvolvimento sustentável. O *designer*, nesse processo de transformação social, torna-se um importante agente, a partir de suas especialidades técnicas e intelectuais. Outro aspecto, são os novos envolvimento de *designers* com o discurso artístico de seus produtos, ao participarem em exposições e galerias de artes. Reafirmam, assim, o seu caráter artístico e que as tentativas de segregação das artes e do artesanato foram inoportunas para o progresso produtivo da humanidade (FORTY, 2007).

O processo de globalização trouxe novas configurações à sociedade e estabeleceu forte caracterização de um ambiente mutante e complexo, onde as diversidades de tensões criam contradições e imprevisibilidades sistêmicas capazes de impor “continuas adaptações e reorganização do sistema em nível da produção, das vendas e do consumo” (MORAES *et al.*, 2008).

1.1 Inovação Social e Desenvolvimento Local Sustentável

O atual modelo de mercado evidencia problemas sociais e ambientais. No aspecto social, o êxodo para os grandes centros, provoca o inchaço do espaço urbano e torna precários os serviços públicos, além de desarticular o desenvolvimento de grupos ou

comunidades locais voltadas ao atendimento amplo das suas necessidades. No aspecto ambiental, sobressaem a destruição de grandes espaços de biodiversidade natural; a crise dos recursos naturais em prol da industrialização; a poluição dos recursos hídricos; e grandes latifúndios não renováveis. Por outro lado, o mercado globalizado apresenta aspectos em que “lógicas produtivas e sistemas linguísticos opostos convivem sem maiores contradições”, em um cenário social complexo, dinâmico e de difícil compreensão (MORAES *et al.*, 2008).

A plenitude do desenvolvimento local se estabelece com a criação ou formação de gestores nativos; e a organização formal (documental) em grupos de trabalho, associações comunitárias, entre outras formas. Surge, então, a necessidade de entender o que é uma organização democrática (e com isso o planejamento cooperativo e participativo); de criar programas de capacitação; de promover iniciativas sociais locais que estimulem “ações com a demanda pública da localidade” e o fortalecimento da sociedade civil (FRANCO, 2001).

A Inovação Social e o Desenvolvimento Local, ligados ao *design* apresentam-se como uma perspectiva diferente de transformação local, por exigir conhecimento técnico científico. E na busca de uma relação mais direta com a sociedade, não é mais o detentor de um conhecimento sobre projeto exclusivo e industrial, mas facilitador de ideias coletivas em prol da sociedade, entendendo seu papel como agente de transformação e desenvolvimento socioambiental (MANZINI, 2008; FRANCO, 2001). O interesse deste artigo, portanto, é apresentar uma contribuição prática relacionada com as ideias de incentivo ao desenvolvimento local, ligado à inovação social, a partir do emprego das ferramentas do

design, hoje mais discutidas e refletidas como importante fator nas transformações econômicas de uma comunidade, ou família, valorizando suas características, sua cultura e o meio ambiente.

Ainda que a transição seja longa, pelas razões antes mencionadas, ela já teve início. Portanto, de agora em diante, será uma questão de direcionamento, ou seja, manejá-la enquanto se procura minimizar os riscos e incrementar oportunidades (MANZINI, 2008, p. 26)

1.2 Artesanato + Design, Ferramentas de Apoio ao Desenvolvimento Socioambiental

Sem dúvida, a habilidade, destreza criativa e inovadora do artesão caracterizam um indivíduo em especial, que não apresenta somente simples habilidades manuais, mas o interesse em beleza, formas, usos e funções. Ainda estabelecem uma relação fronteira com as atividades manuais secundárias, fruto do tempo ocioso, e uma relação mais distante com atividades de extração e preparação de matéria prima como, por exemplo, um minério sem beneficiamento (BARROSO, 2007).

O declínio da produção artesanal em favor da industrialização colocou o artesanato como atividade econômica e de inclusão social secundária, que tem na informalidade seu principal espaço. A produção continua sendo feita por pequenas unidades produtivas, que focam em produtos exclusivos, singulares e bem-acabados, destinados a uma faixa de público mais exigente e diretamente interessada em produtos personalizados (SECRETARIA DA ECONOMIA CRIATIVA/MINC, 2012).

Assim, o setor artesanal também tem grande importância econômica, em um país que possui milhões de artesãos. Além disso, a produção artesanal é fonte de ocupação de uma população de baixa escolaridade e qualificação para

o mercado, evita o êxodo rural como alternativa para fixar o artesão à sua região de origem e tem um papel muito importante em regiões turísticas, com a oferta de produtos que representam e valorizam a cultura local (AZEVEDO, 2012, p. 3).

No Brasil, a prática é muito reforçada pelas tradições indígena, africana e portuguesa e considerada, no panorama mundial, um tipo de artesanato rico em diversidade produtiva e criativa, fruto de um país de proporções continentais. O Programa Nacional do Artesanato Brasileiro (PAB), criado em 1990, registra 65 mil artesãos cadastrados e tem por objetivo “fortalecer a competitividade do produto artesanal para a geração de trabalho, renda e promover seu acesso ao mercado externo” (MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO, INDÚSTRIA e COMÉRCIO EXTERIOR, 2012, p.18). Outra importante organização que apresenta diversas ações direcionadas aos artesãos é o Serviço Brasileiro de Apoio às Micros e Pequenas Empresas (Sebrae), organização criada em 1972 como entidade pública, mas que se torna autônoma em 1992. Sua missão consiste em promover ações de apoio às micros e pequenas empresas de maneira sustentável e competitiva, com o objetivo, além de executar as diretrizes do Programa de Artesanato Brasileiro (PAB), de incentivar projetos inovadores.

2 Contextualização

2.1 Rio Tinto e seus Distritos

O Município de Rio Tinto marca sua identidade urbana simbolizada por forte característica arquitetônica europeia e é uma das primeiras cidades planejadas do Brasil. Construída como cidade operária, sua função foi atender à também construída

Fábrica de Tecidos Rio Tinto, fundada no ano de 1917, pela família Lundgren.

O Grupo Lundgren adquiriu, na época, 600 km² de terras, o necessário para isolar seus operários do mundo exterior, e nele criar condições suficientes para a alienação desse povo. A compra dessas terras garantiu o monopólio territorial, impedindo sua aquisição por terceiros após sua valorização, decorrente da construção da cidade e da fábrica de Rio Tinto (PANET, 2002, p.38).

Após o fechamento de parte da tecelagem, em 1963, no ano de 1983, a fábrica encerrou suas principais atividades, trazendo novas configurações ao município. Se antes havia total interesse da população em desenvolver atividades ligadas à fábrica local, o comportamento modificou-se, com o êxodo dos jovens para as grandes metrópoles e o povoamento da localidade por aposentados. Com isso, a sociedade rio-tintense entrou em uma de suas fases mais difíceis. Estagnado e sem desenvolvimento, o município foi forçado a sobreviver com um mercado sem prospecção de mudanças. Em 1992, a fábrica de Rio Tinto encerrou totalmente as suas atividades. Com 23.431 habitantes (IBGE, 2000), Rio Tinto têm suas atividades econômicas distribuídas entre comércio, agroindústria e pequenas indústrias locais (PANET, 2008). O município é dividido em três distritos: a) Barra do Mamanguape; b) Salema; e C) Aldeia Monte-Mór, dispostos em 11 espaços de aglomeração.

2.2 Barra do Mamanguape

O distrito de Barra do Mamanguape é zona agrária e pesqueira localizada no litoral de Rio Tinto cerca de 30 km do centro da cidade - e instituído como distrito de Rio Tinto pela Lei estadual 3117, de 10 de dezembro de 1963. Seu território

está inserido também como parte de uma Área de Preservação Ambiental (APA) no litoral norte da Paraíba, constituindo-se, assim, como seu maior valor e atrativo, a grande diversidade ecológica encontrada na região (GARCIA, 2012).

O local tem como importante objetivo abrigar um importante trabalho de preservação e conservação do hábitat do peixe-boi marinho, atividade supervisionada pelo Instituto Chico Mendes de Biodiversidade (ICMBio/MMA). A APA da Barra do Mamanguape também tem como finalidade a defesa de uma variedade de espécies que habitam a região, composto por sua fauna, flora e recursos hídricos. Também compete à organização da APA garantir a melhoria da qualidade de vida das comunidades residentes na área; promover a educação ambiental; e impulsionar o turismo ecológico a partir da visão do desenvolvimento sustentável. A maior parte dos moradores vive da cultura ribeirinha, principalmente a pesca artesanal e coleta de mariscos, fontes de renda na área litorânea; em alguns pontos, desenvolvem atividades agrárias, comércio em geral – restaurante, padaria, mercadinhos, artesanato, etc. e alguns se envolvem com a prática de condução local de visitantes e turistas até as áreas do projeto peixe-boi e diversas trilhas ecológicas (GARCIA, 2012).

2.3 Salema

Em 1951, é registrada, pela Companhia de Tecidos Rio Tinto, a área de Salema como nova extensão territorial da cidade. Pela Lei estadual 3.200, de 22 de setembro de 1964, é estabelecido o distrito de Salema e anexado ao município como parte da zona rural de Rio Tinto. Entre suas atividades, estão considerável área de monocultura de cana-de-açúcar; e o cultivo de agricultura popular em pequenas propriedades familiares produtores de

inhame, batata-doce, macaxeira, milho e feijão (MARIANO, 2009). Essa área também foi alvo de ações de posseiros e desapropriações feitas pelo *Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária* (Incra) (CARVALHO, 2009, apud DANTAS, 2009).

Outra característica do distrito de Salema é seu solo rico em massapé, motivo da instalação de uma indústria ceramista. Fundada em 1981, a Indústria Cerâmica Salema tem como principal atividade a produção de blocos de cerâmica vermelha para a construção civil e a busca por terrenos para construção de imóveis, tendo em vista o crescimento da cidade (MARIANO, 2009).

2.4 Aldeia Monte-Mor

A aldeia Monte-Mor (antiga Vila Regina) está situada na parte alta da cidade de Rio Tinto e constitui parte da extensa área indígena Potiguar, na Paraíba, que, segundo MARIANO (2009) se “estende também para os municípios de Marcação e Baía da Traição com populações indígenas vivendo tanto em áreas urbanas quanto em áreas rurais como as aldeias de Jacaré de São Domingos, Tramataia, São Francisco, Jaraguá, entre outras”. Segundo a Fundação Nacional do Índio (Funai, 2015), a aldeia Monte-Mor hoje passa pelo processo de demarcação de seu território, com autorização “para serem demarcadas fisicamente, com a materialização dos marcos e georreferenciamento”. Essa demarcação apresenta uma série de relações complexas, pois, além de abranger extensa parte de terreno privado, inclui também o perímetro urbano. Com isso, se promove uma série de ações entre os potiguaras e o Estado, com a representação do Ministério

Público federal, a família Lundgren e os latifundiários canavieiros, em busca dessa demarcação (DA SILVA, 2013).

Como atividades produtivas, mantém a carcinicultura, agricultura de subsistência, agricultura comercial, pesca, coleta de crustáceos, moluscos, pequenos comércios e prestadores de serviço. Dentro das atividades agrícolas, destaca-se o cultivo de feijão de corda, inhame, milho, macaxeira, banana, acerola, coco e abacaxi, com técnicas rudimentares de plantação. Ainda como fonte de renda, está o artesanato, que tem forte apelo das tradições e sua comercialização é feita por pequenos comerciantes das aldeias; comerciantes de Mamanguape; e outros municípios. O comércio local divide-se em produtos agrícolas da região, artesanato e pesca, além de “venda de alimentos/serviços em restaurantes simples que os índios administram às margens do rio” (PIRES, 2014, p.12).

3 Metodologia

Avaliando esses desafios e as reais necessidades desse projeto, foi utilizado como referência principal o processo metodológico da Pesquisa-Ação. Segundo Angel (2000), a metodologia parte do ponto de vista de que todos os envolvidos devem aprender com o processo; de que o pesquisador intervém com mais abrangência do que somente entendendo o tema como objeto de trabalho direcionado e inflexível, e propondo elucidções do ponto de vista social; deve ser flexível, tendo em vista possíveis necessidades de se adaptar aos novos desafios que poderão ser propostos; entender suas ações como atividade que deve trazer benefícios reais a todos os envolvidos e com isso ter uma real avaliação dos resultados.

A pesquisa-ação é um tipo de pesquisa participante engajada, em oposição à pesquisa tradicional, que é considerada como “independente”, “não reativa” e “objetiva”. Como o próprio nome diz a pesquisa-ação procura unir a pesquisa à ação ou prática, isto é, desenvolver o conhecimento e a compreensão como parte da prática. É, portanto, uma maneira de se fazer pesquisa em situações em que também se é uma pessoa da prática e deseja melhorar a compreensão desta (ANGEL, 2000, p.182).

A pesquisa foi desenvolvida em três fases interligadas. A primeira fase envolveu levantamento bibliográfico e uma visita preliminar *in loco* para a contextualização e busca de possíveis pontos potenciais. Em um segundo momento, foi feita a pesquisa-ação, a partir de interações com os grupos locais e levantamento do número de artesãos. Na terceira e última fase, ocorreu a apresentação dos resultados finais obtidos; o levantamento dos desafios locais e gerais do município com relação aos seus artesãos; e o potencial dos seus recursos locais.

4 Pesquisa Preliminar

4.1 Rio Tinto

No centro de Rio Tinto, após o mapeamento de possíveis lojas com artesanato, após uma série de tentativas de obter informações de artesãos, foi nos aconselhado procurá-los no Mercado Central da cidade, no sábado, dia de maior fluxo de compradores.

Apesar de haver lojas com comércio de produtos artesanais, notou-se que o foco dessas lojas são peças artesanais e semi artesanais de produtores não locais. No principal dia de fluxo da feira, comprovou-se pouca comercialização de um artesanato com

valores que autentiquem as características culturais da cidade, promovam inovação e o desenvolvimento local.

Nos dias de visita à feira, foram encontrados alguns artesãos que produziam peças com materiais reciclados. Obtivemos informações de que a comercialização existe com mais evidência na casa dos artesãos e nas vendas feitas para parentes e colegas, caracterizando uma atividade secundária, em diversos casos. Essa produção “tímida” dificultou bastante a descoberta de pontos potenciais no centro da cidade.

Figura 1 - Local o Mercado Central de Rio Tinto para venda de roupas e panos de pratos customizados



Fonte: Acervo pessoal.

Em entrevista, a secretária de Cultura da Cidade de Rio Tinto, Maria Rita, informou que a prefeitura desenvolvia, antes, pautas conjuntas – era a Secretaria de Esporte, Turismo, Meio Ambiente, Eventos e Cultura -. Hoje desmembradas, as ações e demandas dos artesãos locais compõem a pauta da Secretaria de Cultura.

Com isso, foram confirmadas algumas informações sobre os artesãos da cidade, suas produções e realizado o registro de seis artífices que comercializam peças no centro do município.

Quadro 1 - Levantamento do número de atividades desenvolvidas pelas artesãs do centro da cidade

Atividade Produtiva	Quantidade	Atividade Produtiva	Quantidade
Material reciclável	1	Customizações e arranjos	2
Crochê	1	Bijuterias	2
Ponto cruz	1	Pintura	1
Argila	1	Total de Artesãos	6

Fonte: Acervo pessoal. Obs.: O número total não corresponde à quantidade de artesãos do distrito, pois alguns possuem habilidade em mais de uma técnica.

4.2 Barra do Mamanguape

As atividades da pesquisa relacionada aos artesãos da Barra do Mamanguape foram realizadas em um grupo de trabalho multidisciplinar e voluntário de práticas ecoturísticas na região, promovido pelo ICMBio/Barra de Mamanguape. Com isso, as informações coletadas foram também utilizadas como atividades promovidas por esse voluntariado.

A fim de reconhecer os limites e locais citados nos trabalhos acadêmicos e *sites* pesquisados, foram realizadas visitas às áreas de conservação. Através das trilhas estabelecidas, foi notada a diversidade de elementos visuais e a riqueza natural do local. As visitas à base do ICMBio permitiram observar o fluxo de turistas e iniciar um contato com os moradores locais, em busca de estabelecer vínculos e entender a dinâmica dos turistas e um pouco a dos moradores em relação a esse fluxo. Ficou evidente que todos os entrevistados acreditam que o principal atrativo do local é o peixe-boi, mesmo alguns tendo claras as demais belezas do local.

Foi observado que as principais ações que envolvem o turista na região partem inicialmente dessa base, que promove um passeio de barco até o local onde estão os peixes-boi em seu hábitat.

Atualmente, no Estuário da Barra do Rio Mamanguape, ocorre a reintegração desses animais à natureza - e em Itamaracá/PE funciona um centro de recuperação -, fazendo com que a Barra do Mamanguape entre no roteiro de pesquisadores do Brasil e do mundo (CRUZ, 2012).

A Fundação Mamíferos Aquáticos, ICMBio\Barra do Mamanguape e o Telecentro Comunitário Pescadores *On-line* proporcionam atividades pontuais que auxiliam os artesãos e incentivam o desenvolvimento local. Exemplos são as oficinas de confecção de pelúcias do peixe-boi; trabalhos com renda de fuxico; artesanato em mosaico, com conchas de marisco; entre outros que fazem parte dos produtos produzidos pela comunidade, além de oficinas de educação ambiental. A Fundação dos Mamíferos Marinhos auxilia a Eco-Oficina do Peixe Boi na distribuição e venda dos produtos produzidos, em especial no Projeto do Peixe-Boi Marinho em Itamaracá (PE).

O Telecentro Comunitário Pescadores *On-line*, dentro do espaço de Letramento Digital, desenvolve, além de suas atividades de inclusão digital, ações relacionadas ao artesanato. O Grupo Produtivo Arte Fuxico auxilia os artesãos locais no desenvolvimento de novos produtos relacionados ao fuxico e feltro. O ICMBio, atualmente, desenvolve parceria com a Associação de Artesãos e Guias de Ecoturismo da Região da APA da Barra do Rio Mamanguape (Ageapa).

Em relação aos fluxos de moradores e visitantes, há dificuldades quanto ao acesso à Barra, feito através de uma estrada de barro, sem sinalização adequada, e é um ponto que dificulta também o turismo na região, visto que prejudica o tempo de estadia dos turistas, que relatam preocupação em ter problemas com seus veículos no percurso em horas inapropriadas. Além dessa dificuldade com relação à estrada, há carência de transporte público no local, que trafega em horários específicos e atendendo em especial à população local (GARCIA, 2012).

A Ageapa, associação ativa que desenvolve trabalhos com alguns moradores locais relacionados ao turismo, tem por função reunir os responsáveis pelas práticas com potencial para o Ecoturismo e promover ações que beneficiem todos os associados e suas atividades, proporcionando seu desenvolvimento sustentável. A Ageapa tornou-se nossa base de atuação dentro da comunidade com o fim de estabelecer uma continuidade das atividades propostas, após o fim das atividades do voluntariado e desta pesquisa.

Quadro 2 - Levantamento do número de atividades desenvolvidas pelos artesãos da Barra do Mamanguape

Atividade Produtiva	Quantidade Realizada no Distrito	Atividade Produtiva	Quantidade Realizada no Distrito
Cipó	2	Concha	2
Peixe-Boi de Pelúcia	3	Reciclados	1
Bordado em Pano de Prato	1	Pintura em Cerâmica	1
Fuxico (Retalhos)	1	Junco	2
Coco	2	Folha de Bananeira	2
Bambu	2	Total de Artesãos	19

Fonte: Arquivo pessoal. Obs.: O número total não corresponde à quantidade de artesão do distrito, pois alguns possuem habilidade em mais de uma técnica.

Com vistas a promover a inovação social nestas comunidades foram propostas intervenções por meio de oficinas, realizadas com o intuito de trocar conhecimentos e também estreitar as relações de trabalho. Foi oferecida a oficina Criatividade em Artesanato, com a participação de sete artesãos e moradores locais. O objetivo foi articular uma reflexão sobre novas possibilidades produtivas, a partir de técnicas locais e entendendo as suas possibilidades estético-cultural-ambiental. As ações propunham interligar métodos de criação de *design* com as técnicas artesanais. Essa construção foi feita a partir de um panorama básico de ambientes e interiores; decoração; estudo de público-alvo; uma atividade de criação de um “painel de inspiração” coletivo; e uma série de estudo de casos de projetos ligados ao tema desenvolvidos no Brasil e exterior.

4.3 Salema

As atividades de inserção na comunidade de Salema partiram de conversas/entrevistas com moradores conhecidos do distrito. Desse primeiro contato, surgiu o convite para integrar uma reunião liderada por agentes do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDI), Sebrae e da prefeitura, com as associações locais e apoio do Grupo de Projeto de Extensão Rural da Universidade Federal da Paraíba (UFPB)-*Campus IV*. A reunião pretendia consolidar as atividades da feira popular da comunidade – realizada todas as sextas-feiras – e estabelecia o interesse em promovê-la no trajeto de possíveis turistas durante a Copa do Mundo de 2014. Essa feira acontece em um espaço da praça central do distrito, em frente à principal estrada para a cidade de Rio Tinto. Alguns moradores colocam suas barracas de

madeira e fazem o escoamento de pequena parcela da produção rural, além do comércio de lanches típicos da região e artesanato.

Foram convidados produtores locais para sugerir um plano de trabalho conjunto e, a partir de uma rodada de apresentações e deliberações, foram marcadas reuniões pontuais com agricultores e artesãos, na busca de melhor entendimento de cada necessidade dos grupos. Foram marcadas reuniões com as aglomerações de Rua Nova, Curral de Fora, Sítio Maracujá, mas só foi possível realizá-la na Associação Comunitária dos Moradores de Salema, no dia 28 de maio de 2014. Destaca-se que essas aglomerações estabelecem suas atividades ligadas à agricultura, possuem um número pouco significativo de artesãos, mas interessados. A partir da mobilização dos interessados, foi possível propor ações nessa reunião que se estendiam até as demandas desses aglomerados, a partir da participação de alguns moradores desses locais. Com isso, foi possível, nesse primeiro momento, estabelecer contato com os produtos das artesãs locais, que descreviam o prazer de trabalhar com artesanato e o resultado dos seus produtos, além de apresentar os desafios do distrito com relação ao consumo de seus produtos.

Essa reunião contou com a participação de 21 artesãs e interessadas, que apresentaram os produtos desenvolvidos: panos de prato personalizados; bolsas; mantas e toalhas de banho com detalhes em crochê e ponto cruz; colchas, tapetes; panos feitos a partir de fuxico, além de produtos com material reciclado. Algumas chegam a produzir mais de um produto e a dominar mais de uma técnica.

Quadro 3 - Levantamento do número de atividades desenvolvidas pelas artesãs de Salema

Atividade Produtiva	Quantidade Realizada no Distrito	Atividade Produtiva	Quantidade Realizada no Distrito
Pintura em pano de prato	5	Reciclados	1
Crochê	6	Fuxico	2
Ponto cruz	1	Total de Artesãos	21

Fonte: Arquivo Pessoal. Obs.: O número total não corresponde à quantidade de artesãos do distrito, pois alguns possuem habilidade em mais de uma técnica.

A primeira constatação é a predominância de mulheres e todas desenvolvem seus trabalhos, assim como as atividades de administração da casa e uma boa parte também trabalha em pequenas lavouras de base familiar. Foi observado que o produto artesanal mais comum é o **pano de prato com pintura a mão**, atividade estabelecida a partir de uma série de oficinas desenvolvidas pelo Sebrae para a comunidade. As atividades de crochê e ponto cruz foram aprendidas em oficinas realizadas na cidade de Mamanguape e as demais aprendidas a partir de outras formas, como revistas e observação de outros produtos artesanais. Com isso, produzem um artesanato que possui grandes potencialidades técnicas, com produtos bem acabados, boa apresentação, mas poucas referências da cultura local.

Esses produtos são comercializados nas feiras da região, nas casas das artesãs, ou nas casas de amigos e familiares. Apesar de toda a atuação positiva da Associação Comunitária Beneficente dos Moradores de Salema, que disponibiliza o espaço próprio para qualquer tipo de atividade relacionado à capacitação das artesãs, ainda há pouco investimento nas práticas artesanais, por isso, muitos artesãos consideram a atividade secundária e em alguns casos não traz rentabilidade satisfatória para o incremento da

demanda de produção e interesse no aperfeiçoamento e renovação de suas técnicas.

Segundo relatos, já houve atividades do Sebrae, da UFPB e de outras organizações que trouxeram cursos de formação técnica, mas não estabelecerem ações mais amplas, que vinculassem as atividades propostas com um plano de ação de médio e longo prazos.

4.4 Aldeia Monte-Mór

Na Aldeia Monte-Mór, a aproximação surge a partir de informações de alguns alunos, estudantes indígenas de graduação, na UFPB - *Campus IV*. Esse contato trouxe as primeiras informações das atividades dos artesãos potiguaras na região e sobre a produção de artesanato do distrito.

A comercialização desses produtos ocorre em feiras de artesanato na região e no estado, ou, também, na casa dos artesãos. As feiras do artesão são a melhor forma de comércio, pela comodidade do local e dinâmica de fluxo dos interessados.

Na Aldeia Monte-Mór, foi possível registrar dois artesãos que trabalham com a produção de colares, pulseiras, “filtro dos sonhos” à base de cipó natural, vasos e jarros. Os produtos são desenvolvidos com mais de 85% de matéria prima natural local como sementes, penas, tocos de árvores entre outros insumos.

Quadro 4 - Levantamento do número de atividades desenvolvidas pelas artesãs da Aldeia Monte-Mór

Atividade Produtiva	Quantidade Realizada no Distrito	Atividade Produtiva	Quantidade Realizada no Distrito
Vasos e jarros de madeira	1	Filtro dos sonhos	1
Colares, pulseiras de sementes e couro	2	Total de Artesãos	4

Fonte: Arquivo Pessoal. Obs.: O número total não corresponde à quantidade de artesanato do distrito, pois alguns possuem habilidade em mais de uma técnica.

Figura 2 - Pulseiras de couro e sementes; e colares de sementes



Fonte: Acervo pessoal

5 Pesquisa-Ação

Com um panorama do tema artesanato e inovação social no município delineado a partir da pesquisa de campo, foram propostas ações para auxiliar, de alguma forma, na melhoria da qualidade de vida dos artesãos, assim como ações futuras. As propostas objetivaram de aumentar a produção desses artesãos; desenvolver tecnologias de caráter sustentável; promover o desenvolvimento de novos produtos; e ações de *marketing*. As ações futuras não foram contempladas ou se tornaram inviáveis, até o final desta pesquisa.

Não foi possível atender a todos os artesãos do município, devido a fatores como a falta de interesse de alguns; em alguns casos, falta de organizações locais de apoio e, com isso, de informação sobre alguns artesãos, até o término deste projeto, além da falta de financiamento para o projeto. Acredita-se que, através dos sujeitos pesquisados e das informações obtidas, é possível organizar ações que beneficiem a maior parte dos artesãos do município. A falta de políticas públicas claras destinadas ao artesanato do município traz problemas relacionados à valorização da prática como ferramenta de desenvolvimento econômico local, e problemas com relação ao reconhecimento dos artesãos como tal, tanto por parte da prefeitura quanto do governo estadual.

O município possui reconhecidas potencialidades turísticas, mas há pouco estímulo para a atividade, o que inviabiliza a adequada divulgação dos produtores locais. Observa-se que a falta de ações desestimula os produtores locais, secundarizando a atividade artesanal como opção de complemento da renda familiar. Em entrevista, a secretária de Cultura do município de Rio Tinto, Maria Rita, informou que há interesse da atual administração municipal em atividades envolvidas com cultura.

No mercado municipal, está instalada a loja da Dona Dinda, artesã, e há lojas especializadas em artigos de decoração e arranjos em geral. Sua produção volta-se para o uso de materiais sintéticos, como borracha e outros polímeros, e a reutilização de materiais descartados, como papel jornal e outros. Dona Dinda, além de artesã, é oficineira, e já foi convidada pela prefeitura para promover oficinas de arranjos de flores emborrachadas e arranjos em geral, para jovens da cidade, mas informou que há alguns anos o convite não tem sido mais realizado. A sua

produção sofre com os impactos da falta de divulgação e de maior interesse da comunidade local por produtos artesanais locais. Sua comercialização é exclusivamente realizada na loja, com isso, as atividades de produção artesanal são divididas com os afazeres de vendedora, divulgadora e gestora da família.

Figura 3 - Área da Feira Central de Rio Tinto



Fonte: Acervo pessoal.

Aos sábados, é organizada uma feira, no mercado municipal, com produtores do município e da região, que ocupa o espaço público e as ruas em volta. Nesse momento da feira, foi encontrada a artesã, Dona Adriana, que produzia artesanato com materiais reciclados e vendia lanches e nos informou que a comercialização da cidade existe com certa frequência na casa dos artesãos e nas vendas para parentes e colegas, como atividade secundária, em grande parte. Essa produção “tímida” dificultou bastante a descoberta de alguns pontos potenciais na cidade.

Um importante empreendimento, em frente ao mercado municipal, e ligado ao artesanato no município, é a Nonsense, loja que comercializa roupas para o público jovem e amplia seu *mix* de vendas com produtos artesanais. A loja trabalha com os artesãos disponibilizando o espaço para algumas peças e repassa uma parcela do valor de venda, prática viabilizada por possuir um pequeno público interessado. Em conversa, os proprietários informaram ter interesse em ampliar o número de itens artesanais produzidos na cidade e vendidos na loja.

Figura 4 Loja Nonsense



Fonte: Acervo pessoal Foto: Ariano Azevedo

Constatada essa pequena quantidade de artesãos na aldeia Monte-Mór, que formam a Associação dos Artesãos Indígenas Potiguara da Paraíba (ASARTINPB), direcionada ao comércio local e à valorização da cultura potiguara com seus produtos, foi verificada a falta de ações de *marketing* básicas para auxiliar os artesãos. Um dos artesãos pesquisados, Adelson F. Gomes, já mantinha uma articulação mais estreita com os desafios de produção, comércio e divulgação dos seus produtos. Atualmente, não possui espaço fixo para produção e venda, por isso, utiliza o terraço de sua casa para a produção/venda e espaços provisórios

em frente à avenida principal da comunidade, para venda a turistas que estão de passagem com destino à Baía da Traição/PB. Assim, foi proposto o desenvolvimento da identidade visual e de itens de comunicação do comércio, como etiquetas, cartão de visita e a montagem de uma página na rede social Facebook, como primeiro plano de divulgação. Com isso, pretendeu-se aumentar a visibilidade dos seus produtos, ampliando o número de possíveis compradores. Atualmente, a página na rede social já está vinculada a mais de 50 perfis, que recebem imagens dos produtos produzidos e informações sobre a cultura potiguara.

No Distrito de Salema, fomos informados de intervenções passadas de órgãos públicos e privados, na comunidade, em busca de auxiliar os artesãos. Algumas registraram bastante aceitação e obtiveram sucesso, mas outras foram insatisfatórias, do ponto de vista do *feedback*, com isso, conseguimos avaliar a melhor forma de também intervir e entender as dificuldades. Com relação às ações da Prefeitura de Rio Tinto e da associação, o foco na comunidade está voltado à produção da agricultura familiar, com isso, os produtos artesanais não possuem pauta bem definida dentro do plano de ação, apesar de constatado interesse da associação local em apoiar atividades de treinamento e aperfeiçoamento dos artesãos das comunidades.

O comércio do distrito é realizado na feira local do distrito e em lojas da região, por meio da indicação de serviços; venda na casa dos clientes e na casa dos artesãos. A produção é pouco relevante, do ponto de vista de valores culturais locais, mas há um grupo de artesãs interessado em melhorar suas produções e a venda.

Tendo em vista o potencial ecoturístico do distrito de Barra do Mamanguape e sua específica dinâmica turística no Município de Rio Tinto, sua produção artesanal mescla bem a produção para moradores locais, turistas e excursionistas. A comunidade entende o artesanato como importante gerador de renda, contudo, não possui seus potenciais reconhecidos, considerando que a região dispõe de reconhecidas referências visuais e recursos naturais que permitem a utilização também como matéria prima de forma sustentável (GARCIA, 2012).

Os artesãos estão distribuídos por diversos locais do distrito, por isso, é necessário organizar espaços públicos de comércio, para todos os produtores locais, acessível aos turistas e que permita uma nova experiência com a diversidade cultural dos moradores locais. O distrito apresenta dificuldade no escoamento de sua produção artesanal e acredita-se que um dos fatores é a pouca estadia dos turistas na região e a falta de informações acerca dos seus atrativos e cultura.

A oficina Criatividade no Artesanato, promovida para os artesãos da Barra, trouxe questões relevantes ao entendimento dos seus desafios. Boa parte das reflexões e análises sobre o artesanato local foi refletida nas conversas com os participantes, que apresentaram suas queixas; resultados positivos; propostas de melhoria para o artesanato do distrito; e o interesse em saber como melhorar seus produtos. Com isso, a apresentação do painel de inspiração coletiva – atividade desenvolvida na oficina – despertou o interesse criativo do grupo, mostrou a diversidade de elementos naturais da Barra e as experiências que o distrito pode propiciar.

Foi desenvolvida uma relação de trabalho com o artesão Adriano Felipe, morador da comunidade de Tanques – parte do distrito de Barra do Mamanguape. Seu trabalho destaca-se pelas formas criativas e características sustentáveis de seus produtos, que utilizam como material cipódefogo, cipó maracujzinho, junco, bambu, folha de bananeira e outros. Característica que evidencia o interesse nessa relação é a atuação de Adriano como importante agente de inovação social e cultural da comunidade. Com isso, foram promovidas também algumas ações de auxílio a esse artesão, como a criação da identidade visual e comunicação visual do seu trabalho, além da organização de sua página na rede social Facebook.

Quadro 5 - Artesanato com cipó de fogo



Fonte: Acervo pessoal.

6 Conclusão

Diversas ações foram realizadas, mas algumas não foram totalmente amadurecidas com os artesãos, que se propuseram a pensar em novas possibilidades projetuais dentro dos seus contextos. O trabalho de coautoria com o artesão Adriano Felipe resultou no desenvolvimento de uma coleção de luminárias de

mesa, projeto que resultou em um Trabalho de Conclusão de Curso (TCC).

Esta pesquisa trouxe o entendimento pontual a respeito de um dos diversos desafios dos *designers* na contemporaneidade, que é utilizar, como agente social, seu perfil multidisciplinar e criativo na busca de ações amplas ligadas às artes, à gestão de projetos, gestão da produção, em prol da resolução de problemas socioambientais e mercadológicos (BORGES, 2011). O caminho até uma sociedade que envolva sua economia em práticas que estimulem o desenvolvimento sustentável, segundo Manzine (2008), é um processo de “aprendizado social cujos seres humanos aprenderão gradualmente, através de erros e contradições – como sempre aconteceu em qualquer processo de aprendizagem [...]”, rumo a transformações sistêmicas, que incentivem a territorialidade e a identidade cultural por meio de redes colaborativas.

Esta pesquisa permitiu constatar a existência de parte da diversidade de atividades artesanais no Município de Rio Tinto, especificamente do artesanato de caráter tradicional, com os potiguaras, até o fabricado com material reciclado, no centro de Rio Tinto. Detectou, assim, a abrangência de possibilidades projetuais e atividades ligadas ao desenvolvimento local e o *design*. Muitos são os desafios para a promoção do desenvolvimento local, de maneira integrada e sustentável, como afirma Franco (2001) e Manzine (2008), mas ações pontuais, como a formação da Ageapa, uma associação que integra artesanato em sua política de atividades, provam que há reconhecimento do artesanato e de seu potencial econômico e social.

Referências

ANGEL, G. I. **Pesquisa-ação**. Revista Educar, n.16, p. 181-191. Curitiba, PR: Editora da UFPR, 2000.

BARROSO NETO, Eduardo. **O que é artesanato**. Primeiro Módulo. 2007. CURSO ARTESANATO. Disponível em: <http://www.fbes.org.br/biblioteca22/artesanato_mold1.pdf>. Acesso em: 16 out. 2015.

BORGES, Adélia. **Design + artesanato: o caminho brasileiro**. São Paulo: Terceiro Nome, 2011.

CRUZ, Fernanda Tereza Pereira. **Ecoturismo e hospedagem domiciliar na APA da Barra do Rio Mamanguape: uma análise de SWOT para atividades sustentáveis**. (Monografia) - Universidade Federal da Paraíba (UFPB), Mamanguape: [s.n.], 2012.

DANTAS, Anna Aline Roque Santana. **Rio Tinto, impacto do declínio econômico na organização espacial**. (Dissertação) Universidade Federal da Paraíba (UFPB)/PPGEU/CT, João Pessoa, 2009. Disponível em: <<http://www.ct.ufpb.br/pos/ppgecam/images/arquivos/dissertacoes/2007/03-2007.pdf>>. Acesso em: 18 nov. 2015.

DA SILVA, M. G. **Conflitos territoriais no município de Rio Tinto/PB: o caso da retomada de terras da Aldeia Monte-Mor**. Revista OKARA: Geografia em Debate, v.7. n. 1. 2013. Disponível em: <<http://www.ies.ufpb.br/ojs/index.php/okara/article/viewFile/16112/9187>>. Acesso em: 18 nov. 2015.

FRANCO, Augusto de. **Porque precisamos de desenvolvimento local integrado e sustentável**. 4. ed. Brasília, DF: Compukromus Editoração e Assessoria Gráfica Ltda., 2001.

FORTY, A. **Objetos do desejo**. São Paulo, SP: Cosac Naify. 2007.

FUNAI. **Índios no Brasil: terras indígenas**. Disponível em: <<http://www.funai.gov.br/index.php/indios-no-brasil/terrasindigenas>>. Acesso em: 18 set. 2015.

GARCIA, Thais de Abreu. **Internet, então, nem em sonho!: Um estudo interacionista sociodiscursivo sobre práticas de letramento digital no Projeto de Extensão “Pescadores On-line”**. João Pessoa: PB, 2012. Disponível em: <http://bdtd.biblioteca.ufpb.br/tde_bu_sca/arquivo.php?codArquivo=2773>. Acesso em: 17 dez. 2015.

IBGE. **Censo demográfico, 2012**. Disponível em: <<http://www.cidades.ibge.gov.br/painel.php?codmun=251290&search=%7Crio-tinto&lang=>>. Acesso em: 12 dez. 2015.

LEROI-GOURHAN, Andre. **Evolução e técnicas: I – o homem e a matéria**. Lisboa: Sententa, 1984. 2 v.

MANZINI, Enzo. **Design para inovação social e sustentabilidade: comunidades criativas, organização colaborativa e novas redes projetuais**. Rio de Janeiro, RJ: E-Papers, 2008.

MARIANO, Érica G. Costa. **Território em retalhos e sobreposição de áreas no tecido rural e urbano de Rio Tinto/PB**. In: XIX ENCONTRO NACIONAL DE GEOGRAFIA AGRÁRIA, São Paulo. 2009. Disponível em: <http://www.geografia.fflch.usp.br/inferior/laboratorios/agraria/Anai%20XIXENGA/artigos/Mariano_EGC.pdf>. Acesso em: 18 out. 2015.

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO, INDÚSTRIA E COMÉRCIO EXTERIOR. **Plano plurianual 2008-2011 - Relatório de avaliação 2012**. Brasília-DF, 2012. Disponível em: http://www.mdic.gov.br/arquivos/dwnl_1343238831.pdf>. Acesso em: 18 out. 2015.

MORAES, Dijon de, *et al.* **Caderno de Estudos Avançados em Design: Transversalidade**. Barbacena, MG: EdUEMG, 2008. Disponível em: <http://www.tcdesign.uemg.br/pdf/Transversalidade_completo.pdf> Acesso em: 10 jan. 2016.

MURA, Fabio. **De sujeitos e objetos: um ensaio crítico de antropologia da técnica e da tecnologia**. In: Horizontes antropológicos, Porto Alegre, ano 17, n. 36, p. 95-125, jul./dez. 2011.

Disponível em: <www.scielo.br/pdf/há/v17n36/v17n36a05.pdf>.
Acesso em: 16 abr. 2015.

SECRETARIA DA ECONOMIA CRIATIVA/MINC. **Relatório de economia criativa 2010 – economia criativa: uma opção de desenvolvimento viável.** São Paulo: Itaú Cultural, 2012.

PANET, Amélia. **Rio Tinto: estrutura urbana, trabalho e cotidiano.** João Pessoa, PB: Unipe Editora. 2008.

PIRES, Ivan d'Almeida F. **Estudo de impacto ambiental & relatório de impacto ambiental, projeto de carcinicultura da destilaria Jacuípe S.A. (Sudema).** 2011. Disponível em: <http://www.sudema.pb.gov.br/index.php?option=com_docman&task=cat_view&gid=348&Itemid=100002>. Acesso em: 18 out 2015.

MULHERES DO COMPLEXO SERTÃOZINHO: UM OLHAR A PARTIR DAS DIMENSÕES TERRITORIAIS E DAS PRÁTICAS TEÓRICO-VIVENCIAIS NA EXTENSÃO-PESQUISA

Maria Luzitana Conceição dos Santos

Aldo Silva de Mendonça

1 Introdução

O presente capítulo propõe-se contribuir com a história das ações educativas do Centro de Ciências Sociais e Aplicadas (Campus IV) da Universidade Federal da Paraíba – CCAE/UFPB, a partir de práticas teórico-vivenciais, à luz de estudos culturais (SILVEIRA, 2005). Tais práticas, oriundas de ações extensionistas, se não conseguiram ao menos tentaram fazer cumprir o papel da universidade enquanto ensino, pesquisa e extensão.

Esta última, como espaço de práxis, contribui como elemento sistêmico desta pesquisa na qualidade de contexto empírico para teorização não apenas a partir de memórias individuais, mas apoiados às realidades relacionadas às memórias coletivas de sujeitos com base nas dimensões: simbólica, cultural, econômico e identitária, das quais culminou o seguinte problema: como as mulheres moradoras de casas de taipa¹ do complexo Sertãozinho trazem em suas memórias a expansão universitária da UFPB na cidade de Mamanguape?

¹ Técnica construtiva vernacular base de argila (barro) e cascalho empregue com o objetivo de erguer uma parede. LENGEN (2004).

Apartir das vivências extensionistas e de tal questionamento, este estudo antropológico e interdisciplinar tem como objetivo geral analisar de que forma se constrói a imagem social da UFPB (Campus IV – unidade de Mamanguape), a partir da memória das mulheres moradoras do Complexo Sertãozinho buscando compreender como esses dois espaços (Sertãozinho e Campus IV) se articulam dentro das dimensões que compõem o processo de territorialidade. Já os objetivos específicos são: i) identificar impressões e representações mentais do papel da universidade; ii) compreender as relações identitárias das mulheres no processo de reprodução social e econômica em suas famílias; e iii) refletir acerca da relação estabelecida entre as mulheres, a mata do Sertãozinho e o campus IV da UFPB.

Neste contexto, a investigação justifica-se pela necessidade de uma melhor compreensão, por parte do campus IV (CCAIE) e pela sociedade do Vale do Mamanguape - PB, sobre o território em debate como parte integrante do movimento cíclico extensão-pesquisa e como processo necessário à práxis social; contribuir para a construção do conhecimento numa perspectiva teórico-vivencial no sentido de dispor caminho teórico-metodológico que contribua para mitigar problemas sociais; realizar registro de memória simbólica, cultural, econômica e identitária, a partir da perspectiva extensionista que parte das atividades de projeto de extensão; contribuir para o estreitamento de práticas investigativas e aprendizagens interdisciplinares; e ainda pela necessidade de (re)significar saberes sobre o território investigado.

A pesquisa é resultado do projeto ‘Gênero, território e desenvolvimento sustentável: (re)significação de saberes emergentes’. Parte do método dialético (MELO NETO, 1996,

2000, 2001; ROSAS, 2008; SANTOS, 2016) e assume um caráter exploratório (MINAYO, 2009) e etnográfico (GEERTZ, 2008) enquanto estudo de caso, fazendo uso dos procedimentos de história de vida e análise de conteúdo (BARDIN, 2002) das narrativas dos sujeitos investigados.

O artigo está estruturado com esta introdução, seguida de referencial teórico no qual se reporta a elementos sobre o papel da universidade, sobre a mulher e sobre o território. Já os procedimentos metodológicos nortearam os resultados alcançados e propiciam algumas pistas conclusivas, aqui seguidas das referências bibliográficas.

2 O papel da universidade – expansão e democratização

Tornou-se assíduo o discurso de que a atual sociedade vive um mundo divergente daquele idealizado pela visão iluminista. O modelo da vida humana já não parece ser uma incógnita na futura linha do horizonte, não obstante um presente ajustável pela fugacidade na produção e transmissão de informações, em decorrência da contínua revolução tecnológica, que tem implicado, segundo Severino (2009, p. 254), “... num processo de planetarização não só da cultura, mas também da economia e da política”.

Mesmo com esta conjuntura na qual o indivíduo pode estar em qualquer lugar do mundo e acessar o espaço (virtual) universitário, eis que emerge na modernidade e na contramão do determinismo tecnológico, o processo político da expansão e democratização universitária que se propôs debater a “... inadequabilidade da estrutura e funcionamento da universidade

frente ao mundo globalizado e em processo de reestruturação econômica” (LIMA, 2012, p. 86).

A partir de então se desentranha o questionamento sobre o papel da educação universitária federal tendo como premissa o compromisso ético e político associados a distintas coordenadas histórico-sociais da geopolítica brasileira. De forma geral, a reflexão busca considerar as “... condições de trabalho [...] ainda muito degradantes, [...] relações de poder muito opressivas e a vivência cultural precária e alienante [como também] a distribuição de bens naturais, dos bens políticos e dos bens simbólicos, muito desiguais” (SEVERINO, 2009, p. 255).

A expansão e democratização universitária, sobremaneira nas universidades públicas federais, implicaram na constatação de desafios e busca de superações. Necessário se faz enfatizar que “no contexto da reforma do estado promovida pelo governo de Fernando Henrique Cardoso, priorizou-se, ao menos em discurso, os investimentos no ensino fundamental e relegou-se o ensino superior para segundo plano” (SOUSA JÚNIOR, 2011, p. 3).

A UFPB não foi desonerada deste período. Mas foi no governo Luís Inácio Lula da Silva que se capitaneou a expansão das universidades federais vislumbrando sua democratização tanto no acesso quanto encaminhamentos decorrentes destes, através do programa Expandir e do Plano de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (Reuni).

O Campus IV da UFPB, identificado por Centro e Ciências Aplicadas e Educação (CCA), estabeleceu-se meio do programa Expandir e teve suas funções voltadas para atender um território constituído por “municípios das microrregiões Litoral Norte e Sapé

e outros vizinhos a estas, perfazendo um total de 22 municípios (SOUSA JÚNIOR, 2011, p. 4).

Dentre os princípios que nortearam a expansão e pretensa democratização, chama-nos atenção os voltados para a ordenação territorial que permitiu, enquanto programa de metas e não um plano (SARVIANI, 2009), o acesso ao ensino às regiões mais remotas do País. No contexto do campus IV da UFPB, localizado nas cidades de Mamanguape e Rio Tinto, ambas integrantes da região metropolitana da grande Joao Pessoa/PB, houve significativa participação da sociedade civil na elaboração e processo de implantação do campus, caracterizando um indicativo de democratização da educação, indicativo este que mesmo preocupado com “... a diminuição das desigualdades sociais, econômicas e [promoção da] inclusão social para pobres e grupos étnicos” (LIMA, 2013, p. 92) não conseguiu se estabelecer com concretude quando relacionado ao território analisado.

Não se pode ignorar os obstáculos vivenciados pela educação superior federal, particularmente no que diz respeito a performance de expansão do campus IV, assinalados por mecanismos como a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios do Instituto Brasileira de Geografia e Estatística – PNAD/IBGE e ao Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES). Entretanto, entende-se que os resultados destes processos estão completamente imbricados com concepções ideológicas que fatidicamente devem nortear a construção de um conhecimento a serviço da sociedade no âmbito da justiça social, sendo notório o desafio da construção do conhecimento e sua relação “... como processo e não como produto, equacionando-o [...] como mediação da cidadania e da democracia” (SEVERINO, 2009, p. 254).

Esta sociedade, à luz da indissociabilidade universitária do ensino, da pesquisa e da extensão, demanda cada vez mais por pesquisas oriundas de práticas extensionistas cujas quais possam dispor de produtos e conhecimentos provenientes do movimento das ideias (movimentos de mudança), como aponta o pré-socrático Heráclito de Éfeso (MELO NETO, 1996, p. 5). É neste cenário que a extensão universitária ganhou significativo impulso nos 10 primeiros anos do jovem Centro de Ciências Sociais Aplicadas (CCA), numa perspectiva de complexidade (MORIN, 2000) dada às contradições acentuadas pela “luta dos contrários” (CORDON et. MARINEZ, 1983, p. 33 apud MELO NETO, 1996, p. 10). Diante de tal complexidade, a extensão universitária apresenta-se:

Num imenso leque de espaços e dimensões sociais de que são tecidas as relações do cotidiano: da **Oikia** (casa, família, espaço privado, subjetividade) à **Polis** (espaço público, **locus** das decisões macroestruturais), e desta àquela, passando pelas relações associadas a produção/trabalho/classe social, a gênero, a etnia, a nação/região/espacialidade, a distintos grupos etários, a ética, a religião, à lida com o meio ambiente, e às suas interações e rebatimentos no plano da subjetividade (sexualidade, desejo, afetividade, paixão...). (CALADO, 1997, p. 1).

Tem-se a extensão como “movimento infinitamente rico [pelo qual] a realidade vai assumindo formas multivariadas [e que os objetos e] os conceitos com os quais trabalha, precisam também ser “fluidos”” (MELO NETO, 1996, p. 12, destaque do autor).

Desta forma, A extensão universitária viabiliza a relação transformadora entre a universidade e a sociedade, de maneira que essa relação busca estabelecer um fluxo de intercâmbio de trocas, aprendizagens e saberes, os quais sugerem certa reafirmação do

compromisso social da universidade com o território em debate e seus sujeitos.

3 As impressões e representações mentais sobre o Complexo Sertãozinho e o campus IV

Um misto de sensações marcaram as primeiras audiências públicas entre as autoridades políticas locais, cidadãos comuns e o então reitor Rômulo Polaris, sobre a construção e funcionamento do campus IV da Universidade Federal no Vale do Mamanguape - PB. Incrédulos, incautos e entusiastas constituíam o emaranhado de discursos tecidos em torno desse projeto. Como todo processo humano, não faltou inquietações políticas e simbólicas! Numa análise situacional, próximo do pensamento de Gluckman (1990), processos sociais colocaram em erupção de forma ressignificada antigas e ainda presentes relações de poder, que refletem o substrato histórico que marcou a formação desse território.

Consta esclarecer o entendimento conceitual por território aqui empregado. A noção de território que utilizamos é sustentada pela intrínseca relação de poder estabelecido por um processo contínuo, portanto:

Ele não precisa e nem deve ser reduzido a essa escala ou à associação com a figura do Estado. Territórios existem e são construídos (e desconstruídos) nas mais diversas escalas, da mais acanhada (p. ex., uma rua) à internacional (p. ex., a área formada pelo conjunto dos territórios dos países-membros da Organização do Tratado do Atlântico Norte - OTAN); territórios são construídos e desconstruídos dentro de escalas temporais as mais diferentes: séculos, décadas, anos, meses ou dias; territórios podem ter um caráter permanente, mas também podem ter uma existência periódica, cíclica (SOUZA, 2010, p.81).

Fruto de muitas discussões e embates políticos, como resultado a cidade de Mamanguape teve que dividir com a cidade de Rio Tinto o campus IV². Nesses embates, ocorridos no ano de 2006³, de um lado se encontrava o prefeito da primeira cidade, Fábio Fernandes, representante de uma tradicional família política, cuja maior referência foi à construção da Usina Monte Alegre no ano de 1940; no outro lado, Magna Gerbasi, sobrenome, também de tradicional ocupação política na região, sobretudo, como herdeiro de parte do legado político deixado pelos Lundgren, fundadores da Companhia de Tecidos Rio Tinto a partir de 1924.

Nesse sentido, para efeito de contextualização é fundamental um sucinto, porém crítico, olhar dirigido ao passado, a fim de compreender esse território para além do aspecto físico ou natural sugerida pela designação “Vale do Mamanguape”. Portanto, refletir sobre os impactos suscitados com a implantação do campus IV nesse território cravejado de disputas políticas e simbólicas torna-se a tônica deste artigo, dinâmica que impacta sobremaneira em compreender a relação do campus com o seu entorno. Diante de um significativo universo humano, para efeitos desta pesquisa, dadas as limitações de tempo e recurso nossas inquietações foram canalizadas para um grupo focal, mulheres moradoras de *Casa de Taipa* do bairro Zabelê, Mamanguape, parte integrante do Complexo Sertãozinho.

O Vale do Mamanguape situa-se no Litoral Norte do Estado da Paraíba e é uma região composta por onze municípios⁴

²No segundo semestre de 2006 já funcionavam os cursos de Ciências Contábeis, Secretariado e Hotelaria na cidade de Mamanguape; e Licenciatura em Matemática, Licenciatura em Ciência da Computação e Ecologia na cidade de Rio Tinto. Inicialmente, os cursos foram oferecidos em Mamanguape, no Instituto Moderno e em Rio Tinto, na antiga Fábrica (RODRIGUES, 2008).

³O coautor deste artigo participou das reuniões públicas realizadas no primeiro semestre de 2006 na cidade de Mamanguape.

⁴São eles: Mamanguape, Rio Tinto, Itapororoca, Cuité de Mamanguape, Capim, Curral de Cima, Jacaraú, Pedro Regis, Mataraca, Marcação e Baía da Traição.

marcados historicamente por relações de dominação tradicionais (WEBER, 1991) produzidas principalmente pela dinâmica dos empreendimentos econômicos, sobretudo, aqueles ligados as atividades agrícolas, mas também por atividade industrial. Essas atividades marcaram o esteio da formação social do espaço e das relações de poder. A agroindústria é uma das unidades produtivas fundamentais para a compreensão sociológica dessa realidade com suas contradições culturais, políticas e econômicas, pois, essas cidades se projetaram à sombra do latifúndio constituído por núcleos de unidades produtivas como engenhos, usinas, fazendas e fábricas.

O município de Mamanguape desenvolveu-se em torno dos rios que cortam suas terras: Camaratuba, Miriri e principalmente o rio que leva o nome da cidade. A importância do Rio Mamanguape se dá por marcar o esteio da produção econômica e consequentemente a concentração populacional, pois:

Drenando com seus afluentes os municípios de Mamanguape, Guarabira, Serrana, Pilões, Areia, Alagoa Grande, a parte meridional do que é Bananeiras e a porção setentrional de Campina Grande podemos afirmar que sua bacia abrange quase toda a porção Norte-Oriental da Paraíba, e contribui com grande parte da produção desse Estado abrigando, consequentemente, grande número dos seus habitantes (ANDRADE, 1997, p.12).

A importância dos rios, em especial de pequeno porte, para a formação do —homem agrícola foi destacada por Gilberto Freyre quando “... prestaram a moer as canas, a alagar as várzeas, a enverdecer os canaviais, a transportar o açúcar... aí a grande lavoura floresceu, a agricultura latifundiária prosperou... Rios do tipo Mamanguape...” (2000, p. 25).

A indústria agrícola foi responsável pela absorção de grande quantidade de trabalhadores, sobretudo, durante o período das safras. “Nessa ocasião, convergia para zona das usinas grande número de trabalhadores vindo do agreste e do sertão” (ANDRADE, 1997, p.53-54). A partir desse conjunto, o município de Mamanguape se configura como polo dinamizador pela sua estrutura urbana, populacional e econômica. Num passado não muito distante todas as cidades que compõem o Vale faziam parte da unidade administrativa de Mamanguape. Significativo também foi o influxo da Cia. de Tecidos Rio Tinto⁵, que atraía famílias inteiras das mais diversas regiões, principalmente nos períodos de seca (COSTA, 1986).

Ao longo do século XX os Fernandes e os Lundgren disputaram palmo a palmo o domínio latifundiário da região. Contavam-se os “donos” das terras, ou seja, uma minoria que concentrava grandes latifúndios. A grande maioria da população por seu turno ficara à margem da estrutura fundiária, desprovida de meios para sobreviver, a não ser o da “*paia da cana*”, submetendo-se a uma relação de sujeição pessoal aos grandes proprietários de terra:

À época as grandes propriedades do município já tinham sido negociadas ou com a Usina Monte Alegre (Leitão, Forno, Almécega, Santíssimo, Linhares); ou com a Cia. de Tecidos Rio Tinto (Itapecerica, Brejinho, Imbiribeira, João Pereira, Boa Vista, Tatupeba, Luiz Dias, Piabussu e Engenho Novo). (COSTA, 1986, p.90-91).

Esse domínio territorial garantia para ambos os empreendimentos o controle sobre parte da mão de obra situada nas áreas rurais dominadas por engenhos, ao tempo que dificultava

⁵ Fábrica de tecidos fundada pela família Lundgren em 1924 no distrito de Rio Tinto-PB. Até o final da década de 1950, Rio Tinto pertencia administrativamente a cidade de Mamanguape-PB.

a organização social de camponeses e indígenas diante da ausência de legislação social e trabalhista; por outro lado, esses redutos garantiam o fornecimento de produtos agrícolas para abastecer os barracões⁶, cuja funcionalidade sustentava toda uma aparelhagem vital para o controle da imobilização da mão de obra, fruto das dívidas contraídas (VALE, 2008).

Como resultado dessas dinâmicas territoriais, significativos bolsões de pobreza foram sendo gerados nos espaços periféricos da cidade de Mamanguape (MENDONÇA, 2008). Esse fenômeno foi impulsionado em grande medida por trabalhadores rurais que foram “liberados” das terras dos antigos engenhos em função das mudanças de produção que envolvia a estrutura fundiária. Os engenhos foram entrando em declínio frente a modernos empreendimentos como a usina, que necessitava de uma significativa reserva de trabalhadores. Muitos desses trabalhadores viviam em condições de morada⁷ nos engenhos. Forçados a se deslocarem muitos foram para a cidade e se fixaram em bairros distantes do centro, onde se proletarizaram como operários das usinas (MENDONÇA, 2013).

Foi o caso do Complexo do Sertãozinho conjunto de bairros periféricos: Sertãozinho, Bela Vista, Rua do Meio e Zabelê, cuja formação territorial encontra elementos econômicos, sociais e culturais que se aproximam, a ponto de, para efeitos analíticos, formarem um padrão dentro de uma cartografia social. Nesta, a participação dos agentes locais em determinar sua espacialidade

⁶ Espaços destinados para a comercialização de produtos de primeira necessidade. Esses produtos eram vendidos a prazo, sendo descontado no salário no final do mês ou na quinzena.

⁷ “Se para o nosso senso comum urbano morar significa simplesmente —habitar‖, para os trabalhadores da cana, as coisas se colocam de maneira diferente. Morar significa ligar-se a um engenho e ligar-se de uma maneira muito particular. Nada é mais comum do que um trabalhador corrigir uma utilização imprecisa por parte do pesquisador dos termos morar, morada, morador. Morar está sempre associado a engenho, mesmo quando se trata da propriedade de uma usina” (PALMEIRA, 2009, p. 204).

é ponto fundamental (ACSELRAD, 2008). Tal padrão não visa pasteurizar a multiplicidade de agentes sociais, suas histórias de vida, formas de pensar e agir; mas demarcar pontos nodais que possibilitem a apropriação de dinâmicas que cruzam e inter cruzam esse território historicamente (MENDONÇA, 2008).

Por esse prisma, o 'Complexo Sertãozinho' traz em sua dinâmica territorial um amálgama de sentidos e representações que podem ser apreendidas e articuladas tanto na concepção de território como resultado de relações de poder, que formata o espaço a partir das contradições imanentes da própria estrutura socioeconômica como um todo, ou seja, a formação do seu espaço encontra vetores da lógica excludente do capital, marcada por dificuldades econômicas e estigmas sociais.

Desta forma, é possível realizar a análise cultural desse território na perspectiva da semiótica (GEERTZ, 2008), sobretudo, pela forte relação das moradoras com a Mata do Sertãozinho e suas fontes de água, nas quais num passado não muito distante funcionava a Bica do Sertãozinho, espaço de lazer socializado pelos moradores. Tais relações têm implicado em saberes particulares que resultam de uma vivência coletiva historicamente formada a partir de fluxos e movimentos que dão ao território uma multiplicidade de olhares e sentidos, superando a visão de território dado pelo paradigma cartesiano, justaposto e sem movimento (HAESBAERT, 2007).

4 As relações identitárias das mulheres do Complexo Sertãozinho no processo de reprodução social e econômica, em suas famílias

Este debate inicia-se por buscar apreender as memórias narradas, de forma autobiográfica, por mulheres tendo como nexos

social, econômico e familiar o território do Complexo Sertãozinho. Faz-se uso do conceito de gênero, numa dimensão social e política. Entretanto, antes mesmo de trazer tal conceito e citar o movimento decorrente dele, mister se denunciar, à luz de Lopes (1997), que o grupo de mulheres investigado vive em situação de discriminação dada tamanha invisibilidade.

Reportamo-nos à memória como um fenômeno construído, vez que se organiza a partir das inquietudes pessoais e políticas; e constituinte de sentimento de identidade individual e coletiva, “... na medida em que [a memória] é um fator de extremamente importante de sentimento de continuidade e de coerência de uma pessoa ou de um grupo” (POLLAK, 1992, p. 204).

No trabalho de campo identificamos que a maioria das mulheres investigadas traz experiências marcantes para suas vidas: maridos falecidos, presos ou fugidos da justiça. Não tiveram efetivas oportunidades de acesso aos estudos e muito menos profissionalização ou acesso ao mundo do trabalho de forma legalizada, restando-lhes a função, muitas vezes temporária, de faxineira, catadora de lixo ou mandada (faz tudo).

A segunda onda do movimento feminista⁸ fez expressar os estudos da mulher, tendo como objetivo “tornar visível aquela que fora ocultada” (LOPES, 1997, p. 21). Muito embora esta fase do movimento tenha como marco histórico o período de 1968, o tempo parece ter estagnado em relação às histórias de vida das Mulheres do Sertãozinho, dada invisibilidade decorrente da segregação social e política.

⁸ A primeira onda deu-se pelo sufrágismo enquanto movimento voltado para estender o direito do voto às mulheres. O movimento era ligado às mulheres brancas e de classe média (LOPES, 1997).

Ao contrário dos registros históricos do movimento feminista (LOPES, 1997), as Mulheres do Sertãozinho se relacionam continuamente de forma solidária, mas não conseguem realizar empreendimentos coletivos, ficando à margem da lógica capitalista e, por vezes, subalternizadas pelo gênero masculino como foi vivenciado nas práticas teórico-vivenciais.

Citamos um exemplo de nossa chegada às *Casas de Taipa* para propor conversa coletiva. Falávamos: “Olá! Tudo bem? Somos da universidade. Vimos conversar um bucadinho com a senhora e as vizinhas, se não tiver muito ocupada. Pode ser?”. A maioria das respostas pode ser representada nesta fala: “Fale aqui com o meu esposo, minha fia!”. Nós: “Falamos com ele sim, mas gostaríamos de falar primeiro com a senhora”. Resposta: “Eita, comigo primeiro é!? (risos envergonhados)”.

A partir da exemplificação, naquele território e com aquelas mulheres, entendemos que a ‘presença masculina’ enraizada culturalmente implica em relações hierárquicas de gênero e poder (LOPES, 1997; FOUCAULT, 2008) advindas do patriarcado (AGUIAR, 2000) e seguidas de uma lógica dicotômica (homem/mulher) e androcêntrica (reconhecimento ultra dimensional da sabedoria e experiências masculinas em detrimento da feminina). Cabe ressaltar, contudo, que por vezes, essa lógica binária (homem/mulher) foi desconstruída (mulher/homem), sobretudo quando os companheiros/parceiros estavam distantes do território (a trabalho, presos, arribados, etc.).

É a partir deste cenário teórico-vivencial que assumimos gênero como ferramenta analítica e política deste estudo e que “se constitui com ou sobre corpos sexuados [onde] não é negada a biologia, mas enfatizada [...] a construção social e histórica

produzida [simbolicamente] sobre características biológicas” (LOPES, 1997, p. 26).

Daí a importância sobre as relações gênero-território-universidade, uma vez que o debate tem um caráter social e no qual se constroem e se reproduzem relações desiguais nos “... arranjos sociais, na história, nas condições de acesso aos recursos da sociedade, nas formas de representação” (LOPES, 1997, p. 26).

O Complexo Sertãozinho, meio de reprodução social e econômica das famílias nas quais as mulheres estão inseridas (e em algumas situações são lideranças), apresenta-se como locus de formação e aprendizagem identitária (HALL, 1998) mesmo que hierarquizada e com diferentes formas de feminilidade (e masculinidade). Tais aprendizagens implicam em complexas (MORIN, 2000) redes de poder configuradas em alguns aspectos como: quem constrói as Casas de Taipa; quem sabe como as casas são construídas; quem usa do discurso para “brigar” pelos/as filhos/as; quem leva os/as filhos/as na escola; quem lava roupa no rio, dentro da mata; quem pega plantas na mata para fazer remédio; quem pega água dentro da mata; quem pega lenha na mata para o fogão à lenha; quem conhece ou já ouvia falar na universidade da cidade; dentre outros códigos, práticas e símbolos.

A aprendizagem identitária implica em “... tarefas que não podem ser realizadas no “tempo real”, mas que serão presumivelmente realizadas na plenitude do tempo – na infinitude...” (BAUMAN, 2005, p. 16-17). Então, entendemos que a feminilidade constrói-se por identidades que se transformam (não são fixas ou permanentes), e podem até mesmo ser contraditórias (LOPES, 1997).

Há clareza sobre o sentimento de pertencimento dessas Mulheres – notadamente de gênero e de classe, mas ainda há

um vasto caminho de debate sobre os pertencimentos sexuais e étnicos. Do ponto de vista étnico, por exemplo, a maioria das mulheres (muitas nascidas e criadas na região) não se identifica indígena ou negra. Assumem-se “claras da cor”. Vê-se, então, que constitui a identidade das Mulheres do Complexo Sertãozinho suas relações de gênero, etnia, classe social (de alta vulnerabilidade), territorialidade, religiosidade (adeptas as religiões protestante ou católica; rezadeiras - ações religiosas místicas realizadas com recursos da natureza – Mata Sertãozinho), lavadeiras, faxineiras, dentre outros aspectos.

Assim sendo, percebem-se múltiplas identidades de gênero no território investigado, sendo tais identidades fortes elementos no processo de reprodução social e econômica, no seio de suas famílias.

5 Procedimentos metodológicos

De origem qualitativa e exploratória, a pesquisa que resultou neste artigo situa-se, na perspectiva interdisciplinar, entre as áreas das Ciências Sociais Aplicadas e Ciências Sociais. Intenciona relacionar paradigmas não hegemônicos no âmbito ideológico-teórico-empírico na busca de analisar, identificar, compreender e refletir um “... conjunto delimitado de acontecimentos [...] resultante de múltiplas interações dialeticamente consensuais e conflitivas” (ALVES; AQUINO, 2012, p. 81).

O universo da pesquisa está delimitado entre o Complexo Sertãozinho e o campus IV da UFPB, ambos localizados na cidade de Mamanguape-PB. Para a condução da investigação estreitou-se um debate com a proposta teórico-metodológica da Antropologia Social e dadas as particularidades do sujeito de pesquisa - grupo de

mulheres moradoras de casa de taipa – optou-se pelo anonimato de seus nomes, não como forma de invisibilidade, mas como processo de ética na pesquisa.

A base da pesquisa documental ocorreu nos arquivos da Associação de bairro e da Cooperativa de catadores de lixo. Foi realizada pesquisa de campo com ênfase na observação participante (BRANDÃO, 1981) cujos dados foram alcançados mediante grupo focal, entrevistas não diretivas, diários de campo, gravações de áudio e registros imagéticos.

É importante ressaltar o que Van Velsen nos exortou acerca do trabalho de campo. O mesmo é orientado, mas não determinado pelo instrumento analítico-teórico. Assim, a forma de coleta do material etnográfico - memória e história de vida; parentesco; organização social; estrutura produtiva; universo simbólico e organização política - deu-se sob uma perspectiva não “estrutural”, ou seja, a partir de uma ideia de morfologia social (ACSELRAD, 2008).

A preocupação maior residiu na tentativa de focar o “presente etnográfico” a partir de um enfoque teórico que possibilitasse enquadrar as diversas variabilidades que subjazem as relações sociais. Por estes meios foi possível acessar, nesta abordagem semiótica o “... mundo conceptual no qual vivem [os sujeitos da pesquisa], vez que a cultura [...] consiste em estruturas de significado socialmente estabelecidas...” (GEERTZ, 2008, p. 7-9).

O trabalho de campo, como canal de contato com o recorte etnográfico, foi articulado com fontes documentais de natureza primárias, como: atas, ofícios, fotos, croquis, mapas e outros documentos. A intenção não foi montar uma espécie de quebra-

cabeça, mas sim dispor dos diversos canais de comunicação num contexto dialético, que perpassam as relações sociais estruturadas num campo de força discursiva. Entendemos também que os documentos não são produzidos aleatoriamente, pelo contrário, eles refletem intencionalidades, vontades, circunstâncias momentâneas que presumem qualquer coisa, menos isenção política e ideológica, como pretendiam alguns pensadores positivistas.

Utilizaram-se para análise desse corpus de pesquisa, dos recursos tributários da micro-história que pretende um olhar para além dos códigos gramaticais e morfológicos materializados pelo correr das tintas sobre os papéis em branco, indo para um campo semântico que alude fatos sociais e os diversos contextos que integram o processo, uma vez que “a aposta da análise microssocial – e sua opção experimental – é que a experiência mais elementar, a do grupo restrito, e até mesmo do indivíduo, é a mais complexa porque se inscreve no maior número de contextos diferentes” (REVEL, 1998, p. 32).

Dessa forma a análise situacional dispõe de ênfase “para a integração do acidental e o excepcional com o geral” (Van Velsen, 1987, p. 361). Entendemos que este “estudo de caso” coloca em evidência os processos da vida real que configuram um espaço social, posto que “é evidente que um bom caso pode esclarecer o funcionamento de um sistema social muito mais eficazmente do que uma série de considerações morfológicas” (Gluckman, 1975, p. 68).

Assim, esse empreendimento intelectual resulta num esforço que implicou numa interpretação do fluxo do discurso do nativo (FOUCAULT, 2008) a partir da descrição densa e

análise do discurso (BARDIN, 2002), ou seja, no momento em que concebemos que toda a atividade humana encontra-se permeada por ações simbólicas que irradiam um complexo conjunto de significantes e significados estruturados hierarquicamente. Essa massa de elementos forma um corpus, que metaforicamente pode ser captada como um texto – a cultura textualizada, portanto passível de interpretação (GEERTZ, 2008).

6 Resultados – uma análise do campo estudado

Nosso primeiro contato com o território do Complexo Sertãozinho ocorreu em outubro de 2015. Por ocasião, realizávamos atividades expedicionárias no sentido de conhecer as problemáticas relacionadas ao Rio Bandeira, cujas nascentes localizam-se dentro da Mata do Sertãozinho. Este território continuou sendo alvo das práticas de extensão como um polo de bens (patrimônio) natural, no ano de 2016, o que motivou nosso retorno nos meses de abril, maio e julho deste mesmo ano.

Entramos em contato com as mulheres moradoras de casas de taipa nos dias seis e vinte de julho do corrente ano. O primeiro contato foi estabelecido de forma a contornar certo desafio, a desconfiança, sobretudo dos homens. Eram eles que autorizavam as falas das mulheres, depois de estarem cientes do que se tratava, caracterizando uma relação de hierarquia de gênero (LOPES, 1997). Entretanto, outro elemento nos chamou a atenção, por se trata de um período pré-eleitoral com vistas ao pleito municipal, nossa presença era muitas vezes confundida com a de políticos. Isto de certa forma abriu o caminho para o diálogo e até atraiu mais mulheres interessadas em informações.

Tivemos a oportunidade de conhecermos oito famílias, situadas no bairro Zabelê, um dos bairros que compreende o *Complexo Sertãozinho*. Na casa da senhora MS, rezadeira conhecida na localidade, nos acomodamos debaixo de um puxadinho onde havia algumas cadeiras e outros objetos que servia de assento. A casa de taipa já demonstrava sinais de profunda deterioração, a cumeeira era sustentada por uma tora, no seu entorno um banheiro e uma espécie de pia para lavar as louças. Nessa tarde era uma vizinha que as lavavam. Um elemento marcante observável nas relações entre as mulheres foi à solidariedade, recebem tabaco uma das outras para confeccionarem o cigarro, lavam louças, doam pedaços de carne para complementar a alimentação.

A noção de solidariedade marca também as práticas religiosas como as da rezadeira de 51 anos de idade, que realiza seus trabalhos de reza sem a preocupação de receber algo em troca, pois segundo a mesma: *“Porque não é a gente que reza... a força que vem de cima bate com a de baixo, ai a gente que somo rezador... minha fia, eu não to rezando você pu dinheiro não...”* Da mesma forma agia sua mãe que era famosa praticante de mesa branca e incorporava o espírito do mestre João França. Ao curar uma mulher enferma, resultado de um poderoso feitiço através de um pano menstrual que foi colocado na boca de um sapo, *só pediu um prato e um lenço virgem*, justamente para realizar o trabalho.

A lógica que estaria por trás dessas práticas seria a de que aquilo que foi recebido de graça deve ser dado de graça! De certa forma, essa mesma lógica encontra-se na relação construída com a Mata do Sertãozinho, onde dela se extrai de forma gratuita os *paus secos* para fazer fogo a fim de cozinhar os alimentos, e a água para lavar roupa, tomar banho e preparar os alimentos.

A mata do Sertãozinho vem sendo ao longo dos anos vítima de ações predatórias, devido principalmente ao funcionamento de carvoarias, que tem como matéria-prima a madeira para a produção do carvão. Como resultado o processo de assoreamento do rio Sertãozinho fez com que seu curso diminuísse e desaparecesse em outros pontos.

Para as mulheres a Mata do Sertãozinho representa vida, é, portanto, um elemento central no processo de reprodução material e social do grupo. A fala da moradora R, de 30 anos de idade, é emblemática: “Na mata noi busca água, lava ropa, pega lenha, tem várias coisa que eu preciso e ele me dá e sem água a gente não vive, sem lenha a gente não come.” A dificuldade das famílias em ter acesso a água potável é visivelmente perceptível, pois, as casas são rodeadas de tonéis e baldes esperando a passagem dos carros-pipa, além de possuírem um sistema de captação e armazenamento de água da chuva, que consiste em um pedaço de cano ligado em um lado na calha da casa e do outro em um reservatório. Para lavar roupa elas acordam logo cedo e saem em direção há algumas fontes de água no meio da mata que elas chamam de *grotão*, descrevem esse lugar como de difícil acesso com ladeira que exigem certo prepara físico para subir de volta com baldes nas mãos e na cabeça.

As mulheres pesquisadas não tiveram acesso à educação formal e estavam desempregadas. Como forma de renda recebem o Bolsa Família (programa do governo federal), algumas realizam bicos, mandados de rua, trabalhos domésticos sem carteira assinada, outras tiveram experiências no corte da cana. Diante dessas condições matérias exige-se mais da mata, a pressão ecológica é um ponto crítico a ser avaliado! No entanto, demonstram

consciência que a mata não é mais a mesma, que precisam cuidar dela e que o acesso a água fica cada vez mais difícil, apesar de afirmarem que quando chegam ao final da *grotta*, basta cavar um pouco para aparecer os *olheiros* e aí formar pequenas cacimbas para lavar roupa e pegar água.

Sempre que aqui era bom porque tinha água nessa mata tinha rio era muito bom da gente lava ropa tempo atrás, mas agora a gente vai buscar água aqui, Deus do céu, a ladeira, só falta morre de bota foça pra subi a ladera, rio pode ver que tem um poço ali, mai aquilo não é poço de ninguém lava ropa, só tem lodo, lama e a cacimba que a gente ia busca água não tem mais, tinha sim, mai agora poço não tem mai, ai vertente tudinho sumiu, ninguém sabe prá onde foi, e é como eu digo mermo já foi bom né, mai agora não é mai não. A pipa dágua chega aqui deixa dois balde, três balda, quatro balde prá gente passa oito dia, tens condição? Não tem não, prá você cozinha, toma banho, bebe água e não tem condição não, de passa oito dia assim com um toné dágua. (...) E prá gente toma banho? Passa oito dia em casa com cem litro dágua. E vai domi suja é? (Mulher J, 34 anos).

Quanto à presença da Universidade, as mulheres demonstraram “dificuldades” em compreender qual a sua função, apesar de morarem próximo, a distância social é o grande desafio a ser superada. Algumas classificam o prédio como “*grande colégio que noi vai vota*”. Referências sociocêntricas a parte, as famílias carecem de formação escolar básica, apesar das crianças frequentarem a escola devido a exigência do Bolsa Família, o obstáculo maior é a permanência dessas crianças a fim de concluírem a Educação Básica. Chegar à universidade! Isto não se pode afirmar que venha ser sequer um sonho distante. A ausência do Estado através da falta de políticas públicas sublinha um traço historicamente montado que alimenta a exclusão e o estigma social.

7 Conclusões

Neste estudo não se buscou realizar uma avaliação totalitária do papel e desempenho do campus IV da UFPB no Vale do Mamanguape, mas de buscar compreender como as mulheres moradoras de casas de taipa do Complexo Sertãozinho trazem em suas memórias a expansão universitária da UFPB, na cidade de Mamanguape, pelo que concluímos:

— Ainda é negado, para o grupo de mulheres investigado, o reconhecimento do direito ao direito de uma educação superior pública nos parâmetros da democracia e universalidade;

— É pujante a necessidade de políticas públicas e planos exequíveis que possam corrigir os contínuos desafios das desigualdades sociais, melhor amparados em lastros de cidadania e Direitos Humanos;

— A prática extensionista e esta pesquisa demonstram que o campus IV da UFPB empenha-se por uma educação superior pública com compromisso ético, social e político no sentido de gerar informações concretas (para a sociedade civil e para o poder público), atuando para além da preparação profissional;

— Há de se pensar no aumento de investimentos na extensão universitária, bem como sua maior articulação e incentivo a procedimentos de investigação científica, de maneira que os resultados da extensão-pesquisa (SANTOS, 2015b) sejam uma das fases de um processo de inovação, interação, intercâmbio e retorno para e com a sociedade civil;

— Igualmente, há de se levar em consideração que os problemas de acesso à educação superior federal iniciam muito antes do vestibular, ao que se sugerem (re)significações

e fortalecimento de políticas (bolsas parciais ou permanentes para que estudantes de baixa renda possam ingressar e se manter na universidade federal, como acontece nas faculdades particulares pelo Programa Universidade para Todos - PROUNI; e fortalecimento das políticas de ações afirmativas) que possam intercambiar as contenções de acesso desde a Educação Básica;

— As propostas de políticas públicas educacionais sugeridas enquanto (re) significações e fortalecimento não devem ser pensadas como medidas paliativas ou estratégias de governo (SEVERINO, 2009) voltadas ao particularismo, mas por meio da dialética do concreto na busca de conferir visibilidade, cidadania e, com isto, empoderamento não apenas aos sujeitos investigados, mas também aos seus grupos familiares;

— No tocante a relação entre os territórios estudados (Campus IV e Complexo Sertãozinho) não se pode afirmar que não se inter-relacionam, dada às práticas de extensão. Contudo, é perceptível o forte distanciamento dos sujeitos investigados, que lhes permitam acesso à educação superior pública;

— No tocante a aspectos de cidadania relacionados ao direito ao voto, o sufrágio – “primeira onda do feminismo e fruto de fortes embates políticos” (LOPES, 1997, p. 19), hoje se apresenta, para algumas mulheres do grupo pesquisado, o único meio de acesso ao campus IV, enquanto zona eleitoral;

— Sob a perspectiva da segunda onda que caracteriza o início dos Estudos Feministas (LOPES, 1997), ao analisar os dados sobre as Mulheres do Sertãozinho, suas relações com a Mata do Sertão e com o campus IV da UFPB, a pesquisadora e o pesquisador deste estudo percebem que, para além dos objetivos aqui expostos, outros foram ganhos, à medida que a investigação

tende a contribuir para a visibilidade dessas mulheres ao realizar o registro das lacunas sociais, econômicas e políticas cujas quais, em pleno século XXI, ainda se constituem em desigualdade social e em relações de gênero hierarquizadas;

— As lacunas revelam temas e problemas até então silenciosos e silenciados na cidade de Mamanguape: em sua grande maioria, as mulheres investigadas desconhecem o papel da universidade na cidade e;

— O projeto de pesquisa que deu origem a este artigo sugere futuros estudos relacionados às interfaces de: cultura, educação, gênero e desenvolvimento sustentável, que não puderam ser contemplados por limitações de espaço para escrita. Continuemos nossa “proza”, mulheres do Sertãozinho!

Referências

ACSELRAD, Henri; COLI, Luis Régis. **Disputas territoriais e disputas cartográficas**. In: ACSELRAD, Henri (Org.) Cartografias sociais e território. Rio de Janeiro: Universidade Federal do Rio de Janeiro, Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional, 2008. 168 p. Disponível em: <www.ettern.ippur.ufrj.br/central_download.php?hash...id=8>. Acesso em: 02 ago. 2016.

ALVES, Edvaldo Carvalho; AQUINO, Mirian de Albuquerque. **A pesquisa qualitativa: origens, desenvolvimento e utilização nas dissertações do PPGCI/UFPB – 2008 a 2012**. Informação e Sociedade: estudos, João Pessoa, v. 22, p. 79-100, número especial 2012. Disponível em: <<http://www.ies.ufpb.br/ojs/index.php/ies/article/view/13678/8211>>. Acesso em: 19 Jul. 2016.

AGUIAR, Neuma. **Patriarcado, sociedade e patrimonialismo**. Sociedade e estado, Brasília, v. 15, n. 2, p. 303-330, dez. 2000. Disponível em: <<http://www.scielo.br/scielo>>.

php?script=sci_arttext&pid=S0102-69922000000200006&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em: 13 Jul.2016.

ANDRADE, Manoel Correia de. **O Rio Mamanguape**. João Pessoa: Ed. Universitária, 1997.

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. Tradução de Luís Antero Reto e Augusto Pinheiro. Lisboa: Edições 70, 2002.

BRANDÃO, Carlos Rodrigues. **Pesquisa participante**. 3. ed. São Paulo: brasiliense, 1981.

BRASIL. **Decreto nº 6096, de 24 de abril de 2007**. Institui o Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais – REUNI. Brasília: Casa Civil. Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/decreto/d6096.htm>. Acesso em: 01 Jul. 2016.

BAUMAN, Zygmunt. **Identidade: entrevista a Benedetto Vecchi**; tradução: Carlos Alberto Medeiros. Rio de Janeiro: Zahar, 2005.

CALADO, Alder Júlio Ferreira. **Reproblematizando o(s) conceitos (s) de educação popular**. 20ª Reunião Anual da ANPED, Caxambú, 1997. Disponível em:<D:\20RA\GT06\Trabalho\calado.pdf>. Acesso em: 06 jul. 2016.

COSTA, Adailton Coelho. **Mamanguape: A fênix paraibana**. Campina Grande: GRAFET LTDA., 1986.

DURANTE, Daniela; MARTINS, Cibele; CANTAROTTI, Aline (Orgs.). **Pesquisa: reflexões acerca da construção do conhecimento**. Fortaleza: Edições UFC, 2016.

FOUCAULT, Michel. **A arqueologia do saber**. Tradução de Luiz Felipe Baeta Neves.7ª ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2008.

FREYRE, Gilberto. **Casa Grande & Senzala: formação da família brasileira sob o regime da economia patriarcal**. Rio de Janeiro: Record, 2000.

GEERTZ, Clifford. **A interpretação das culturas**. Rio de Janeiro: LTC, 2008.

GLUCKMAN, M. **O material etnográfico na antropologia social inglesa**. In: ZALUAR, A. (Org.) *Desvendando máscaras sociais*. Rio de Janeiro: Livraria Francisco Alves Editora, 1990, p. 64-76.

HAESBAERT, Rogério. **Concepções de territórios para entender a desterritorialização**. In: SANTOS, Milton; BECKER, Bertha. (Org.) *Território, territórios: ensaios sobre o ordenamento territorial*. Rio de Janeiro: Lamparina, 3ª ed., 2007.

HALL, Stuart. **A questão da identidade cultural**. Textos didáticos. São Paulo, SP: IFHC/Unicamp, 1998.

LENGEN, Johan Van. **Manual do Arquiteto Descalço**. Rio de Janeiro: TIBÁ Livros, 2004.

LIMA, Paulo Gomes. **Políticas de educação superior no Brasil na primeira década do século XXI: alguns cenários e leituras**. *Avaliação* (Campinas), Sorocaba, v. 18, n. 1, p. 85-105, mar. 2013.
Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1414-40772013000100006&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 07 Jul. 2016.

_____. **Universidade brasileira: por uma dimensão universal, humana e democrática**. São Paulo: Annablume, 2012.

LOURO, Guacira Lopes. **Gênero, sexualidade e educação: uma perspectiva pós-estruturalista**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1997.

LÜDKE, Menga; ANDRÉ, Marli E.D.A. **Pesquisa em educação: abordagens qualitativas**. São Paulo: EPU, 1986.

MENDONÇA, A. S. de. **Exclusão social e periferização em Mamanguape-PB**. Faculdades Integradas de Patos, 2006. p.il. Monografia (Especialização em História do Brasil). Orient: Prof. Ms. Osvaldo Maia, 2008, 63 p.

_____. **Luta camponesa e processo identitário em Mamanguape-PB: o caso de Itapecerica.** Dissertação de Mestrado, PPGA/UFPB, João Pessoa, 2013.

MINAYO, Maria Cecília de Souza (Org.); DESLANDES, Romeu Gomes. **Pesquisa social: teoria, método e criatividade.** 28. ed. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 2009.

MELO NETO, José Francisco. **HERÁCLITO: um diálogo com o movimento.** João Pessoa: Editora Universitária, 1996.

_____. **Pesquisa-ação. Bazar coletânea de cultura e consciência social,** João Pessoa - PB, v. 1, n.1, p. 65-72, 2000.

_____. **Extensão universitária: uma análise crítica.** João Pessoa: Editora Universitária / UFPB, 2001.

MORIN, Edgar. **Os sete saberes necessários à educação do futuro.** Tradução de Catarina Eleonora F. da Silva e Jeanne Sawaya. 2ª ed. São Paulo: Cortez; Brasília, DF: UNESCO, 2000.

PALMEIRA, Moacir. **Casa e trabalho: nota sobre as relações sociais na *plantation* tradicional.** In: Camponeses brasileiros: leituras e interpretações clássicas, v.1/ organização Clifford Andrew Welch... [et al.]. – São Paulo: Editora UNESP; Brasília, DF: Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento Rural, 2009.

POLLAK, Michael. **Memória e identidade social.** In: Estudos Históricos. Rio de Janeiro, vol. 5 a 10, 1992, p. 200 – 212.

REVEL, Jacques. **Jogos de escalas: a experiência da microanálise.** Rio de Janeiro: Editora Fundação Getúlio Vargas, 1998.

RODRIGUES, Adiel Alves. **Panorama de Mamanguape: Uma exposição histórica do município.** Recife: COMUNIGRAF, 2008.

SANTOS, M. L. C. dos. **Inovação pedagógica e sustentabilidade na educação superior: um estudo de caso do programa de fortalecimento acadêmico da universidade de Pernambuco.** 2010.

240 f. Dissertação (Gestão do Desenvolvimento Local Sustentável) – Universidade de Pernambuco, Recife, 2010.

_____. **Projeto Rede Educativa Empreendedora e Colaborativa no Secretariado (RECOSEC) na articulação da política de patrimônio cultural de cidades do Vale do Mamanguape** – PB. Proext, 2015a.

SANTOS, M. L. C. dos; SANTIAGO, Cibelle da Silva; SILVA, Raiane de Sousa; SILVA, Mirian Carvalho de. **A relação extensão-pesquisa, metodologias participativas e assessoria interdisciplinar. IV Encontro Nacional Acadêmico – ENASEC**, Londrina, Out/2015b.

SAVIANI, Demeval. **PDE plano de desenvolvimento da educação: análise crítica da política do MEC**. São Paulo: Autores Associados, 2009.

SEVERINO, Antônio Joaquim. **Expansão do ensino superior: contextos, desafios, possibilidades**. Avaliação (Campinas), Sorocaba, v. 14, n. 2, p. 253-266, jul. 2009. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1414-40772009000200002&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em: 06 jul.2016.

SILVEIRA, R.M.H. (Org.). **Cultura, poder e educação: um debate sobre estudos culturais da educação**. Canoas: Editora ULBRA, 2005.

SOUSA JÚNIOR, Luiz. **A expansão da universidade pública: uma experiência de democratização do ensino superior**. Anpae – Simpósico, 2011. Disponível em: <<http://webcache.googleusercontent.com/search?q=cache:9nqmt3fJzhwJ:www.anpae.org.br/simposio2011/cdrom2011/PDFs/trabalhosCompleto/comunicacoesRelatos/0310.pdf+&cd=1&hl=pt-BR&ct=clnk&gl=br>>. Acesso em: 14 Jul. 2016.

SOUZA, Marcelo José Lopes de. **O território: sobre espaço e poder, autonomia e desenvolvimento**. In: Geografia, conceitos e temas. Elias de Castro, Paulo César da Casta Gomes, Roberto Lobato Correia (Org.). - Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2010.

VALE, Eltern Campina. **Tecendo fios, fazendo história: a atuação operária na cidade-fábrica Rio Tinto (Paraíba,1959-1964).**

Dissertação de Mestrado – Universidade Federal do Ceará, Centro de Humanidades, Programa de Pós-Graduação em História, Fortaleza (CE), 2008.

VAN VELSEN, J. **A Análise Situacional e o método de estudo de caso detalhado.** In: Feldman-Bianco (org.). Antropologia das Sociedades Contemporâneas. São Paulo: Global, 1987.

WEBER, Max. **Relações Comunitárias Étnicas.** In: Economia e Sociedade, Brasília, UnB. 1991.

AUTORES E AUTORAS

VOLUME III

ALENCAR, Haymée Nascimento de. Graduada em Ecologia pela Universidade Federal da Paraíba/Campus IV. Centro de Ciências Aplicadas e Educação. Email: haymeedealencar@hotmail.com

ALMEIDA, Jenifer Marques de. Universidade Federal da Paraíba/ Campus IV. Centro de Ciências Aplicadas e Educação. Email: jeniferriotinto@hotmail.com

BRANDÃO, Jammilly Mikaela Fagundes. Professora Universidade Federal da Paraíba. Departamento de Turismo e Hotelaria. Doutoranda em Administração (PPGA/UFPB). Mestre em Administração (PPGA/UFPB). Especialista em Turismo e Desenvolvimento Local (CCTA/UFPB). Bacharel em Administração (CCSA/UFPB) e em Hotelaria (CCTA/UFPB). E-mail: jammillybrandao@gmail.com

“CABOQUINHO”, Antônio Pessoa Gomes. Cacique / Professor de Escola Indígena. Doutor *honoris causa* pela Universidade Federal da Paraíba. Licenciado em Educação Diferenciada. Escola Estadual de Ensino Fundamental Indígena Akajutubiró. E-mail: caboquinhopoti@yahoo.com.br

CASTRO, Carla Soraia Soares de. Professora da Universidade Federal da Paraíba/Campus IV. Centro de Ciências Aplicadas e Educação. Departamento de Engenharia e Meio Ambiente (DEMA). Doutora em Ecologia e Recursos Naturais. Professora do curso de Ecologia\UFPB\Campus IV. Professora do Programa de Pós Graduação em Ecologia e Monitoramento Ambiental (PPGEMA). csscastro9@gmail.com <http://lattes.cnpq.br/3847402967283023>

DANTAS, Michelle Bianca Santos. Professora da Universidade Federal da Paraíba/Campus IV. Centro de Ciências Aplicadas e Educação. Departamento de Letras. Mestre.
E-mail: michellebianca86@hotmail.com
<http://buscatextual.cnpq.br/buscatextual/visualizacv.do?id=K4420881Y5>

FRANÇA, Frederico Gustavo Rodrigues. Professor da Universidade Federal da Paraíba/Campus IV. Centro de Ciências Aplicadas e Educação. Departamento de Engenharia e Meio Ambiente (DEMA). Doutor em Ecologia. Professor Programa de Pós Graduação em Ecologia e Monitoramento Ambiental (PPGEMA). E-mail: fredericogrf@gmail.com
<http://buscatextual.cnpq.br/buscatextual/visualizacv.do?id=K4761758D7>

GOMES, Leonardo Cinésio. Pesquisador do Coletivo de Pesquisa pela Valorização dos Saberes Potiguara. Graduando em Licenciatura em Matemática. Universidade Federal da Paraíba/Campus IV. Centro de Ciências Aplicadas e Educação. E-mail: leocinesio@gmail.com
<http://lattes.cnpq.br/5812638087717744>

LIRA, Tháise Gomes. Graduanda em Letras Língua Portuguesa pela Universidade Federal da Paraíba/Campus IV. Centro de Ciências Aplicadas e Educação. Professora e Diretora de escola da Rede Pública. Graduada em Comunicação Social, habilitação em Relações Públicas. E-mail: thaiserevisao@gmail.com

LOPES, Jorge. Professor da Universidade Federal do Pernambuco. PhD. E-mail:: professorjorgeloeps@gmail.com

MENDONÇA, Aldo Silva de. Professor de História e Sociologia da Educação Básica no Instituto Moderno e Emef Prof^a Emília Gomes. Atua também como consultor pedagógico da Éthos Consultoria Pedagógica. Mestre em Antropologia Social.

MENDONÇA, João Martinho Braga de. Professor da Universidade Federal da Paraíba/Campus IV. Centro de Ciências Aplicadas e Educação. Departamento de Ciências Sociais. Professor Adjunto IV, Doutor em Multimeios. E-mail: bragamy@yahoo.com.br

MENEZES, Daniela Cintia de Carvalho Leite. Professora da Universidade Federal da Paraíba/Campus IV. Centro de Ciências Aplicadas e Educação. Departamento de Ciências Sociais e Aplicadas. Mestre. E-mail: danielaccleite@bol.com.br

MORAIS, José Jassuipe da Silva. Professor da Universidade Federal da Paraíba/Campus IV. Centro de Ciências Aplicadas e Educação. Departamento de Ciências Sociais e Aplicadas. E-mail:jassuipe@hotmail.com <<http://lattes.cnpq.br/2672484041042437>>

PEDERNEIRAS, Marcleide Maria Macêdo. Professora da Universidade Federal da Paraíba/Campus IV. Centro de Ciências Aplicadas e Educação. Departamento de Ciências Sociais e Aplicadas. Graduação em Ciências Contábeis. Email: marcleide@gmail.com <http://lattes.cnpq.br/7074595437987801>

PESSOA, Luiz Gustavo de Sena Brandão. Professora da Universidade Federal da Paraíba/Campus IV. Centro de Ciências Aplicadas e Educação. Departamento de Ciências Sociais e Aplicadas. Mestre. Email: gustavobrandao@bol.com.br

PONTES, Maria Gerusa Silva. Graduada em Ciências Contábeis pela Professora da Universidade Federal da Paraíba/Campus IV. Centro de Ciências Aplicadas e Educação. E-mail: gerusapontes@hotmail.com

SANTIAGO, Cibelle da Silva. Professora da Universidade Federal da Paraíba/Campus IV. Centro de Ciências Aplicadas e Educação. Departamento de Ciências Sociais e Aplicadas. Secretária Executiva, Mestre em Gestão do Desenvolvimento Local Sustentável. E-mail: santiago.cibelle@gmail.com.
<http://lattes.cnpq.br/7309833227288459>

SANTOS, Henrique. Graduando em Ecologia pela Professora da Universidade Federal da Paraíba/Campus IV. Centro de Ciências Aplicadas e Educação. E-mail: henrique.ufpb.eco@gmail.com

SANTOS, Joel Silva dos. Professor da Universidade Federal da Paraíba/Campus IV. Centro de Ciências Aplicadas e Educação. Departamento de Engenharia e Meio Ambiente (DEMA). Doutor em Recursos Naturais. Professor do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento e Meio Ambiente (PRODEMA \ UFPB).
E-mail: joelgrafia.santos@gmail.com
<http://buscatextual.cnpq.br/buscatextual/visualizacv.do?id=K4250417Z6>

SANTOS, Luciane Alves. Professora da Universidade Federal da Paraíba/Campus IV. Centro de Ciências Aplicadas e Educação. Departamento de Letras. Doutorado. E-mail: luciane45@gmail.com-<http://buscatextual.cnpq.br/buscatextual/visualizacv.do?id=K4799018D7>

SANTOS, Maria Luzitana Conceição dos. Professora da Universidade Federal da Paraíba/Campus IV. Centro de Ciências Aplicadas e Educação. Departamento de Ciências Sociais e Aplicadas. Idealizadora e coordenadora do projeto RECOSEC. Mestre em Gestão do Desenvolvimento Local Sustentável.

E-mail: luzdosol.pe@gmail.com

<http://lattes.cnpq.br/6436182339587889>

SANTOS NETO, João Inácio dos. Bacharel em Design pela Universidade Federal da Paraíba. Participante do Grupo de Pesquisa DeMais/UFPB (CNPq/PIVIC) com pesquisa sobre pontos potenciais de inovação social ligados ao artesanato do município de Rio Tinto/PB. <http://buscatextual.cnpq.br/buscatextual/visualizacv.do?id=K4332568Z0>

SILVA, Marineide Maria da. Graduada em Secretariado Executivo pela Universidade Federal da Paraíba/ Campus IV. Centro de Ciências Aplicadas e Educação. Secretária Executiva, Especialista em Gestão Pública. E-mail: marineideexecutiva@gmail.com

<http://lattes.cnpq.br/9940840572833062>

SILVA, Marivaldo Wagner Sousa. Professor da Universidade Federal da Paraíba/Campus IV. Centro de Ciências Aplicadas e Educação. Departamento de Design. Doutor e Mestre em Ciência e Engenharia de Materiais na Área de Reciclagem e Durabilidade de Materiais pela Universidade Federal de Campina Grande. Possui graduação em Desenho Industrial pela Universidade Federal de Campina Grande (2006). Atua em Projetos de Pesquisa e Extensão nas áreas de Inovação Social e Desenvolvimentos Sustentável. <<http://lattes.cnpq.br/0849482854299426>>

SILVA, Paulo Roberto Palhano. Professor da Universidade Federal da Paraíba/Campus IV. Centro de Ciências Aplicadas e Educação. Departamento de Educação. Professor-pesquisador e Coordenador do GEPEes. Pós-Doutorado em Ciências Humanas.

E-mail: ppalhano1@gmail.com <http://lattes.cnpq.br/0668404365830780>

SILVA, Priscilla Germano da. Bacharel em Hotelaria pela Universidade Federal da Paraíba (CCTA/UFPB). E-mail: priscilla.com@hotmail.com

SOARES, Yara Magaly Albano. Professora da Universidade Federal da Paraíba/Campus IV. Centro de Ciências Aplicadas e Educação. Departamento de Ciências Sociais e Aplicadas.

Email: yaramagaly@yahoo.com

SOARES, Mayara. Graduanda em Ecologia pela Universidade Federal da Paraíba/ Campus IV. Centro de Ciências Aplicadas e Educação. Departamento de Engenharia e Meio Ambiente (DEMA). E-mail: mayarahsoares93@gmail.com

SOUZA, Samara Alexandre de. Universidade Graduanda em Ecologia pela Universidade Federal da Paraíba/ Campus IV. Centro de Ciências Aplicadas e Educação. Departamento de Engenharia e Meio Ambiente (DEMA). E-mail: samara_se@hotmail.com

TEMOTEO, Joelma Abrantes Guedes. Professora da Universidade Federal da Paraíba/ Campus I. Centro de Comunicação, Turismo e Artes (CCTA). Departamento de Turismo e Hotelaria (DTH/UFPB). Doutoranda em Desenvolvimento e Meio Ambiente (PRODEMA/UFPB). Mestre pelo mesmo Programa. Especialista em Turismo de Base Local pela UFPB. Bacharel em Turismo e em Comunicação Social pela UFPB. E-mail: joelma.abrantes@gmail.com

<<http://lattes.cnpq.br/3763344320291193>>

WANDERLEY, Herlane de Alcântara. Bacharel em Hotelaria pela Universidade Federal da Paraíba (CCTA/UFPB).

E-mail: herlane-alcantara@hotmail.com

ZAMPIER, Maika Bueque. Professora da Universidade Federal da Paraíba/Campus IV. Centro de Ciências Aplicadas e Educação. Departamento de Ciências Sociais e Aplicadas. Professora-pesquisadora integrante do GEPEEEs. Mestrado em Extensão Rural. Email: maikazampier@gmail.com <http://lattes.cnpq.br/0253904554788998>

COMITÊ CIENTÍFICO

Aline Cleide Batista (UFPB)
Ana Valéria Enders (UFPB)
Antonio Gonçalves de Oliveira (UTFPR)
Ayla Dantas Rebouças (UFPB)
Chussy Karlla Souza Antunes (UFPE)
Cláudia Rosana Kranz (UFRN)
Cristiano Alves (UFSC)
Estêvão Martins Palitot (UFPB)
Fernanda Aquino Sylvestre (UFU)
Fillipe Silveira Marini (UFPB)
Francisca Janete da Silva Adelino (UFPB)
Glenda Melo (UNIRIO)
Irene Alves de Paiva (UFRN)
Ivonaldo Neres Leite (UFPB)
Jânio Elpídio de Medeiros (UFPB)
João Paulo da Silva Fernandes (UFPB)
José Jassuipe da Silva Moraes (UFPB)
Jose Mario Riquelme Hernández (UFMA)
Luciana Maria Ribeiro de Oliveira (PNPD–UFPB)
Lusival Antonio Barcellos (UFPB)
Maika Bueque Zampier (UFPB)
Marcelo Taveira (UFRN)

Maria Aldecy Rodrigues de Lima (UFAC)
Maria Angeluce Soares Perônico Barbotin (UFPB)
Mario Riquelme (UFMA)
Marta M.Castanho Almeida Pernambuco (UFRN)
Nadjacleia Vilar Almeida (UFPB)
Nilvania dos Santos Silva (UFPB)
Pascoal Diogo Albuquerque (ESAB/FPCEUC)
Paulo Roberto Palhano Silva (UFPB)
Rodrigo Barbosa de Araújo (UFPB)
Rogéria Gaudencio do Rêgo (UFPB)
Ruth Henrique da Silva (UFPB)
Wilkerson de Lucena Andrade (UFCEG)
Williame Farias Ribeiro (UFPB)

